Universidade Federal de Juiz de Fora

Programa de Pós Graduação em História
Mestrado em História, Cultura e Poder

Jackson de Souza Vale

CIDADANIA POLÍTICA E FINANÇAS EM MACHADO DE ASSIS: A SÉRIE *A SEMANA* (1892-1897)

Juiz de Fora
2011

Vale, Jackson de Souza.

Cidadania política e finanças em Machado de Assis: A série *A semana* (1892-1897) / Jackson de Souza Vale. – 2011.
166 f.

Dissertação (Mestrado em História)–Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

1. Assis, Machado de – 1839-1908 – História e crítica. 2. Bens públicos, 3. Eleições. 4. Cidadania política. I. Título.

CDU 869.0(81)-31

Jackson de Souza Vale

CIDADANIA POLÍTICA E FINANÇAS EM MACHADO DE ASSIS: A SÉRIE *A SEMANA* (1892-1897)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós graduação em História, área de concentração: História, Cultura e Poder, da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre.

Orientadora: Profª. Drª. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi

Juiz de Fora
2011

A dissertação intitulada ***Cidadania Política e Finanças em Machado de Assis: A série A semana (1892-1897)***, elaborada por Jackson De Souza Vale, como pré-requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre, foi aprovada por todos os membros da comissão examinadora designada pelo Programa de Pós-Graduação em história da Universidade Federal de Juiz de Fora.

Juiz de Fora, 26 de julho de 2011.

Banca Examinadora

Profª. Drª. Cláudia Maria Ribeiro Viscardi – UFJF _ Orientadora

Profª. Drª. Beatriz Helena Domingues - Presidente

Prof. Dr. João Paulo C. de Souza Rodrigues – Membro Titular

Aos meus pais, por todo apoio incondicional.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais, Paulo e Maria Auxiliadora, pelo apoio e pelo exemplo. Às minhas irmãs, Maria Cecília e Cristina, pelo carinho e companhia. Ao meu irmão, que não está presente, mas foi um exemplo de coragem e de apego à vida. Aos dois irmãos que reconheci por essas veredas: John Franci, pela amizade longínqua e certa, e Rodrigo Barbosa, por ser a pessoa mais correta que conheço.

À minha orientadora, Cláudia Ribeiro Viscardi, pelas correções incisivas na minha dissertação e pela liberdade e confiança que me foram dadas, e que possibilitaram a tranqüilidade para produzir esse trabalho.

Agradeço também aos professores que estiveram presente na qualificação, João Paulo Coelho de Souza Rodrigues e Beatriz Helena Domingues, pelas críticas, pelos elogios, pela importante contribuição oferecida. E também por aceitarem prontamente a participação na defesa dessa dissertação.

Agradeço ao Carlos Maculan pela companhia em Juiz de Fora. Às colegas de mestrado Priscila Pinheiro e Mariana Teixeira pelas conversas descontraídas nos corredores da UFJF. A esta, um especial agradecimento por ter sido tão solícita quando eu precisei de sua ajuda. Agradeço a todos os amigos e amigas de São João Del Rei, companheiros de tantas noites de boemia. À Ana Caroline Costa pela ajuda e presteza com a tradução do resumo. Agradeço também quem me apoiou enquanto fez parte da minha vida.

Por fim, agradeço à UFJF pela bolsa oferecida durante o segundo ano do mestrado, e que foi de muita valia.

Compilador do século vinte, quando folheares a coleção da Gazeta de Notícia [...] *e deres com estas linhas, não vás adiante sem saber qual foi minha observação. Não é que lhe atribua nenhuma mina de ouro, nem grande mérito; mas há de ser agradável aos meus manes saber que um homem de 1944 dá alguma atenção a uma velha crônica de meio século* [...] *Sim, meu jovem capitão, ficarei contente, desde já te abençôo* [...]

Machado de Assis. A semana*, 19 de agosto de 1894.*

RESUMO

Na dissertação tentamos demonstrar que desde a caracterização do narrador ficcional da série de crônicas *A semana (1892-1897)*, passando pelo mais recorrente assunto tratado, ou seja, o Encilhamento e a crise que se lhe seguiu, até a crítica das eleições desorganizadas, fraudulentas, violentas e corruptas, e dos eleitores absenteístas que não faziam uso do direito de eleger seus representantes; a principal preocupação do cronista era com o bem público e a cidadania. A crise cambial e financeira desses anos sempre teve como remédio possível a encampação das emissões feitas pelos principais bancos e o arrendamento de ativos do governo federal, como as ferrovias, para a aquisição de novos empréstimos. Ambas as soluções, tão temidas e criticadas pelo cronista, foram executadas. O que significava que os desvarios dos acionistas das sociedades anônimas e do próprio governo seriam divididos com todos os cidadãos contribuintes. A dissertação também trata da cidadania política propriamente dita, ou seja, das referências às eleições e aos trabalhos parlamentares. O narrador critica o grande número de abstenções que aconteciam. Apesar de criticar todos os subterfúgios utilizados para se corromper as eleições, como as fraudes e as ações violentas, o principal responsável pelo mal eleitoral é o próprio cidadão que não faz uso de seu direito "soberano" de escolher os seus representantes. Assim sendo, o narrador se utiliza dessas crônicas para incitar uma maior participação sufragista. Ele o faz de duas maneiras: através de um discurso direto, sem ironia e outras figuras retóricas, falando claramente ao leitor sobre a importância das eleições e do voto. Ou, ironizando e criticando o eleitor de diversas maneiras: seja pela sua preguiça e ignorância sobre o uso de um direito constitucional, seja por seu individualismo exacerbado, que o fazia se preocupar somente com seus interesses financeiros, com o lucro, ou em ganhar dinheiro de maneira "vadia" através dos jogos de azar. Por outro lado, o cidadão que fazia uso do direito de voto podia e devia cobrar dos seus representantes. É o que faz também o cronista. Ele acompanha os trabalhos das assembléias nacionais, estaduais e municipais. Sua principal crítica é a pouca assiduidade dos políticos e as poucas horas trabalhadas. Essa crítica é feita muitas vezes em comparação com a Câmara dos Comuns inglesa, que virava a noite em trabalhos legislativos, de acordo com os telegramas da época. Além disso, o narrador ainda se preocupava com a falta de civismo da população, principalmente com a falta de entusiasmo na comemoração de datas importantes da história brasileira como o Treze de Maio, ou o Sete de Setembro. Segundo ele, o brasileiro tinha em pouca conta o passado e o futuro, e se governava somente pelo presente. Para ele, essa identificação nacional era a contrapartida da cidadania.

Palavras-chave: Machado de Assis. Encilhamento. Bem público. Eleições. Cidadania Política.

ABSTRACT

In the paper we try to demonstrate that since the characterization of the fictional narrator inside the series of chronics *A semana* (*The Week) (1892-1897),* through most recurrent subject matter, the Brazilian economic episode known like *Encilhamento* and the crisis that followed it, until the criticize about election which were disorganized, fraudulent, violent and corrupt, and absentee voters who did not use the right to elect their representatives, the main chronicler´s concern was with is with the commonweal and citizenship. The currency and financial crisis of these years always has been as a possible solution the expropriation of broadcasts made by major banks and leasing of federal government assets, such as railroads, for the acquisition of new loans. Both solutions, so feared and criticized by the chronicler, were executed. This meant that the folly of the corporations' shareholders and from the government would be shared with all citizens taxpayers. The paper also deal with the political citizenship, that is, references to elections and parliamentary work. The narrator criticizes the large number of abstentions that happened. Despite all the criticism about the subterfuges used to disrupt the elections, like fraud and violent actions, the principal responsible for evil election is the own citizen who does not use his right "sovereign" to choose their representatives. In this way, the narrator uses such chronic to incite greater participation suffrage. He does so in two ways: through a direct discourse, without irony and other rhetorical figures, speaking clearly to the reader about the importance of elections and voting. Or, mocking and criticizing the voter in several ways: either by their laziness and ignorance on the use of a constitutional right, or by their exacerbated individualism, which made him worry only about their financial interests with profit, or money in a "lazy" way through gambling. On the other hand, the citizen who made use of voting rights could and should charge their representatives. It is also what the chronicler does. He monitors the work of national assemblies, state and local governments. His main criticism is the lack of attendance of politicians and the few hours worked. This complain is often made in comparison to the British House of Commons, which turned night into legislative work, according to the telegrams of the time. Moreover, the narrator still worried about the lack of civility of the population, especially with the little enthusiasm in the celebration of important dates in history as the Brazilian Thirteen of May, or September Seven. He said the Brazilian people had little regard to the past and future, and is governed only by the present. For the author, this identification was the counterpart of national citizenship.

Key-words: Machado de Assis. *Encilhamento*. Commonweal. Elections. Political Citizenship.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....05

RESUMO.....07

ABSTRACT 09

INTRODUÇÃO.....12

CAPÍTULO I - MACHADO DE ASSIS CRONISTA DA *GAZETA DE NOTÍCIAS* E O NARRADOR DA SÉRIE *A SEMANA*.....27

1.1 *A Gazeta de Notícias*.....30

1.2 A crônica: gênero literário e testemunho histórico 35

1.2.1 A crônica machadiana 38

1.2.2 As crônicas da série *A semana* 41

1.3 O narrador da série *A semana*..... 43

1.3.1 Continuidade e caracterização do narrador.....44

1.3.2 O narrador ególatra e o interesse privado 47

1.3.3 O narrador imparcial e romântico: desinteresse pelo bem público e arrebatamento estético.....52

1.3.4 Entreato político: a censura à *Gazeta* e a mudança na crônica.....61

1.3.5 O criado José Rodrigues..... 67

CAPÍTULO II – O ENCILHAMENTO E SEUS IMPACTOS.....72

2.1 O Ano Terrível (1890-1891): a gênese da crise financeira.....72

2.2 O acionista, o câmbio e a crise.....84

2.3 Rio de Janeiro: capital dos jogos de azar.....99

CAPÍTULO III – A CIDADANIA NAS CRÔNICAS.....106

3.1Abstenção eleitoral e o apelo à cidadania.....111

CONSIDERAÇÕES FINAIS.....147

ANEXOS.....150

FONTES DOCUMENTAIS.....160

BIBLIOGRAFIA 161

Introdução

Há algumas décadas, a obra e a vida de Machado de Assis ainda eram incompreendidas, principalmente no que diz respeito a seus aspectos político e social. Emília Viotti da Costa representa bem essa incompreensão. Em capítulo dedicado à crítica do mito da democracia racial no Brasil ela usa o escritor como exemplo e diz:

> Em seus romances trabalhava com tragédias pessoais de indivíduos brancos e raras vezes, e apenas marginalmente, referiu-se a escravos ou a negros. Jamais enfrentou o problema da negritude. Ao contrário fez o que muitos outros negros de sua geração que ascenderam a posições importantes fizeram. Viveu a ambigüidade de sua situação e cumpriu conscientemente o papel que lhe era atribuído na comunidade dos brancos da qual ele tinha se tornado um membro.[1]

Portanto, para a autora Machado de Assis faria parte do grupo de "mulatos e pretos" que, cooptados graças ao seu talento, e através do sistema de clientela, conseguiram ascender socialmente, adquirindo o status de branco, identificando-se com tal comunidade. [2] E provavelmente, sobre o cumprimento do seu papel, Viotti da Costa entenda o mesmo que Roberto Schwarz entendeu sobre o romance *Helena:* Machado procurava contribuir para o "aperfeiçoamento do paternalismo". [3]

O primeiro desígnio desse intróito é justamente apresentar alguns autores que mudaram essa e outras perspectivas sobre a obra de Machado de Assis, inclusive o próprio Schwarz. Esses autores [4] demonstraram, através de métodos diversos, que Machado de Assis, ao produzir sua obra, procurou representar a sociedade e a política brasileira oitocentista. Ou seja, "ao contar suas histórias, Machado de Assis escreveu e reescreveu a história do Brasil no século XIX". [5]

---

[1] COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia a republica**: momentos decisivos. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 258-259.
[2] Ibidem, pp.10-11.
[3] SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. 4ª ed. Sao Paulo: Duas Cidades, 1992, p 89.
[4] Os autores e obras que serão apresentados nessa introdução são: SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992; idem, **Um mestre na periferia do capitalism**o: Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1991; GLEDSON, John. **Machado de Assis:** ficção e história, São Paulo: Paz e Terra, 2003; GLEDSON, John. **Machado de Assis**: impostura e realismo. Uma reinterpretação de Dom Casmurro, São Paulo, Companhia das Letras, 1991; CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador, São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
[5] CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis:** historiador, São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p.17.

Sintetizando bem a originalidade da análise de Schwarz, Sidney Chalhoub destaca a sua descoberta de que Machado de Assis, "ao contrário das aparências e de interpretações convencionais, sempre teve muito a dizer sobre as relações sociais de dominação vigentes no Brasil do século XIX." [6] John Gledson também enfatiza o passo decisivo dado pelo autor "no sentido de uma consciência da intima ligação entre literatura, realidade social e História, nos romances de Machado em conjunto." [7]

A importância da obra de Schwarz não se resume apenas ao reconhecimento desses autores de sua análise, mas aparece também, como influência declarada em suas próprias obras. No entanto, nas palavras do próprio Chalhoub "apesar de concordar com Schwarz nesse sentido essencial, meu argumento apresenta especificidade que vale ressaltar." [8] O mesmo pode ser dito sobre John Gledson.

Para Schwarz existiria uma disparidade entre o pensamento liberal europeu e a sociedade escravocrata brasileira, mesmo quando se professava a universalidade dos princípios e quando a base das relações sociais era o favor. Dessa forma, o autor tenta demonstrar a impropriedade do nosso pensamento, sua ambigüidade ideológica.

Essa ambigüidade ideológica se daria devido ao nosso modo de produção dependente do trabalho escravo e do mercado externo. Isso porque, por ser um país exportador, existiria no Brasil um raciocínio econômico burguês (baseado no lucro). Além disso, nossa independência fora baseada em ideais liberais. Essa ideologia se chocaria e conviveria com a escravidão e os seus defensores. No entanto, embora a relação de produção fundamental fosse baseada na escravidão, ela (a escravidão) não era o nexo efetivo da vida ideológica. Para o autor, a ideologia teria como base não a relação entre os proprietários e os escravos, pois esta relação era assegurada pela força, mas sim entre os proprietários e os homens livres, na realidade agregados dependentes. E o mecanismo que asseguraria essa relação seria o favor, do qual os agregados dependiam para ter acesso à vida social e a seus bens. Portanto, por ser mais "simpático" que o nexo escravista, o favor seria a base da interpretação do Brasil para os nossos escritores oitocentistas, e dessa forma eles disfarçariam involuntariamente a violência do modo de produção escravista.

Tanto o escravismo quanto o favor eram incompatíveis com as idéias liberais. Apesar disso, essas foram usadas para justificar momentos de arbítrio de natureza do favor. "Esta

---

[6] Ibidem, p. 44.
[7] GLEDSON, John. **Machado de Assis:** ficção e história, São Paulo: Paz e Terra, 2003, p. 32.
[8] CHALHOUB, Sidney, *op. cit., loc. cit.*

recomposição é capital", pois a ideologia liberal dessa forma "racionalizava" o arbítrio. É dessa maneira que elas serão matéria e problema para a literatura.

> [...] especificar um mecanismo social, na forma em que ele se torna elemento interno e ativo da cultura, uma dificuldade inescapável, tal como o Brasil a punha e repunha aos seus homens cultos, no processo mesmo de sua reprodução social (...) Noutras palavras, definimos um campo vasto e heterogêneo, mas estruturado, que é resultado histórico, e pode ser origem artística... ao contrário do que geralmente se pensa, a matéria do artista mostra assim não ser informe: é historicamente formada, e registra de algum modo o processo social a que deve a sua existência. [9]

Para Schwarz, os primeiros romances do escritor estão longe dos "direitos do homem" e das generalizações libertárias, próprias do individualismo romântico. Ou seja, eles excluem a referência liberal evitando-se o descentramento ideológico, mas concomitantemente cortando os laços com o mundo coevo.[10]

Para o autor, a família nesses primeiros romances é o agente civilizador, ou refúgio dos civilizados, onde as disparidades sociais e naturais devem achar consolo e sublimação. Assim, a valorização ideológica de inspiração familiar, excluindo ou submetendo uma inspiração individualista traz conseqüências para o plano formal da obra. Portanto, "a idealização da família move a narrativa em linhas que guardavam contato com a prática multiforme e quase universal do paternalismo." [11]

Em *Helena*, por exemplo, haveria dois aspectos: um pessoal da dívida paternalista, onde o favor se torna mando e obediência, sendo a independência pessoal o desejável e o inalcançável pelo agregado. E o aspecto material ligado ao "individualismo moderno, que a circulação do capital produzia e o romance europeu divulgava, mas que não poderíamos adotar, nem desconhecer". Pois as vantagens sociais e econômicas existentes não deveriam se sobrepor ao sentimento "natural" familiar e cristão. [12]

A ambigüidade ideológica que aparece insipidamente nos primeiros romances, tornar-se-ia a força narrativa da prosa machadiana da fase chamada "madura", que começaria com *Memórias Póstumas de Brás Cubas.* Segundo Schwarz essa (prosa) é "das raríssimas que pelo

---

[9] Ibidem, pp. 24-25.
[10] Ibidem, p. 66. Para o autor, uma das características da segunda e grande fase machadiana será a reintegração da ideologia liberal.
[11] Ibidem, pp.68-69.
[12] Ibidem, pp. 95,96.

seu mero movimento constituem um espetáculo histórico-social complexo, do mais alto interesse, importando pouco o assunto do primeiro plano"[13]

De acordo com o autor, as intromissões do narrador compõem a forma da narrativa e pode ser entendida de duas maneiras: como regra de composição da narrativa e como estilização de uma conduta própria à classe dominante.[14] Essas se caracterizariam pela volubilidade. A prosa, pelas constantes interferências e mudanças de estilos literário do narrador; e a classe dominante porque a volubilidade seria fruto do capricho, possível devido às relações de favor estabelecidas entre a classe senhorial e os seus dependentes.[15]

Apesar da importante contribuição de Schwarz para o estudo da obra de Machado de Assis e sua relação com a História do século XIX, não podemos deixar de criticar sua posição em relação ao repertório de idéias européias que chegam ao Brasil. Concordamos com Angela Alonso quando a autora diz que a tradição político-intelectual do Segundo Reinado se construiu a partir da junção entre a experiência nacional e os quadros mentais europeus. Esse repertório era usado principalmente na legitimação de posições políticas. A elite imperial devido ao seu caráter pragmático e moderado particularizou o pensamento europeu dando-lhe novo conteúdo. Assim sendo, as idéias não estavam fora do lugar, mas eram sim, modificadas de acordo com a experiência política nacional. "Eram as teorias que tinham de se adaptar ao país".[16]

Partindo de outra perspectiva, John Gledson se destaca ao analisar a alegoria política na obra de Machado de Assis. Segundo o autor:

> Os críticos nunca negaram o interesse de Machado pela política, mas com bastante freqüência esse interesse tem sido encarado como acidental e negativo, revelado em histórias e incidentes isolados, ou nos romances, em personalidades individuais que são objetos de sátira [...] Contudo a verdade é que a ficção de Machado contém uma visão bastante coerente da história

---

[13] SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo:** Machado de Assis. São Paulo: Duas Cidades, 1991, p. 11. Nesse livro o autor retoma a idéia da incongruência entre nosso sistema de produção escravista e as idéias liberais.

[14] Ibidem, pp. 17-18.

[15] Essa lógica de dominação se estendia aos escravos, apesar de Schwarz não os incluir em sua análise. Essa ausência é contestada por CHALHOUB, Sidney, **Machado de Assis:** historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

[16] ALONSO, Angela. **Idéias em movimento:** a geração de 1870 na crise do Brasil - Império. São Paulo:Terra e Paz, 2002, pp. 51-56. Quem primeiro defendeu que o liberalismo não estava fora do lugar no Brasil, mas adaptado às necessidades da elite política do país foi Emília Viotti da Costa. Segundo a autora, dois fatores básicos conferiram especificidade ao liberalismo Brasileiro: De um lado a estrutura escravista e colonial da socidade e do outro o caráter tardio da Revolução Industrial no Brasil, que só ocorreria no século 20 e em condições bastante diversas das que proporcionaram a Primeira Revolução Industrial. COSTA, Emília V. da. **Liberalismo brasileiro** In: Folha de São Paulo, Folhetim, 24 de fevereiro de 1985.

> brasileira do século XIX, com certas constantes, e gradualmente encontra uma expressão mais acabada nos enredos dos grandes romances. [17]

O autor percebe um "projeto" de Machado para sua obra, projeto esse elaborado consciente e inconscientemente. Gledson então propõe um diagrama que divide as obras posteriores a 1880 de acordo com o período histórico que retratam. Os dois primeiros romances (*Memórias Póstumas de Brás Cubas e Casa Velha*) relacionados ao período que poderia ser denominado de auge do Segundo Reinado. O segundo período seria o da crise da oligarquia dominante, entre 1860 e inicio de 1870 (*Quincas Borba e Dom Casmurro*). O terceiro par representaria a história além de 1871 (*Esaú e Jacó e Memorial de Aires*). [18]

Deste modo, seguindo esse diagrama, parte da visão machadiana da história do Brasil poderia ser resumida assim:

> Um rígido sistema de classes, baseado na escravidão, que produz uma classe dominante incestuosa, incapaz de renovação procedente dos escalões inferiores (ver, especialmente, *Memórias Póstumas de Brás Cubas, Casa Velha, Dom Casmurro*) e um capitalismo superficial, explorador, com raízes no exterior, incapaz de beneficiar a nação em conjunto, em parte porque esse conjunto é uma ficção (ver, especialmente, *Quincas Borba, Esaú e Jacó, Memorial de Aires*): esses são dois dos aspectos menos encorajadores e, claro, interdependentes da visão que Machado tinha da história do Brasil. [19]

Portanto, nas duas obras citadas, John Gledson analisa as alegorias políticas existentes nos romances de Machado (posteriores a 1880), buscando demonstrar que a visão que o escritor tinha da História era essencial para a composição dos seus romances.

O livro *Machado de Assis: Historiador*[20] de Sidney Chalhoub é também imprescindível para a compreensão da importância da obra do escritor enquanto "testemunho histórico". A diferença da análise proposta pelo historiador, em relação aos dois críticos vistos anteriormente, é que a sua análise se insere no âmbito da renovação historiográfica sobre conceitos e perspectivas centrais para a análise da obra machadiana, como veremos a seguir.

O próprio autor dedica algumas páginas de seu livro, para ressaltar essa diferença, principalmente da sua obra para com a de Schwarz. [21] Para ele haveria pelo menos três

---

[17] GLEDSON, John. **Machado de Assis:** impostura e realismo. Uma reinterpretação de Dom Casmurro, São Paulo, Companhia das Letras, 1991, p. 86.
[18] GLEDSON, John. **Machado de Assis:** ficção e história, São Paulo: Paz e Terra, 2003, pp. 25-29.
[19] Ibidem, p. 31. A divisão dos romances em duas tríades na citação (MPBC, CV, DC e QB, EJ, MA) tem como referencial o ano de 1871, considerado pelo romancista um marco na crise do paternalismo. Ou seja, o enredo da primeira tríade se refere ao período de hegemonia da classe senhorial tradicional do país, e o da segunda à crise dessa elite.
[20] CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis:** historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.
[21] CHALHOUB, Sidney, *op. cit*., pp. 44-50.

explicações para essa divergência. A primeira seria a mudança de enfoque essencial na leitura dos romances do escritor, principalmente os anteriores a *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Em *Helena*, o cerne do romance seria "a descrição dos antagonismos constitutivos das políticas de domínio vigentes no período anterior à crise de fim dos anos 1860 e início da década de 1870." [22] O marco dessa crise seria a lei de 28 de setembro de 1871, considerada decisiva por Machado de Assis. Essa crise teria provocado no romancista um distanciamento dos acontecimentos do período, principalmente das relações paternalistas. [23] Dessa forma, a personagem Helena (e talvez, todas as personagens dependentes dessas relações) está:

> [...] no interior da ideologia senhorial porque possui gratidão e porque conhece e manipula bem os símbolos e valores que constituem e expressam tal ideologia; ela está fora das relações paternalistas devido ao fato de que consegue relativizá-las, e logo percebê-las claramente enquanto poder e, no limite, força ou imposição.[24]

Ou seja, os dependentes, ao relativizar e perceber os símbolos e valores da ideologia senhorial, conseguem dentro dessa própria ideologia atingir seus objetivos, obtendo benefícios para si próprios.[25] Essa visão é completamente diversa da análise de Schwarz, para quem em *Helena*, as diferenças sociais são moralizadas pelo cristianismo e a sua ideologia de Helena é a mesma de Estácio.[26]

A segunda diferença é sobre o conceito de paternalismo. Para Chalhoub, Schwarz, talvez "tolhido em excesso por definições convencionais de paternalismo, comuns à época em que escreveu *Ao vencedor as batatas*, não teve como descortinar inteiramente a dialética extraordinária dos movimentos de Helena no romance de Machado." [27] E qual seria essa definição convencional do paternalismo? Trata-se de uma:

> [...] política de domínio na qual a vontade senhorial é inviolável, e na qual os trabalhadores e os subordinados em geral só podem se posicionar como dependentes em relação a essa vontade soberana. Além disso, e permanecendo na ótica senhorial, essa é uma sociedade sem antagonismos sociais significativos, já que os dependentes avaliam sua condição apenas na verticalidade, isto é, somente a partir dos valores ou significados sociais gerais impostos pelos senhores, sendo assim inviável o surgimento das solidariedades horizontais características de uma sociedade de classes. [28]

---

[22] Ibidem, p. 45.
[23] Idem.
[24] Idem.
[25] Ibidem, p. 46.
[26] SCHWARZ, Roberto. **Ao vencedor as batatas.** 4ª ed. São Paulo: Duas Cidades, 1992, pp.89-112.
[27] CHALHOUB, Sidney, *op. cit*., p. 48.
[28] Ibidem, pp. 46-47.

Já a abordagem de Chalhoub se basearia na renovação historiografia que há cerca de três décadas vem revisando o conceito de paternalismo. Assim, de acordo com essa nova linha, o conceito visto da maneira que foi mencionado acima não passaria do mundo idealizado pela elite senhorial, "a sociedade imaginária que eles se empenhavam em realizar no cotidiano". No entanto, essa tentativa de imposição ideológica não impedia a existência de relações de solidariedades horizontais, e também de antagonismos sociais. Além disso, "subordinação não significa necessariamente passividade." [29]

O terceiro problema é sobre o que se entende por escravidão. Segundo o autor, Schwarz não demonstra a "existência do vínculo estrutural entre escravidão, isto é, o controle social exercido sobre os trabalhadores escravos, e paternalismo, a política de domínio que garantia a subordinação dos dependentes". Dessa forma, ele excluiria o tema da escravidão da obra de Machado, pois as referências a ela não são freqüentes nem centrais no enredo dos romances. [30] Por outro lado, Chalhoub argumenta que:

> Ao centrar suas histórias nos antagonismos entre senhores e dependentes, Machado de Assis abordava, na verdade, a lógica de dominação que era hegemônica e organizava as relações sociais no Brasil oitocentista, incluído aí o problema do controle dos trabalhadores escravos, a relação produtiva de base. Ao fazer isso, o romance machadiano produzia outro registro realista extremamente sutil e eficaz: como a ambiência social dos textos era basicamente o interior de propriedades senhoriais da Corte, não seria verossímil fundar o enredo na escravidão. [31]

Portanto, baseando-se nessa nova perspectiva historiográfica, Chalhoub analisa principalmente os diálogos possíveis entre os dependentes e os senhores, no âmbito da ideologia senhorial. Desse modo, ele procura demonstrar que Machado de Assis na sua prosa, representou e analisou a lógica de dominação social, a partir da visão dos subordinados.

Para concluirmos essa apresentação seria interessante apresentar rapidamente o capítulo que Chalhoub dedica à experiência de Machado de Assis como chefe da segunda seção do Ministério da Agricultura, encarregada de estudar e acompanhar a aplicação da lei de 28 de setembro de 1871, mais conhecida como Lei do Ventre Livre.[32]

O objetivo do autor é demonstrar que, como funcionário público, Machado de Assis procurou, com grande convicção ideológica, defender a aplicação da lei e "as prerrogativas do

---

[29] Ibidem, pp. 47-48.
[30] Ibidem, pp. 48-49.
[31] Ibidem, p. 57.
[32] Ibidem, cap. 4.

poder público contra a sempiterna sanha senhorial." [33] Em todos os documentos da seção encontrados com a letra ou a assinatura de Machado, e que se relacionavam às querelas entre a elite senhorial e o poder público sobre a emancipação de escravos, ou de qualquer outra contenda que favorecesse o cativo, o escritor posicionou-se peremptoriamente a favor do Estado, que defendia a aplicação da lei.

Portanto, para Chalhoub, o processo histórico que culminou com a lei de 1871, esteve "no centro da concepção" da prosa do escritor e "ajudou a delinear uma nova personagem literária: Machado de Assis".

> o romancista formou-se e transformou-se ao longo dos anos 1870 em diálogo constante com a experiência do funcionário público e do cidadão. De fato, é possível até mesmo investigar as relações entre a experiência do funcionário e a famosa virada narrativa do romancista, ocorrida entre 1878 e 1880, ou entre *Iaiá Garcia* e *Memórias póstumas de Brás Cubas*. [34]

Nossa dissertação procura dialogar principalmente com as obras de John Gledson e Sidney Chalhoub. O primeiro por se preocupar principalmente com a política na obra de Machado de Assis, que será o cerne do nosso trabalho. E o segundo, por analisar a importância da relação entre o Machado de Assis cidadão e o escritor.

Como o nosso objetivo principal é apreender um tipo de cidadania prezado por Machado de Assis na série de crônicas intitulada *A semana*, da qual falaremos adiante, precisamos nos debruçar sobre esse conceito, principalmente na sua especificidade política. Segundo José Murilo de Carvalho, remetendo-se à clássica acepção de Marshall, tornou-se costume desdobrar a cidadania em direitos civis, políticos e sociais. O cidadão pleno seria aquele depositório dos três direitos. Não-cidadão seria aquele que não desfrutasse de nenhum. Os direitos civis seriam os fundamentais à vida, à liberdade, à propriedade e à igualdade perante a lei. Seriam a garantia de ir e vir, de escolher o trabalho, de manifestar o pensamento, de organizar-se, de ter respeitada a inviolabilidade do lar, etc. Eles seriam a garantia das relações civilizadas entre as pessoas, garantidas por uma justiça independente. "Sua pedra de toque é a liberdade individual." Os direitos políticos seriam à participação do cidadão no governo da sociedade. Seu exercício seria limitado a uma parcela da população e consistiria na capacidade de fazer demonstrações políticas, de organizar partidos, de votar e de ser votado. Geralmente esse direito é entendido como o direito do voto. Seria a principal instituição dos direitos políticos, os partidos e um parlamento livre e representativo. Por fim,

---

[33] Ibidem, p. 291.
[34] Ibidem, pp.138-139.

os direitos sociais seriam a garantia na participação na riqueza coletiva, incluindo direito à educação, ao trabalho, ao salário justo, à saúde, à aposentadoria.[35]

José Murilo de Carvalho ressalta ainda que a cidadania se desenvolveu dentro do fenômeno chamado Estado-nação que data da Revolução Francesa de 1789. A luta pelo direito sempre se deu dentro das fronteiras geográficas e políticas desse fenômeno. As pessoas se tornavam cidadãs a partir do momento em que passavam a se sentir parte daquele Estado e da nação. Assim sendo, faria parte da concepção moderna de cidadania a lealdade ao Estado e a identificação nacional, apesar de essas nem sempre aparecerem juntas.

Segundo Reinhard Bendix, a Revolução Francesa realizou uma mudança fundamental na concepção de representação, pois a unidade básica deixou de ser a família, a propriedade ou a corporação e passou a ser o cidadão individual; e ela não era mais canalizada por corpos funcionais separados, mas através de uma assembléia nacional unificada de legisladores.[36]

Para Norberto Bobbio o pressuposto filosófico do Estado liberal, entendido como Estado limitado em contraposição ao Estado absoluto, é a doutrina dos Direitos do Homem elaborada pela escola do jusnaturalismo. Segundo essa doutrina todos os homens, indiscriminadamente, tem, por natureza, certos direitos fundamentais, como o direito à vida, à liberdade, à segurança, etc. Direitos esses que os detentores do poder estatal devem respeitar e proteger.[37] Segundo ele, a afirmação dos direitos naturais e a teoria do contrato social estão estreitamente ligados, devido à comum concepção individualista da sociedade, segundo a qual primeiro existe o indivíduo singular com seus interesses e suas carências, que tomam a forma de direitos, e depois a sociedade.[38]

O liberalismo é uma doutrina do Estado limitado, tanto em respeito aos poderes quanto às suas funções, sendo as noções de Estado de direito e Estado mínino as representativas dessas duas características, respectivamente. O que não infere que essas características apareçam concomitantemente em uma nação. Por Estado de direito entende-se geralmente um Estado em que os poderes públicos são regulados por normas gerais (leis fundamentais ou constitucionais) e devem ser exercidos no âmbito das leis que os regulam. Em seu sentido forte, o Estado de direito é aquele em que todos os mecanismos

---

[35] CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil:** o longo caminho. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, pp. 9-10. José Murilo de Carvalho baseia a sua divisão da cidadania na distinção feita inicialmente por T.A. Marshall em seu livro **Cidadania, classe social e status.**

[36] BENDIX, Reinhard. **Construção Nacional e Cidadania.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 128.

[37] BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia.** Editora Brasiliense. São Paulo. Primeira Ed. 1988. 6ª Ed, 1994, 2ª reimpressão, 1997, p.11.

[38] Ibidem, p.15.

constitucionais impedem ou obstaculizam o exercício arbitrário e ilegítimo do poder.[39] Do ponto de vista dos indivíduos, segundo a doutrina liberal, o Estado é um mal necessário, e deve se intrometer o menos possível na esfera de ação daqueles, o que caracteriza o Estado mínimo.[40]

Segundo Bobbio, a democracia moderna não seria incompatível com o liberalismo, apesar de os modernos liberais exprimirem uma profunda desconfiança para com toda a forma de governo popular, e terem restringido o sufrágio durante todo e século XIX e além. O ideal em que um governo democrático deveria se inspirar seria o da igualdade. No entanto, a única forma de igualdade compatível com a liberdade, entendida pela doutrina liberal, é a igualdade na liberdade. Essa concepção se desdobra em dois princípios fundamentais, que são enunciados em normas constitucionais: a igualdade perante a lei e a igualdade dos direitos.

O princípio de igualdade, vinculado ao Estado liberal, não tem a ver com o igualitarismo democrático, que se entende como o ideal de uma certa equalização econômica. Ele prevê apenas a igualdade das oportunidades; dos pontos de partida, mas não de ponto de chegada. Portanto, de acordo com os vários significados de igualdade possível, liberalismo e democracia nem sempre são compatíveis. De acordo com Bobbio, apenas pela fórmula política, que é a da soberania popular, a democracia pode ser considerada como desenvolvimento do Estado liberal. "O único modo de tornar possível o exercício da soberania popular é a da atribuição ao maior número de cidadãos do direito de participar direta e indiretamente na tomada das decisões coletivas." Como já dissemos, muitos escritores liberais contestaram a oportunidade da extensão do sufrágio, que era limitado apenas aos proprietários. No entanto, ele não é contrário ao Estado de direito e ao Estado mínimo.

A participação direta ou indireta na tomada das decisões coletivas pode ser entendida, então, como o direito ao voto e a escolha de representantes políticos. No entanto, o voto pode ser considerado correto e eficaz exercício de poder político, segundo Bobbio, apenas caso se desenvolva livremente, ou seja, se o indivíduo que se dirige às urnas para expressar o próprio voto goza das liberdades de opinião, de imprensa, de reunião, de associação, etc.

Apresentamos essa breve apreciação do Estado liberal, dos direitos do homem, e da cidadania porque, como este trabalho se propõe a mostrar, essas concepções podem ser atribuídas a uma perspectiva de Machado de Assis sobre o tema. Da divisão clássica dos direitos, apenas a defesa dos direitos sociais talvez não seja encontrada claramente nas crônicas da série *A semana* que analisaremos nesse trabalho. Podemos então dizer que o

---

[39] Ibidem, pp.17-19.
[40] Ibidem, p.21.

escritor prezava um Estado liberal de direito, sendo a Constituição a principal garantia dos direitos civis e políticos. Além disso, o autor defendia a igualdade de oportunidades, que pode ser entendida como a igualdade de direitos e a igualdade perante a lei. Assim como o exposto acima, acreditamos também e tentaremos demonstrar que para o autor este Estado liberal de direito se complementa com a democracia, entendida como soberania popular. O principal meio de participação política deveria ser a participação sufragista. Dessa forma, o autor critica as corrupções, fraudes e violências das eleições que deturpavam o valor real desse direito, e também os eleitores absenteístas que não faziam uso dele. Em suma, a cidadania política era defendida pelo autor na sua concepção institucionalizada, ou seja, enquanto direito de eleger ou ser eleito para algum cargo político, dentro das normas estabelecidas pelo Estado.

Para demonstrar e comprovar essa hipótese analisaremos a série de crônicas *A semana* escrita na *Gazeta de Notícias* de 1892 à 1897. Para as crônicas escritas entre 24 de abril de 1892 e 26 de novembro de 1893 utilizaremos o livro organizado por John Gledson, com introdução e notas do crítico inglês.[41] Essa edição traz duas facilidades: Gledson buscou as crônicas no próprio jornal e não em edições anteriores das crônicas, que são incompletas e contem algumas modificações. Além disso, as notas tentam esclarecer muitas passagens e citações obscuras que o crítico procurou sanar buscando, em diversos jornais da época, as referências que Machado de Assis fazia a fatos corriqueiros da época e que seriam quase incompreensíveis sem essas notas. E para as crônicas de 1º de janeiro de 1894 a 28 de fevereiro de 1897 utilizaremos a edição de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira de 1959, para a coleção *Obras completas de Machado de Assis* da editora Mérito.[42] Essa edição traz também duas crônicas escritas em 1900 por Machado. Aurélio Buarque igualmente buscou nos originais da *Gazeta* a referência para a sua edição. E também fez uma revisão ortográfica das crônicas de acordo com o Vocabulário Ortográfico de 1943. Além dessas, utilizamos para o segundo capítulo *O Encilhamento e seus impactos*, o livro organizado pelo professor Gustavo H.B. Franco intitulado *A economia em Machado de Assis*.[43] Como o próprio nome diz, o livro analisa diversas crônicas em que Machado trata de economia e finanças. A maior parte delas é da série *A semana*. Essa edição traz comentários esclarecedores do organizador

---

[41] ASSIS, Machado de. **A Semana, crônicas (1892-1893).** Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

[42] ASSIS, Machado de. **Obras completas de Machado de Assis.** A semana, 2º volume (1894-1895). Edição de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. São Paulo: Editora Mérito, 1959.
ASSIS, Machado de. **Obras completas de Machado de Assis.** A semana, 3º volume (1895-1900). Edição de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. São Paulo: Editora Mérito, 1959.

[43]FRANCO, Gustavo H.B. **A economia em Machado de Assis**: o olhar oblíquo do acionista. Gustavo H.B. Franco, organização, introdução e comentários. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

para as muitas referências financeiras feitas nessas crônicas. Além disso, traz notas explicativas que facilitam a leitura.

Em 1910, Mario de Alencar, filho de José de Alencar e um dos jovens admiradores e amigos de Machado de Assis, selecionou 180 crônicas da série e as publicou. Ele justifica a não publicação de todas elas pelo fato de já ser a obra do escritor imensa. E também se pergunta:

> Que leitores haveria para uma coleção de crônicas enfeixadas em três volumes alentados? Não bastaria o nome do cronista, não bastaria a graça do estilo e a perfeição da língua nunca ausentes em nenhum trabalho seu para criar o interesse na leitura de tão longa coleção.[44]

Talvez se somarmos a nossa curiosidade histórica sobre o período e a obra do escritor, muito pouco estudada em sua fase republicana, possamos justificar as nossas várias leituras dessa longa série. O certo é que essas crônicas são um rico testemunho histórico de um período importante da história da República. Para Mario de Alencar esse gênero literário pedia justamente as qualidades de engenho que Machado de Assis tinha de sobra. Foi por ele que o escritor começou a escrever e se fez prosador emérito, antes de ser o que revelaram os seus contos e romances. Para ele o que dava maior valia a esses escritos era o fato de eles serem os registros do espírito do autor. "Pode-se lendo-as atentamente recompor-lhe a marcha das idéias, acompanhar-lhe as leituras que fazia, e talvez com certa agudeza construir toda a filosofia do homem sob os disfarces do escritor."[45] É tentador seguir o conselho de um dos seus amigos mais íntimos. No entanto, os disfarces do escritor eram diversos e muitas vezes sutis. Portanto, toda cautela é necessária antes de se atribuir ao homem as idéias do narrador das crônicas. É esse cuidado que justifica o nosso capítulo *Machado de Assis cronista da Gazeta de Notícias e o narrador da série A semana*.

Nesse primeiro capítulo da nossa dissertação apresentaremos alguns pontos importantes para a compreensão da nossa análise da série de crônicas *A Semana.* Abordaremos, inicialmente, as atividades do escritor durante o conturbado período de implantação da República. Logo após, apresentaremos a *Gazeta de Notícias*, um dos jornais mais populares do Rio de Janeiro e no qual Machado de Assis escreveu grande parte de suas crônicas. Esse jornal foi um dos primeiros a inovar o modo de distribuição de seus fascículos. Ele passou a ser vendido diária e avulsamente, por um módico preço, apenas dois tostões.

---

[44] ASSIS, Machado de. **Obras completas de Machado de Assis.** A semana, 1º volume (1892-1893). Edição de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. São Paulo: Editora Mérito, 1959, pp.8-12.
[45] Idem.

Além disso, fez de um dos seus principais atrativos as crônicas de diversos escritores, ilustres e desconhecidos. Em seguida, analisaremos esse gênero literário e a sua importância enquanto testemunho histórico. Tentaremos demonstrar que havia uma elaboração literária maior do que a constatada por muitos críticos. Além disso, analisaremos a importância do gênero no conjunto da obra do escritor e finalmente apresentaremos a série *A Semana*, que forma o *corpus* documental da nossa pesquisa. Procuraremos demonstrar que Machado de Assis criou um narrador ficcional para essa série de crônicas. Diferentemente do que fazem muitos críticos,entendo que as opiniões do narrador não podem ser atribuídas diretamente a Machado de Assis, sem uma análise mais aprofundada da caracterização de um possível narrador putativo. Analisaremos, então, as suas peculiaridades e a sua continuidade dentro da série.

As suas principais características são a egolatria e a indiferença. Ao se voltar apenas para interesses pessoais, o narrador freqüentemente se diz insensível aos problemas públicos. Acreditamos que Machado de Assis, ao dotar seu narrador desses atributos, procurava criticar a falta de cidadania e de interesse pelo bem público por parte da população carioca. Assim sendo, grande parte da ironia dessa série está no distanciamento entre o autor real e o autor ficcional.

No segundo capítulo, analisaremos as crônicas que tratam do fenômeno conhecido como Encilhamento e as conseqüências econômicas e financeiras que ele acarretou. Esse tema é o que aparece com maior freqüência nessa longa série. Assim sendo, analisaremos inicialmente a gênese da crise financeira. Os motivos que levaram à enorme emissão de moeda e à criação de diversas sociedades anônimas no “ano terrível” de 1890-1891. Veremos então a perspectiva do cronista sobre esses anos de grande especulação financeira e rápidos enriquecimentos. Explicaremos então essa alcunha *Encilhamento* e a sua relação com as corridas de cavalos. E mais criticamente a relação entre os negócios escusos que ocorriam nas corridas e na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro. A seguir analisaremos a crise cambial e financeira que se seguiu ao período de bolha especulativa e a bancarrota de diversas sociedades anônimas, inclusive dos bancos emissores. As principais propostas para sanar esses problemas eram as encampações, por parte do governo, das emissões bancárias, e o arrendamento de seus ativos, principalmente as ferrovias federais. Em seguida, analisaremos o vício da população carioca em jogos de azar, de acordo com o cronista.

O principal objetivo desse capítulo é demonstrar que, além da crítica moralista às especulações da bolsa, ao enriquecimento sem trabalho e ao vício em todo tipo de jogos de azar, a principal preocupação do cronista é com o bem público e com a cidadania. Tentaremos demonstrar que os problemas advindos com a crise cambial e financeira eram criticados pelo

escritor porque o atingia individualmente, por exemplo, com o aumento dos preços dos produtos. Mas principalmente, porque era um problema que atingia todos os cidadãos. As propostas de encampação das emissões e arrendamento de ativos do governo federal eram criticadas pelo autor porque eram maneiras de socializar os prejuízos causados pelos desmazelos privados e públicos com todos os cidadãos contribuintes, que em última instância seriam responsabilizados por isso. Além disso, o arrendamento de propriedades federais para se conseguir novos empréstimos não ajudariam a sanar a crise, pois serviriam apenas para o pagamento de juros de empréstimos anteriores. Também a crítica ao vício da população com jogos de azar assinala uma preocupação com a formação dos cidadãos brasileiros. Para o cronista, esses indivíduos, voltados apenas para os lucros e ganhos fáceis, de interesses privados, não poderiam se tornar cidadãos preocupados com o bem coletivo.

No último capítulo, trataremos da cidadania política propriamente dita, ou seja, das referências às eleições e aos trabalhos parlamentares. Começaremos analisando a primeira crônica da série para descobrir uma possível chave interpretativa para o restante dos textos. Dessa forma, analisaremos as crônicas em que são abordadas as eleições. O narrador critica o grande número de abstenções que aconteciam. Apesar de criticar todos os subterfúgios utilizados para se corromper as eleições, como as fraudes e as ações violentas, o principal responsável pelo mal eleitoral é o próprio cidadão que não faz uso de seu direito “soberano” de escolher os seus representantes. Assim sendo, o narrador se utiliza dessas crônicas para incitar uma maior participação sufragista. Ele o faz de duas maneiras: através de um discurso direto, sem ironia e outras figuras retóricas, falando claramente ao leitor sobre a importância das eleições e do voto. Ou, ironizando e criticando o eleitor de diversas maneiras: seja pela sua preguiça e ignorância sobre o uso de um direito constitucional, seja por seu individualismo exacerbado, que o fazia se preocupar somente com seus interesses financeiros, com o lucro, ou em ganhar dinheiro de maneira “vadia” através dos jogos de azar.

Apesar de ser o eleitor o maior responsável na perspectiva do cronista ele não deixa de criticar severamente as corrupções, fraudes e violências das eleições. Além disso, critica a forma como eram organizadas as eleições: a falta de mesários nas sessões ou a demorada chamada por bairros, quando seria mais conveniente a votação por ordem de chegada.

Por outro lado, o cidadão que fazia uso do seu direito de voto podia e devia cobrar dos seus representantes. É o que faz também o nosso cronista. Ele acompanha os trabalhos das assembléias nacionais, estaduais e municipais. Sua principal crítica é a pouca assiduidade dos políticos e as poucas horas trabalhadas. Essa crítica é feita muitas vezes em comparação com

a Câmara dos Comuns inglesa, que virava a noite em trabalhos legislativos, de acordo com os telegramas da época.

Além disso, o narrador ainda se preocupava com a falta de civismo da população, principalmente com a falta de entusiasmo na comemoração de datas importantes da história brasileira como o Treze de Maio, ou o Sete de Setembro. Segundo ele, o brasileiro tinha em pouca conta o passado e o futuro, e se governava somente pelo presente. Para ele, essa identificação nacional era a contrapartida da cidadania.

Improvável, talvez, que Machado de Assis aprovasse essa maneira de começar um texto, apresentando as hipóteses, as possibilidades, os objetivos. Nada menos literário. Procuraremos compensar esse desvio artístico dando voz ao escritor e as suas crônicas daqui pra frente. Por outro lado, pode ser que lhe contentasse o estudo de seus escritos. Em uma dessas crônicas[46] o narrador diz que seria agradável aos seus "manes"[47] saber que um homem de 1944 dava alguma atenção a uma velha crônica de meio século. Não que lhe atribuísse nenhuma mina de ouro ou grande mérito, mas se a piedade desse homem do futuro o levasse a escrever que um escritor do século XIX achou um caso de cor local que não lhe parecia destituído de interesse, ficaria satisfeito. "Sim, meu jovem capitão, ficarei contente, desde já te abençôo." Talvez o contentemos em dobro, já que estamos a mais de um século daqueles escritos. Portanto, continuemos! Com a benção do imortal Bruxo do Cosme Velho e com a sua exemplar modéstia.

[46] Crônica de 19 de agosto de 1894.
[47] As almas dos mortos.

Capítulo I. Machado de Assis cronista da *Gazeta de Notícias* e o narrador da série *A semana*

> *Eu, como gosto muito da minha Carioca, por maiores tachas que lhe ponham, amo os que a amam também, e os que a bendizem. Terá defeitos esta minha boa cidade natal, reais ou fictícios, nativos ou de empréstimo; mas eu execro as perfeições. Tudo há de ter o jeito de cousa nascida, - e não cabal, portanto.*
>
> Machado de Assis. *A semana*, 21 de janeiro de 1894.

No início do primeiro decênio republicano, Machado de Assis já era autor reconhecido nos meios intelectuais. Seu sexto romance, Quincas Borba, lançado em novembro de 1891, após ter sido publicado como folhetim no jornal *A Estação*, de 1º de junho de 1886 a 15 de setembro de 1891, foi seu primeiro grande sucesso de crítica e de público. A primeira edição de mil exemplares esgotou-se em tempo recorde, e em 1896 já era lançada a segunda, e em 1899, a terceira.[48] Além disso, sua obra começava a ser analisada pelas duas principais correntes da crítica literária do período: Sílvio Romero, Múcio Teixeira, Luís Murat e Agripino Grieco, por um lado e Conselheiro Lafaiete (Labieno), Magalhães de Azeredo, José Veríssimo, Araripe Júnior e Valentim Magalhães, por outro.[49] Assim se referia José Veríssimo ao escritor:

> [...] poeta delicado das *Falenas*, o espirituoso novelista dos *Contos Fluminenses*, o mimosíssimo autor do *Tu, só tu, Puro Amor*, o romancista observador da *Ressurreição*, o fino humorista dos *Papéis Avulsos* e das *Memórias Póstumas de Brás Cubas*.[50]

O crítico reconhecia o talento de Machado de Assis nos mais diversos gêneros literários.

Além do prestígio literário, Machado de Assis, em 1888, receberia outro reconhecimento. Era promovido a oficial da Ordem da Rosa, por decreto da Regente do Império, Princesa Isabel. A agraciação partiu do Ministro do Império do gabinete

---

[48] GUIMARÃES, Hélio Seixa. **Os leitores de Machado de Assis**: O romance machadiano e o público de literatura no século 19. Tese de doutorado em Teoria e História Literária, Unicamp, 2001, p.163.
[49] Ibidem, p.162.
[50] VERÍSSIMO, José *apud* MAGALHÃES JUNIOR, Raymundo. **Vida e obra de Machado de Assis**. Maturidade, 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília. P.193.

abolicionista de João Alfredo, José Fernandes da Costa Pereira Júnior. A *Gazeta de Notícias* registrou a repercussão da promoção:

> O distinto literato e nosso colega Machado de Assis, que acaba de ser merecidamente agraciado pelo governo imperial, foi ontem alvo de uma manifestação de agrado e simpatia, por parte de alguns de seus amigos e companheiros de repartição.[51]

Na sessão que chefiava, na Secretaria da Agricultura, o escritor receberia flores e cumprimentos dos amigos. Mas os seus dias na referida sessão estavam contados. Em 30 de março de 1889, ele seria promovido a diretor da Diretoria de Comércio do Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em decreto assinado pelo ministro Rodrigo Augusto da Silva, em nome do imperador.[52] Exerceu a função até 1893 quando o ministério passou por uma reforma administrativa e transformou-se em Secretaria da Indústria, Viação e Obras Públicas. A partir de então passou a exercer a função de Diretor-Geral da Viação.

Após a publicação e o sucesso de *Quincas Borba*, Machado de Assis encetava, a 24 de abril de 1892, mais uma série de crônicas na *Gazeta de Notícias*, intitulada *A semana.* Em 28 de fevereiro de 1897 o escritor, após 245 crônicas, publicava a última da série. Apesar do anonimato, esses textos eram reconhecidamente dele. Comenta Artur de Azevedo, em janeiro de 1893, no jornal *O álbum:* "Atualmente escreve Machado de Assis, todos os domingos, na *Gazeta de Notícias*, uns artigos intitulados *A semana*, que noutro país mais literário que o nosso teriam produzido grande sensação artística".[53] Essas crônicas nos revelam a reação de Machado de Assis à cena política e social no momento que o projeto do regime republicano ia sendo implantado no país. Essas crônicas formam o *corpus* documental de nossa pesquisa e serão apresentadas e analisadas pormenorizadamente adiante.

Também nesse período, em 1896, o escritor publicaria mais um livro de contos: *Várias Histórias*. No entanto, outro dado da sua biografia chama mais a atenção nesse momento. Em 4 de janeiro de 1897 era eleito presidente da Academia Brasileira de Letras, por indicação de Lúcio de Mendonça, idealizador da instituição recém inaugurada. O único voto contrário fora o dele mesmo. Provavelmente o fim da série de crônicas *A semana* ocorreu devido à falta de tempo do escritor, atarefado com os serviços da ABL.

Ao contrário da vida profissional e artística do escritor, o contexto histórico da primeira década republicana não era nada animador. Duas revoltas importantes foram

---

[51] Idem, p. 122.
[52] Ibidem, p.134.
[53]AZEVEDO, Artur apud GLEDSON, John . Machado de Assis, **BONS DIAS! Crônicas (1888-1889)**, 2 ª ed. São Paulo: Hucitec , 1997. Introdução, p. 13.

deflagradas concomitantemente nesse período: a Revolução Federalista e a Revolta da Armada, exigindo grandes esforços econômicos e militares por parte do governo federal. Essas revoltas viriam agravar ainda mais a situação financeira do país, que já era caótica devido ao Encilhamento e as suas conseqüências, que durariam pelo menos até 1898 com o primeiro *funding loan*, no governo de Campos Sales.

Houve na cidade do Rio de Janeiro uma rápida aceleração no ritmo de vida da sociedade, devido às mudanças políticas, econômicas e sociais. "A nova filosofia financeira nascida com a República reclamava a remodelação dos hábitos sociais e dos cuidados pessoais."[54] Dessa forma, o fetichismo consumista se propagava na sociedade.

Com tantas mudanças ocorrendo tornou-se necessário também, pelo menos de acordo com esse novo tipo social, mudar urbanisticamente a cidade e acabar com os resquícios arquitetônicos coloniais.

> Era preciso, pois, findar com a imagem da cidade insalubre e insegura, com uma enorme população de gente rude plantada bem no seu âmago, vivendo no maior desconforto, imundície e promiscuidade, pronta para armar em barricadas as vielas estreitas do centro ao som do primeiro grito de motim.[55]

Essas mudanças começaram muito cedo, desde os primórdios da República, mas de forma drástica com a administração ditatorial de Pereira Passos na prefeitura da cidade entre 1902 e 1906. Era o início da "regeneração", na linguagem dos cronistas.[56]

Além disso, durante o período em que Machado de Assis escreveu sua série de crônicas *A Semana*, nenhum grupo havia se firmado no poder e a agitação política era grande.

O jacobinismo, "movimento político de composição social heterogênea, conduzido por um discurso, em essência, militar-positivista", atuou com possibilidades de vitória entre 1893 e 1897.[57]

O partido monarquista, apesar da sua grande fragilidade, foi temido durante esse período, ou pelo menos usado como bode expiatório pelos grupos republicanos, principalmente os mais exaltados. No entanto, "apenas quando o projeto paulista se torna

---

[54] SEVCENKO, Nicolau. Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, p. 40.
[55] Ibidem, p. 41.
[56] Ver CARONE, Edgard. **A república velha**: evolução política (1889-1930). 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1983 e FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 2006. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso, p. 38-45.
[57] QUEIROZ, Suely R. R. de. **Os radicais da república**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p.263-265.

hegemônico, sufocando todas as resistências — e não antes disso — pode-se afirmar que o movimento[monarquista] tornou-se saudosista e anacrônico." [58]

1.1 A Gazeta de Notícias

> *A* Gazeta *completou os seus dezoito anos. Ao sair da festa de família com que ela celebrou o seu aniversário, fui pensando no que me disse um conviva, excelente membro da casa, a saber, que os dois maiores acontecimentos dos últimos trinta anos nesta cidade foram a* Gazeta *e o bonde... Um e outro fizeram igual revolução.*
>
> Machado de Assis: Gazeta de Notícias, *A semana* de 6 de agosto de 1893.

A colaboração de Machado de Assis na *Gazeta de Notícias*, que começou em 1881, só terminaria em 1904, mais de trinta anos depois do início da frutífera parceria. Na folha carioca, o escritor publicou em torno de 50 contos, três críticas literárias, duas traduções de poemas, além de algumas poesias.[59] No entanto, foi através de outro gênero que o autor consolidou-se como um dos membros mais ilustre desta "família". Entre 1883 e 1897, Machado publicou quase 500 crônicas no periódico[60], divididas em várias séries: *Balas de Estalo*[61], *A + B*, *Gazeta de Holanda*, *Bons Dias!* e *A semana*. Portanto, não é de se estranhar tamanha familiaridade entre Machado de Assis e a *Gazeta de Notícias*.

Da mesma forma, nada tem de extraordinário na atribuição de revolucionária dada à folha pelo escritor. Afinal, antes mesmo das irreversíveis inovações trazidas pela *Gazeta*, o jovem Machado já exaltava o papel regenerador do Jornal:

> O jornal é a verdadeira forma da república do pensamento. É a locomotiva intelectual em viagem para mundos desconhecidos, é a literatura comum, universal, altamente democrática, reproduzida todos os dias, levando em si a frescura das idéias e o fogo das convicções.[62]

---

[58] JANOTTI, Maria de Lourdes M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 263.
[59] www.machadodeassis.org.br.
[60] ASSIS, Machado de. **BONS DIAS! Crônicas (1888-1889)**, edição, introdução e notas de John Gledson. 2ª ed. São Paulo: Hucitec , 1997. Introdução, p. 20.
[61] Série dividida entre vários colaboradores da *Gazeta*. Para um estudo minucioso da série, ver: RAMOS, Ana Flávia Cernic. **Política e humor nos últimos anos da monarquia**: A série "Balas de Estalo" (1883-1884). Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 2005.
[62] Machado de Assis. **O jornal e o livro**. Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 10 e 12\01\1859.

Apesar do intervalo de quase 35 anos entre a publicação deste artigo e a crônica de 6 de agosto de 1893, e descontado o entusiasmo juvenil do escritor, é possível perceber a mesma convicção do papel revolucionário e democrático do Jornal.[63] Entretanto, grandes mudanças ocorreram neste tipo de publicação no *intermezzo* que separava os dois escritos. Como já foi dito, a *Gazeta de Notícias* foi uma das responsáveis pelas transformações ocorridas. Na crônica de 6 de agosto 1893, Machado de Assis ressalta algumas destas inovações e indo ao seu encalço, procuraremos apresentá-las.

O Bruxo do Cosme Velho continua a crônica dizendo-nos que tanto à *Gazeta* quanto ao bonde, se poderia aplicar o título de um velho livro do Padre Manuel Bernardes, "*Pão partido em pequeninos."* Com esta associação, o cronista procura salientar o caráter democrático de ambos. O cronista nos conta que antes da *Gazeta de Notícias* "as folhas eram só assinadas; poucos números avulsos se vendiam, e, ainda assim era preciso ir comprá-los ao balcão, e caro." Quem não tinha condições de pagar a assinatura de algum jornal, tinha como recurso pegá-lo emprestado, "como se faz ainda hoje com os livros – com esta diferença que o Jornal era restituído –, e com esta semelhança que voltava mais ou menos enxovalhado."

De fato, a nova folha, fundada em 2 de agosto de 1875 por Ferreira de Araújo, e que tinha ainda como editores Manuel Carneiro e Elísio Mendes e como redatores Henrique Chaves e Lino de Assunção, mudaria essa maneira de se comerciar jornal. Ela era vendida avulsamente por meninos jornaleiros que "com a Gazeta debaixo do braço e o pregão na boca, espalhavam-se por essas ruas, berrando a notícia, o anúncio, a pilhéria, a crítica, a vida, em suma." Além disso, o novo jornal era barato, dois vinténs escassos ou 40 réis. Isso devido ao bom aproveitamento publicitário da folha.[64] "As outras folhas – não tinham o domínio da notícia e do anúncio, da publicação solicitada, da parte comercial e oficial." Dessa forma, o jornal que inicialmente tinha uma tiragem de 12 mil exemplares, já em 1880 dobrou esse montante,[65] e em 1897 esse número já chegava à casa dos 40 mil.[66] Como referência, a tiragem de *O Paíz* em 1885 ainda era de 15 mil exemplares.[67]

---

[63] Em outro artigo escrito durante seus verdes anos, Machado ressalta ainda o caráter dialógico do jornal. Neste, a palavra transforma-se em discussão e esta é a "sentença de morte do *status quo*, de todos os falsos princípios dominantes." Machado de Assis. *A reforma pelo jornal*. O Espelho, Rio de Janeiro, 23\10\1859.

[64] PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras**: Os literatos e as histórias da folia carioca nas últimas décadas do século XIX. Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 1993, p. 19.

[65] RAMOS, Ana Flávia Cernic. Ibidem, p. 7.

[66] CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. **A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1896-7) e *La Guerra Del fin Del Mundo* (1981) de Mario Vargas Llosa**: Uma análise comparativa entre o discurso republicano e a (re) criação literária. Dissertação de mestrado em Letras, Unesp – Assis, p.18.

[67] PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras**: Os literatos e as histórias da folia carioca nas últimas décadas do século XIX. Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 1993, p.19.

Assim como a *Gazeta* democratizou o acesso à informação, o bonde facilitou o acesso ao centro da cidade. Machado nos informa na crônica: "A moça que vem hoje à Rua do Ouvidor, sempre que lhe parece, à hora que quer, com a mamãe, com a prima, com a amiga, porque tem o bonde à porta e à mão, não sabe o que era morar fora da cidade ou longe do centro". Antes, os transportes coletivos se resumiam a poucas diligências ou ônibus que faziam escassas viagens.

A implantação do bonde (1868) simbolizava a modernização urbana e industrial que ocorria na cidade do Rio de Janeiro no início da década de 1870. É a partir desse momento e devido a essas mudanças que se viabilizava o surgimento de uma grande e vantajosa imprensa comercial.[68] "O bonde foi posto em ação, e a Gazeta veio no encalço."

> A imprensa aderia à voracidade das transformações impostas com o processo de modernização, com a difícil incumbência de noticiar suas novidades. O texto jornalístico deveria acompanhar atentamente o movimento, deixar-se perder no efêmero.[69]

Também neste quesito, a *Gazeta de Notícias* foi precursora. Ferreira de Araújo modificou a distribuição das colunas e textos do seu jornal, tornando a sua leitura mais fácil e célere. Diz-nos Machado que a mocidade do texto era infinita, e continua: "A gente grave, que não é excessivamente grave, dá apreço à nota alegre, gostou daquele modo de dizer as coisas sem retesar os colarinhos." Além disso, o diário se caracterizava pelo discurso de imparcialidade política em detrimento das folhas partidárias, que em sua grande maioria "vivia o que vivem as rosas de Malherbe."[70]

Portanto, a *Gazeta de Notícias*, ao facilitar o acesso a seus exemplares através das vendas avulsas, de módico preço, da linguagem mais leve e da desvinculação partidária, se popularizou "e toda a imprensa mudou de jeito e de aspeito." Segundo Leonardo Affonso de Miranda Pereira, esta nova maneira de se fazer jornal despertava o interesse do público, tornando-se comum a sua leitura em voz alta. Assim, além de uma minoria instruída, o jornal alcançava também parte da população iletrada da cidade.[71]

Além das inovações materiais e comerciais da *Gazeta*, outra condicionante colaborou para a popularização da folha: o grande número de literatos que escreviam no periódico. Nos

---

[68] RAMOS, Ana Flávia Cernic. Ibidem, p. 6.
[69] ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. **Machado de Assis e o Self**: experimentos de si na corte de letras. Tese de doutorado em Ciência Política, Iuperj, 2003, p.169.
[70] Ou seja, pouco duravam. "Citação célebre do poema de Malherbe (1555-1628) 'Consolation à M. Du Perier Gentilhomme d'Aix-em-Provence sur La mort de sa fille': 'Mais elle était du monde ou lês plus belles choses / Ont le pire destin: / Et Rose elle a vécu ce que vivent lês Roses, / L'espace d'um matin'." ASSIS, Machado de. BONS DIAS! Crônicas (1888-1889), edição, introdução e notas de John Gledson, op. cit., nota 4, página 179.
[71] PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, op. cit., p. 20.

seus primeiros anos, a folha propiciou a escritores quase desconhecidos espaço para que eles apresentassem ao público leitor seus trabalhos e idéias, contiguamente a autores de renome nacional e internacional, como Eça de Queirós, Émile Zola, Machado de Assis, Coelho Neto, entre outros. Propiciava, ainda, uma fonte de renda para os seus colaboradores.[72]

No entanto, a partir da década de 1890, a *Gazeta*, segundo Clara Miguel Asparti, passou a adotar critérios mais rigorosos na escolha de seus colaboradores. Com a consolidação da grande imprensa no Brasil, o trabalho jornalístico passou a ser a principal fonte de renda para muitos escritores, o que aumentava a concorrência por um espaço nas colunas dos principais jornais.[73] Luís Edmundo, no seu memorial *O Rio de Janeiro do meu tempo*, nos informa que a *Gazeta*, no início do século XX, era a segunda folha com os melhores salários. "Um repórter ganha de 160$ a 200$, um redator de 280$ a 400$, um secretário ou redator-chefe de 500$ a 700$000." [74] Olavo Bilac, um dos redatores literários da folha, chegou a receber por uma quadra propagandística da empresa Fósforos Brilhantes, 100 mil réis.[75] Para escrever as crônicas da série *A semana*, analisadas nessa dissertação, Machado de Assis recebia 150 mil réis mensais.[76]

Por outro lado, os escritos desses homens das letras tornaram-se um dos principais atrativos das folhas.[77] No décimo quarto aniversário da *Gazeta*, a seção *Revistinha*, publicada na folha, comentava que quando o autor das crônicas *Bons Dias!* encetava uma série, a tiragem do jornal aumentava. O arrogante relojoeiro Policarpo, narrador ficcional das crônicas[78]escritas por Machado de Assis entre 1888 e 1889, na *Gazeta de Notícia*, responde presunçosamente à *Revistinha*:

> Negar que o aumento da tiragem da Gazeta é devido aos meus cumprimentos é tapar o sol com uma peneira. Ninguém ignora que as pessoas bem criadas fazem mais atrativas as casas e reuniões. Aqui que me conste, ninguém fala aos leitores saudando-os antes de começar, senão eu [...] Daí vem que a Gazeta nunca teve mais de onze a treze assinantes, e sete leitores. Entrei eu, com estes gestos corteses, e a coisa mudou. A fortuna é mulher: gosta de ser cortejada.[79]

---

[72]Ibidem, p. 21.
[73] ASPARTI, Clara Miguel, **A vida carioca nos jornais**: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. In: Revista Contemporânea, nº 7, 2006, p.48.
[74] Luís Edmundo. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. 1940. Senado Federal, Conselho Editorial. Brasília, 2003, p. 571.
[75] Idem.
[76] PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis**: Estudo Crítico-biográfico. 6ª ed, Editora Itatiaia\USP,. P.212.
[77] PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, op. cit., p. 21.
[78] Trataremos da questão da criação de narradores ficcionais para as crônicas, quando nos ocuparmos das especificidades do gênero.
[79] ASSIS, Machado de. **BONS DIAS! Crônicas (1888-1889)**, edição, introdução e notas de John Gledson, op. cit., 203. Crônica de 3 de agosto de 1889.

Obviamente, o modesto Machado de Assis não compartilhava tamanha soberba com o seu narrador ficcional. Alias, é nesse distanciamento entre autor e narrador que, para Sidney Chalhoub, reside boa parte da comicidade e ironia desses textos."[80] Contudo, o fato de se admitir nas páginas da própria folha, que as crônicas do já consagrado escritor aumentavam as suas vendas, é significativo.

De fato, desde o início da publicação da *Gazeta*, quando ela ainda apresentava quatro páginas minguadas e as diversas seções não tinham lugar nem dia fixo para aparecer, as crônicas dos vários escritores já tinham seu lugar cativo e apareciam quase diariamente.

Estes, conscienciosos do papel missionário da literatura, procuravam não apenas relatar os acontecimentos do cotidiano, mas, sobretudo, transformá-lo. Muito mais do que informar, formar opiniões.[81] A crônica era o gênero dileto utilizado pelos homens das letras para se atingir esse objetivo. Ela será assunto do próximo tópico. Entretanto, antes de mudarmos de matéria, e para não deixarmos o nosso Bruxo falando sozinho, precisamos finalizar a crônica de 6 de agosto de 1893.

Dizia-nos Machado que as folhas políticas viviam "o que vivem as rosas de Malherbe" e continua adiante:

> Não me puxem as orelhas pelo que disse acerca das folhas políticas. Se não eram vivedouras outrora, se hoje o não podem ser sem outro algum condimento, a culpa não é minha. E digo mal, políticas; partidárias é que deve ser. De política também tratam as outras.[82]

Apesar da questão ser demasiado longa para o curto espaço de uma crônica, o autor diz sempre querer contar uma história. Esta fala do ex-presidente da Argentina, Bartolomé Mitre, que quando entregou o poder a Sarmiento foi homenageado com um jornal que criaram para lhe dar. Era o jornal *Nación*, que um quarto de século após sua gênese ainda pertencia a Mitre, e aconselhava a união de todos os cidadãos. Moral da história:

> Os jornais partidários precisam de partido, um partido faz-se com homens que votem, que paguem, que leiam. Há ler sem pagar; não é a isso que me refiro. Há também pagar sem ler; falo de outra coisa. Digo ler e pagar, digo votar, digo discutir, escolher, fazer opinião. Sem ela, sem uma boa opinião ativa, pode haver algumas veleidades, mas não há vontade. E a vontade é que governa o mundo.[83]

---

[80] CHALHOUB, Sidney. **John Gledson leitor de Machado de Assis**. In: *Art*Cultura, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 109-115, jul.-dez. 2006, p.113.
[81] PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda, op. cit., p.22.
[82] Crônica de 6 de agosto de 1893.
[83] Idem.

Assim termina a crônica. Não é em vão que Machado a finaliza salientando a importância de se votar, escolher, discutir, tudo isso associado à leitura, à alfabetização. Como foi dito alhures, os cronistas queriam transformar aquilo que consideravam inconveniente. Mas tudo é ovo, diria Machado em outra crônica dessa série, de 15 de maio de 1892. "A carta que estás escrevendo à tua namorada, pode ser o ovo de dous galhardos rapazes, que antes de 1920 estejam secretários de legação." O que foi dito acima também é o ovo de outro capítulo. Deixamo-lo aqui para o "leitor atento, verdadeiramente ruminante", que tem "quatro estômagos no cérebro"[84], ir se deleitando. Vamos à Crônica.

1.2 A crônica: gênero literário e testemunho histórico

A crônica, como já foi dito, era o gênero preferido dos literatos que escreviam nos grandes jornais cariocas. No entanto, ela carrega o fardo de ter o seu valor artístico atenuado. Essa perspectiva é comum a vários críticos. Antônio Cândido, em *A vida ao rés-do-chão*, diz que a crônica não busca a pintura de belos cenários, mas sim o relato de coisas miúdas. Isso, devido ao fato de que ela não era feita para durar, já que era obra publicada nos jornais, os quais tinham como característica intrínseca serem efêmeros. Daí que, "a sua perspectiva não é a dos que escrevem do alto da montanha, mas do simples rés-do-chão."[85] John Gledson também salienta a inferioridade do gênero. Segundo o autor, os romances e contos são obras artísticas elaboradas conscientemente com esse intuito. Por outro lado, as crônicas não são escritas para a posteridade. Estão muito mais imersas no tempo.[86] Margarida de Souza Neves levanta várias características positivas da crônica enquanto documento histórico, para justificar o uso desse gênero "reconhecidamente menor", em prejuízo de outros mais nobres.[87] Tal perspectiva pode levar os mais desatentos a equívocos, como é o caso de Gilberto de Mello Kujawski, que, em artigo sobre a crônica machadiana diz:

> A crônica, talvez por ser considerada um gênero menor, escapa à regimentação inflexível ditada pelas escolas. Na crônica fala o autor mesmo, a partir de sua autenticidade, de sua liberdade interior, liberta do formalismo e do dogmatismo dos sistemas, das doutrinas e das tendências estilísticas

---

[84] Machado de Assis. **Esaú e Jacó**. Capítulo LV.

[85] CÂNDIDO, Antonio. **A vida ao rés-do-chão**. In: A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992 p. 14.

[86] Machado de Assis, **BONS DIAS! Crônicas (1888-1889)**, edição, introdução e notas de John Gledson. 2ª ed. São Paulo: Hucitec , 1997. Introdução, p.11.

[87] NEVES, Margarida de Souza**. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas**. In: A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil, op. cit., p.79.

> dominantes [...] Na crônica, Machado se liberta de si mesmo, daquela imagem do autor distante, situado em plano superior e avaliando os dramas da existência como comédia e nada mais. Volta a ser o Machadinho que perambulava pelas ruas à procura do seu segundo amor em todas as formas, figuras, cenas e ritmos da cidade do Rio de Janeiro.[88]

Doce ilusão imaginar-se diante dos pensamentos legítimos do escritor, ao ler suas crônicas. No entanto, esse engano é recorrente. Comumente, podemos encontrar citações de crônicas utilizadas fora do contexto da série na qual se insere, e sempre associadas ao pensamento do seu autor. O que sustenta tais interpretações é a suposição de que não há elaboração narrativa no feitio da crônica.[89]

Feitas sob pressão, com prazo determinado e com o intuito de discorrer sobre os acontecimentos do cotidiano, elas seriam criadas por "força das circunstâncias".[90] No entanto, a partir de meados do Oitocentos, vários romances e contos eram publicados primeiramente nos jornais, e com prazos para serem entregues.

No prefácio do livro *Páginas Recolhidas*, nos informa Machado de Assis sobre a origem dos textos que o compõem. São contos e novelas, figuras que ele viu e imaginou. "Saíram primeiro nas folhas volantes do jornalismo, em data diversa, e foram escolhidas dentre muitas, por achar que ainda agora possam interessar." Integram também o livro algumas crônicas escritas na *Gazeta de Notícias*, escolhidas por não destoar do livro, "seja porque o objeto não passasse inteiramente, seja porque o aspecto que lhe achei ainda agora me fale ao espírito" [91]. Assim sendo, para Machado de Assis o valor artístico do texto independia do gênero utilizado para escrevê-lo. Tanto novelas e contos, quanto crônicas poderiam ter um aspecto relevante.

Torna-se então necessária, a apresentação de algumas características desse gênero para salientar tanto seu valor artístico, quanto seu valor documental. Uma de suas principais nuanças é o caráter dialógico, entre autor e público, quanto à escolha temática.

> Ao cronista cabia a responsabilidade de buscar, dentre os acontecimentos sociais de maior relevo e divulgação, capazes de formar entre escritor e público códigos compartilhados que viabilizassem a comunicação, temas que lhe permitissem discutir as questões de seu interesse. Por mais banais que fossem para os contemporâneos, a especificidade dos temas coloca, a um

---

[88] KUYJAWSKI, Gilberto de Mello. **Machado e o Rio de Janeiro**. Revista Brasileira, nº 62. P.164

[89] CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005, p.10.

[90] Idem.

[91] Machado de Assis. Páginas Recolhidas , prefácio.

> leitor de hoje, a necessidade de uma cuidadosa operação exegética para decifrar e decodificar os seus termos.[92]

Por outro lado, como ressalta Bronislaw Baszco em seu estudo sobre a imaginação social:

> Os percursos imaginados pelos agentes sociais para si próprios e para os seus adversários só raramente se cumprem. A posteriori, os próprios agentes ficam muitas vezes surpreendidos com os resultados das suas ações. Este desfasamento nada tira, porém, às funções reais desses percursos imaginários. Pelo contrário, apenas as põe em realce.[93]

Essa característica pode ser atribuída também aos literatos modernos e realça-se na crônica, já que, ao cronista não cabia a narração desinteressada dos acontecimentos. Ele estava inserido nas questões do seu tempo e participava ativamente das discussões em voga. Buscava analisar e transformar a realidade. Apesar de tratar de acontecimentos do cotidiano, o cronista imaginava uma possibilidade de mudança no futuro e tentava realizá-la através de seu texto. O objetivo ser ou não concretizado, não minimiza esse percurso imaginário. Para alcançar tal escopo, ele se valia do tom de colóquio da crônica, que atraia o leitor, e da grande circulação dos jornais nos quais eram publicadas.[94]

Os cronistas se utilizaram de diversas formas para que suas crônicas tivessem maior divulgação e penetração social. Habitualmente, a criação de um perfil próprio para a série, através da utilização de pseudônimo e da definição de um campo temático, além da criação de uma linguagem própria e um ponto de vista narrativo. O perfil era geralmente apresentado de forma velada no primeiro artigo da série, e servia como "chave interpretativa capaz de guiar o leitor através daquele conjunto de textos."[95]

Por sua vez, o pseudônimo era mais que um simples escudo ou disfarce. Ele apresentava a possibilidade de criação ao longo de uma série, de um personagem-narrador com perspectivas e idéias diferentes do seu autor. O primeiro a observar essa possibilidade para o gênero foi Leonardo Affonso de Miranda Pereira, na sua tese "O carnaval das letras: literatura e folia no Rio de Janeiro do século*"*, em capítulo dedicado a série "Bons Dias!" de Machado de Assis. Peremptoriamente ele atribui as opiniões vinculadas no texto ao narrador

---

[92] CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs), op. cit., p. 11.
[93] BASZCO, Bronislaw. **Imaginação Social**. Enciclopédia Einaudi. V. 5, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985, p.298.
[94] CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.), ibidem, pp.12-13.
[95] CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.), *op. cit.*, p 13.

ficcional da série, o relojoeiro Policarpo, criado por Machado. O personagem serviria de instrumento para que o verdadeiro autor pudesse comentar, com dissimulação, os acontecimentos do seu tempo.[96] Como já foi dito em outro lugar, para Sidney Chalhoub o humor e a ironia da série estariam justamente nesse distanciamento. Tal perspectiva geraria polêmica com John Gledson, para quem as opiniões do narrador da série eram do próprio autor, Machado de Assis. Para ele seria a combinação entre paixão e pessimismo, o conflito entre coração e mente que tornaria possível o humor "quase infalível" da série.[97]

Pode-se depreender do que foi dito a importância de se definir a alteridade entre autor putativo e autor real. Certamente nos posicionamos ao lado dos autores que defendem a criação de personagens-narradores para determinadas séries de crônicas. No entanto, acreditamos, como Sidney Chalhoub, que o problema só se resolve na empiria, não podendo ser preestabelecido o eventual distanciamento entre o narrador ficcional e o autor real.

> Deve-se considerar a hipótese de haver diferentes níveis ou possibilidades de leitura da mesma série de crônicas, em momentos diversos ou em relação a temas variados, o que nos levaria a situação de maior ou menor elaboração narrativa no que concerne à distância relativa entre autor e narrador ficcional. O argumento se resolve na empiria, na análise interna da série e de cada texto dentro da série, no entrecruzamento de fontes, no alinhavar dos nexos entre os assuntos – enfim, na articulação dum discurso de demonstração e prova.[98]

Por fim, apesar de ser uso comum entre os cronistas definir um perfil e um campo temático para suas crônicas, a indefinição é a característica intrínseca ao gênero. Lógico que outros gêneros literários também se deparam com ela. No entanto, por ser construída em cima dos acontecimentos cotidianos com os quais busca interagir, a crônica está sensivelmente sujeita a ela. Além do "imponderável do cotidiano", a crônica depende também da relação dialógica entre o autor e o público, já que este tinha que ser agradado. Assim sendo, as suas expectativas e interesses ajudam o cronista a delimitar o tema de sua série. Dessa forma, mudanças podiam ocorrer no interior das séries, ou mesmo o seu fim.[99]

1.2.1 A crônica machadiana

---

[96] PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda Pereira, op, cit., p. 137.

[97] GLEDSON, John. **Machado de Assis**: ficção e história. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.140. Sobre a polêmica do crítico com os historiadores ver: CHALHOUB, Sidney. John Gledson leitor de Machado de Assis. In: *Art*Cultura, Uberlândia, v. 8, n. 13.

[98] CHALHOUB, Sidney. **A arte de alinhavar histórias**. A série "A + B" de Machado de Assis. P.70. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.), *op. cit.*

[99] CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.), *op. cit.*, pp. 14-16.

> *As crônicas de Machado de Assis concentram exemplarmente as dificuldades e possibilidades analíticas que tal gênero literário oferece ao historiador. Sem dúvida, é um desafio interrogar esses documentos, descobrir as intenções de comentário e de crítica social e política que eles carregam.*
>
> Sidney Chalhoub. A arte de alinhavar histórias. A série A + B de Machado de Assis. P.67.

Durante quarenta anos Machado de Assis escreveu crônicas nas folhas cariocas. Sua vida de cronista se confunde com a história do gênero no século XIX. Logo, muito do que foi dito anteriormente sobre a crônica pode ser atribuído também a esses escritos do autor. Do mesmo modo, encontramos recorrentemente análises que consideramos equivocadas sobre a crônica machadiana. Grande parte delas se deve primeiro, ao fato já mencionado de se atribuir precipitadamente as opiniões expostas nas crônicas ao próprio autor; e segundo, a uma visão difundida por décadas, sobre os supostos absenteísmo e alienação do escritor. Diversas vezes, ambas são concomitantes na crítica literária. Gustavo Corção, em apresentação das crônicas do escritor, diz que "o autor não leva a sério os acontecimentos que têm dimensões nacionais ou universais, e que não faz outra coisa, em suas páginas da semana, senão brincar, ou molhar a pena da galhofa na tinta da melancolia." [100] Sônia Brayner, em artigo sobre as quatro décadas do escritor como cronista, diz que durante o período republicano o autor só muito esporadicamente lançou seu olhar crítico sobre o dia-a-dia da capital federal.[101] Analisando as mesmas crônicas, Beatriz Resende procura a "representação da vida política" e do cidadão em tais textos, mas constata ao fim, que o tema da cidadania neles é insólito.[102]

Analisando a política nas crônicas de Machado de Assis, Alfredo Bosi diz que aquele nada esperava dela e da História. A política seria mera representação, um teatro de homens cobiçosos de poder. Interessava-lhe somente o estilo dos atores políticos.[103] "Lucidez extrema e extremo distanciamento" seriam as balizas desses escritos. Daí que Machado nada esperava da política enquanto intervenção na esfera pública. Em suas crônicas, a política que

---

[100] CORÇÃO, Gustavo. **Machado de Assis cronista**. In: Machado de Assis: obra completa, v. 4. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2008, p.329.

[101] BRAYNER, Sonia. **Machado de Assis**: um cronista de quatro décadas. In: A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil, op. cit., P.408.

[102] RESENDE, Beatriz. **Em caso de desespero, não trabalhem**: A política nas crônicas de Machado de Assis. In: A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil, op. cit., pp.420 e 431.

[103] BOSI, Alfredo. **O teatro político nas crônicas de Machado de Assis**. Instituto de Estudos Avançados da Usp, p..1-2. In: www.iea.usp.br/artigos

transforma ou inova não encontrava lugar. Por fim, Bosi faz sua a hipótese de Augusto Meyer sobre o moralismo cético do escritor, para ajudar a decifrar o enigma do seu olhar.

> Porque o moralista cético vê o universo da política como um agregado de homens que somam aos seus objetivos particulares um suplemento de poder. Daí, o espetáculo nada edificante que armam a vaidade, a covardia, a estupidez, a venalidade, a hipocrisia, a ganância, a indiferença e o oportunismo quando os potencia a faculdade de legislar, de corromper, aliciar ou punir aliados ou adversários.[104]

Toda a análise de Bosi é construída em cima de vários trechos retirados esporadicamente das diversas séries de crônicas escritas por Machado, sem atentar para as necessárias advertências ao estudo do gênero.

Também é corriqueiro se atribuir às crônicas machadianas o lugar de laboratório, onde o autor faria suas experimentações e exames narrativos. Ângela Maria Dias ressalta a "dicção interrompida, falhada, entrecortada por digressões, parábolas, chistes irreverentes com o leitor" como traços comuns às crônicas e os romances da chamada fase madura do autor, sendo aquelas uma espécie de ensaio desses.[105] Sonia Brayner também ressalta os benefícios que a obra machadiana alcançou com esse texto "transicional", pois usou-o para todo tipo de experimentos narrativos. Para a autora, através desse escritos o autor reescreveria a oralidade das conversas cotidianas. Por fim, ela ressalta que a crônica machadiana é o cimento que liga toda a sua obra.[106]

Apesar de acreditarmos que a crônica foi um importante campo de experimentação literária, é preciso relativizar a relação de tais escritos com a famosa guinada ocorrida com *Memórias Póstumas de Brás Cubas*. Desde a década de 1860, Machado de Assis, mesmo que de forma incipiente, já apresentava sua "arte das transições". Por que só vinte anos depois ele adotaria essa forma nos seus romances? Além disso, tal reviravolta se deve mais a análises teleológicas da obra do escritor, que levaram ao desmerecimento dos seus primeiros romances, do que à transposição, para o romance, de um estilo testado e aprovado primeiramente nas crônicas.

Está implícito, na imputação dada à crônica de laboratório narrativo, o desmerecimento do seu valor intrínseco. Ao criticar tal perspectiva, procuramos salientar a importância da crônica enquanto literatura e testemunho histórico de um tempo vivido pelo

---

[104] Ibidem, p.34.
[105] DIAS, Ângela Maria. **Machado de Assis, cronista**: as lentes de míope e as minimalhas da história. In: FANTINI, Marli. **Crônicas da antiga corte**: Literatura e memória em Machado de Assis. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008. p.146.
[106] BRAYNER, Sonia, op. cit., p. 413.

escritor. Estes textos eram escritos no calor dos acontecimentos. Assim sendo, podemos perceber o espaço de experiência do escritor, enquanto sujeito histórico, e seu horizonte de expectativa. A partir destes pressupostos, analisaremos a série de crônicas *A semana*, escritas por Machado de Assis na *Gazeta de Notícias* entre 1892 e 1897.

1.2.2 As crônicas da série *A semana*

Para especificar o que ficou dito acima vejamos. Machado escreveu, anonimamente, as crônicas da série *A semana*, entre 24 de abril de 1892 e 28 de fevereiro de 1897. Essas crônicas dominicais foram publicadas na *Gazeta de Notícias*, de forma quase ininterrupta, durante todo o período. A primeira ausência se deu em 22 de outubro de 1893, quando Machado adoeceu e Ferreira de Araújo escreveu em seu lugar. Esse aproveitou a lacuna no jornal para criticar a arbitrariedade do governo de Floriano Peixoto e para elogiar e revelar o autor da série.

> Doente o cronista, doente ou alistado em um batalhão de voluntários, voluntário ou preso sem nota de culpa, preso ou narrador barrigudo, força é que alguém o substitua por esta vez só, amigo leitor, que há tempos trazes o paladar apurado pelo manjar dos deuses, que todos os domingos te servem.[107]

A segunda ausência do escritor ocorreu no mês de dezembro de 1893, quando o jornal foi censurado após editorial de Ferreira de Araújo que criticava novamente o governo de Floriano Peixoto. A volta do cronista aconteceu em primeiro de janeiro de 1894. E finalmente, a última ausência de Machado se deu em 29 de abril de 1894, novamente por problemas de saúde.

Essa série, composta de 246 crônicas, apesar de ter sido escrita anonimamente, tinha a sua autoria conhecida, pelo menos nos meios literários.[108] Segundo John Gledson, essa era sua série mais famosa e a que o autor mais se identificou pessoalmente. Acreditamos que em várias dessas crônicas a aproximação entre autor real e autor putativo é grande. No entanto, a questão é mais espinhosa do que sugere a opinião do crítico inglês. Em breve apreciação desses escritos, Sidney Chalhoub chama a atenção para a tentativa do autor de delinear um

---

[107] Ferreira de Araújo. **Uma semana**, *Gazeta de Notícias* de 22 de outubro de 1893. Na crônica, o dono do jornal revela-nos, ao tratar do cronista habitual da série, que seu autor é Machado de Assis, ao fazer referência a sua peça *Os deuses de casaca*, de 1866.

[108] Diferente, por exemplo, da série Bons Dias! Que teria sido mantida em segredo. Ver: GLEDSON, John. **Machado de Assis: ficção e história**. São Paulo: Paz e Terra, 2003, p.138.

narrador ficcional. Analisando a crônica de 25 de setembro de 1892, o autor percebe nela duas das principais características dos narradores machadianos: a presunção de superioridade através de um discurso ególatra e a sua suposta independência, através do descaso pelos assuntos narrados.[109] Apesar de não ser o assunto principal de seu texto, a ressalva do autor sobre a complexidade da questão serve como advertência para a análise da série.

John Gledson indaga também sobre a data que Machado de Assis escolheu para começar a série: 24 de abril de 1892. Desde agosto de 1889 o escritor não publicava uma crônica na *Gazeta*. Segundo ele, motivos razoáveis para a volta seriam a necessidade de dinheiro e o fim da publicação de *Quincas Borba*, em novembro de 1891. O motivo principal seria que Machado de Assis estava se posicionando e se defendendo, num momento de grande agitação política na capital federal. Aproveitando-se do prestígio que tinha, o autor encetou essa série para ficar exposto aos olhos do público. E nada melhor do que começá-la exaltando o "mártir", o "enforcado", o "esquartejado", o "decapitado" Tiradentes, herói republicano.[110] Provavelmente a hipótese de John Gledson é correta. Machado procurava afirmar seu patriotismo.

No entanto, acreditamos que esse é mais expansivo do que pode parecer na consideração acima. Pensamos que a principal preocupação do autor era com os direitos e deveres do cidadão, principalmente os políticos. Com essas crônicas, Machado de Assis, além de tratar dos acontecimentos da semana, procurava criticar o sistema eleitoral e o descaso da população politicamente ativa diante das eleições. Através dessas críticas, o autor ressaltava a importância dos pleitos e convocava os cidadãos à participação sufragista. Por outro lado, o escritor também criticava o descompromisso dos políticos com os trabalhos legislativos. Freqüentemente essa crítica se fazia através da comparação com a Câmara dos Comuns inglesa, que transpunha noites e madrugadas para votar algum projeto de lei, segundo os telegramas que chegavam ao escritor. Habitual também nessa série são as crônicas que tratam de política econômica. O Encilhamento e as suas conseqüências, ao que parece, causaram profunda impressão em Machado de Assis. Nesse sentido, as crônicas tratam reiteradamente de política financeira e suas implicações.

CHALHOUB, Sidney. **A arte de alinhavar histórias**. A série "A + B" de Machado de Assis. P.70. In: CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.), *op. cit., pp.* 73-74.

[110] Machado de Assis. A semana. 24 de abril de 1892. Não só republicano, como veremos no último capítulo. Também em: CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1989. E principalmente em: CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 11ª reimpressão.

No próximo tópico procuraremos demonstrar que Machado de Assis criou um narrador putativo para a série e que a sua caracterização reflete as duas principais preocupações do escritor ao longo da mesma: a falta de cidadania refletida no desinteresse pelo bem público da população carioca e o Encilhamento e seus impactos.

1.3 O narrador da série *A Semana*

Como já foi dito alhures, é comum se atribuir a Machado de Assis as opiniões e posicionamentos dos narradores de suas crônicas. Isso porque o gênero, por sua aproximação com o jornalismo e por seu imediatismo, teria menor elaboração literária. Desta forma que as idéias do autor real e do narrador de uma série de crônicas seriam as mesmas.

Ao nosso ver, o mesmo equívoco ocorre nas análises da série *A semana*, mas com um atenuante. Muitas das características dos romances *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires* aparecem primeiramente nessas crônicas. Entre elas, algumas peculiaridades do narrador que o aproxima do Conselheiro Aires, personagem e narrador de ambos os romances. Esse Aires é considerado por muitos, e há muito tempo, o *alter ego* de Machado de Assis.[111] Daí a se atribuir as opiniões veiculadas nas crônicas da série *A Semana* ao próprio escritor foi um passo. No entanto, concordamos com John Gledson quando ele diz que o Conselheiro Aires é o último narrador machadiano a ser desmascarado.[112] Ou seja, apesar das semelhanças que realmente parecem existir entre Aires e Machado, as diferenças entre ambos também pululam nesses romances. O mesmo ocorre entre o autor real das crônicas e o seu narrador ficcional.

O objetivo dos próximos tópicos é justamente demonstrar que Machado de Assis criou um narrador ficcional para essa série de crônicas e, em que pese a aproximação entre ambos em diversos momentos, os pensamentos desse não podem ser atribuídos àquele. Acreditamos que, assim como na série *Bons Dias!*, é no distanciamento entre autor real e autor putativo que reside boa parte da ironia e comicidade desses escritos.Dessa forma, procuraremos apresentar a criação desse narrador ao longo da série apresentando suas principais características: a egolatria e o desinteresse pelo bem público. Tentaremos demonstrar que Machado, através da caracterização do seu narrador criticava a falta de cidadania da população carioca. O narrador, por sua egolatria, pedantismo e suposta preeminência só se posiciona sobre questões de interesse público mais amplo se, no fim das contas, ele obtiver algum benefício pessoal. Desse

---

[111] Para dois exemplos ver: PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis**: Estudo Crítico-biográfico. 6ª ed, Editora Itatiaia\USP e também: FANTINI, Marli. **Crônicas da antiga corte**: Literatura e memória em Machado de Assis. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008.

[112] GLEDSON, John. **Machado de Assis**: ficção e história. São Paulo: Paz e Terra, 2003, cap. 5.

posicionamento resulta o seu desinteresse pelo bem público, por questões alheias. No entanto, por ser comentarista da semana, o narrador não pode se eximir de sua obrigação de comentar os fatos. Daí sempre se declarar desapaixonado, desinteressado, alheio às questões que discute. Sua única paixão é a arte, a estética. Por esse motivo, sua atenção se volta freqüentemente para fatos que ele considera misteriosos e poéticos. O que resulta na sua perspectiva romântica de alguns acontecimentos. [113]

1.3.1 Continuidade e caracterização do narrador

A partir de agora tentaremos demonstrar as continuidades existentes nas crônicas que demonstram a "personalidade" desse narrador ficcional. Este vai sendo construído ao longo dos seis anos da série, mas já na primeira crônica, de 24 de abril de 1892, temos uma das principais características do narrador: a sua confessada ignorância sobre política. "Daqui ao caso eleitoral é menos que um passo; mas, não entendo eu de política, ignoro se a ausência de tão grande parte do eleitorado na eleição do dia 20 quer dizer descrença, como afirmam uns ou abstenção como outros juram." Junto ao *não sei eu finanças*, formam os dois principais motes do narrador. Na crônica de 14 de agosto de 1892, após mais uma semana prenhe de escândalos financeiros, o cronista anuncia que "semana e finanças são hoje a mesma coisa." E consciente dos interesses do leitor, pede perdão por sua falta de conhecimentos sobre o assunto:

> E por que não sei eu finanças? Por que, ao lado dos dotes nativos com que aprouve ao céu distinguir-me entre os homens, não possuo a ciência financeira? Por que ignoro eu a teoria do imposto, a lei do câmbio, e mal distingo dez mil-réis de dez tostões? Nos bondes é que me sinto vexado. Há sempre três e quatro pessoas (principalmente agora) que tratam das coisas financeiras e econômicas, e das causas das coisas, com tal ardor e autoridade, que me oprimem. É então que eu leio algum jornal, se o levo, ou rôo as unhas, — vício dispensável; mas antes vicioso que ignorante.[114]

Como veremos nos próximos capítulos, política e economia eram os principais assuntos do cronista, e certamente ele tinha ciência sobre os temas, ao contrário do que diz.

---

[113] O objetivo das citações nesse capítulo é demonstrar essas características do narrador. Portanto, não analisaremos, devidamente, os fatos abordados nas crônicas aqui citadas. Essa análise será feita nos próximos capítulos. Cabe ressaltar, ainda, que em muitas crônicas (como a de 6 de agosto de 1893, sobre o aniversário da *Gazeta de Notícias*) não há distanciamento entre narrador e autor. Assim sendo, as peculiaridades do narrador dificilmente aparecem nessas. O que ressalta ainda mais a criação de um narrador putativo para as outras crônicas da série.

[114] Crônica de 14 de agosto de 1892.

No entanto, os dois motes são freqüentes durante toda a série. Na crônica de 23 de outubro de 1892, novamente "semana quer dizer finanças. Finanças implicam financeiros. Financeiros não vão sem projetos, e eu não sei formular projetos." Na crônica de 25 de junho de 1893, fingindo-se cansado da sua falta de conhecimento sobre a matéria, e deparado com mais uma semana financeira, o cronista resolveu "aprender primeiro finanças", antes de comentar os fatos da semana.

> O meu cálculo era fino; suspendia por algum tempo esta obrigação hebdomadária, e descansava. Mas a pessoa a quem consultei sobre o método de aprender finanças disse-me que havia dois, além do único. O mais fácil ensinava-me em duas horas ou menos, muito a tempo de escrever estas linhas; consistia em decorar um pequeno vocabulário de algibeira, e não entender a teoria do câmbio. O segundo método pedia mais algum tempo; era escrever um opúsculo sobre o déficit ou sobre os saldos, publicá-lo e confiá-lo aos amigos, que fariam o resto. Como a maior parte dos homens não sabe finanças, disse-me ele, ainda que os sabedores me atacassem, o público ficava em dúvida, se a razão estava comigo ou com eles, porque de ambas as partes ouvia falar em conversão de dívida e impostos. Quando o católico ouve missa, uma vez que o padre diga o que está no missal, não quer saber se ele sabe latim, ou se quem o sabe, é o padre do altar fronteiro. Tudo é missa, tudo são finanças.[115]

Aparentemente o cronista fugiu às lições, pois continua a atestar sua condição de ignaro em assuntos financeiros; financeiros e políticos. "Provado que não entendo de finanças, espero que não exijam igual prova acerca da política, posto que a política seja acessível aos mais ínfimos espíritos deste mundo."[116] Em outra crônica o narrador deixa claro que não é por falta de inteligência que ele ignora o assunto. "Não há quem não conheça a minha desafeição à política, e, por dedução, a profunda ignorância que tenho desta arte ou ciência."[117] Nesses negócios ele vai pouco além do seu vizinho, "homem quadragenário e discreto, que não tem profissão nem dinheiro, mas possui em grau altíssimo a vocação de público."[118] Público no sentido de platéia. Esse não perde sessão de câmaras e adora os duelos discursivos e os apartes fortes. Na discussão do orçamento e outros assuntos econômicos dorme, mas logo na primeira escaramuça acorda entusiasmado, e "já uma vez deu palmas da galeria." Na crônica de 27 de novembro de 1892 podemos perceber que realmente o narrador compartilha com seu contíguo a vocação de platéia.

---

[115] Crônica de 25 de junho de 1893.
[116] Crônica de 8 de dezembro de 1895.
[117] Crônica de 7 de abril de 1895.
[118] Crônica de 28 de janeiro de 1894.

> Um dos meus velhos hábitos é ir, no tempo das câmaras, passar horas nas galerias. Quando não há câmaras, vou à municipal ou intendência, ao júri, onde quer que possa fartar o meu amor dos negócios públicos, e mais particularmente da eloqüência humana [...]
>
> Nas galerias das câmaras ocupo sempre um lugar na primeira fila dos bancos, leva-se mais tempo a sair, mas como eu só saio no fim, e às vezes depois do fim, importa-me pouco essa dificuldade [...]
>
> Na galeria, é meu costume dividir o tempo entre ouvir e dormir. Até certo ponto, velo sempre. Daí em diante, salvo rumor grande, apartes, tumulto, cerro os olhos e passo pelo sono [...]
>
> Tumulto, saraivada grossa, caluniador para cá, caluniador para lá, eis o que pode manter o interesse de um debate. E o que é a vida senão uma troca de cachações? [...] eu da galeria entrava na dança, dava palmas [...] Confesso que nem sempre sabia das razões do clamor, e não raro me aconteceu apoiar dois contrários. Não importa; liberdade, antes confusa, que nenhuma.[119]

Claro que o interesse do cronista na série vai além da teatralidade da política. Mas já podemos vislumbrar alguns aspectos da caracterização do narrador ficcional. Parece-nos que ele, ao negar, ironicamente, conhecimentos sobre esses assuntos, buscava se diferenciar dos pedantes que discutiam economia nos bondes e se interessavam apenas pela eloqüência dos discursos políticos. Tentativa infrutífera às vezes, já que ele diversas vezes assume a mesma postura das pessoas que critica. Podemos perceber que o narrador, apesar de crítico, era semelhante aos seus concidadãos. E que o grande ironista, que está rindo-se por trás dele, é Machado de Assis. Portanto, muitas vezes parte da crítica e da ironia são extrínsecas ao texto. E é provável que muito dos leitores dessas crônicas não as tenham percebido, assim como muitos críticos contemporâneos não as percebem. A obviedade da crítica do narrador, muitas vezes esconde o julgamento maior por detrás deste. Ao assumir as atitudes que condena, o narrador se torna alvo de suas próprias palavras.

Mas voltemos ao nosso cronista. Dizíamos que ele não queria se passar por pedante. Realmente essa era uma preocupação sua. Na crônica de 24 de setembro de 1893, ele sonhava que dormia, e era despertado por um raio da Lua, que o convidava a uma viagem pelo infinito. Chegando à Lua, junto a um número infinito de criaturas humanas, ele mudara as vestes carnais por outras fluidas. A segunda *toilette* era a restituição das idéias. Pessoas que tinham vivido das idéias alheias entregavam-nas a um coletor, que as devolvia aos verdadeiros donos. Após essa operação, todos seguiam para o outro extremo da Lua, onde pegariam outros raios, que os levariam ao paraíso celestial. No entanto, quando o cronista ia montar no seu raio, foi acordado por um grito enorme e pavoroso; era o bombardeamento da cidade do Rio de Janeiro

---

[119] Crônica de 27 de novembro de 1892.

pela Armada. Após se perder em devaneios sobre o verbo explodir, ele novamente adormece. Encontrava-se, "caso extraordinário", no mesmo sonho e no ponto que o deixara.

> Estava à beira da lua; cavalguei o meu raio, e, em menos tempo do que ponho aqui esta vírgula, cheguei à porta do céu. *Mas vede agora o reflexo da realidade na cerebração inconsciente.* Éramos milhares. S. Pedro, à porta do céu, acolhia as almas com benevolência. O céu é de todos, dizia ele; mas, para não haver tumulto, entrem por classes. Quinze ou vinte vezes tentei entrar, mas era sempre detido por ele, com um santo gesto misericordioso. E acrescentava que esperasse, que *eu era dos pedantes*. Afinal, chegou a minha vez.
>
> Vexado da designação, entrei. Um serafim veio ter comigo e deu-me um grosso livro fechado. Fui dar a um vastíssimo espaço, onde S. Paulo dizia missa, não diante da imagem de Jesus, mas do próprio Jesus ressuscitado. Milhões e milhões de criaturas estavam ali ajoelhadas. Ajoelhei-me também, e, vendo que todos tinham os seus livros abertos, abro o meu... Oh! que não sei de nojo como o conte! Era um dicionário. Era o breviário dos pedantes [...] Uma idéia ruim atravessou a minha alma; preferi a terra com os seus pecados ao céu e suas bem-aventuranças.[120] (grifo nosso)

Apesar de ficar envergonhado com a designação, na mesma crônica podemos achar mais uma prova de seu pedantismo quando ele nos informa que deixará a impressão que teve do céu e da terra, quando ia subindo, para um livro sobre a teoria dos sonhos. As idéias conspícuas sobejam no cérebro do narrador. "Antes mandar na morte, do que ser mandado na vida. Dispenso o leitor da dissertação que podia fazer sobre este assunto."[121] O pedantismo do narrador compõem uma de suas principais características: a egolatria.

1.3.2 O narrador ególatra e o interesse privado

Na mesma crônica de 22 de maio de 1892, nosso "herói" informa-nos que tem uma teoria das idéias, "que é a coisa mais conspícua deste fim de século." Não o publica porque ainda precisa fazer algumas verificações, para não dar ao "público um trabalho obscuro e manco." Apesar disso, ele nos indica "alguns vagos lineamentos."

> Pela minha teoria, as idéias dividem-se em três classes, umas votadas à perpétua virgindade, outras destinadas à procriação, e outras que nascem já de barriga. Esta divisão explica toda a civilização humana. Para onde quer que lancemos os olhos, qualquer que seja a raça, o meio e o tempo, acharemos a genealogia distinta destas três classes de idéias, isto desde o princípio do mundo até à hora em que a folha sair do prelo. Assim a idéia de Eva, quando se resolveu a desobedecer ao Senhor, vinha já grávida da idéia de Caim. Ao contrário, a minha idéia de possuir duzentos contos, morre com

[120] Crônica de 24 de setembro de 1893.
[121] Crônica de 22 de maio de 1892.

> o véu de donzela, a menos que algum leitor opulento não a queira fecundar. Ela não pede outra coisa.[122]

Na crônica de 11 de setembro de 1892 o cronista fazia nova referência a sua teoria. "Já uma vez dei aqui a minha teoria das idéias grávidas. Vou agora à das ações grávidas, não menos interessante, posto que mais difícil de entender." Não menos estapafúrdia também. Após apresentar um exemplo de sua idéia das ações grávidas, nos informa o narrador: "Podia citar mais exemplos, e de primeira qualidade; mas se o leitor não entende a teoria com um não a entenderá com três." Entretanto, por estar no centro das atenções, o narrador utiliza-se da questão da emissão bancária para dar mais um exemplo. Essa nasceu tão grossa, "que era de adivinhar a gravidez da encampação." Continua o cronista: "Eu, sobre esse negócio de encampação, sei pouco mais que o leitor, porque sei duas coisas, e o leitor saberá uma ou nenhuma."

Ególatra, não aceita superioridades que não sejam as suas. "Alta ou baixa que seja uma idéia, acreditai que tenho outra mais alta ou mais baixa."[123] Nascido com certo orgulho, não gosta que os homens se imponham a ele.

> Tenho horror a toda superioridade. Eu é que os hei de enfeitar com dois ou três adjetivos, uma reminiscência clássica, e os mais galões de estilo. Os fatos, eu é que os hei de declarar transcendentes; os homens, eu é que os hei de aclamar extraordinários.[124]

Com toda sua preeminência, é também do gosto do narrador posar de pedagogo. "O meu fim não é só contar os atos ou comentá-los; onde houver uma lição útil é meu gosto e dever tirá-la e divulgá-la como um presente aos leitores; é o que faço aqui."[125] Como todo bom professor, o narrador incentiva seus "alunos". "Estudemos; é o melhor conselho que posso dar ao leitor amigo; estudemos [...] Temos duas lições e podíamos ter sete ou oito; mas não sou professor que empanzine a estudantes de boa vontade."[126]

O "sapiente"[127] cronista, que já em criança tinha a astúcia igual, pelo menos, à de Ulisses[128], também não enjeita louvores. "Eu não sou homem que recuse elogios. Amo-os; eles fazem bem à alma e até ao corpo. As melhores digestões da minha vida são as dos

---

[122] Crônica de 22 de maio de 1892.
[123] Crônica de 12 de março de 1893.
[124] Crônica de 10 de julho de 1892.
[125] Crônica de 22 de novembro de 1896.
[126] Crônica de 13 de outubro de 1895.
[127] Crônica de 28 de junho de 1896.
[128] Crônica de 10 de fevereiro de 1895.

jantares em que sou brindado."[129] Não recusa e nem se cansa de recebê-los. "Podem elogiar-me à vontade. Não me cansarão com boas palavras, antes me darão alma nova para outros cometimentos."[130] Além disso, não respeita a opinião alheia se esta lhe é contrária.

> A minha opinião é um bem, decerto, mas a tua opinião é um mal, e do veneno da tua é que eu me devo preservar, por meio de injeções a tempo, a fim de que, se tiver a desgraça de trocar a minha opinião pela tua, não padeça as terríveis conseqüências que as idéias detestáveis trazem consigo. E porque não é só tua idéia que é perversa, mas todas as outras, desde que eu me vacine de todas, estou apto a recebê-las sucessivamente, sem perigo, antes com lucro.[131]

Como desdobramento de todas essas características, temos a sobreposição do interesse pessoal sobre o alheio e conseqüentemente sobre o público. Na crônica de 30 de junho de 1895, o narrador trata, entre outros assuntos melancólicos, da Empresa Funerária, que "por mais triste que possa ser, não é menos lucrativa." Segundo ele, não há contraposição entre melancolia e lucro, pois estes "se temperam e se completam." Anunciava-se que a seção da Empresa Funerária, que estava sob direção do Sr. conde de Herzberg, foi vendida por duzentos e cinqüenta contos.

> Quando li esta notícia, senti naturalmente aquele fenômeno que produzem todas as cousas boas deste mundo: veio-me água à boca. Depois a reflexão tomou conta de mim. Duzentos e cinqüenta contos de réis! Uma seção da Empresa Funerária! Duzentos contos de réis para enterrar mortos...[132]

Após refletir sobre o grande número de mortes na cidade do Rio de Janeiro, ele conclui que o problema não é morrer, mas sim o preço por que se morre. O valor pago por uma seção da Empresa Funerária provaria que a morte na cidade não era mais barata que a vida. Depois de pensar sobre o alto custo desta e daquela, conclui o narrador: "Não sei quem terá comprado a seção da Empresa Funerária; mas creiam que, se tivesse dinheiro, quem a comprava era eu. Para quê lutar na vida, com a vida e pela vida, se a morte nos pode dar bons lucros?" A crítica da crônica é óbvia. A inflação era tão grande, resultado do Encilhamento, que até morrer era dispendioso. "Se se morresse barato, valia a pena morrer." Além disso, a cobiça, o desejo pelo lucro não poupava nem os mortos. No entanto, o narrador não se diferencia dos donos da Empresa Funerária, e seu desejo era de também participar dos ganhos da empresa se tivesse dinheiro para fazer a compra da seção. Como já foi dito, grande parte da

---

[129] Crônica de 25 de setembro de 1892.
[130] Crônica de 14 de janeiro de 1894.
[131] Crônica de 9 de dezembro 1894.
[132] Crônica de 30 de junho de 1895.

ironia dessas crônicas está no distanciamento entre o autor, Machado de Assis, e o narrador putativo da série.

A crônica de 10 de março de 1895 relata a prisão de duas feiticeiras e uma cartomante. Os dois ofícios estavam no código como delitos. O narrador passa então a defender o direito de exercício dos dois e a criticar o código. "Para ele (código), os homens só crêem aquilo que ele mesmo crê; fora dele, não havendo verdade, não há quem creia outras verdades, — como se a verdade fosse uma só e tivesse trocos miúdos para a circulação moral dos homens." O narrador defende a liberdade de culto, mas engana-se quem pensar que era este seu objetivo.

> Podia dizer de muitas outras feitiçarias, mas seria necessário indagar o ponto de semelhança, e não estou de alma inclinada à demonstração. Nem à simples narração, Deus dos enfermos! Isto vai saindo ao sabor da pena e tinta. E por estar doente, e com grandes desejos de acudir à feitiçaria, é que me dói (*sempre o interesse pessoal!*) a prisão das duas mulheres.[133] (grifo nosso)

O problema público só se torna relevante para o narrador quando afeta seu interesse pessoal. No dia 3 de maio 1893 aconteceu a abertura do Congresso Nacional. O fato foi comentado pelo cronista no dia sete do mês. Conta-nos ele que nesse ano os estranhos estavam proibidos de entrar no recinto, sem exceção. "Por que sem exceção?" Contesta o narrador. Além de não haver regra sem ela, a exceção poderia ser odiosa ou legítima, dependendo do caso. Legítima se fosse ele próprio o admitido.

> Idéia banal, não é? Mas aqui está a razão psicológica do meu dito. Quando a exceção recai em Pedro ou Paulo, eu lanço os olhos a Sancho e a Martinho, e a todos os nomes do calendário, e posso medir a injustiça daquele único ponto no meio da extensão vastíssima dos homens. *Quando, porém, a escolha recai em mim, recolho-me em mim mesmo por um movimento involuntário; o mundo exterior desaparece, fico com a minha individualidade, com meu direito anterior e superior. Todo eu sou regra; não acho, não posso achar injustiça na escolha. Comigo está o universo.* (grifo nosso)

O interesse do narrador em ser o privilegiado a entrar no recinto obviamente não é político, ou público. Ser o único a falar com os deputados, com os secretários e até com o próprio presidente chama logo a atenção da galeria. "E eu gosto da galeria; todos os meus atos não têm outro fito senão ela; deleito-me com ser visto, apontado, admirado."

Apenas duas semanas depois, na crônica de 21 de maio de 1893, temos outra prova do desinteresse público do narrador. Ele se apressa a chegar à Câmara dos Deputados, após ouvir na rua que por lá se passava o diabo. Lá se discutia uma questão de votação e a Câmara

[133] Crônica de 10 de março de 1895.

resolvia continuar o debate no dia seguinte. “Eram quatro e meia da tarde; a sessão começara ao meio-dia.” O cronista sai decepcionado e contente do local. Murcho por não haver encontrado lá a “saraivada grossa” tão a seu gosto. E satisfeito por não serem as comissões-gerais do Brasil semelhantes às da Câmara dos Comuns, que são medonhas. Essa, no dia 24 de março, passou mais de quinze horas nos trabalhos legislativos.

> Não contesto que a Câmara dos Comuns governe; mas arrenego de tal governo. Eu, que não governo, passei a noite de 24 de março e todas as outras debaixo de lençóis. A primeira coisa que eu propunha, se fosse inglês, era a reforma de tal câmara. Uma instituição que me obriga a cuidar dos negócios públicos desde as duas horas e cinco minutos da tarde até às cinco e um quarto da manhã, com intervalo de duas para comer, pode ser muito boa a outros respeitos; mas não é instituição de liberdade. Quando é que esses homens vão ao teatro lírico?[134]

Aqui o narrador tem o mesmo posicionamento dos cidadãos brasileiros criticados em outras crônicas, como veremos no último capítulo. Que homens são esses que deixam de lado o interesse privado, o lazer, para cuidar dos negócios públicos?

O narrador sempre deixa o bem público de lado, quando tem algum interesse pessoal na questão. Na crônica de 6 de janeiro de 1895 ele comenta a recomposição da intendência municipal. Entravam os novos intendentes eleitos e saíam os antigos. Esses eram considerados incompatíveis e não podiam ser reeleitos. O cronista não entende essa incompatibilidade.

> Se eram bons, e fossem eleitos, continuávamos a gozar as doçuras de uma boa legislatura municipal. Se não prestavam para nada, não seriam reeleitos; mas supondo que o fossem, quem pode impedir que o povo queira ser mal governado? É um direito anterior e superior a todas as leis. Assim se perde a liberdade [...] Entretanto (vede as inconseqüências de um espírito reto!), entretanto, foi bom que se incompatibilizassem os intendentes; não incompatibilizados, era quase certo que seriam eleitos, um por um, ou todos ao mesmo tempo, *e eu não teria o gosto de ver na intendência dous amigos particulares*, um amigo velho, e um amigo moço, um pelo 2.º distrito, outro pelo 3.º, e não digo mais para não parecer que os recomendo.[135] (grifo nosso)

Em outro momento[136], ao tratar da derrubada das árvores do bairro do Cosme Velho pela empresa Botanical Garden para a implantação do bonde elétrico, o narrador posiciona-se contra a *Gazeta de Notícias*, que critica a atitude. Argumenta ele que em países onde a

---

[134] Crônica de 21 de maio de 1893.
[135] crônica de 6 de janeiro de 1895.
[136] Crônica de 22 de setembro de 1895.

vegetação é de sobra podem despir-se dela as cidades. “Assim respondo à Gazeta, não que seja acionista da companhia, mas por ter um amigo que o é.”

A crítica de Machado de Assis, inclusive a seu narrador, é ao desamor do bem público, à falta de cidadania, sempre preterida quando há interesses particulares. “Assim vai o mundo. Nem sempre o cidadão mata o homem.”[137] A preocupação do escritor com os direitos e deveres do cidadão pode ser percebida na caracterização do narrador ficcional da série. Esse, com seu pedantismo e sua vaidade, freqüentemente coloca a si mesmo no centro das atenções. Daí o seu desinteresse pelas preocupações alheias e pelos negócios públicos. Lembremos que sua (suposta) falta de conhecimento, sobre política e finanças, é por desafeição aos temas. Na crônica de 21 de agosto de 1892, o narrador nos dá prova do seu raciocínio.

> Um amigo meu, companheiro de infância, diz-me sempre que, quando a gente não tem interesse em um pleito, não se mete nele, seja particular ou público; e acrescenta que não há nada público. De onde resulta (palavras suas) que no dia em que vi os jornais darem notícia do *deficit*, nem por isso as caras andaram mais abatidas. Uma coisa é o Estado, outra é o particular. O Estado que se agüente.
>
> Quando um homem influi sobre outro, como este amigo em mim, é difícil, ou ainda impossível recusar-lhe as opiniões [...] *Realmente, se me não incumbe cobri-lo, para que meter o deficit entre as minhas preocupações, que não são poucas? Se houvesse saldo, viria o Estado dividi-lo comigo?*[138] (grifo nosso)

No entanto, por ser comentarista dos fatos da semana, inevitavelmente ele se depara com as questões públicas. Dessa ambigüidade, o desapreço pelas questões públicas e a obrigação de comentá-las, surge outra característica do narrador: o comentário “desinteressado”, “desapaixonado”, “imparcial”.

1.3.3 O narrador “imparcial” e “romântico”: desinteresse pelo bem público e arrebatamento estético

O motivo que tinha levado o narrador, na crônica supracitada, a dizer que, em pleito que não se tem interesse não se mete, fora a parede[139] dos charuteiros contra um imposto sobre o fumo. Em 30 de dezembro de 1891, o congresso aprovou a lei nº 25 que orçava a receita federal para o ano de 1892. Através dessa lei se criou o imposto sobre o consumo de fumo. Esse seria pago por meio de estampilhas, à saída das fábricas. Ou seja, o imposto sobre consumo era cobrado antes do produto chegar ao consumidor. O decreto nº 746 de 26 de

[137] Crônica de 12 de novembro de 1893.
[138] Crônica de 21 de agosto de 1892.
[139] Esse termo era usado como sinônimo de greve.

fevereiro de 1892 regulamentava a lei. Houve vários protestos por parte dos industriais e comerciantes. Esses alegavam ainda que a lei era inconstitucional, já que os artigos 9 e 10 da constituição definiam a competência exclusiva dos estados para arrecadação de impostos sobre indústria e profissões. Os protestos surtiram algum efeito, pois em 17 de maio do mesmo ano o decreto nº 816 revogava o anterior. Rodrigues Alves, então ministro da fazenda do governo de Floriano Peixoto, dizia no Diário Oficial da União de 20 do mesmo mês, que a lei sobre o fumo havia provocado diversas reclamações por parte dos negociantes do produto. Ele então reuniu-se com estes, para conversar sobre o imposto e decidiu que algumas alterações eram necessárias. O novo decreto suprimia a taxa sobre o charuto nacional e elevava a que recaía sobre o produto importado, mas mantinha as demais taxações. Assim sendo, os protestos continuavam quando ocorreu a parede dos charuteiros que o cronista comenta. Ele esperava uma semana inteira de protestos, mas apenas vinte e quatro horas depois foram reabertas as charutarias. "Quase ninguém deu pela festa; eu menos que ninguém, porque não fumo. Não fumo, não votei o imposto, não sou ministro. Sou desinteressado na questão."

Na terceira crônica da série de 8 de maio de 1892, o narrador diz que o Mato Grosso tinha sido o assunto principal da semana. Desde abril chegavam notícias da implantação da República Transatlântica de Mato Grosso. Duas folhas de Londres aconselhavam o governo brasileiro a abandonar o estado, que dava muito trabalho e ficava longe, sem real proveito. Segundo John Gledson, desde abril chegavam notícias do estabelecimento desta república, a maioria em jornais estrangeiros. Suspeitava-se que o acontecido devia-se à interferência de fora, principalmente da Argentina. [140] Comenta o narrador: "Eu, rigorosamente, não tenho nada com isto. Não perco uma unha do pé nem da mão, se perdermos Mato Grosso. E não é melhor que me fique antes a unha que Mato Grosso? Em que é que Mato Grosso é meu?"

A 12 de junho de 1892 o cronista nos informa ter recebido uma carta, assinada por Roland, autor de um artigo que propunha a encampação das estradas de ferro da Companhia Geral. Esta empresa foi um dos maiores escândalos do Encilhamento.[141] O decreto nº 970 de 8 de novembro de 1890 concedia a Companhia Geral de Estradas de Ferro privilégio, garantia de juros e outros favores para a construção do prolongamento da Estrada de Ferro de Leopoldina, de Itabira à Jatobá.[142] Os próprios diretores da C.E.F. Leopoldina tinham criado

---

[140] Cr. 2 n.6. A semana.

[141] Machado de Assis, **A Semana:** Crônicas (1892-1893), edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996. Nota 5, p.56.

[142] O decreto e suas cláusulas podem ser encontrados no site: http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-970-8-novembro-1890-552372-publicacao-71355-pe.html

a Companhia Geral que passou a controlar aquela. Esses criaram uma rede de linhas precárias. Além disso, fizeram diversas operações financeiras de alto risco. Essas operações foram, na verdade, um golpe. Criaram a companhia, venderam ações e debêntures, sem, no entanto, investir esse dinheiro na criação de ferrovias. Descoberto o escândalo, vários diretores fugiram para o exterior, e alguns foram presos.[143] Na carta o cronista é criticado por ter tratado do artigo com ironia. Esta, segundo ele, não alcançava a sinceridade do projeto e sim os seus efeitos. A proposta de Roland, criticada pelo narrador na crônica de 22 de maio do mesmo ano, era de que o Governo ficasse com as estradas e as dívidas da Companhia. Eis o exame do cronista:

> Ora bem, esta idéia, que aparentemente aguarda um esposo, já nasceu grávida. A idéia que vive dentro dela, sem que ela o saiba nem o autor, é em tudo igual à mãe, posto traga aparência contrária. Tem-se visto senhoras morenas darem de si filhas louras. A filha loura aqui seria esta: em vez do tesouro pegar na companhia, a companhia pega no tesouro. Refiro-me às garantias, está claro, às responsabilidades, ao endosso do Estado.[144]

O autor conclui sua defesa da carta recebida. "Posso estar em erro; entretanto, devo ressalvar dois pontos da carta: 1.º, que não tenho parti-pris; 2.º, que não possuo debêntures. Nem ódio nem interesse."

Nos dias 10 e 11 de agosto de 1892, o Senado havia discutido a possível imigração chinesa para compensar a falta de braços na lavoura. A entrada de chineses já era discutida no Brasil desde a década de 1860, pelo menos. O tema foi estudado pela Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional e amplamente discutido no Congresso Agrícola de 1878. Foram principalmente os abolicionistas, os críticos da imigração asiática, pois esta era associada a uma nova escravidão. Com a repercussão dos debates sobre a entrada de chineses no país, prevaleceu a posição contrária a essa, principalmente a de cunho racial, já que os "chins" eram considerados inferiores aos imigrantes europeus. No início da República a entrada de asiáticos e africanos no país foi proibida legalmente pelo decreto nº 528 de 28 de junho de 1890. Este declarava vedada a entrada de indígenas dessas regiões, sem a aprovação do Congresso Nacional.[145] Com as dificuldades impostas pela Itália e Alemanha à emigração de seus conterrâneos para o Brasil, em razão do descumprimento dos contratos, a imigração asiática voltou a ser discutida no Congresso. Comenta o narrador a 14 do mês: "O Senado

---

[143] http://www.constrenge.com.br/historiaferrovia14.htm. O fato será tratado devidamente no capítulo sobre o Encilhamento e seus impactos. (acesso em 5 de junho de 2010).
[144] Crônica de 22 de maio de 1892.
[145] http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacao-1-pe.html (acesso em 10 de fevereiro de 2010).

discutiu o chim, o arroz, e o chá, e naturalmente tratou da questão da raça chinesa, que uns defendem e outros atacam. Eu não tenho opinião." A questão continuava insolúvel quando o autor volta ao assunto na crônica de 11 de setembro de 1892.

> Também não digo adeus aos chins, porque é possível que eles venham, como que não venham. O Diário de Notícias, contando os votos da Câmara favoráveis e desfavoráveis, dá 64 para cada lado. Numa questão intrincada era o que melhor podia acontecer; as opiniões entestavam umas com outras, na ponte, como as cabras da fábula.[146]

A menor palha faria pender o prato da balança. O futuro do Brasil estaria na mão (voto) de um homem apenas, na opinião do narrador. Futuro que "ou há de ser próspero com os chins, conforme opinam uns, ou desgraçado, como querem outros."

Finalmente a 16 de setembro havia sido aprovada a lei que regularizava a imigração chinesa e japonesa. O comentário do narrador a 18 de setembro de 1892 é interessante e vale a pena ser citado extensamente.

> Quando a China souber que a vinda dos seus naturais (votada esta semana em segunda discussão) tem dado lugar a tanto barulho, tanta animosidade, tanto epíteto feio, é provável que mande fechar os seus portos e não deixe sair ninguém. Eu conheço a China. A China tem brios. A China não é só a terra de porcelanas, leques, chá, sedas, mandarins e guarda-sóis de papel. Não, a China manda-nos plantar café e deixa-se ficar em casa [...] Força é confessar que os filhos daquelas bandas têm grandes vantagens. Italianos entram aqui com seu irridentismo, franceses com os princípios de 89, ingleses com o *Foreign Office* e a Câmara dos Comuns, espanhóis com *todas lãs Españas, caramba!* Alemães com uma casa sua, uma cidade sua, uma escola sua, uma igreja sua, uma vida sua. Chim não traz nada disso, traz braço, força e paciência. Não chega a trazer nome, porque é impossível que a gente o chame por aqueles espirros que lá lhe põem. O primeiro artigo de um bom contrato deve ser impor-lhe um nome da terra, à escolha, Manuel, Bento, pai João, pai José, pai Francisco, pai Antônio...[147]

Parece óbvia a crítica de Machado de Assis. O resultado da imigração chinesa seria a escravidão amarela. Porém, a ironia novamente no distanciamento entre o Cronista real e o narrador putativo, este não se posiciona contrariamente àquela opção: "*O primeiro artigo de um bom contrato"*... Na visão do cronista, além da força de trabalho, os *chins* nada tinham a oferecer de útil.

Na semana seguinte este diz que a semana começou mal. Havia recebido vinte e seis cartas agradecendo a maneira engenhosa por que tinha defendido a introdução do chim. Após dizer que amava elogios, ele confessa ter ficado espantado com as cartas recebidas.

---

[146] Crônica de 11 de setembro de 1892.
[147] Crônica de 18 de setembro de 1892.

> Nem tive tempo de saborear os louvores; fiquei espantado, porque eu não defendi nada, nem ninguém. Não fiz mais que apontar as qualidades do chim e as de outros imigrantes, para significar que, entrado o chim, os outros somem-se. *Não defendi, nem acusei. Não deitem louros nem grilhões.*[148](grifo nosso)

Impossível saber se haviam chegado cartas para o narrador. Mas, como a verossimilhança é muita vez toda a verdade[149], digamos que sim. A leitura da crônica sem a percepção da ironia do escritor poderia realmente levar os leitores contemporâneos a acreditar que o narrador defendia "a introdução do chim." O certo é que novamente ele se diz imparcial.

Sobejam exemplos do desinteresse do narrador:

> Guerras africanas, rebeliões asiáticas, queda do gabinete francês, agitação política, a proposta da supressão do senado, a caixa do Egito, o socialismo, a anarquia, a crise européia, que faz estremecer o solo, e só não explode porque a natureza, minha amiga, aborrece este verbo, mas há de estourar, com certeza, antes do fim do século, que me importa tudo isso?[150]

Nacionais ou internacionais, os assuntos não interessam ao narrador. Em matérias impessoais o narrador é um "Suetônio, curioso, anedótico, desapaixonado."[151] Sua única paixão é a arte, a estética.

O esteticismo é também uma das principais características do Conselheiro Aires. Para John Gledson, este encontra valores absolutos na arte e numa perspectiva artística da vida por ser incapaz de encontrá-los em outro lugar.[152] O mesmo pode ser dito do narrador ficcional da série *A semana*. Na crônica de 30 de setembro de 1894 o narrador dirige-se a D. João Esberard, arcebispo do Rio de Janeiro, para lhe pedir um favor: a demolição da torre da Matriz da Glória.

> Peço-te um favor grande, em nome da estética. *A estética venerando pastor, é a única face das cousas que se me apresenta de modo claro e inteligível.* Tudo o mais é confuso para estes pobres olhos que a terra há de comer, e não comerá grande cousa, que a vista é pouca e a beleza nenhuma. Não cuides que, falando assim, peço cousa estranha ao teu ofício. Há muitos anos, li em qualquer parte, que a moral é a estética das ações. Pois que troquemos a

---

[148] Crônica de 25 de setembro de 1892.
[149] Machado de Assis. Dom Casmurro. Cap. X.
[150] Crônica de 26 de abril de 1896. Outros exemplos nas crônicas de: 9 de outubro de 1892, 2 de dezembro de 1894, 5 de maio de 1895.
[151] Crônica de 15 de julho de 1894.
[152] GLEDSON, John, op. cit., p. 259.

> frase, e digamos que a estética é a moral do gosto, e a tua obrigação, caro mestre da ética, é defender a estética.[153] (grifo nosso)

Na crônica de 20 de janeiro de 1895, o narrador comenta a renúncia do presidente da França, Casimir Périer [154], que dizia faltar-lhe apoio, mas era acusado de ter resignado por fraqueza. "Qualquer que seja a causa, ou sejam ambas, é matéria política, e naturalmente estranha às minhas cogitações. Venhamos à estética. Pelo lado estético é que o ato de Casimiro Périer me pareceu medíocre."

Em outra ocasião[155] o narrador comenta a desolação da Rua Primeiro de Março. As turcas com suas bugigangas, os engraxadores de sapatos, as quitandeiras haviam sido expulsas das calçadas por determinação do prefeito, que mandava cumprir uma postura que não era acatada. Apenas dois meses após a posse, a primeira intendência municipal já havia revisto o esboço do Código de Posturas Municipais deixado pela monarquia, e o colocou em vigor em 1890. Ele regulava principalmente as atividades referentes a casas de aluguel e de pasto. Para José Murilo de Carvalho, as medidas, apesar de bem-intencionadas, eram inteiramente irrealistas para a época, daí o fato delas raramente serem cumpridas. [156]

> Eu de mim confesso que amo as posturas, mas de um amor desinteressado, por elas mesmas, não pela sua execução. O prefeito é da escola que dá à arte um fim útil, escola degradante, porque (como dizia um estético) de todas as coisas humanas a única que tem o seu fim em si mesma é a arte. Municipalmente falando, é a postura.[157]

Para o narrador, tudo é secundário perante o fenômeno artístico. "Tudo cessa diante da música. Política, estados, finanças, desmoronamentos, trabalhos legislativos, narcóticos, tudo cessa diante da bela ópera, do belo soprano e do belo tenor. É a nossa única paixão, — a maior, pelo menos."[158] Irrita-se o narrador na crônica de 5 de julho de 1896: "Não quero saber de farmácias, nem de outras instituições suspeitas. Quero saber de música, só música, tão-somente música."

---

[153] Crônica de 30 de setembro de 1894.
[154] Jean Casimir-Perier (1847 -1907). Foi o sexto presidente da França, mas governou por seis meses apenas, de 27 de junho de 1894 à 16 de janeiro de 1895. Foi eleito com o apoio da direita, após o assassinato do presidente Carnot, com 451 votos, contra 195 de Henri Brisson e 97 de Charles Dupuy. No entanto, os radicais e os socialistas o consideravam o "presidente da reação", por ele pertencer à alta burguesia. Após a renúncia do ministério de Dupuy a 14 de janeiro, ele também pede demissão alegando não ter sido consultado pelos ministros antes de terem tomado a decisão.
[155] Crônica de 8 de janeiro de 1893.
[156] CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. 3ª Ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 35-36.
[157] Crônica de 8 de janeiro de 1893.
[158] Crônica de 5 de junho de 1892.

Na crônica de 26 de abril de 1896, o narrador fala sobre as festas que ocorreram na Inglaterra pelo nascimento e morte de Shakespeare no dia 23 de abril. O telegrama de Londres informa sobre a celebração e acrescenta que o delegado norte-americano teve grande manifestação de simpatia.

> A doutrina de Monroe, que é boa, como lei americana, é cousa nenhuma contra esse abraço das almas inglesas sobre a memória do seu extraordinário e universal representante. Um dia, quando já não houver império britânico nem república norte-americana, haverá Shakespeare; quando se não falar inglês, falar-se-á Shakespeare. Que valerão então todas as atuais discórdias? O mesmo que as dos gregos, que deixaram Homero e os trágicos.[159]

Noutro momento[160], sabendo da apresentação da ópera *Tannhäuser*, de Wagner, no teatro lírico, o narrador exulta.

> A arte é uma religião. O gênio o sumo-sacerdote. Em vão, Amália, posta no camarote em frente à mãe, lançaria os olhos para mim, assustada com minha indiferença e perguntando a si mesma que me teria feito. Eu teso, espero que as portas do templo se abram, que as harmonias do céu me chamem aos pés do divino mestre; não sei de Amália, não quero saber dos seus olhos de turquesa.[161]

Resulta desse amor pela arte e pela estética uma visão romântica dos acontecimentos. O narrador ama as ficções. "Acredito nelas, acho-as preferíveis às realidades."[162] Confessa o narrador: "É desenganar. Gente que mamou leite romântico, pode meter o dente no rosbife naturalista; mas em lhe cheirando a teta gótica e oriental, deixa o melhor pedaço de carne para correr à bebida da infância."[163] Diz-nos ele que enquanto os outros cuidavam de questões financeiras, ele punha os olhos em um telegrama de Constantinopla que dizia: " 'Cinco odaliscas...' Parei; lidas essas primeiras palavras, senti-me necessitado de tomar fôlego. Cinco odaliscas! [...] Todas as orientais de Hugo vieram chover sobre mim as suas rimas de ouro e sândalo." O que lhe desperta interesse e paixão é o exótico, o romântico.

A 27 de maio de 1894 o narrador fala da morte de um árabe, morador na rua do Senhor dos Passos. "Foi mais um golpe nas minhas reminiscências românticas. Nunca desliguei o árabe destas três cousas: deserto, cavalo e tenda. Que importa houvesse uma civilização árabe, com alcaides e bibliotecas? Não falo da civilização, falo do romantismo." Na crônica de 3 de maio de 1896 o cronista dá notícia do assassinato do xá da Pérsia. Este

---

[159] Crônica de 26 de abril de 1896.
[160] Crônica de 2 de outubro de 1892.
[161] Idem.
[162] Crônica de 5 de agosto de 1894.
[163] Crônica de 25 de dezembro de 1892.

possuía trezentos mil contos de réis. Mas fora assassinado por motivos religiosos e não por causa de sua fortuna.

> Há para mim, além da catástrofe, um ponto mui aborrecido: é o tiro. Persas e gentes semelhantes, se me quiserem interessar, como os antigos, não hão de ter pólvora. O punhal e a espada é que estão bem. As tragédias matam a ferro frio. Carnot e Lincoln caíram a golpes de arma branca. Como é que, longe de centros cristãos e prosaicos, em plena vida oriental e poética, um fanático pega de uma espingarda ou trabuco, para vingar um texto ou um símbolo? Vai nisso um tanto de precaução, que se não ajusta bem ao fanatismo, não contando a falta de estética.[164]

No dia 13 de março de 1894 havia sido anunciado mais um combate entre os revoltosos da Armada e as forças legalistas. A revolta havia eclodido no dia 6 de setembro do ano anterior, após vários adiamentos. A prisão do Almirante Eduardo Wandenkolk, que tentou atacar a cidade de Rio Grande para acabar com a Revolta Federalista, foi tida pela Marinha como uma afronta e desde então a oficialidade preparava um movimento contra o governo de Floriano Peixoto. Aqueles procuraram então o Almirante Custódio de Mello para que ele chefiasse a revolta. A primeira fase desta foi até 9 de dezembro de 1893 quando Saldanha da Gama resolveu aderir ao movimento. A segunda fase acabou justamente no dia 13 de março de 1894 quando o narrador diz ter sido anunciada mais uma batalha. Nesse dia, os revoltosos pediram asilo ao comandante do navio português *Mindelo*.[165] O narrador, com preguiça e com medo, não quis ir ver a batalha, apesar dos convites recebidos para subir a um dos morros "onde o perigo era muito menor que o sol; mas o sol era grande."[166] Em casa ocorre-lhe que ele podia ter a visão da batalha, "sem sol nem fadiga."

> Era bastante que me ajudasse o gênio humano com o seu poder divino. A história, por mais animada que fosse, não sei se me daria a própria sensação da cousa. A poesia era melhor; Homero, por exemplo, com a Ilíada. [...]
> Ao meio-dia, troando os primeiros tiros, abri o poeta [...] Percebi o efeito da leitura. Quando meu criado me levou ao gabinete uma cajuada, cuidei que era a deusa Hebe que me servia uma taça de néctar, e disse:
> — Hebe divina, graças à tua excelsa bondade, vou apreciar esta delícia, desconhecida aos homens.
> José Rodrigues, com espanto de si mesmo retorquia-me:
> — Tu és já um deus, tu estás no próprio Olimpo, ao lado de Júpiter.
> Vi que era assim mesmo. Mas, em vez de entrar na luta dos homens, como os outros deuses, meus colegas, deixei-me estar mirando o furor dos combates, o retinir das lanças nos broquéis, o estrondo das armaduras

---

[164] Crônica de 3 de maio de 1896
[165] CARONE, Edgard. **A república velha**: evolução política (1889-1930). 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1983, pp. 95-105. A Revolta da Armada e o posicionamento de Machado de Assis serão analisados detidamente nos próximos capítulos.
[166] Crônica de 18 de março de 1894.

> quebradas, o sangue que corria dos peitos, das pernas e dos ombros, os homens que morriam e as vozes grandes de todos [...] Eu, do Olimpo, mirava tudo, tão tranqüilo como agora que escrevo isto [...][167]

O narrador vê toda a (falsa) batalha, do longínquo Olimpo, como um deus. Essa passagem demonstra claramente a nossa hipótese. Devido a sua egolatria, a sua preocupação pessoal (estava com preguiça e com medo), ele não se interessa pelas questões públicas e prefere a ficção à realidade. Além disso, era uma forma de não comentar os acontecimentos da Revolta, que geravam polêmicas e especulações, como veremos no tópico a seguir.

No dia 22 de julho do mesmo ano, ele fala sobre um telegrama da Bahia que diz estar o Conselheiro em Canudos com dois mil homens armados. "Que Conselheiro? O Conselheiro. Não lhe ponhas nome algum, que é sair da poesia e do mistério." Outra horda, a dos clavinoteiros de Belmonte, chefiadas por Cara de Graxa, estava fugindo para o sul, atravessando a comarca de Porto Seguro.

> Jornais e telegramas dizem dos clavinoteiros e dos sequazes do Conselheiro que são criminosos; nem outra palavra pode sair de cérebros alinhados, registrados, qualificados, cérebros eleitores e contribuintes. Para nós, artistas, é a renascença, é um raio de sol que, através da chuva miúda e aborrecida, vem dourar-nos a janela e a alma. É a poesia que nos levanta do meio da prosa chilra e dura deste fim de século.
> Sim, meus amigos. Os dous mil homens do Conselheiro, que vão de vila em vila, assim como os clavinoteiros de Belmonte, que se metem pelo sertão, comendo o que arrebatam, acampando em vez de morar, levando moças naturalmente, moças cativas, chorosas e belas, são os piratas dos poetas de 1830 [...] Tudo pirata. O romantismo é pirataria, é o banditismo, é a aventura do salteador que estripa um homem e morre por uma dama.

Segundo o cronista, para esses piratas brasileiros o mundo não poderia ser uma secretaria de Estado, "com o seu livro do ponto, hora de entrada e de saída, e desconto por faltas." Analisando essa crônica, e especificamente essa última citação, Beatriz Resende dá prova do que foi dito no início desse capítulo e no anterior, sobre se confundir o posicionamento do autor real com o do narrador putativo. A autora pensa ter feito uma descoberta biográfica ao ler à crônica. Diz ela que se engana quem pensar que o emprego público era pra Machado de Assis "sinecura satisfatória". E continua: "Ainda que tenha sido preciso esse momento de delírio revolucionário-romântico em torno deste guevárico conselheiro, repete-se, afinal o mote: trabalhar só obrigado, por gosto ninguém vai lá." [168] Como demonstramos, essa visão

---

[167] Crônica de 18 de março de 1894.

[168] RESENDE, Beatriz. **Em caso de desespero, não trabalhem**: A política nas crônicas de Machado de Assis. In: A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992, p. 429.

romântica faz parte da caracterização do narrador putativo da série e não um "delírio" de Machado de Assis. Aquele se diz desinteressado e imparcial quando trata de assuntos públicos, impessoais. Seu interesse é anedótico e estético. Daí sua visão romântica dos acontecimentos, seu gosto pelo misterioso e poético. E também sua única paixão: a arte.

No entanto, apesar de fazer parte da caracterização do narrador durante toda a série, essa preferência pela ficção se acentua no ano de 1894. Faremos um pequeno interlúdio na apresentação do cronista para explicar essa mudança.

1.3.4 Entreato político: A censura à Gazeta e a mudança na crônica

O Diário Oficial de 14 de outubro de 1893 nos informa sobre os atos do poder executivo. O decreto N.º 1563 de 13 de outubro declara em estado de sítio a Capital Federal e os estados do Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O decreto N.º 1565 do mesmo dia, regula a liberdade de imprensa durante o estado de sítio. Esta ficava proibida de publicar notícias a respeito da revolta que não tivessem sido comunicadas pelo governo. Proibia também qualquer ato contrário à independência, integridade e dignidade da Pátria, à constituição da República e seu governo.[169]

Como já foi dito no capítulo anterior, Machado de Assis foi substituído por Ferreira de Araújo na crônica do dia 22 de outubro de 1893. Este aproveitou a lacuna na série para criticar a censura e o autoritarismo do governo federal. Vale a pena citar novamente a crônica escrita pelo dono da *Gazeta de Notícias*.

> Doente o cronista, doente ou alistado em um batalhão de voluntários, voluntário ou *preso sem nota de culpa*, preso ou narrador barrigudo, força é que alguém o substitua por esta vez só, amigo leitor, que há tampos trazes o paladar apurado pelo manjar dos deuses, que todos os domingos te servem [...]
>
> Não contando ter hoje de fazer esta ronda, não tomei notas do que se passou durante os últimos sete dias; creio, porém, que, se as tivesse tomado, seria exatamente o mesmo, porque se há coisa a que a gente se não possa referir na imprensa, é ao fato consumado, que por isso mesmo é suspeito. *É mesmo de supor que a proibição de publicar boatos se baseie, não no inconveniente de andar a fazer correr como boa, moeda evidentemente falsa, mas no receio de que o boato tenha fundamento* [...]

[169] BRASIL. **Diário Oficial**. Ano XXXII — 5º da República — nº 283. Capital Federal. Sábado, 14 de outubro de 1893.

> Só uma coisa interessa ao público, ao público masculino e ao público feminino, ao público que trabalha e ao público que se dá ao trabalho de consentir que se lhe queria bem: a revolta. *Pois é justamente da revolta que se não pode falar*. É a eterna história do fruto proibido. Por isso, em cada casa, ao canto de cada sala, às mesas dos cafés, nos bancos dos bondes, e pelos grupos da Rua do Ouvidor, faz-se uma espécie de jornal conversado, como que uma gazeta de notícias invisível, impalpável, uma gazeta que não tem por onde se lhe pegue, que circula, não de mão em mão, mas de ouvido em ouvido, deixando aqui uma frase da redação primitiva e apanhando ali outra, modificando-se segundo a fantasia e as opiniões pessoais do transmissor, de tal modo que o boato que saiu do prelo dizendo que uma bala de Santa Cruz arrebentara dentro de Villegaignon, volta a ele no fim de algumas horas afirmando que uma bala de Villegaignon arrebentou dentro de Santa Cruz.
>
> E já lá vai um mês e mais a metade de outro, toda a vida está estagnada, a vida pública em que se forja o futuro do país, e a vida em particular, o trabalho e o amor, e todos nós só nos ocupamos disto: o bombardeio de ontem, o tiroteio de hoje, a batalha decisiva de amanhã.[170] (grifo nosso)

Como informa o Diário Oficial, o decreto que regulamentava a censura à imprensa proibia a veiculação de qualquer notícia sobre a Revolta da Armada, que não tivesse sido comunicada oficialmente pelo governo federal. A falta de informações sobre os acontecimentos gerava uma infinidade de boatos por parte do "bisbilhoteiro" público do Rio de Janeiro, que não queria saber de outra coisa. Para Ferreira de Araújo, o receio do governo e a censura à imprensa só faziam aumentar os rumores falsos e a curiosidade sobre a Revolta. Na falta de notícias divulgadas pelo principal meio de comunicação do período, o jornal imprenso, a população, através da fofoca, do falatório, "criava" sua própria gazeta, que por não poder ser censurada, espalhava todo tipo de ocorrência. Um verdadeiro telefone-sem-fio. Fora as prisões arbitrárias feitas pelo Governo.

Na semana seguinte, Machado voltou a sua crônica hebdomadária. Esta simulava um diálogo entre o narrador e uma leitora. A conversa em certo momento recaiu sobre Ferreira de Araújo, a respeito do qual o cronista espalhou um boato.

> — Positivamente, não sei: mas vou dizendo que foi, já por vingança, já porque não conheço nada mais recreativo que espalhar um boato. O vício é muita vez um boato falso, e há virtudes que nunca foram outra coisa. Digo-lhe mais: este mundo em que a senhora supõe viver, não passa talvez de um simples boato. Os Anjos, para matar o imortal tempo, fizeram correr pelo infinito o boato da criação, e nós, que imaginamos existir, não passamos das próprias palavras do boato, que rolam por todos os séculos dos séculos.[171]

---

[170] Crônica do dia 22 de outubro de 1893.
[171] Crônica de 19 de outubro de 1893.

Assim como o mundo é real, muitos boatos sobre a Revolta também eram verdadeiros. O tom da crítica assemelha-se à de Ferreira de Araújo, apesar do estilo diferente. Além disso, a crítica era também dirigida aos fofoqueiros, sedentos de noticiário sobre a Revolta, que difundiam todo tipo de boato.

Na semana seguinte, a 5 de novembro, o narrador se disse aborrecido por tanto ouvir a interrogação "Que há de novo? Não digo o número de vezes que a ouvi, na segunda-feira, para não parecer inverossímil. Na terça-feira, cuidei lê-la impressa nas paredes, nas caras, no chão, no céu e no mar. Todos a repetiam em torno de mim." Ele resolve então se vingar da cidade inteira, mas não podendo queimá-la adota um processo "delicado e amigo." Sempre que era questionado sobre as novidades, o narrador respondia com um grande acontecimento: terremoto, execução, naufrágio.

> — Que terremoto? Verdade é que esta noite ouvi grandes estrondos, tanto que supus serem as fortalezas todas juntas. Mas há de ser isso, um terremoto; as paredes da minha casa estremeceram; eu saltei da cama, assustado; estou ainda surdo... Houve algum desastre?
> — Ruínas, senhor, e grandes ruínas.
> — Não me diga isso! A Rua do Ouvidor, ao menos...
> — A Rua do Ouvidor está intata, e com ela a *Gazeta de Notícias*.
> — Mas onde foi?
> — Foi em Lisboa.
> — Em Lisboa?
> — No dia de hoje, 1 de novembro, há século e meio. Uma calamidade, senhor! A cidade inteira em ruínas [...]
> No sábado, notei que os perguntadores fugiam de mim, com receio, talvez, de ouvir a queda do Império Romano ou a conquista do Peru. Eu, por não fiar dos tempos, saí com a morte de Torres Homem no bolso; era recentíssima, podia enganar o estômago. Creio, porém, que a explosão da véspera bastou às curiosidades vadias.[172]

Possivelmente, não apenas os supostos interlocutores diretos do narrador ficavam frustrados e nervosos. Quem ia à cata dos jornais atrás de notícias da Revolta, também mandaria o cronista a "todos os diabos." Não apenas a ele. Informa-nos John Gledson que os jornais, para preencher suas páginas estéreis devido à censura, usavam de vários subterfúgios: "*faits divers*, notícias estrangeiras, notícias velhas, folhetins antigos, tudo que pudesse encher os jornais que já tinham sido reduzidos de tamanho."[173] O cronista de *A semana* comenta a situação:

> Repito, que me trariam os diários? As mesmas notícias locais e estrangeiras, os furtos do Rio e de Londres, as damas da Bahia e de Constantinopla, um

[172] Crônica de 5 de novembro 1893.
[173] Machado de Assis, **A Semana:** Crônicas (1892-1893), edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec , 1996. Introdução, p. 32.

> incêndio em Olinda, uma tempestade em Chicago, as cebolas do Egito, os juízes de Berlim, a paz de Varsóvia, os *Mistérios de Paris*, a *Lua de Londres*, o *Carnaval de Veneza*.[174]

Esta crônica começa com um desabafo do narrador. Ele estava cansado das mesmas notícias repetidas. "Tudo isto cansa, tudo isto exaure. Este sol é o mesmo sol, debaixo do qual, segundo uma palavra antiga, nada existe que seja novo." Lendo os jornais sem curiosidade e interesse, o narrador, de repente, tem uma surpresa. Seus olhos estacaram, "leram, releram, e mal puderam crer o que liam." Antes de ir adiante, ele diz ser necessário saber a idéia que ele faz de um legislador, e a que faz de um salteador.

> O legislador é o homem deputado pelo povo para votar os seus impostos e leis. É um cidadão ordeiro, ora implacável e violento, ora tolerante e brando, membro de uma câmara que redige, discute e vota as regras do governo, os deveres do cidadão, as penas do crime. O salteador é o contrário. O ofício deste é justamente infringir as leis que o outro decreta. Inimigo delas, contrário à sociedade e à humanidade, tem por gosto, prática e religião tirar a bolsa aos homens, e, se for preciso, a vida.[175]

A notícia era sobre a prisão do Deputado Talis na Grécia, e a ordem de prisão de outros deputados, que faziam parte de uma quadrilha de salteadores que infestava a província da Tessália.[176] Para o narrador, podiam chamar à velha Grécia de bárbara, de opereta, ele a chamava sublime.

> Sim, essa mistura de discurso e carabina, esse apoiar o ministério com um voto de confiança às duas horas da tarde, e ir espreitá-lo às cinco, à beira da estrada, para tirar-lhe os restos de subsídio, não é comum, nem rara, é única [...] Durante meia hora fiquei fora de mim. A situação é, na verdade, aristofanesca [...] Quando algum daqueles deputados tivesse de falar na Câmara, em vez de pedir a palavra, podia muito bem pedir a bolsa ou a vida. Vice-versa, agredindo um viajante, pedir-lhe-ia dois minutos de atenção [...]
> Eu pediria o perdão de Talis, se pudesse ser ouvido. Condenem os demais se querem, mas deixem um, Talis ou outro qualquer, um funcionário duplo, que atire ao parlamento grego o aspecto de uma instituição aborrecida. Que a Hélade deite os ministérios abaixo, se lhe apraz, mas não atire às águas do Eurotas um elemento de aventura e poesia.[177]

Os "Salteadores da Tessália" é uma das crônicas da série *A Semana*, que ganhou renome próprio. Foi uma das escolhidas por Machado para ser publicada no livro *Páginas Recolhidas*, de 1899. Quem nos acompanhou até aqui, já percebeu, pela admiração romântica da crônica

---

[174] Crônica de 26 de novembro de 1893.
[175] Idem.
[176] Esta notícia apareceu no jornal O Tempo. Machado parece ter confundido o nome do deputado, que na notícia aparece como Takis. Machado de Assis, **A Semana:** Crônicas (1892-1893) op. cit., nota 2, p. 335.
[177] Crônica de 26 de novembro de 1893.

pelos salteadores, que seu autor é o narrador ficcional da série. Além disso, como ressalta John Gledson, a crítica está tão perfeitamente disfarçada, que se pode lê-la fora do contexto.[178] Na conjuntura, porém, a crônica se torna ainda mais interessante. Machado encontrou na longínqua notícia um modo de criticar os acontecimentos que abalavam a tranqüilidade pública. Muitos políticos estavam envolvidos nas Revoltas da Armada e Federalista, e também na violenta repressão das forças legalistas. A ironia de Machado está na análise do acontecimento, pela perspectiva romântica do seu narrador putativo. Político infringindo as leis, "inimigo delas, contrário à sociedade e à humanidade", não era raridade, ainda mais nesse contexto de guerra civil. A habitualidade e proximidade desse tipo de associação (político salteador) só aumentavam o absurdo da situação.

No dia seguinte à publicação dessa crônica, Ferreira de Araújo lança editorial criticando o governo por ter tirado de Rui Barbosa as honras de general-de-exército brasileiro e diz que é uma injustiça, produto de politicagem mesquinha, vingança contra os artigos que Rui havia escrito contra o regime florianista.[179] Num dado momento, ele alude ao Almirante Custódio de Melo:

> Se este chefe de revolta sair vitorioso da luta que leva travada, o que aliás está na ordem das coisas possíveis, e quiser tomar represálias só dos excessos de linguagem que têm sido usados contra a sua pessoa, assistiremos às coisas mais extravagantes, se essas represálias tomarem por modelo o decreto que privou das honras de general do exército brasileiro o Sr. Rui Barbosa.[180]

Ferreira de Araújo faz clara alusão à possibilidade de vitória da Revolta, além de criticar a postura repressiva do governo. Após este editorial, a *Gazeta de Notícias* foi fechada e só reabriu um mês depois, no dia 1 de janeiro de 1894. Machado reiniciou a série nesse mesmo dia. Os fatos polêmicos da semana foram evitados. A crônica já referida de 18 de março é uma prova disto. O narrador, para não falar da Revolta, voltou-se para a ficção e narrou as batalhas da Guerra de Tróia. A melancolia foi o tom principal da série nesses primeiros meses

---

[178] Machado de Assis, **A Semana:** Crônicas (1892-1893) op. cit., Introdução, p. 33.

[179] Esse título foi concedido pelo Governo Provisório a todos os ministros civis em maio de 1890. Segundo José Murilo de Carvalho, Rui teria ficado "vexadíssimo" com a homenagem e aceitou-a devido à insistência de amigos republicanos. Apesar do desprezo dos jovens oficiais pelos bacharéis, a designação Dr. General e afins tornou-se comum entre os próprios militares que buscavam maior prestígio social. Para uma análise aprofundada ver artigo de José Murilo de Carvalho, Rui Barbosa e a Razão Clientelista em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582000000100003&script=sci_arttext (acesso em 15 de março de 2010).

[180] ARAÚJO, Ferreira de. Apud Machado de Assis, **A Semana:** Crônicas (1892-1893) op. cit., Introdução, nota 33.

após a censura da *Gazeta*. A morte tornou-se palavra corriqueira, já que o obituário crescia devido ao calor do verão, que aumentava as moléstias.

> Falei em sono, e sinto cochilar a pena. O calor não pede outra cousa, este calor tão grande e mortífero, que começa a meter medo aos mais animosos. O obituário sobe com ele, estamos já na casa dos setenta. Que melancólica semana![181]

Outro tema freqüente nas primeiras crônicas de 1894 era o anarquismo. Aparece nas crônicas de 1º de janeiro, 18 e 25 de fevereiro, 15 e 22 de abril. [182] Dos temas habituais da série, mantêm-se com maior freqüência o Encilhamento e as suas conseqüências, e a crítica ao sistema eleitoral e às abstenções. No entanto, em grande parte das crônicas desse ano, os acontecimentos da semana dão lugar à ficção, propriamente dita. Na crônica de 16 de setembro de 1894 o narrador diz adorar as semanas pobres de acontecimentos, por excitarem à imaginação.

> Não há tempo nem espaço, há só eternidade e infinito, que nos levam consigo, vamos pegando aqui de uma flor, ali de uma pedra, uma estrela, um raio, os cabelos de Medusa, as pontas do diabo, micróbio e beijos, todos os beijos que se têm consumido neste mundo, todos os micróbios que nos têm consumido, até que damos por nós no fim do papel. São assim as semanas pobres.
> Mas as semanas ricas! Uma semana como esta que ontem acabou, farta de sucessos, de aventuras, de palavras, uma semana em que até o câmbio começou a esticar o pescoço pode ser boa para quem gostar de bulha e de acontecimentos. *Para mim que amo o sossego e a paz é a pior de todas as visitas. As semanas ricas exigem várias cerimônias, algum serviço, muitas cortesias.* Demais, são trapalhonas, despejam as algibeiras sem ordem e a gente não sabe por onde lhe pegue, tantas e tais são as cousas que trazem consigo. *Não há tempo de fazer estilo com elas, nem abrir a porta à imaginação*. Todo ele é pouco para acudir aos fatos.[183] (grifo nosso)

As semanas ricas exigiam várias cerimônias, e muita precaução. Utilizando-se de temas ficcionais, Machado de Assis tornava suas críticas mais veladas e assim se preservava de possíveis acusações. Cabe lembrar que, nesse mesmo ano, ele havia sido acusado de monarquista. Deocleciano Mártir, em artigo intitulado "Funcionalismo Inimigo da República", publicado no jornal *O Tempo*, a 12 de abril, declarava:

---

[181] Crônica de 28 de janeiro de 1894. O narrador também lamenta-se pelas mortes ocorridas no verão, devido às várias moléstias nas crônicas de 7 de janeiro e 11 de março.
[182] A perspectiva de Machado sobre o anarquismo será analisada no capítulo: A cidadania nas crônicas: desinteresse político e abstenção eleitoral.
[183] Crônica de 16 de setembro de 1894.

> Ao governo e ao partido republicano brasileiro, apresento hoje, conforme prometi, uma das muitas listas que tenho em meu poder, dos maus patrícios e hipócritas monarquistas, pagos fartamente pelos cofres da nação para dizerem mal de si próprios e cavarem a ruína da Pátria; ei-los.[184]

Joaquim Maria Machado de Assis era o nono nome da lista.

Na crônica de 25 de agosto de 1895, o narrador celebra o fim da Revolta Federalista. Tanto bastou para que a cidade se alegrasse, se embandeirasse e iluminasse. Logo a 8 de setembro ele faz uma interessante confissão.

> Tendo tropeçado tanta vez, como o sábio antigo, sigo o conselho da velha e não tiro os olhos do chão: é o mais seguro gesto para não cair no poço.
> Vós, que me ledes há três anos ou mais, duvidareis um pouco desta afirmação. *Sim, é possível que me tenhais visto com os olhos no firmamento, à cata de alguma estrela perdida ou sonhada.* Não o vejo, mas não tenho tempo de me reler, nem já agora rasgo o que aí fica, para dizer outra coisa. *Farei de conta que isto é uma retificação*.[185] (grifo nosso)

Só após o fim das perturbações públicas, o narrador parece se sentir livre para fincar os olhos no chão novamente. O seu reconhecimento deixa claro que houve uma mudança nas crônicas após a censura do jornal. Apesar de mais acentuada durante o ano de 1894, último da presidência de Floriano Peixoto, apenas ao fim de 1895 temos a retificação do narrador.

A última evidência da ampliação de temas ficcionais em contraposição aos acontecimentos públicos da semana, na composição das crônicas, após a censura da *Gazeta de Notícias*, é o criado do narrador, José Rodrigues. Além disso, ele é a derradeira prova da criação e continuidade de um narrador putativo para a série. José Rodrigues aparece em apenas 14 crônicas. Sua primeira participação se dá apenas em 29 de janeiro de 1893. Nesse ano ele é citado em quatro crônicas; em 1894 em oito, e apenas uma vez em 1895 e 1896, e nenhuma em 1897. Inventado para dar maior suporte ficcional à caracterização do narrador, não é insignificante que a maior parte das suas participações nas crônicas tenha acontecido em 1894.

1.3.5 O criado José Rodrigues

Como foi dito acima, sua primeira aparição ocorreu na crônica de 29 de janeiro de 1893. Assim nos é apresentado pelo narrador:

---

[184]MAGALHÃES JUNIOR, Raymundo. **Vida e obra de Machado de Assis**. Maturidade, 3v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília, p. 215-216.
[185] Crônica de 8 de setembro de 1895.

> Um criado meu, que perdeu tudo o que possuía na compra de *desventuras*... perdoem-lhe; é um pobre homem que fala mal. Ensinei-lhe a correta pronúncia de *debêntures*, mas ele disse-me que desventuras é o que elas eram, desventuras e patifarias. Pois esse criado também defende o capital; a diferença é que não se acusa a si de atacar o dos outros, e sim aos outros de lhe terem levado o seu. Quanto aos caracteres, entende que, se alguma coisa quer demolir, não são os caracteres, mas as próprias caras, que são os caracteres externos, e não o faz por medo da polícia.
> Lê tudo o que os jornais publicam, este homem. Foi ele que me deu notícia da nova denúncia contra a Geral; ele chama-lhe nova, não sei se houve outra. Contou-me também uma história de discursos, paraninfos e retratos, e mais um contrabando de objetos de prata dentro de um canapé velho.
> — Não ganho dinheiro com isto, conclui ele; mas consolo-me das minhas desventuras.
> — Debêntures, José Rodrigues.[186]

Esse criado é o estereótipo do homem simples, que mesmo alfabetizado, não passa de um "ignaro", um homem de "pouca suficiência intelectual."[187] Foi mais um dos afoitos que pensava ficar rico com o Encilhamento, mas perdeu tudo. Na crônica de 6 de maio de 1894, o narrador comenta com ele sobre a liquidação do acervo da Companhia Geral de Estradas de Ferro e José Rodrigues fica desolado.

> — Não me fale nisso, patrão! Eu já lhe pedi que me não falasse em semelhante bandalheira.
> E, perguntando-lhe eu que lhe parecia do plano de vender em leilão o acervo da companhia, ou combinar em um negócio, para ver se vendia alguma cousa mais, vi-o meditar profundamente, e depois soltar um suspiro tão grande, que pareceu trazer-lhe as entranhas para fora. Hão de lembrar-se que este pobre-diabo é portador de debêntures. Acabado o suspiro, disse-me que havia sido tão comido neste negócio, que não podia escolher, e que o melhor de tudo era passar-me os papeluchos por cem mil-réis; não queria saber mais nada [...]
> Eu, que conheço minha gente, percebi que a lembrança da Geral o havia transtornado muito, tal era a confusão das palavras, a trapalhice das idéias. Ordenei-lhe que se recolhesse e dormisse.[188]

O seu transtorno é explicável. Para o narrador ele era um grande exemplo das vicissitudes humanas. "Mal sabendo assinar o nome, ganhou um milhão no encilhamento, e quando começava a aprender ortografia, achou-se com três mil-réis."[189] Ao que parece, as decepções financeiras o deixara até doente, padecia de tonteiras, dores no peito, ânsias, para o cronista, ele estava cardíaco.[190]

---

[186] Crônica de 29 de janeiro de 1893.
[187] Crônica de 27 de agosto de 1893.
[188] Crônica de 6 de maio de 1894.
[189] Crônica de 18 de junho de 1896.
[190] Ibidem.

Para ele, uma das virtudes do seu criado era a fidelidade ao patrão. Na crônica de 3 de junho de 1894 o narrador sonha que é Hamlet e o seu criado José Rodrigues personifica o fiel Horácio. Além de leal, era "bom, diligente e respeitoso." O seu problema era coxear do intelecto, não era doudo, mas *estúpido*. "Não digo burro; burro com fala seria mais inteligente que ele."[191]

Em assuntos políticos era homem de arrocho, achava que o prefeito e os intendentes da cidade não deviam ser eleitos e sim nomeados. Herdara do pai, que era saquarema[192], esse ímpeto.[193] Além do mais, não entendia de política, devido a sua estupidez. O cronista narra um episódio hilário:

> Ontem, depois do almoço, veio ter comigo, trazendo uma folha na mão:
> — Patrão, leio aqui estes dous anúncios: "Para tosses rebeldes, xarope de jaramacaru." — "Para intendente municipal, Calisto José de Paiva." Qual destes dois remédios é melhor? E que moléstia é essa que nunca vi?
> — Tu és tolo, José Rodrigues.
> — Com perdão da palavra, sim, senhor.
> — Pois se as moléstias são duas, como é que me perguntas qual dos remédios é melhor? É claro que ambos são bons, um para tosses rebeldes, outro para intendente municipal.
> — E esta moléstia é como a neurastenia, que o patrão me ensinou a dizer, e ainda não sei se digo direito, — a tal moléstia nova, que é bem antiga; é a que chamávamos espinhela caída. Ou intendente será assim cousa de dentes? ... O patrão desculpe; eu não andei por escolas, não aprendi leis nem medicina...
> — José Rodrigues, há cousas que, não se entendendo logo, nunca mais se entendem. Onde andas tu que não sabes o que é intendente? Sabes o que é vereador?
> — Vereador, sei; é o homem que o povo põe na câmara para ver as cousas da cidade, a limpeza, a água, os lampiões.
> — Pois é a mesma cousa.
> — A mesma cousa? Entendo; é como a espinhela caída, que hoje se chama anatomia ou neurastenia. Pois, sim, senhor. Intendente é o mesmo que vereador. Cura-se então com o Paiva do anúncio? Mas, se o Paiva é remédio, conforme diz o patrão, não entendo que se aplique a neurastenia ou intendente...
> — Tu não estás bom, José Rodrigues, vai-te embora.
> — Para dizer a minha verdade, bom, bom, não estou; amanheci com uma dor do lado, que não posso respirar, e é por isso que vim perguntar ao patrão se era melhor o xarope, se o Paiva. Talvez o Paiva seja mais barato que o xarope. Isto de remédios, não é o serem mais caros... Às vezes os mais caros não prestam pra nada, e um pouco de preço cura que faz gosto. Mas, enfim, não faço questão de preço. A saúde merece tudo. Vou ao Paiva... isto é, o

[191] Crônica de 23 de dezembro de 1894.
[192] Saquarema foi como ficaram conhecidos os políticos do Partido Conservador.
[193] Crônica de 2 de dezembro de 1894.

> jornal fala também de um Canedo, para a mesma moléstia... Não é Canedo que se diz? Talvez o Canedo seja mais barato que o Paiva.[194]

Como podemos perceber, esse José Rodrigues é cunhado para o deboche. A crítica a sua idiotice transpassa dois dos principais temas de Machado de Assis nessas crônicas: O Encilhamento e suas conseqüências e a cidadania política. Apesar das suas breves aparições, o criado ratifica a continuidade do narrador da série e dos temas abordados.

A hipótese apresentada nesse capítulo, da criação e continuidade de um narrador putativo para a série de crônicas *A semana,* difere da análise feita por Dilson Ferreira da Cruz em sua dissertação de mestrado intitulada "Estratégias e máscaras de um fingidor: a crônica de Machado de Assis*",* onde o autor analisa a série por dois vieses: o da crítica literária e o da análise do discurso. Seu enfoque é no narrador e nas múltiplas vozes que caracterizam essas crônicas. O principal objetivo do autor é constituir um olhar diferente sobre esses escritos, ressaltando o seu valor literário intrínseco. Assim sendo, o autor elabora duas hipóteses: na primeira diz que os fatos discutidos nas crônicas não são o seu objetivo final. Isso porque, diversas vezes fatos importantes cedem lugar a assuntos irrelevantes ou a simples ficção, e também porque as crônicas são de tal modo ambíguas, que se torna quase impossível descobrir o posicionamento do narrador sobre os assuntos abordados.[195] O autor procura se explicar.

> Afirmou-se que os acontecimentos comentados nas crônicas não eram seu objetivo primordial, entretanto, isso não significa que sejam irrelevantes. Mal comparando, são como a matéria-prima da escultura que, de alguma forma, influi no resultado final da obra, apesar de, por si mesma, sem o tratamento dado pelo escultor, não despertar maior interesse.[196]

A segunda hipótese é a da volubilidade do narrador da série. Segundo Dilson Ferreira da Cruz, essas crônicas seriam o espaço de encontro de várias vozes, portadoras de discursos diversos que se confrontam. E como todas essas vozes podem dizer *eu*, é impossível determinar quem é efetivamente o cronista.[197]

Observamos alguns problemas nessa análise. O primeiro é o autor se limitar a estudar apenas os dois primeiros anos da série, de abril de 1892 a novembro de 1893. O motivo alegado é a conveniência de se estudar a edição crítica de John Gledson referente às crônicas

---

[194] Crônica de 23 de dezembro de 1894. Essa crônica será analisada detidamente no capítulo referente à cidadania.
[195] CRUZ, Dilson Ferreira da. **Estratégias e máscaras de um fingidor**: a crônica de Machado de Assis. Dissertação de mestrado em Lingüística, FFLCH/ USP, 2001, p. 19-20.
[196] Ibidem, p.21.
[197] Ibidem, p. 202.

do período citado. Ao buscar a conveniência de uma boa edição, o autor cerceou sua própria pesquisa. Acreditamos que qualquer série de crônicas deva ser estudada inteiramente, já que o cronista, ao lançar um novo trabalho, tinha objetivos a alcançar, temas a debater. Além disso, por motivos diversos, mudanças poderiam ocorrer nessas crônicas, como é o caso da série *A Semana*. Procuramos demonstrar essas mudanças e comprovar que os fatos, *a "*matéria-prima da escultura", podem não despertar o interesse de Dilson Ferreira da Cruz, mas influenciaram nas decisões tomadas por Machado de Assis na escolha dos assuntos abordados nas crônicas.

Acreditamos também que os principais fatos que compõem as crônicas formam um todo coerente e refletem as preocupações de Machado de Assis no período de implantação do projeto republicano. Apesar de concordarmos com Dilson Ferreira da Cruz sobre o valor literário das crônicas, estas, diferentemente dos romances, eram escritas no calor dos acontecimentos, "afundadas na terra e no estrume da história", nas palavras de Sidney Chalhoub. [198] A falta de carne verde, assunto freqüente das crônicas, se não diz nada ao crítico extemporâneo, pelo menos ao estômago do escritor dizia. "Não me cortem esta frase batida e piegas; a falta de carne ao almoço e ao jantar desfibra um homem."[199] Isso para dar um exemplo banal.

Outro problema da análise de Dilson Ferreira da Cruz é a questão da polifonia do narrador. Apesar de concordarmos com a multiplicidade de vozes nas crônicas, não acreditamos que seja impossível identificar o cronista da série. Aquelas dialogam e se confrontam com duas outras vozes que são as principais: a do narrador putativo da série e, em última instância, a de Machado de Assis.

Nos próximos capítulos analisaremos o conteúdo das crônicas propriamente dito. O que o narrador (e por trás dele, Machado de Assis) pensava e escrevia sobre a situação financeira do país, as conseqüências do Encilhamento, a modernização urbana desenfreada e desastrada e também a questão da cidadania, principalmente a política.

---

[198] CHALHOUB, Sidney. **John Gledson leitor de Machado de Assis**. In: *Art*Cultura, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 109-115, jul.-dez. 2006, p. 115.
[199] Crônica de 8 de janeiro de 1893.

Capítulo II. O Encilhamento e seus impactos

> *"13.º Ouvistes que foi dito aos homens: Amai-vos uns aos outros. Pois eu digo-vos: Comei-vos uns aos outros; melhor é comer que ser comido; o lombo alheio é muito mais nutritivo que o próprio."*
>
> Machado de Assis. *A semana*, 4 de setembro de 1892.

A epígrafe que abre esse capítulo foi retirada de umas das crônicas escritas para a série *A semana* que Machado de Assis escolheu, mais tarde, para integrar o livro *Páginas recolhidas* de 1899, com o nome de *O sermão do Diabo*. O narrador explica-nos que o texto é um pedaço do evangelho do Diabo, um sermão da montanha, que lhe foi entregue pelo próprio, que era alto, magro, barbícula ao queixo e que falava alemão, como Mefistófeles.[200]

O trecho resume bem a perspectiva do escritor sobre o Encilhamento, que é criticado, principalmente, pela imoralidade decorrente do grande afluxo de dinheiro e facilidade de negócios escusos. Mas não só. A crise financeira que decorreu do "banquete de 1890-1891"[201] afetou o cotidiano das pessoas, com os grandes índices inflacionários e a baixa do câmbio. Além disso, muitas empresas sólidas faliram e muita gente perdeu dinheiro comprando ações de sociedades anônimas que eram criadas apenas no papel. E para completar o resumo do quadro, foram feitas várias tentativas de colocar-se na conta do governo, cujo "acionista" (para usar uma figura "querida" do cronista) era o povo, a responsabilidade sobre as dívidas das principais empresas desmanteladas.

Mas não atropelemos os fatos. Esses, como as crianças, estão sujeitos ao perigo se deixados soltos a correr. O Encilhamento e seus impactos formam o principal assunto abordado nas crônicas e foram tratados de diversas maneiras pelo cronista. Vamos seguir os seus passos para estabelecermos um quadro mais amplo sobre o tema nessas crônicas.

2.1 O Ano Terrível (1890-1891): a gênese da crise financeira

Na crônica de 23 de outubro de 1892, após relembrar alguns acontecimentos do passado, como a implantação dos primeiros lampiões a gás no Rio de Janeiro em 1854 e a

---

[200] Essa alusão à obra de Goethe não é gratuita, como veremos adiante.
[201] Crônica de 1º de janeiro de 1893.

"quebra do Souto" [202] em 1864 que provocou uma crise financeira, o narrador da crônica vai cada vez mais além, de século em século chega até o paraíso terrestre, forma incipiente do Encilhamento, onde se vendeu a primeira ação. "Eva comprou-a à serpente, com ágio, e vendeu-a a Adão, também com ágio, até que ambos faliram."

Poucas semanas depois, a 11 de dezembro de 1892, o narrador reemprega a metáfora para falar do Encilhamento. Ele começa a crônica dizendo que nas sagradas letras o homem nasceu simples, mas ele próprio se meteu em infinitas questões.[203] Estas também nasciam simples e depois complicavam-se. Assim, a "questão Chopim" era a mais antiga das questões e nasceu junto com o primeiro homem. A Companhia Estreito e São Francisco ao Chopim ganhou em 1890 concessão para construir uma estrada de ferro de 2.288 Km, entre Estreito, Santa Catarina, e a boca do rio Chopim, no Paraná. No início dessa semana (da crônica) anunciou-se a liquidação da companhia que seria reorganizada em bases sólidas. Em janeiro de 1891 o seu prospecto informava que do capital total de 60 mil contos, 12mil tinham sido pagos e depositados no Banco Paris e Rio no dia 31 daquele mês. Entretanto, apenas uma semana depois, os diretores retiraram o valor, que foi dividido entre retribuições aos advogados, pagamento de despesas com corretagem, prospecto, etc. e também entre alguns indivíduos, acionistas e/ou titulares da garantia de juros, que incidia entre os 60 mil contos de capital comprometido, e não sobre os 12 mil efetivamente pagos.[204]

Nosso caro leitor talvez esteja pensando que a questão é realmente complicada, e um pouco enfadonha. Voltemos então à pena galhofeira de Machado. A crônica continua em termos alegóricos:

> Toda gente sabe que o paraíso terreal foi obra de um sindicato composto de Adão e Eva, para o fim de pôr a caminho a concessão da vida. O serviço da organização era gratuito; mas a serpente persuadia aos dois organizadores da companhia que o art. 3.º§ 3.º do Decreto nº 8 do primeiro ano da criação (data transferida mais tarde para 17 de janeiro de 1890) autorizava a tirar as vantagens e prêmios do capital realizado, e não dos lucros líquidos. Adão e Eva recusaram crer, a princípio; achavam o texto claro. Não desmaiou a serpente, e provou-lhes: 1º que as publicações do Senhor eram incorretas pela ausência obrigada da imprensa; 2º que muitas outras companhias se tinham organizado, de acordo com a explicação que ela dava [...]
>
> Adão e Eva cederam à evidência. Não faço ao cristão que me lê, a injustiça de supor que não conhece as palavras do Senhor a Adão: "Pois que

[202] No dia 10 de setembro de 1864 a casa bancária do Visconde de Souto, a mais importante do país, faliu. Em conseqüência dessa *débâcle*, faliram cerca de cem outras empresas.
[203] Eclesiastes, 7:30.
[204]Machado de Assis, **A Semana:** Crônicas (1892-1893), edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996. Nota 2, p.163. A economia em Machado de Assis: o olhar oblíquo do acionista. Organização, introdução e comentários de Gustavo H. B. Franco. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007, p. 137.

> comeste da árvore que eu te havia ordenado que não comesse (o art. 3.º§ 3.º) a terra te produzirá espinhos e abrolhos."[205]

Daí todas as calamidades do mundo e a questão Chopim. Esse foi um dos muitos casos de formação de sindicatos para captar recursos na Bolsa através de ofertas públicas de ações. A associação entre os casos de corrupção e as reformas feitas por Rui Barbosa (que deram início ao Encilhamento) é clara. A data da criação segundo o cronista, 17 de janeiro de 1890, é a data dos decretos de Rui Barbosa que regularizavam a Reforma Bancária e formação das sociedades anônimas.[206] Nesse ponto temos que nos fazer duas perguntas. Quais foram as alterações feitas por Rui Barbosa, e se realmente o Encilhamento iniciou-se com esses decretos.

Para dar continuidade à metáfora utilizada pelo cronista, podemos dizer que antes de Adão e Eva cederem aos argumentos da serpente, o Senhor já havia publicado muitas leis e decretos. Para José Murilo de Carvalho a lei nº. 3.353, de 13 de maio de 1888, a aclamada Lei Áurea, seria o próprio *Fiat Lux*. Analisando as atribulações pelas quais passava a cidade do Rio de Janeiro nos primeiros anos da República, o autor diz que a origem das grandes agitações econômicas e financeiras remontava à abolição da escravatura.

A abolição agravou ainda mais um problema que já era sentindo nos últimos anos do Império: a falta de meio circulante. O grande avanço das atividades econômicas durante esse período ocasionou uma relativa carência de dinheiro, devido à falta de um sistema regular de emissões que pudesse equilibrar o volume monetário e as necessidades financeiras.[207] Pautando-se pela conversibilidade da moeda, o governo imperial aumentava as dívidas externas e mantinha a escassez do meio circulante. Entre 1880 e 1889 a moeda em circulação diminuiu de 216 mil contos para 197 mil.[208] Segundo Caio Prado Jr., a transformação dos escravos em trabalhadores assalariados significava a necessidade de mais 50 mil contos anuais para o pagamento de salários.[209] A abolição significou ainda um grande acréscimo no fluxo imigratório para o país, já que os trabalhadores europeus eram considerados superiores

---

[205] Crônica de 11 de dezembro de 1892.

[206] O art. 3.º§ 3.º refere-se ao decreto nº164/90 que regulamenta as criação de sociedades anônimas e diz: "As sociedades anônimas não se podem constituir definitivamente, senão depois de suscrito o capital social todo, e efetivamente depositada em algum banco, ou em mão de pessoa abonada, à escolha da maioria dos suscritores, a décima parte do valor de cada ação [...]. é lícito, depois de constituída a sociedade, estabelecer-se em favor dos fundadores e terceiros, que hajam concorrido com serviços para a formação da companhia, qualquer vantagem consistente em parte dos lucros líquidos." Machado de Assis, **A Semana**: Crônicas (1892-1893), edição, introdução e notas de John Gledson, op. cit., Nota 3, p 164.

[207] PRADO JR. Caio. **História econômica do Brasil**. 4ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1956, p.223.

[208] FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil.** 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. (primeira edição: 1959), p178.

[209] PRADO JR. Caio, op. cit., p.224.

aos libertos. Se na década de 1880 a entrada de imigrantes pouco ultrapassou os quinhentos mil, na década seguinte esse número saltou para um milhão e duzentos mil.[210] Além disso, os fazendeiros escravocratas foram profundamente afetados pela abolição, sem indenização, do trabalho escravo. Com todas essas mudanças ocorrendo, a tradicional política monetária do império tornou-se obsoleta perante o novo quadro.

O governo imperial tentou reverter essa situação com a lei nº. 3.403 de 24 de novembro de 1888 que criava duas espécies distintas de bancos emissores, tendo uns a sua base em títulos públicos e outros em metal. Para Rui Barbosa, em texto publicado no diário oficial da união de 18 de janeiro de 1890, em que expunha ao chefe do governo provisório a situação da emissão monetária e do crédito no país, o que justificava essa lei era a taxa de câmbio superior a 27[211] nesse momento. No entanto, essa taxa não era normal e muito menos estável. A lei falhou, inicialmente, de forma inesperada: nenhum interessado apareceu para formar bancos de emissão de acordo com a nova lei.[212] Por outro lado, para auxiliar os fazendeiros, foram lançados títulos do governo. Esse levantou cerca de 100 mil contos em um empréstimo nacional para amparar o programa de "Auxílios à Lavoura".[213] Os recursos eram repassados aos bancos que emprestavam o dobro da quantia a juros facilitados. Esses fundos eram utilizados pelos agricultores para pagar dívidas com os credores urbanos, o que gerou um primeiro surto de prosperidade. Os "auxílios" superaram os 150 mil contos, o que equivalia a cerca de ¾ da oferta monetária em 1888.

Com a proclamação da República, o governo provisório deparou-se com o problema da liquidez da economia, não solucionado nos últimos meses do regime anterior. Dessa forma, Rui Barbosa, como Ministro da Fazenda, provê a organização dos bancos de emissão através do decreto nº.165 de 17 de janeiro de 1890. Eis o "início" do Encilhamento, o primeiro ano da criação, na concepção do cronista. Podemos dizer que esse "eldorado"[214] foi o resultado do casamento entre a reforma bancária propalada pelo decreto supracitado e a reforma da lei nº.

---

[210] ARIAS NETO, José Miguel**. Primeira República**: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 2006, pp, 204-205.

[211] FRANCO, Gustavo H.B. **A economia em Machado de Assis**: o olhar oblíquo do acionista. Organização, introdução e comentários de Gustavo H. B. Franco, op. cit., p109. "Taxa de câmbio medida em pence de libra esterlina por mil-réis correspondente à paridade de 1846, muito raramente alcançada durante o Segundo Reinado, mas que, por menos de um ano, foi mantida durante os últimos meses do Império, em razão de condições internacionais favoráveis."

[212] Ibidem, p 95.

[213] Esses "auxílios" (eufemismo para as indenizações que não foram pagas legalmente) foram muito impulsionados pelo Visconde de Ouro Preto numa tentativa de inutilizar a implantação do regime republicano.

[214] Um Eldorado. Título do capítulo LXXIII de Esaú e Jacó em que Machado narra a euforia econômica dos anos de 1890-1891.

3.150 de 4 de novembro de 1882, que regularizou as sociedades anônimas, através do decreto nº. 164 do mesmo dia.

A reforma bancária descentralizou a oferta monetária com a divisão do país em três regiões (a princípio) e a criação de um banco emissor para cada.[215]Para receber autorização do governo e serem fundados, os bancos necessitavam ter seu fundo social constituído com apólices da dívida pública, moeda corrente, ou ouro. O capital estabelecido para os bancos do norte, centro e sul foi de 150 mil, 200 mil e 100 mil contos, respectivamente.[216] Esses bancos tinham o direito de atuar como instituição de múltiplas funções de crédito. Eles podiam fazer empréstimos de curto e longo prazos, fornecer crédito agrícola e hipotecário, adiantamentos sobre colheitas futuras, provisão de crédito industrial para a construção de ferrovias e prédios, etc.[217]Com essas medidas a circulação aumentou de 206 mil contos para 561 mil entre 1889 e 1892.[218]

Por outro lado, o decreto nº. 164 facilitou a formação das sociedades por ações. Essas, fosse civil ou comercial o seu objeto, podiam estabelecer-se sem autorização governamental, com algumas exceções. Além disso, como foi visto anteriormente, elas formavam-se quando um décimo do seu capital fosse subscrito e integralizado. E por fim, a reforma baixou as exigências de capital para operar e negociar ações, eliminando a responsabilidade do acionista além do valor de suas próprias ações.[219]

O "jorro emissor" e a liberdade concedida às sociedades anônimas impulsionaram os investimentos nos mais variados tipos de negócios.

> Sob a ação deste jorro emissor não tardará que da citada ativação dos negócios se passe rapidamente para a especulação pura. Começam a surgir em grande número novas empresas de toda ordem e finalidade. Eram bancos, firmas comerciais, companhias industriais, de estradas de ferro, toda sorte de negócios possíveis e impossíveis. Entre a data da proclamação da República e o fim da aventura (1891) incorporar-se-ão no Rio de Janeiro sociedades com capital global de 3.000.000 de contos; ao iniciar-se a especulação, isto é, em novembro de 1889, o capital de todas as sociedades existentes no país apenas ultrapassava 800.000 contos. Quintuplicara-se quase este capital em pouco mais de dois anos!

---

[215] A região norte compreendia o Estado da Bahia até Amazonas. A região do centro era composta por Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Paraná. E a região sul, Mato Grosso, Goiás e Rio Grande do Sul.

[216] BRASIL. **Diário Oficial**. Ano XXIX — 2º da República — nº. 17. Rio de Janeiro. Sábado, 18 de janeiro de 1890. Decreto nº. 165 de 17 de janeiro de 1890, art. 1º.§ 1.

[217] Ibidem, art. 2º. Esses direitos foram estendidos a todos os bancos hipotecários através do decreto nº169-A de 19 de janeiro de 1890.

[218] PRADO JR. Caio, op. cit., p. 226.

[219] BRASIL. **Diário Oficial**. Ano XXIX — 2º da República — nº. 17, op. cit. Decreto nº. 164 art 2 § 2.

> Naturalmente a quase totalidade das novas empresas era fantástica e não tinha existência senão no papel. Organizavam-se apenas com o fito de emitir ações e despejá-las no mercado de títulos, onde passavam rapidamente de mão em mão em valorizações sucessivas.
>
> Chegaram a faltar nomes apropriados para designar novas sociedades, e inventaram-se as mais extravagantes denominações. Ao lado de projetos irrealizáveis, como estradas de ferro transcontinentais, grandes empresas de navegação, colonização de territórios os mais afastados e inacessíveis do país, surgem negócios de todo disparatados.[220]

A crônica de 3 de novembro de 1895 passa-nos a mesma impressão do texto de Caio Prado Jr. citado acima. Relata-nos o narrador que naqueles tempos diluvianos almoçavam-se milhares de contos de réis, jantavam-se dezenas e ainda ficava estômago para uns duzentos ou trezentos contos. Ele confessa arrepender-se de não ter inventado nada que achasse dinheiro vadio: "um paladar mecânico, horas baratas, fósforos eternos, calçamento uniforme para as ruas, cavalos e cidadãos". Sua esperança era que esses dias não tinham morrido inteiramente[221], e se ainda estivesse vivo quando eles convalescessem, iria "incorporar uma companhia, receber vinte por cento das entradas, levantar um empréstimo para fazer a obra, não fazer a obra, fazer as malas e fazer a viagem do céu com escala pela Europa."

Apresentamos resumidamente algumas explicações sobre a falta de meio circulante nos últimos anos do Império, as insuficientes tentativas dos seus dois últimos gabinetes em sanar o problema e as medidas adotadas por Rui Barbosa que impulsionaram à "bolha" especulativa – para usar um termo moderno – na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, conhecida por Encilhamento.

Iremos agora explicar tal alcunha. Encilhamento é o ato de colocar a cilha (arreio) no cavalo, o que nas corridas acontece pouco antes da disputa. Em síntese a especulação na Bolsa ganhou esse nome devido à comparação feita entre os apostadores do Jockey Clube e os investidores daquela, que também jogavam. Segundo o cronista, no *année terrible* (1890-1891) apostou-se sobre todas as coisas do céu e da terra no Rio de Janeiro.[222] No entanto, a comparação vai além da jogatina de ambos, e chega à corrupção. "Este é o ponto. É o que o que se pode chamar uma bela sociedade." A irônica frase é da crônica de 2 de abril de 1893, na qual o narrador aborda as acusações de suborno feitas aos jóqueis, para que eles fizessem perder seus cavalos. Os diretores de clubes esportivos acusavam os *bookmakers* de atos de corrupção e estes acusavam aqueles. O certo é que havia jóqueis subornados.

---

[220] PRADO JR. Caio, op. cit., p. 225.
[221] Ibidem, p. 226. A circulação ainda aumentaria de 561 mil contos em 1892 para 780 mil em 1898.
[222] Crônica de 28 de maio de 1893.

O narrador então descreve uma das corridas, aonde centenas de pessoas iam aos domingos e feriados e outras menos "andareiras" ficavam apostando pelo telefone. Por simpatia, tradição ou palpite grande parte dos jogadores aposta nos cavalos *King*, *Otelo* ou *Moltke*. "Tudo por *Otelo*! Tudo por *Moltke*! Tudo por *King*! Dá-se o sinal." No final ganham *Marte*, *Veloz* e *Vespasiano*. Um senhor estrangeiro, "creio que polaco", diz ao narrador que os que perdem não crêem jamais que tudo se passe naturalmente; "há de haver milagre ou corrupção, isto é, intervenção de Deus ou do diabo."[223] Questiona o narrador:

> – Então parece-lhe que realmente o *Moltke*, o *King* e *Otelo* deviam perder a corrida?
> – Se quisessem, por que não?
> – Se quisessem...?
> – Ouça-me. Há entre os cavalos uma espécie de maçonaria. Cansados de se verem reduzidos a cartas de jogar ou dados, com o falaz pretexto de apurar a raça, os cavalos resolvem, às vezes, entre si, iludir as esperanças dos homens. Trocam os papéis, creio que de véspera, *ou no próprio encilhamento*, ao ouvido, – às vezes por sinais de olhos. Quando a luta começa, os homens ficam embaraçados. Os cavalos, não podendo rir para fora, riem para dentro.[224] (grifo nosso)

O polaco que estudou os gestos de cabeça e de olhos dos cavalos, não menos que os relinchos e até formulou um vocabulário, diz que eles são homens. E que não está longe o século em que os homens correrão também para o recreio e lucro dos cavalos. Para o narrador, seja como for, perde-se o dinheiro que estava ganho. Conclui então o senhor estrangeiro: "Não se perde nada, porque assim como os que deviam ganhar perdem, assim também os que deviam perder, ganham. Há compensação. É o que se pode chamar uma bela sociedade."

Ao contrário do que pensa o narrador da crônica, não existe certeza de lucro em jogos de azar. A não ser quando há corrupção, como os subornos na hora do encilhamento dos cavalos. Para o cronista, essa expectativa de lucro foi o que ocorreu com as especulações na Bolsa de Valores. A certeza de ganhos levou uma multidão a investir em ações das mais diversas companhias que surgiram. Os altos valores das ações dessas sociedades correspondiam à especulação, pois eram completamente desproporcionais ao valor real dos seus ativos. Quando estourou a crise, o castelo de cartas ruiu e o valor desses títulos dissipou-se. Várias empresas faliram, até mesmo as de bases mais sólidas. "O ano de 1892 será de liquidação; conseguir-se-á amainar a tempestade, mas ficará a herança desastrosa legada por

[223] Crônica de 2 de abril de 1893.
[224] Crônica de 2 de abril de 1893.

dois anos de jogatina e loucura: a massa imensa de papel inconversível em circulação."[225] Houve compensação para quem lucrou com a criação de empresas que ficaram somente no papel.

Mas não nos precipitemos. Ainda temos muitas crônicas sobre os "belos dias de Aranjuez."[226] Vimos o que acontecia no encilhamento do Jockey Clube. Na próxima crônica veremos o Encilhamento da Bolsa de Valores, literalmente. Na crônica de 18 de dezembro de 1892 o narrador relata que queria ir pela rua da Candelária, entre as da Alfândega e Sabão, mas não conseguia passar, tal era a multidão no local.[227] Achou que era briga, mas não era. "A massa de gente tomava a rua, de uma banda a outra, mas não se mexia". Procissão, inusitado artista de rua ou vendedor de medicamentos também não era. Um digno ancião tratou de esclarecer suas dúvidas.

> – Não é nada disso, respondeu-me cortesmente. Não há aqui procissão nem macaco. Briga, no sentido de murros trocados, também não há [...]
> – Já sei, é uma seita religiosa que se reúne aqui para meditar sobre as vaidades do mundo, – um troço de budistas...
> – Não, não.
> – Adivinhei: é um *meeting*.
> – Onde está o orador?
> – Esperam o orador.
> – Que orador? Que meeting? Ouça calado. O senhor parece ter o mau costume de vir apanhar as palavras dentro da boca dos outros. Sossegue e escute.
> – Sou todo ouvidos.
> – Este é o célebre Encilhamento.[228]

O narrador diz ao ancião que não sabia que o Encilhamento era assim, numa rua estreita e aborrecida. Além disso, não havia meio de passar pela multidão. "Creio que temos a liberdade de circulação." Lamenta o narrador. O interlocutor explica-lhe então que dos 31 parágrafos do art. 72 da constituição nenhum assegurava esse direito. Existia o de reunião. Dessa forma, só a violência da polícia poderia tirar a multidão dali. E mesmo a repressão policial já havia dado algum lucro para os apostadores.

> Como as moléculas do Encilhamento, por uma lei natural, tendiam a unir-se logo depois de dispersadas, a polícia, para impedir a recomposição, fazia disparar de quando em quando duas praças de cavalaria. Mal sabiam elas que

[225] PRADO JR. Caio, op. cit., p 225.
[226] "Acabaram-se os belos dias de Aranjuez." Trecho da cena inicial da peça *Dom Carlos* (1787), de *Friedrich Schiller* (1759-1805). Machado utiliza-se dessa frase diversas vezes para assinalar o fim da euforia do Encilhamento.
[227] Nesse local ficava a Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.
[228] Crônica de 18 de dezembro de 1892.

> eram simples animais de corrida. As pessoas que as viam correr, apostavam sobre qual chegaria primeiro a certo ponto. – É a da esquerda. – É a da direita. – Quinhentos mil-réis. – Aceito. – Pronto. – Chegou a da esquerda; dê cá o dinheiro.[229]

Nessa crônica, o narrador descreve o Encilhamento como um ajuntamento de pessoas em torno da Bolsa, e a crítica se foca muito mais na mania de jogo da população do que nas operações financeiras que ocorriam. Ao que parece essa aposta em torno das praças de polícia realmente aconteceu (ou acontecia) já que ela é repetida em outras crônicas da série.[230] Independente da veracidade do caso, ele serve para associar ainda mais a jogatina na bolsa de valores às corridas de cavalo do Jockey Clube.

Vejamos agora a impressão do narrador sobre os "belos dias de 1890".[231] Na crônica de 11 de fevereiro de 1894, ele relembra que naquele tempo um homem havia acordado com 20 mil contos; "foi o que disseram". Uma semana depois tinha 30, mais dois dias e mais 40, 50 mil. Antes de um mês subira a 110 mil contos de réis. Como explicar o enigma desse rápido enriquecimento? Para o narrador era o tempo do dilúvio. Em outra crônica[232] ele diz que os mistérios do Encilhamento aturdiram por algumas semanas, mas perderam a razão de ser quando se descobriu que o dinheiro caía do céu. "Quem, naquele tempo, pôs uma cesta, uma gamela, uma barrica, uma vasilha qualquer, ao luar ou às estrelas, e achou-se de manhã com cinco, dez, vinte mil contos, entendeu logo que só por falsificação é que fazemos dinheiro cá embaixo. Ouro puro e copioso é o que cai do eterno azul." Machado de Assis também fez uso dessa imagem em *Esaú e Jacó* no capítulo sobre o Encilhamento. Diz o narrador do livro: "Pessoas do tempo, querendo exagerar a riqueza, dizem que o dinheiro brotava do chão, mas não é verdade. Quando muito, caía do céu."[233]

Tempo alegre e agitado. "Então que era bailar e cantar", diz o narrador na crônica de primeiro de maio de 1892, a segunda da série. Dançava-se a moda de todas as nações; o fadinho brasileiro, a quadrilha francesa, o fandango espanhol, a tarantela napolitana, a valsa alemã, a habanera, a polca, a mazurca e também a dança macabra, "síntese de todas elas". Mas não foram somente as *mademoiselles* que dançaram. As novas cédulas de dinheiro emitidas também.

---

[229] Idem.
[230] Um exemplo. Crônica de 9 de abril de 1893. "Já ali estiveram duas praças, e, para manter a liberdade de circulação, eram obrigadas a disparar de vez em quando. Dispersavam a gente, é verdade, mas faziam perder e ganhar muito conto de réis, porque os jogadores apostavam sobre elas mesmas [...].
[231] Crônica de 11 de setembro de 1892.
[232] Crônica de 16 de dezembro de 1894.
[233] Capítulo LXXIII de Esaú e Jacó, Um Eldorado.

> Vi-as chegar, catitas e alegres, como donzelas que vão ao baile para dançar, e dançaram que foi um delírio [...]. Segundo aquela chapa que as gazetas trazem já composta para concluir as notícias de festas, "as danças prolongaram-se até o amanhecer". As belas emissões foram dormir cansadas, sonhando com ouro, muito ouro.[234]

Ações e debêntures[235] também chegavam catitas e alegres sonhando com ouro. Um amigo do narrador mostrando-lhe ações de sua companhia dizia-lhe: "Isto é ouro!". Para ele parecia papel, papel excelente, impressão boa, cédulas tão iguais que davam a impressão de ser um simples pedaço de madeira. [236] Em outra ocasião, um chacareiro da vizinhança do narrador, que não sabia ler, procurou-o para saber se aqueles papéis (debêntures) valiam alguma coisa. Ele, verdadeiro eco da opinião pública, respondeu que não havia nada melhor. O chacareiro então "pegou nas economias e comprou uma centena delas. Cresceu ainda o preço e ele quis vendê-las; mas eu acudi a tempo de suspender esse desastre. Vender o quê? Deixasse estar os papéis que o preço ia subir por aí além. O homem confiou e esperou."[237]

Muita riqueza, muito dinheiro novo caindo do céu, inundando a praça. Ações e debêntures, os melhores investimentos possíveis. "Epopéia de ouro da cidade e do mundo, porque a impressão total é que o mundo inteiro era assim mesmo."[238] Podemos constatar das passagens supracitadas que, para o narrador, o Encilhamento foi um delírio coletivo. Um período no qual muita gente sonhou com grandes fortunas, e não pouca imaginou tê-las. Era tanto dinheiro que não importava o preço do pão ou da carne, era só comer e digerir.[239] A expressão utilizada pelo narrador, "tempo do dilúvio", não descrevia apenas a enxurrada de emissões, mas também a corrupção das pessoas e o desolamento que isso traria.[240]

Assim sendo, a ilusão dissipou-se e teve um fim melancólico. Dizia-nos o narrador que o chacareiro confiou e esperou. "Daí a tempo ouvi um rumor; eram as debêntures que caíam, caíam, caíam... Ele veio procurar-me, debulhado em lágrimas; ainda o fortaleci com uma ou duas parábolas, até que os dias correram e o desgraçado ficou com os papéis na mão." O coitado consolou-se um pouco quando o cronista lhe disse que metade da população não tinha outra atitude. Também o homem que acordou com 20 mil contos e em menos de um mês

---

[234] Cônica de 1º de novembro de 1896.
[235] A diferença básica entre ações e debêntures é que estas são títulos de crédito representativo de empréstimo de uma companhia. Os investidores recebem em troca uma taxa de juros sobre o valor emprestado. Já as ações são títulos negociáveis que representam a menor parcela em que se divide o capital de uma sociedade anônima. No primeiro caso o investidor se torna credor e no segundo, sócio.
[236] Crônica de 17 de janeiro de 1897.
[237] Crônica de 31 de julho de 1892.
[238] capítulo LXXIII de Esaú e Jacó, Um Eldorado.
[239] Crônica de 1º de novembro de 1896.
[240] Gênesis 6:11-13.

já possuía 110, empobreceu com 200 mil. “A verdade é que nunca tivera mais de 15 mil”. As notas dos bancos emissores, tão alegres e catitas, estavam agora surradas, rasgadas, emendadas, consertadas com pedacinhos de papel branco.

E as ações e debêntures? Já vimos que essas caíram. Tanto que o narrador não acreditou a notícia do furto, a um senhor, de mil debêntures. Por esse motivo ele contou a história do chacareiro. A idéia que lhe ficou daquelas é que eram a mesma coisa que nada. Portanto, não compreendia que um senhor andasse com elas na algibeira, que alguém as furtasse e que aquele corresse atrás deste. Também na crônica de 11 de setembro de 1892 o narrador desdenha das debêntures. Diz ele que sobre estes papéis teve duas idéias consecutivas. A primeira era que debênture era uma simples expressão, uma senha, como a da conjuração mineira: “*Amanhã é o batizado*”. A segunda é que era realmente um bilhete, um atestado para legalizar a reclusão do alienado.

A crônica *A cena do cemitério*, de 3 de junho de 1894 é outra das escolhidas por Machado de Assis para integrar o livro *Páginas Recolhidas.* Ela faz uma paródia com a primeira cena do quinto ato do Hamlet de Shakespeare. A cena passa-se no cemitério, onde dois coveiros preparam uma sepultura para Ofélia que se suicidara. Chegam Hamlet e Horácio que ficam escondidos escutando um dos coveiros cantar enquanto abre o túmulo e da terra retira caveiras. Entre essas, a de Yorick, o bobo do Rei. Hamlet lamenta o descaso do homem com os crânios, que em vida possuíam língua e podiam cantar. Teriam sido políticos, cortesãos, juristas. E Yorick? “Que lástima, pobre Yorick! Eu o conheci, Horácio – era um tipo de infinita jocosidade, e da mais notável fantasia. Ele me levou às costas mil vezes...”. Hamlet[241] lamenta principalmente a decadência dos homens, que depois de mortos, apodrecem e não têm mais valor. A cena termina com a chegada do cortejo fúnebre e com a briga entre Hamlet e Laerte, irmão de Ofélia, dentro da sepultura desta.

O narrador inicia a crônica dando um conselho: “Não mistureis alhos com bugalhos”. Ele havia feito isso e teve um pesadelo terrível. Por não ter acabado de ler os jornais de manhã, fê-lo à noite. Apesar de ler as notícias com indiferença, com a cotação da praça não foi assim, em razão das recordações que trazia do *ano terrível*. Leu-a e releu-a. Logo depois colocou o jornal de lado e pegou um livro, Hamlet. A página aberta ao acaso era a cena do cemitério, ato V. Foi essa mistura de poesia e cotação, gente morta e dinheiro vivo que ocasionou o pesadelo. Sonhou que era o próprio Hamlet, e tinha até a alma de príncipe da Dinamarca. Seu criado José Rodrigues era o fiel Horácio. Saíram de casa para o cemitério, e

[241] William Shakespeare. **Hamlet**. São Paulo: Ed. Abril Cultural, 1976.

atravessaram uma rua que parecia a *Primeiro de Março*, que não por coincidência ficava nos arredores da Bolsa de Valores. Entraram num espaço que era metade sala, metade cemitério. Um dos coveiros cantava: "Era um título novinho, / Valia mais de oitocentos; / Agora está velinho/ Não chega a valer duzentos". Ficaram ouvindo a conversa dos coveiros, assim como na tragédia. No entanto, estes eram coveiros e corretores ao mesmo tempo, tratavam de ossos e papéis. Um deles estava vendendo trinta ações da Companhia Promotora das Batatas Econômicas. O outro ofereceu cinco mil-réis por elas. O narrador achou pouco, mas Horácio respondeu-lhe que as batatas da companhia eram prósperas enquanto os acionistas não as foram plantar. "A economia da nobre instituição consistia justamente em não plantar o precioso tubérculo; uma vez que o plantassem, era indício certo da decadência e da morte."

Os coveiros também falavam de bancos. Banco da União, Banco Eterno, Banco dos Bancos. Os seus respectivos títulos eram vendidos por sete tostões ou duas patacas. Mas esses eram ao mesmo tempo caveiras, letras com buraco de olhos e dentes por assinatura. Eles também faziam trocadilhos, como os de Shakespeare. Um deles dizia que o Banco Pontual foi realmente pontual até o dia que passou do ponto à reticência.

Outros títulos ou caveiras surdiram. Da Companhia Exploradora de Além-Túmulo apareceram 54. O objetivo dela era comprar para cada acionista um lote de 30 metros quadrados no Paraíso. No entanto, o caixa da companhia resolveu fugir pra Europa com todo o dinheiro. Enquanto um contava essa história ao narrador, o outro gritava de dentro de uma cova: "Uma debênture! Uma debênture!" Era da Geral, Companhia Geral de Estradas de Ferro. O narrador, estupefato, pediu para ver e cheio de melancolia como Hamlet, exclamou:

> – Alas, poor Yorick! Eu o conheci, Horácio. Era um título magnífico. Estes buracos de olhos foram algarismos de brilhantes, safiras e opalas. Aqui, onde foi nariz, havia promontório de marfim velho lavrado; eram de nácar estas faces, os dentes de ouro, as orelhas de granada e safira. Desta boca saíam as mais sublimes promessas em estilo alevantado e nobre. Onde estão agora as belas palavras de outro tempo? Prosa eloqüente e fecunda, onde param os longos períodos, as frases elegantes, a arte com que fazias ver a gente cavalos soberbos com ferraduras de prata e arreios de ouro? Onde os carros de cristal, as almofadas de cetim? Dize-me cá, José Rodrigues.[242]

As cotações das debêntures da Geral foram de 110 mil-réis na máxima para seis mil-réis. A crônica passa por diversos aspectos do Encilhamento. A criação de empresas estapafúrdias que não existiam concretamente. A arrecadação de dinheiro através da venda de ações de empresas fictícias e a sua posterior liquidação que beneficiava apenas alguns,

[242] Crônica de 3 de junho de 1894.

ficando a maioria com títulos sem nenhum valor comercial. E, mormente, a desvalorização das ações e debêntures de muitas empresas, que ao fim do Encilhamento pouco ou nada mais valiam. No fim do baile os músicos foram embora e os pares voltaram para casa. "Só o acionista ficou, – o acionista moderno, entenda-se, o que não paga as ações."[243] No próximo tópico falaremos sobre esse "personagem" muito presente nessas crônicas, da queda do câmbio e da crise dos anos posteriores ao Encilhamento.

2.2 O acionista, o câmbio e a crise

Podemos começar este tópico com a crônica supracitada, *O sermão do Diabo*.[244] Esta é uma alegoria do Encilhamento e um "manual" do acionista corrupto. Como já dissemos, a alusão ao Mefistófeles de Goethe não é gratuita. A segunda parte do *Fausto* foi escrita entre 1825 e 1831. Para Marshall Berman aqui o personagem homônimo assume sua última metamorfose. Ele conecta seus rumos pessoais com as forças econômicas, políticas e sociais; "aprende a construir e destruir", e torna-se a ambígua figura do fomentador.[245] Para o autor, Goethe sabe que a questão do desenvolvimento é necessariamente uma questão política. Fausto precisa, além de um imenso capital, de controle sobre vastas extensões territoriais e um grande número de pessoas. Assim sendo, eles (Fausto e Mefistófeles) emprestam suas mentes e sua magia ao imperador para ajudá-lo a recuperar seu antigo poder e recebem, em troca, direitos ilimitados de exploração territorial e dos trabalhadores.[246] Então, numa noite de carnaval, Mefistófeles inventa o papel-moeda para salvar o reino em dificuldades. No entanto, após uma falsa euforia, o reino acorda arruinado na manhã seguinte.[247] É, portanto, plausível que Machado tenha associado a figura de Mefistófeles com os males do Encilhamento devido a essa parte da história de Goethe, pois aqui também houve uma grande euforia com as grandes emissões feitas pelos bancos, seguida de uma crise financeira dificilmente contornável.

Como em vários outros momentos na obra de Machado de Assis uma menção ou citação aparentemente despretensiosa pode ajudar numa melhor compreensão do texto. Vejamos agora algumas passagens do evangelho do Diabo.

---

[243] Crônica de 1 de maio de 1892.
[244] Crônica de 4 de setembro de 1892.
[245] BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, pp.77-79.
[246] Ibidem, p. 80.
[247] A economia em Machado de Assis, op. cit., p.116.

> 3º Bem-aventurados aqueles que embaçam, porque eles não serão embaçados.
> 9º Vós sois o sal do *money market*. E se o sal perde a força, com que outra coisa se há de salgar?
> 11º Não julgueis que vim destruir as obras imperfeitas, mas refazer as desfeitas.
> 12º Não acrediteis em sociedades arrebentadas. Em verdade vos digo que todas se consertam, e se não for com remendo da mesma cor, será com remendo de outra cor.
> 18º Guardai-vos; não façais as vossas obras diante de pessoas que possam ir contá-lo à polícia.
> 23º Vendei gato por lebre, e concessões ordinárias por excelentes, a fim de que a terra se não despovoe das lebres, nem as más concessões pereçam nas vossas mãos.
> 25º Não tenhais medo às assembléias de acionistas, e afagai-as de preferência às simples comissões, porque as comissões amam a vanglória e as assembléias as boas palavras.
> 26º As porcentagens são as primeiras flores do capital; cortai-as logo, para que as outras flores brotem mais viçosas e lindas.
> 27º Não deis conta das contas passadas, porque passadas são as contas contadas, e perpétuas as contas que se não contam.
> 28º Deixai falar os acionistas pronósticos; uma vez aliviados, assinam de boa vontade.[248]

Como podemos notar, o sermão do Diabo representa todos os males do Encilhamento, do ponto de vista do cronista. Atos ilegais e imorais. Sociedades anônimas sendo refeitas através de incorporações e fusões, como veremos no caso Banco do Brasil. Assembléias de acionistas que não deliberavam realmente e tornavam-se uma solenidade vazia com graves problemas de quorum.

Machado de Assis encerrou a série A semana em 28 de fevereiro de 1897. No entanto, ele ainda escreveu mais duas crônicas para ela em 1900. Na crônica de 4 de novembro desse ano, entre outras histórias, o narrador relembra uma anedota que ocorreu no Banco Rural e Hipotecário há 30 anos. Estava ele, ao balcão do fundo, conversando sobre literatura, apesar de não ser o lugar mais propício. Era dia de assembléia geral de acionistas para se lhes dar conta da gestão do ano e o interlocutor do narrador era o secretário da mesma. Ainda não havia número suficiente para a realização da sessão. De repente, entra um homem lento e zangado que subia as escadas como se fossem as do patíbulo. Era um acionista. O secretário é então informado pelo porteiro de que havia agora maioria, metade mais um, e que ele se apressasse antes que saísse algum e não pudesse haver sessão. “Tratava-se de prestar contas aos acionistas sobre o modo por que tinham sido geridos os seus dinheiros, e era preciso espreitá-los, agarrá-los, fechar a porta para que não saíssem, e ler-lhes à viva força o que se

[248] Crônica de 4 de setembro de 1892.

havia passado." O narrador imaginou não serem acionistas de verdade e falando disso a um amigo, ouviu uma explicação que jamais esqueceu.

> – O acionista, disse-me um amigo que passava, é um substantivo masculino, que exprime "possuidor de ações" e, por extensão, credor dos dividendos. Quem diz ações diz dividendos. Que a diretoria administre, vá, mas que lhe tome o tempo em prestar-lhe contas é demais. Preste dividendos; são as contas vivas. Não há banco mau se dá dividendos. Aqui onde me vê, sou também acionista de vários bancos e faço com eles o que faço com o júri, não vou lá, não me amolo.
> – Mas, se os dividendos falharem?
> – É outra coisa; então cuida-se de saber o que há.[249]

Segundo o cronista, apesar de antiga a anedota, a descrição do acionista é um princípio e os princípios são eternos. Sua única preocupação é com a sua porcentagem resultante da divisão dos lucros. Quanto às assembléias, seu desinteresse é completo, daí o problema com a falta de quorum nas sessões. É interessante perceber a associação entre a atitude irresponsável do acionista e a não participação no júri. Se aquele não se interessa por questões privadas, além do simples lucro, por que se interessaria por uma instituição pública, diretamente ligada ao dever de cidadão do indivíduo? Do mesmo modo, a abstenção eleitoral. E, *ad extremum*, chega-se à própria infração da lei, já que seria exigir demais de um homem com todos os cinco sentidos no lucro, a força de abstração para se respeitar uma legislação.[250]

Quando os dividendos começaram a falhar todos começaram a cuidar de saber o que havia. E o que todos parecem ter descoberto é que a culpa era do câmbio. Para Caio Prado Jr. a mudança de regime, a agitação política e a desordem financeira provocaram nos centros financeiros do exterior a impressão de anarquia geral no país, o que acarretou na suspensão de remessa de novos capitais e na liquidação apressada de todas suas disponibilidades. Isso provocou o déficit e o desequilíbrio das contas externas do país, que aliados às emissões imoderadas ocasionaram a desvalorização da moeda nacional e a queda do câmbio.[251] Para Celso Furtado foi, principalmente, a brusca expansão da renda monetária que gerou enorme pressão sobre a balança de pagamentos e que levou à vertiginosa queda cambial.[252] Quando se proclamou a República o câmbio era de 27 *dimes* por mil-réis, no curso do ano de 1892 oscilou entre 16 e 10 e até 1897 chegaria a menos de 8. Assim sendo, se a dívida externa em libras, no período entre 1889 e 1898, aumentou de 30 milhões para 35 milhões apenas, em

---

[249] Crônica de 4 de novembro 1900.
[250] Crônica de 25 de outubro de 1896.
[251] PRADO JR. Caio, op. cit., pp. 224-227.
[252] FURTADO, Celso, op. cit., pp.183-184.

moeda nacional passou de 275 mil contos em 1889 para um milhão cento e noventa mil contos em 1898.[253]

Na crônica de 16 de dezembro de 1894 o narrador diz existir dois enormes mistérios, verdadeiros abismos insondáveis. Um deles era o bacilo vírgula. O outro andava já tão safado que até lhe custava escrever o nome: era o câmbio. Havia pessoas que queriam filiar a baixa do câmbio aos costumes do Encilhamento. Tentaram explicar essa hipótese ao narrador, mas ele não compreendeu. Para ele era ilusão, pois quem se lembrava daqueles dias sentia que eles acabaram. "Onde está agora o delírio? Onde estão as imaginações? As estradas na lua, o anel de Saturno?" indaga. A partir da crise cambial de 1891-1892 o país passou a viver sob o regime de taxas assumidamente flutuantes, o que não era intencional e muito menos desejado. As influências financeiras sobre o câmbio, a especulação, a arbitragem, elementos familiares aos mercados financeiros modernos, segundo Gustavo H. B. Franco, manifestaram-se pela primeira vez com essa magnitude. "O funcionamento do mercado de câmbio, nessas condições, parecia introduzir mais um dos novos e grandiosos mistérios da modernidade republicana."[254]

A crônica de 10 de fevereiro de 1895 trata novamente de problemas insolúveis. O narrador lembra que nos seus tempos de criança discutia-se a velha questão sobre qual nasceu primeiro se o ovo ou a galinha. Ele, mais astuto que o próprio Ulisses, dizia que o primogênito era o galo. Lembrou-se dessa questão devido à baixa do câmbio. Qual teria nascido primeiro, esta ou o boato. "Se tivesse a antiga astúcia, diria que primeiro nasceram os bancos." Como foi ficando mais inocente com a idade a dúvida permanecia.

> Não citei os bancos e continuei a recitar o monólogo. O enigma não queria sair do caminho. Quem nasceu primeiro? Não podia ser a baixa do câmbio. Esta semana, quando ele entrou a baixar, disseram-me que era por efeito de um boato sinistro; logo, quem primeiro nasceu foi o boato. Mas também me referiram que depois da baixa é que o boato nasceu; logo, a baixa é anterior.[255]

Os primeiros diziam que o câmbio tinha a sensibilidade nervosa e que era só ouvir uma palavra insegura que as pernas começavam a tremer e ele caía. Os outros diziam que, ao contrário, era quando ele caía que o boato aparecia, como se a queda fosse a dor do parto.

---

[253]ORAIR, Rodrigo O. **Dívida externa brasileira e financiamento ao "subdesenvolvimento" (1824-1914).** Monografia (Graduação)–Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2002. As dívidas públicas eram pagas em moeda nacional.
[254] A economia em Machado de Assis, op. cit., p. 180.
[255] Crônica de 10 de fevereiro de 1895.

Os boatos e a especulação eram as explicações mais fáceis para a instabilidade cambial. Segundo Gustavo H.B. Franco, a moderna literatura acadêmica trata a influência de "notícias" sobre a determinação das taxas de câmbio de forma bem mais fria. Aquelas, apesar de aumentarem a volatilidade, não mudam a direção das coisas, que é dada por fatores fundamentais. Um desses fatores, no período em questão, eram os excessos do Encilhamento. Principalmente as dívidas e obrigações do tesouro público que excediam enormemente a sua capacidade financeira.[256] Parece ser essa a opinião do narrador ao sugerir a terceira opção para o enigma, os bancos nasceram primeiro. Uma opinião parecida com a sua foi dada por alguém, que o narrador diz não conhecer, em artigo publicado na *Gazeta de Notícias*. Segundo o artigo quem nasceu primeiro foi o papel-moeda, peso morto responsável pela baixa do câmbio. O remédio era reduzi-lo e mandar vir ouro de fora. Como era impossível conseguir um empréstimo, era chegada a oportunidade de arrendar a Estrada de Ferro Central do Brasil.

> A queda que este final do período me fez dar, foi maior que a do câmbio; fiquei a 8 15/16. Se o período concluísse pela venda das Pirâmides, da ponte de Londres ou da *Transfiguração*[257], não me assombraria mais. Esperava câmbio, papel-moeda e mais câmbio, mas estava tão pouco preparado para a Central do Brasil, que nem tinha arrumado as malas [...]
> O câmbio, pelo artigo, não tem outro remédio senão subir a 20 e a 24; não logo, logo, mas devagar para o fim de não produzir crises. Acaba-se a baixa, e resolve-se o problema.[258]

O remédio para a crise financeira do país parecia ser o reescalonamento das obrigações do governo federal e alguma solução para a "questão bancária". Como alternativa para o primeiro, freqüentemente acenava-se para a venda ou arrendamento de ativos do Estado, principalmente da Central do Brasil. Essa opção foi insistentemente apresentada pelos Rothschilds. Para a segunda, a preferência era pela encampação das emissões dos bancos. Ambas as soluções perturbavam o cronista, porque elas significavam a estatização dos prejuízos. Ou seja, o cidadão contribuinte teria que arcar com as conseqüências do desajuste fiscal, financeiro e cambial de empresas privadas e do governo federal. É com essa perspectiva que o narrador sintetiza outro problema com a venda da Central.

> O conhecimento que tenho de que a economia política não é particular, impede-me dizer que também eu recebo, não milhões, mas milhares de réis,

[256] A economia em Machado de Assis, op. cit., p. 186.
[257] Tela de Rafael (1518-20) baseada na transfiguração de Jesus Cristo.
[258] Crônica de 10 de fevereiro de 1895.

> e, se não há deselegância em comparar o braço humano ao trilho de uma estrada de ferro, e a cabeça a uma locomotiva, dão-me esse dinheiro pela minha Central; mas tão depressa me dão, como me levam tudo, visto que o homem não vive só da palavra de Deus, mas também de pão, e o pão está caro. A economia política, porém, é outra cousa; ouro entrado, ouro guardado. Por saber disto é que não me cito; além de quê, não é bonito que um autor se cite a si mesmo.[259]

O narrador sabia que da mesma forma que o seu dinheiro ia embora com seus gastos e dívidas, os milhões ganhos com a possível venda da Central também iriam embora para saldar as dívidas do governo com seus credores ingleses, e, dessa forma, o problema permaneceria inalterado. O cronista aproveita para criticar o alto preço dos produtos, uma das formas pelas quais o cidadão comum sofria as conseqüências da crise. Por outro lado, o narrador contenta-se ao saber que havia uma sombra sobre a venda das estradas federais. O Congresso Nacional resolveu em 1892 que examinaria em algum momento a questão. Como não poderia fazer isso sem estudos, ordenou primeiro um inquérito, que estava sendo feito na época que a crônica foi escrita, o que adiava uma possível venda, já que o Congresso não tinha em vista o câmbio atual.

Mais de um ano depois o mal financeiro continuava a perturbar o narrador. Além do mais, o remédio receitado para ele permanecia o mesmo. O cronista começa a crônica de 08 de março de 1896 com um breve histórico da unificação italiana que a transformou numa grande potência imperialista. No entanto, no dia primeiro de março a Itália havia sofrido um golpe decisivo na sua pretensão de colonizar a Etiópia. Na batalha de Adowa os italianos foram derrotados pelas forças etíopes lideradas pelo Imperador Menelick II. Para o narrador o câmbio era pior para o Brasil do que o imperador etíope era para a Itália. "Inimigo sorrateiro e calado, já está em oito e tanto e ninguém sabe onde parará; é capaz de nem parar em zero e descer abaixo dele uns oito graus ou nove." [260] Dessa forma, possuir dinheiro era ficar devendo e assim até a ladroeira acabaria. "Roubar pra quê?"

O mal do câmbio lembrava a febre amarela. Mas para essa havia a magnésia fluida de Murray[261], que só curava dor de cabeça e indigestões até então. Mas e para o câmbio? Qual era o remédio? Um economista, lastimando a sucessiva queda do câmbio, criticava o Ministro da Fazenda Rodrigues Alves por falta de tino por não vender a estrada Central do Brasil. Novamente o narrador alega que tais matérias pendiam de estudo e que a palavra final deveria

---

[259] Idem.

[260] Cabe lembrar que no mês de fevereiro de 1895 quando a crônica anterior foi escrita o câmbio flutuou entre 9 17/32 e 10 5/32.

[261] Um dos muitos remédios ironizados por Machado de Assis que prometiam curar todas as doenças.

ser do Congresso Nacional. “Felizmente”, para o narrador, esse não era o único remédio indicado pelo economista. Receitava também o auxílio à venda da Leopoldina e suas estradas.[262] Assim, o ministro provaria que não lhe faltava astúcia. Por outro lado, se o segundo remédio podia concertar as finanças federais, não fazia a mesma coisa às do Estado do Rio de Janeiro, tanto que este, em vez de auxiliar a venda, tratava de as comprar para si. No entanto, isso não se devia à riqueza da estrada, já que ela devia 22 mil contos ao Banco do Brasil e seis mil ao Hipotecário.

Dois remédios contrários: “no Estado do Rio a compra da Leopoldina é necessária para que a administração tome conta das estradas, ao passo que a venda da Central é também necessária para que o governo da União não a administre. *Vérité en-deçà, erreur au-delà*.”[263] Para entender esse conflito o narrador pede a ajuda divina. Deus então lhe envia um anjo, que não tinha asas, mas trazia a forma de outro economista que havia publicado uma exposição do negócio. Para este, a compra da Leopoldina deveria ser feita pelo Estado do Rio de Janeiro porque com tantos negócios ilegais envolvendo a empresa, nenhum capitalista iria comprá-la. Cabia ao Estado então fazê-lo, atender aos credores e depois revendê-la para particulares já que o Estado era péssimo administrador. “Foi então que eu entendi que a verdade é só uma, *en-deçà* e *au-delà*, a diferença é transitória, é só o tempo de comprar e vender, *ainda com algum sacrifício*, diz o economista!” (grifo no original). A crítica fica ainda mais clara quando o narrador relembra as palavras de Cleveland[264] quando pela segunda vez assumiu o governo dos Estados Unidos. A palavra era paternalismo e era empregada para definir o sistema dos que queriam fazer do governo um pai. O narrador ironiza dizendo que Cleveland condenava aquele sistema, mas ele não podia contra a natureza. “O Estado não é mais que uma grande família, cujo chefe deve ser pai de todos.”

Discordamos de Gustavo H. B. Franco quando ele diz haver certa tonalidade monarquista e por isso a menção a Cleveland não era totalmente honrosa.[265] Pelo que temos demonstrado, a preocupação com o bem público é freqüente nessas crônicas e o próprio narrador ficcional da série é criticado por seu desinteresse, por sua falta de cidadania. Parece claro que, para Machado, a fronteira entre o público e o privado deveria ser bem delineada. Se há ironia na menção ao conceito de paternalismo, ele dirige-se aos vícios da sociedade que deixa todos os encargos por conta do Estado. Na crônica de 19 de julho de 1896 o cronista

---

[262] Companhia Geral de Estradas de Ferro, um dos maiores escândalos do Encilhamento como já vimos no primeiro capítulo.
[263] Verdade cá, erro lá. Máxima de Pascal frequentemente utilizada por Machado.
[264] Stephen Grover Cleveland (1837-1908), presidente dos Estados Unidos por dois mandatos.
[265] FRANCO, Gustavo H.B. **A economia em Machado de Assis**, op. cit., p. 205.

novamente menciona o conceito atribuído a Cleveland. Nesta ocasião ele deixa clara a sua empatia pelo termo, e podemos supor que exista uma grande aproximação entre autor real e narrador.

> Mal tenho tempo de dizer que, pela segunda vez, acabo de ler em Cleveland a palavra *paternalismo*. Não sei se é de invenção dele, se de outro americano, se dos ingleses. Sei que temos a coisa, mas não temos o nome, e seria bom tomá-lo, que é bonito e justo. A coisa é aquele vício de fazer depender tudo do governo, seja uma ponte, uma estrada, um aterro, uma carroça, umas botas. Tudo se quer pago por ele com favores do Estado, e, se não paga, que o faça à sua custa [...] O presidente falou sem rebuliço; aludiu a interesses locais e particulares, condenou o desamor ao bem público [...] incluamos *paternalismo* nos dicionários. Adeus, leitor.[266]

Além da preocupação com a baixa do câmbio, com propostas de encampação e outras tentativas de *paternalismo,* o cronista também se inquieta com a enorme dívida pública. Na crônica de 3 de novembro de 1895 ele não sabe por onde começá-la, tão confuso eram os fatos. Um deles era o parecer da comissão de orçamento apresentado ao Senado naquela semana. "Só os algarismos desse documento..." Nem por ter visto tantos e tamanhos algarismos como os do *ano terrível* (1890-1891) ele pode ler friamente os do parecer. O senador Morais e Barros, irmão do presidente Prudente de Morais, já havia chamado a atenção para a simples conta total da dívida, que, se não andava na memória de todos os brasileiros, não era por falta de algarismos; mas antes por falta de memória.

A comissão dizia muita coisa sobre dívidas, despesas, juros, depósitos, emissões, amortizações e outros fenômenos. Tudo tão compacto que o cronista não se atrevia a entrar por eles.

> Os algarismos mal dão passagem aos olhos; é um mato cerrado, alguns com espinhos agudíssimos, outros tão folhudos que cegam inteiramente. O parecer tem a vantagem de já trazer tudo somado [...] Vai um homem somar as seis grandes porções da dívida, há de acabar cansado, aborrecido e incerto; mas o parecer, somando tudo, dá este total, que é o mesmo recomendado pelo Sr. Senador Morais e Barros à memória dos seus concidadãos: 1.888.475:667$000.[267]

O melhor era desviar os olhos, descansar a cabeça e ir a outra parte. Era preciso ter confiança. Bastava aplicar o lema italiano: *Brasília farà da sè*.[268] Com uma dívida tão vultosa, dificilmente. Boa parte da dívida pública era definida em ouro, sujeita a correção cambial. O

---

[266] Crônica de 19 de julho de 1896.
[267] Crônica de 3 de novembro de 1895.
[268] Tradução literal: O Brasil fará por si.

orçamento estimava a despesa com base em alguma hipótese, geralmente conservadora, sobre a taxa do câmbio. No entanto, este continuava caindo e atormentando o nosso cronista.

Na crônica de 2 de agosto de 1896 ele ironiza o espírita Torterolli que anunciava o fim do dinheiro. Era a véspera da felicidade humana. Tudo se fará troca por troca. Assim, o mal financeiro e seu remédio, tema de tantas cogitações e palestras, acabará por si mesmo, não ficando nem remédio nem mal. Da mesma forma o tesouro, os impostos, a alfândega e os desfalques. Este último desaparecendo, diminuem também os inquéritos rigorosos. "Os desfalques andam tão a rodo que a gente de ânimo frouxo já inquire de si mesma se isto de levar dinheiro das gavetas do Estado ou do patrão é verdadeiramente delito ou reivindicação necessária." Até pelo lado psicológico e poético muito se perderia com a abolição do dinheiro. Ninguém entenderia o conselho de Iago a Rodrigo[269], quando lhe diz, três ou quatro vezes, que meta dinheiro na bolsa.[270] "Desde então, já antes, e até agora é com ele que se alcançam grandes e pequenas coisas, públicas e secretas."

O narrador não se preocupava somente com o bem público, mas também com o seu próprio, já que o câmbio interferia diretamente no preço de produtos básicos. Vinha o narrador de um banco, onde fora saber notícias do câmbio.[271]Não tinha relação direta com ele, não sacava sobre Londres, nem sobre qualquer lugar da terra. Mas tudo que comprava caro, diziam que era culpa do câmbio. "Que quer o senhor que eu faça com este câmbio a 9? Perguntam-me." Em vão lia os jornais, o câmbio não subia de 9. Até habituou-se a esta triste especulação e desistia de ver o câmbio a 10. De repente, ouvia dizer que o câmbio baixara à casa dos 8. A princípio não acreditou. Achou que era invenção para assustar o povo, ou peripécia de algum inimigo mal-intencionado. Foi às casas argentárias saber a verdade. "Em caminho quis calcular o preço das calças e do pão, mas não achei nada, vi só que seria mais caro." Entrou no primeiro banco e viu um oito, acompanhado de pequenos algarismos indiscerníveis. Estes não importavam. Nunca imaginou ver aquele número nas tabelas cambiais. Seus dois círculos, um por cima do outro, pareceram-lhe um par de olhos tortos e irônicos. Entrou também em uma farmácia para comprar um remédio, pelo qual pediram quantia grossa. Era o câmbio a oito. "Quis raciocinar, mas raciocínio é uma coisa e medicamento é outra; saí de lá com o remédio e um acréscimo de quinhentos réis no preço."

---

[269] Personagens da peça Otelo de Shakespeare.

[270] Rodrigo, que era apaixonado por Desdêmona, pretende se matar, porque esta havia se casado com Otelo. Iago, um dos grandes vilões de Shakespeare, tencionava conspirar contra este, por isso aconselhava Rodrigo a meter dinheiro na bolsa, para se prepararem para a guerra contra os turcos, momento ideal para a conspiração.

[271] Crônica de 23 de agosto de 1896.

Contaram-lhe que nas farmácias não havia mais tostões e muito menos vinténs. Todos os preços eram de quinhentos em quinhentos réis.

Poucos meses depois o narrador volta a reclamar do preço dos produtos.

> O pão londrino está tão caro como a nossa carne, e na Inglaterra não falta ouro, ao que parece. Em compensação, se o pão dobrou o preço, os nossos títulos baixaram mais, como se houvéssemos de pagar a diferença do valor do trigo. Tudo afinal cai nas costas do pobre; digo pobre, não porque não sejamos ricos de sobejo, mas é que a riqueza parada é como a idéia que o alfaiate de Heine achava numa sobrecasaca: o principal é aventá-la e pô-la em ação. Entretanto, não sendo verdade que o mal de muitos seja consolo, como quer o adágio, importa-nos pouco ou nada que o pão custe caro em Londres, se nos falta, além da carne, o ouro com que mercá-la.[272]

O alto preço dos produtos não era resultado apenas da baixa cambial, mas também da desvalorização da moeda, dos impostos sobre produtos importados, que eram muitos, da inflação acumulada e da desvalorização salarial.[273]

A falta de carne era um problema habitual na capital federal. Na crônica de 5 de março de 1893 diz o narrador que os jornais anunciaram uma greve dos açougueiros para o dia 1º daquele mês.[274] Ele recebeu a notícia diversamente de todos os seus concidadãos. Estes ficaram aterrados, ele agradeceu o acontecimento ao céu. Era boa ocasião para converter a cidade ao vegetarismo. Ele era carnívoro por educação, foi criado a carne e mais carne. Mas era vegetariano por princípio. Deus também o era, e criou os homens para os vegetais, e o fruto proibido nada mais era que um pedaço de boi, talvez o boi inteiro. "Se eu soubesse hebraico, explicaria isso muito melhor." Vegetarianos não se batiam, tinham horror ao sangue, além disso, detestavam a fraude e não conheciam a vaidade. Quando os açougues amanheceram sem carne, ele chamou a família e fez um discurso sobre a superioridade do vegetal sobre o animal e da ótima oportunidade para se adotar o são e fecundo princípio vegetariano. É bem provável que essa apologia ao vegetarismo – como escreve o cronista – agrade muito mais aos nossos contemporâneos do que os de Machado de Assis. E quiçá, se ele soubesse que um século depois haveria mais boi do que gente nessas terras, seu texto fosse mais sério. Entretanto, – gracejos à parte – no contexto em que a falta de carne era um problema crônico na cidade do Rio de Janeiro, o texto só poderia ser uma grande ironia.

---

[272] Crônica de 01 de novembro de 1896.

[273] Entre 1889 e 1896 a inflação acumulada era de quase 100% e os salários haviam crescido certa de 50%. FRANCO, Gustavo H.B. **A economia em Machado de Assis**, p. 228.

[274] Em agosto de 1892 os boiadeiros também fizeram uma parede. Queriam o pagamento de mais de 500 contos que, segundo eles, o Governo lhes devia.

Mais de um ano e meio após essa crônica o narrador volta a se referir a uma possível "conversão" ao vegetarismo, na crônica de 4 de novembro de 1894. Diz ele que a semana foi toda de combatividade e discussão. Entre outros assuntos debatidos estava a carne verde. "A das carnes verdes é propriamente de nós todos; mas a disposição em que me acho, de passar a vegetariano, desinteressa-me da solução". Em 23 de dezembro do mesmo ano ele volta ao assunto. Seu criado havia entrado no seu gabinete para anunciar que não havia carne. Trazia os cabelos em pé, os olhos esbugalhados, a boca aberta. O narrador com uma frieza escandinava respondeu-lhe que se não havia carne, havia outras coisas. José Rodrigues não contestou a sabedoria da resposta, mas a razão da sua consternação era o receio de não haver mais carne neste mundo. Pelo preço que estava a carne não era de se duvidar. No começo desse ano o narrador se espantava com a quantia pedida pelo produto. "Quem sabe se a vertigem dos números não é a explicação dos oito mil e tantos contos, pedidos ao conselho municipal por quinhentos e tantos bois?"[275]

A primeira – e talvez a única – boa notícia sobre o assunto só aparece na crônica de 14 de julho de 1895. "Carne e paz foram as doações principais da semana. A carne é municipal, a paz é federal, mas nem por isso são menos aprazíveis ao homem e ao cidadão, uma vez que a carne seja barata e a paz eterna." Que paz há eterna nesse mundo? Questiona-se o narrador. No entanto a pacificação no sul anunciava a alegria.

A última batalha da revolta federalista havia ocorrido no mês anterior, quando Saldanha da Gama[276] e seus subordinados foram derrotados no Campo de Osório. Sua morte em combate mereceu os comentários do narrador. Para ele, quem voltava os olhos até setembro de 1893, na manhã em que a cidade acordou com a notícia de que um almirante sublevara a esquadra, não imaginava o desfecho de semelhante ato, dois anos depois, no Campo Osório. "Outro almirante, tomando o comando da sublevação, foi perecer em combate na fronteira rio-grandense, e o que parecia um episódio curto da República, transformou-se em longo duelo, terrível e mortal." Independente de qual fosse o julgamento ao último ato da sua vida, parecia haver, para o cronista, somente um parecer e sentimento a respeito do homem de guerra e do que ele pessoalmente valia. Os jornais deram-lhe os funerais de Coriolano. Até os mais fortes dos adversários puderam dizer, como Tullus, pela língua de Shakespeare: "*My rage is gone/ And I am struck with sorrow*".[277]

---

[275] Crônica de 11 de fevereiro de 1894.
[276] Luís Filipe de Saldanha da Gama (7 de abril de 1846 – 24 de junho de 1895). Comandou a chamada Segunda Revolta da Armada (1893).
[277] Crônica de 30 de junho de 1895. Tradução "Minha fúria passou. Sinto-me agora tomado de tristeza."

A peça Coriolano é baseada na biografia escrita por Plutarco sobre Caio Márcio, general romano que tomou a cidade de Corioli dos volscos. No entanto, Caio Márcio era muito odiado pela plebe, e os nobres, com medo que a fome atiçasse ainda mais a revolta popular, baniram-no. Dominado pelo ressentimento e pelo desejo de vingança refugiou-se no acampamento dos volscos. Conluiado com o Rei Aufidius sitiou a cidade de Roma. Contudo, convencido por sua mãe, ele abandona o acampamento e volta para a cidade dos volscos, Ântio. Lá é morto por Tulo (Tullus) Aufídio, seu antigo inimigo, que momentos depois do assassinato proferiu as palavras citadas na crônica. Ele ainda promete um monumento a Coriolano e carrega, ele próprio e mais três dos melhores guerreiros, o corpo de Coriolano, ao som da marcha fúnebre. Mesmo sendo um traidor, ele é reconhecido pela sua nobreza, até mesmo por seus inimigos, da mesma forma que Saldanha da Gama. Todavia, parece-nos que a comparação com o general romano, se por um lado é elogiosa, por outro é uma crítica clara à falta de patriotismo dos revoltosos, que submeteram seus concidadãos aos terríveis padecimentos da guerra civil.

Enfim, carne e paz. Não negava as belezas do jejum, mas o céu ficava tão longe, que um homem fraco podia ficar pelo caminho, se não tivesse alguma coisa no estômago. Presumia o narrador que o ato da intendência era para que essa coisa fosse barata. Bastava isso para ter feito uma sessão útil. “Vaca e riso: não é preciso mais para uma vida inteira.”

Em outubro de 1896 o mal financeiro ainda assolava o país e o narrador. “Dizem que há numerosas petições de falência.”[278] Se seriam atendidas não se sabia, porque o deferimento traria a dissolução geral de todos os vínculos pecuniários. “E quando os que vendem quebram, imaginai os que compram.” Estes deveriam matar-se, imitando os japoneses, que se suicidavam mais quando o arroz estava caro, e menos, quando estava barato. “Arroz ou morte!” Aqui, tudo era caro, desde a sopa até a sobremesa.

No entanto, as temidas soluções para a crise financeira estavam a caminho. A primeira das indesejáveis encampações ocorreu em dezembro daquele ano. A encampação das emissões do Banco da República do Brasil (BRB) pelo Tesouro Nacional. A questão bancária é mais uma conseqüência da crise pós-encilhamento e foi avaliada diversas vezes na série *A semana*. Já dizia o narrador em 11 de setembro de 1892: “a emissão nasceu tão grossa, que era de adivinhar a gravidez da encampação.” O Banco do Brasil antes da proclamação da República tinha um ativo de 220 mil contos de réis. Entre 1889-1890 (os balanços eram fechados em junho) esse valor praticamente dobrou e chegou a 422 mil contos. Em junho de

[278] Crônica de 4 de outubro de 1896.

1892 atingiu os 740 mil. Grande parte das garantias desses ativos eram apenas ações de sociedades anônimas de capital não integralizado e debêntures emitidas logo depois da emissão das mesmas ações. Já sabemos qual foi o fim de grande parte dessas empresas.

Assim sendo, a situação do Banco do Brasil não poderia ser diferente. Em 1893 calculou-se o valor real do ativo do banco em 98 mil contos aproximadamente.[279] O governo federal com freqüência recorria ao BB para auxílios à estabilização da taxa de câmbio e à captação de recursos no exterior. Quando a crise estourou, ele defendeu a fusão do BB com o Banco da República dos Estados Unidos do Brasil (Breub), cuja situação era ainda pior. Este originou-se da fusão do principal banco emissor, o Banco dos Estados Unidos do Brasil fundado pelo conselheiro Mayrink, com o Banco Nacional do Brasil, também emissor, fundado pelo visconde de Figueiredo. Os dois eram os maiores financistas do Encilhamento.[280]

A crise bancária era o principal assunto debatido no Congresso nos últimos meses de 1892. Duas opções foram debatidas para se solucionar o problema. A primeira solução era a encampação governamental das emissões bancárias e a transformação dos bancos emissores em bancos de depósito e descontos. A segunda era a reorganização daquelas instituições, o Breub principalmente.

Na crônica de 4 de dezembro de 1892 o narrador reclama dos graves acontecimentos da semana. Não sabia se começava o texto pela invasão do Rio Grande do Sul ou se pela crise do dinheiro. A invasão ainda não havia acontecido. As tropas federalistas estavam refugiadas no Uruguai e as especulações eram muitas. “Alguns a têm como iminente, outros provável, outros possível, e não raros crêem simples conjuntura.” Os banqueiros, que voltavam do palácio do Governo, “diziam” ao cronista que a questão bancária e financeira afetava todo o país, enquanto a invasão tocava um só Estado. A prioridade era da crise porque iria existir até que alguém a resolvesse.

Quem resolveu a questão foi o ministro da Fazenda Serzedello Correia, que chamou os presidentes dos dois bancos, Manuel Pinto de Souza Dantas pelo BB e o visconde de Guahy pelo Breub, para promover a fusão. O Congresso, que não resolveu o impasse, aceitou a ação na falta de solução melhor para a questão. Essa era uma solução intermediária entre as duas opções discutidas. Para o governo a encampação agravaria a situação uma vez que as ações do Breub, que garantiam empréstimos bancários, desvalorizar-se-iam ainda mais. Também

---

[279] COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais no Brasil**: origem e aspectos do seu desenvolvimento. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004, p. 16-17.
[280] Ibidem, p.17.

influíram contra a encampação os avultados débitos dos bancos emissores para com o Tesouro que, junto com os acionistas e credores também seria prejudicado com a liquidação dos bancos. "Assim a fusão dos Bancos era uma solução que, produzindo os efeitos da encampação das emissões bancárias pelo Estado, não refletira os seus efeitos na praça, pela maior desvalorização das ações e pelo pânico."[281]

O decreto foi baixado no dia 17 de dezembro de 1892 e os detalhes da reforma foram publicados nos dia 19. A instituição resultante foi o Banco da República do Brasil (BRB). Na crônica de primeiro de janeiro de 1893 o narrador comenta o fato. Diz ele que o Banco da República renunciava a sua personalidade para uni-la com a do Banco do Brasil para formarem o Banco do Estado.

> Já se fala na fusão de outros, não porque os alcance o recente decreto, mas porque um pão com um pedaço é um pão e meio. *Primo vivere*. Crer que tornará o banquete de 1890-1891 é grande ilusão. "Acabaram-se os belos dias de Aranjuez". Sintamos bem a melancolia dos tempos. Compreendamos a inutilidade das brigas diárias e públicas entre companhias e trechos de companhia, entre diretorias e trechos de diretoria. Melhor é ajuntar os restos do festim, mandar fazer o que a arte culinária chama *roupa velha*, e comê-la com os amigos, sem vinho. Café sim, mas de carnaúba e milho podre.[282]

Para o narrador, a disputa dos que queriam a encampação com os que queriam a fusão era apenas uma questão de vocábulo, qualquer que fosse a medida adotada, o resultado seria o mesmo.[283] E pela citação acima, esse resultado seria nulo, afinal, os dois bancos estavam praticamente falidos. Provavelmente a alusão ao café de baixa qualidade, adulterado, não era inocente. As grandes emissões do período do Encilhamento tinham como um dos seus principais objetivos, fornecer crédito à lavoura – decadente em muitas regiões, principalmente no Vale do Paraíba –, para compensar os fazendeiros pela abolição feita sem indenização.

O governo apoiou o novo banco com empréstimos lastreados em emissões do Tesouro. Esse socorro foi freqüente devido à condição das instituições que originaram o novo banco. Assim sendo, o Tesouro tornou-se grande credor do BRB. Entretanto, como já vimos, essa medida paliativa não foi suficiente para resolver os problemas financeiros e a encampação, propriamente dita, ocorreu em 1896.

Em 1898, um ano após o fim da série que ocorreu em 28 de fevereiro de 1897, a crise financeira atingiu o ápice. Todos os problemas que vimos até aqui, através do olhar oblíquo de Machado de Assis levaram o país à bancarrota. As receitas do tesouro não cobriam nem

---

[281] Idem.
[282] Crônica de 1º de janeiro de 1893.
[283] Crônica de 25 de junho de 1893.

metade das despesas. O primeiro passo do governo foi apresentar uma proposta de moratória aos credores externos, pois a dívida com eles era a que mais pesava nas finanças. "A suspensão dos pagamentos regularizaria momentaneamente a situação do tesouro público e aliviaria o mercado de câmbio fortalecendo a moeda cuja desvalorização chegara, como vimos, a proporções consideráveis."[284] O governo então acertou um plano de refinanciamento da dívida (*funding loan*) com os banqueiros internacionais. Dessa forma, o serviço dela seria suspenso, e os juros a vencer seriam pagos nos próximos três anos com novos títulos de dívida que se acrescentariam à dívida principal.[285] Outro compromisso firmado era o depósito, pelo governo, em moeda local, junto a bancos estrangeiros no Rio de Janeiro, de uma parcela do valor dos títulos emitidos do *funding loan*. Esse papel-moeda seria incinerado publicamente e o governo ainda se comprometia a não fazer novas emissões.[286] Só para citar a "querida" taxa cambial do cronista, quando Campos Salles assume a presidência da República (1898) ela estava cotada a 7.

> O acordo resolvia momentaneamente a angustiosa situação financeira do país. Desafogavam-se o Tesouro público e o mercado cambial; renascia a confiança perdida no descalabro dos anos anteriores. Era possível iniciar uma política enérgica de restauração, condição aliás imposta pelos credores e que obrigará o país a sacrifícios consideráveis. As despesas públicas serão cortadas com grande prejuízo para a administração; os impostos agravados. Alienam-se bens públicos (assim como navios de guerra recentemente construídos), e serão arrendadas ferrovias do Estado. Constituir-se-á com estas medidas um fundo de amortização do papel-moeda, saneando-se a circulação e revigorando a moeda. Mas a súbita retração do meio circulante e a ascensão do câmbio que resultarão disto, entorpecem a vida financeira e trazem a ruína de muitas iniciativas.[287]

Todos os remédios temidos pelo cronista foram ministrados. Apesar de não ter crônicas desse período podemos imaginar qual seria o seu tom. Além de tudo, o *funding loan* atingiu diretamente o Machado de Assis indivíduo. Ele escreveu seu primeiro testamento em 30 de julho de 1898. O principal item do seu patrimônio eram sete apólices do empréstimo de 1895 do valor de um conto de réis cada. Só para constar, possuía também cinco ações da *Gazeta de Notícias* no valor de duzentos mil-réis. No segundo testamento de 31 de maio de 1906 ele declara possuir doze apólices do mesmo empréstimo e no mesmo valor cada. Este foi contraído pelo governo em 17 de julho de 1895 no valor de £ 7,4 milhões, mas descontados os juros, corretagens e outras despesas o valor realmente recebido foi de £ 6,0 milhões. Machado

[284] PRADO JR. Caio, op. cit., p. 226.
[285] Idem.
[286] COSTA NETO, Yttrio Corrêa da, op. cit., p.19.
[287] PRADO JR. Caio, op. cit., p. 226.

recebeu, entre 1896 e 1897, 700 mil-réis de juros e cerca de 11 mil-réis de amortização. Com a moratória, os pagamentos foram suspensos de 1898 a 1910, restabelecidos entre 1911 e 1913, e novamente cancelados com uma segunda moratória em 1914. Como sua esposa já havia falecido em 1906, Machado declarava herdeira dessas apólices, a "menina Laura", filha da sua sobrinha e comadre Sara Braga da Costa. O fato é que este investimento feito por ele desapareceu devido às várias suspensões do seu pagamento e pela inflação acumulada durante décadas.[288]

É difícil avaliar esse investimento feito pelo escritor. Segundo Franco, a taxa interna de retorno era bastante atraente e principalmente, para nós, a conveniência da proteção contra o câmbio era o motivo para a aquisição dessas apólices. Por outro lado, apesar do seu pessimismo em relação à crise financeira, parece que ele não imaginava uma possível moratória. Ou se lhe ocorreu essa possibilidade, não concebeu a longa duração da crise, já que mesmo após o *funding loan* de 1898, ele adquiriu mais cinco apólices daquele empréstimo entre o primeiro e o último testamento.

Os últimos parágrafos, assim como as crônicas analisadas sobre o Encilhamento, tiveram um tom de fim de festa. No entanto, para tristeza ou alegria do leitor, – dependendo da sua fadiga –, e para não se acabar o baile com esse triste réquiem, tocaremos uma última música. Falaremos agora dos jogos de azar.

2.3- Rio de Janeiro: capital dos jogos de azar

O gosto da população por jogos de azar realmente aborrecia Machado de Assis, se nós pudermos tirar essa conclusão a partir de suas crônicas e até do seu trabalho como funcionário público. Já vimos que na série aqui analisada o autor associa a corrupção nas corridas de cavalos com os escândalos do Encilhamento e que por esse tempo se jogou sobre todas as coisas do céu e da terra. "Concluir daí que perdemos o senso da aposta é concluir do fastio de uma hora para a desnecessidade da alimentação. É não acompanhar o movimento dos bancos esportivos." Era não ver por essas ruas um homem aleijado das pernas, dentro de um carrinho que outro puxava. Antes pedia esmola e achava aberta a bolsa da caridade; mas entendeu que ainda podia usar as mãos para o trabalho e passou a vender bilhetes de loteria, "e ouço que premiados."

[288] FRANCO. Gustavo H.B. **A economia em Machado de Assis**, op. cit., pp. 192-193 e pp. 245-250.

Na crônica de 5 de maio de 1895 o narrador conta que queria dar um título ao século antes de ele acabar, o século fluminense. As cidades médias e mínimas deviam ter seus séculos menores, 50 e 25 respectivamente. De 1850 em diante então, para o Rio de Janeiro. Depois de puxar pela memória, pesquisar e até esquecer-se dos outros acontecimentos da semana, ele chega a um nome. Século dos jardins. Eram três destes que o levava a propor o nome. O primeiro era o Jardim Botânico. Apesar de outrora ficar longe da cidade, pois não havia bondes, apenas ônibus e diligências; era tão bonito, a grande alameda de palmeiras tão agradável, que dava gosto ir lá. Se no passado era pouco visitado, com a modernização dos meios de transporte e o crescimento da cidade, esse quadro mudou. No mês anterior ao da crônica, foram 2.950 pessoas a visitá-lo. O narrador conta uma anedota que lá se passou com um amigo seu, Leandrinho, quando ele ainda era pouco visitado. Resumindo, ele foi chamado para ir lá à noite por alguns amigos, três casais e três "apenas alegres". Ele era um destes e estava constipado. Queria tratar a constipação pela conversação, mas com o amuo dos namorados e a rusga dos outros dois era impossível. Quando começou a ceia ele recusou tudo, comida e bebida, aceitou apenas uma ameixa seca, "oferecida por uma das mãos femininas." Depois de dançarem, cantarem e fumarem, dividiram a conta da ceia. Ele tonto de febre só ouviu que tinha que entrar com a quantia de nove mil e quatrocentos. Ficou tão assombrado que teve ímpeto de quebrar tudo. "Uma ameixa e uma febre por nove mil e quinhentos."

Logo depois daquele, surgiu o Jardim Zoológico. A concorrência deste era enorme e seria infinita se não fechassem as portas para uma reforma. "Não sei se a este foram também Leandrinhos, nem se lá perderam nove mil e quatrocentos; se os não perderam, é porque ganharam." O último jardim era o Lotérico. O narrador não ligava bem os dois nomes, mas diziam que lá havia corridas, "ou o que quer que seja, pois às vezes ganha o Camelo, outras o Avestruz, ou o Burro". Se não entendemos errado a crônica, nos três jardins ganhava-se ou perdia-se dinheiro, não de forma muito honesta, e nos dois últimos casos, de maneira sistemática.

A loteria do jardim Zoológico é a origem do jogo do bicho. Foi inventada em 1892 pelo proprietário e fundador do jardim, o barão João Batista Viana Drummond. Seu objetivo era aumentar a freqüência popular ao zoológico. O jogo era simples: premiava-se o portador do bilhete de entrada que tivesse a figura do animal do dia, o qual era escolhido entre os vinte e cinco animais do jardim. Diz o narrador em crônica de 19 de fevereiro de 1893: "Olhem, não fui eu que ideei esta outra loteria [...] do Jardim Zoológico, mas se o houvesse feito, não daria a minha idéia por menos de cem contos de réis".

No entanto, o jogo do bicho saiu do seu lugar de origem e ganhou as ruas. Na crônica de 12 de janeiro de 1896, o narrador diz ter ficado tão comovido com o relatório da polícia acerca do Jardim Zoológico, que mal podia pegar na pena. "Vou dizer por quê. Sabeis que o jogo dos bichos acabou ali há muito tempo." Todos os bichos fugiram de lá e espalharam-se pela rua. Para ele, este fenômeno era igual a tantos outros que se davam na organização das cidades. "A princípio, os moradores é que vão buscar a água às fontes; mais tarde, o encanamento é que a leva aos moradores. Dá-se com os bichos a mesma cousa".

O jogo do bicho popularizou-se. Em outra crônica[289] diz o narrador que se achando em uma loja, viu entrar um mancebo, extraordinariamente jovial, que bradava que tinha dado a avestruz, "expressão obscura para quem não conhece os costumes dos nossos animais." Mas quem morava no Rio de Janeiro já conhecia esses hábitos. Diz ele que no começo da semana havia vencido o burro, e lhe dava os parabéns. "Estávamos afeitos a dizer e ouvir dizer que venciam cavalo Fulano e Sicrano. É verdade que era no Derby e outras arenas de luta animal; mas, enfim, era só o cavalo que vencia, porque só ele apostava".

No entanto, se o jogo do bicho já estava tão difundido quanto às corridas de cavalos, não merecia menor desprezo por parte do cronista do que esse jogo mais tradicional. Em 31 de março de 1895 o narrador lamenta o fato de a borboleta ser um dos bichos daquela loteria. Ela havia ganhado um dia naquela semana e ele não sabia da presença dela entre os bichos recreativos.

> Deus meu! A borboleta na mesma caixa do porco! O lindo inseto tão prezado de todos, e particularmente dos vitoriosos japoneses, agitando as asas naquele espaço em que costuma grunhir o animal detestado de Abraão, de Isaac e de Jacó! Onde nos levareis, anarquia da ética e da estética? Poetas moços, juntai-vos e componde a melhor das poliantéias, um soneto único, mas um soneto-legião, em que se peça aos poderes da terra e do céu a exclusão da borboleta de semelhante orgia. Ganhe o pato, o porco, o peru, o diabo, que é também animal de lucro, mas fique a borboleta entre as flores, suas primas.[290]

Anarquia da ética e da estética. Esta última fica clara pela passagem. Mas qual seria o problema ético dos jogos? Em outra crônica[291] diz o narrador que os bichos de Vila Isabel, onde ficava localizado o Jardim Zoológico, faziam ganhar dinheiro depressa, e sem trabalho, tanto quanto faziam perdê-lo, igualmente depressa e sem trabalho. Um cidadão de nome

[289] Crônica de 17 de março de 1895.
[290] Crônica de 31 de março de 1895.
[291] Crônica de 10 de março de 1895.

Maia, carpinteiro de ofício, declarou que com dez tostões de cada bilhete que pagava à porta do Jardim Zoológico, já havia ganhado um conto e quatrocentos mil-réis. Se um homem podia ganhar tanto dinheiro passeando as tardes entre plantas, era o caso de seduzir outras pessoas que não sobem dos quatro ou cinco mil-réis por dia com a simples enxó.[292] O jogo do bicho e outros jogos de azar só serviam de ofício e comércio à gente vadia.[293]

Essa perspectiva do narrador é explicada por ele mesmo em crônica de 14 de outubro de 1894. Um telegrama dava notícia da morte do "célebre humorista" americano Holmes.[294] Lembrava o cronista um pensamento do autor, escrito em um de seus livros, o *Autocrata à mesa do almoço*, de natureza social e política: "O cavalo de corrida não é instituição republicana; o cavalo de trote é que o é." Para o narrador a melhor maneira de penetrar esse pensamento era tão-somente lê-lo. "Que o leitor o leia; penetre bem o sentido daquelas palavras, não lhe sendo preciso mais que paciência e tempo". Talvez houvesse exageração quando Holmes comparava o cavalo de corrida às *roulette tables*. Mas em compensação, a descrição do cavalo de trote puxando o ônibus, o carro do padeiro e outros veículos úteis, "basta que seja tão útil como os veículos, para que a devamos ter ante os olhos, de preferência a outros emblemas." Coincidentemente, o conselho municipal tratava de combater, por vários modos, nem sempre adequados, segundo o cronista, mas de coração, as múltiplas formas de jogo público.

Realmente, não era só Machado de Assis que desprezava os jogos e loterias. Diz o cronista em outro momento[295] que se travava de uma rude campanha contra o jogo dos bichos. Começava na imprensa e ia sendo continuada pela polícia. As ordens expedidas por esta eram positivas, e a execução por parte dos agentes era pontual. A autoridade, apoiada pela opinião pública, empregava todos os seus recursos.

> A minha dúvida única é se o bicho morto não ressuscitará com diversa forma. Agora mesmo nem tudo são bichos; há prêmios de bebidas, distribuição de gravuras e outras convenções de azar. Convém ter em vista que os jogos são muitos. A loteria, um dos mais velhos, que tem desmoralizado a sociedade, serve com os seus números às várias especulações; mas não é a culpada única desta perversão de costumes. Única não pode ser; ela corrompe, ela deve ser extirpada, como outras instituições de *dar fortuna*; mas não esqueçamos que ela é também efeito.[296]

---

[292] Crônica de 12 de janeiro de 1896. Enxó: ferramenta utilizada em carpintaria.
[293] Crônica de 5 de julho de 1896.
[294] Oliver Wendell Holmes (29 de agosto de 1809 – 8 de outubro de 1894). Foi médico, professor, palestrante e escritor.
[295] Crônica de 12 de julho de 1896.
[296] Idem.

Era efeito do Encilhamento, enorme bicharia em que todos os carneiros[297] perderam. Aqui o narrador relembra, mais uma vez, o caso das duas praças de polícia utilizada para desfazer o ajuntamento na rua da Alfândega (encilhamento) e que acabavam virando alvo de apostas quando batiam em disparada.

Informa-nos o narrador que a cada dia surgiam novas loterias. "Loterias há impossíveis de entender pelo título, e nem por isso menos afreguesadas".[298] Em outra crônica, em que o posicionamento do narrador putativo diverge da de Machado de Assis, ele diz que se fosse eleito deputado, faria vencer na Câmara a declaração da necessidade das loterias e, conseqüentemente, derrubava o projeto de seu amigo Pedro Américo, que queria à fina força acabar com elas.[299]

Em 19 de agosto de 1894 temos mais um relato de coerção dos jogos pela polícia. Diz o narrador que estavam ocorrendo grandes cercos e entradas da polícia em casas de jogo. "Sistematicamente, a autoridade procura dispersar os religionários da Fortuna, e trancar os antros de perdição. Esta frase não é nova, mas o vício também é velho, diz a Escritura." Também já se jogava naquele tempo, lançaram-se dados sobre a túnica de Jesus Cristo. A marcha ordinária da polícia era entrar na casa, apreender a roleta, as cartas, os dados, multar o dono em quinhentos mil-réis e sair. Os fregueses escondiam-se ou fugiam pelos muros ou pelos telhados. O dono raramente fugia. No entanto, telegrama da Espanha dizia que a polícia entrou em uma casa de jogo de Madri, onde achou muitos fidalgos. Esses não fugiram, mas trocaram tiros com a polícia. Defendiam o rei de copas como o mesmo brio e prontidão que defenderiam o rei da Espanha. Essa notícia explicava o fracasso da Ópera Nacional. Esse caso nas mãos de um Mérimée daria uma novela como Cármen, de onde um maestro extrairia uma ópera. Aqui não havia trabucos e as próprias bengalas eram esquecidas nos momentos de crise. "Ao primeiro apito, pernas. Ao primeiro vulto, muros." Mas o narrador confessa que nem tudo são óperas neste mundo. "Há palavras sem música. Daí as nossas diligências, que, se perdem pelo lado estético, lucram pelo lado moral. Por isso mesmo, convém apoiá-las. Toda repressão é pouca."

Um último ponto que poderíamos abordar nesse capítulo seria a relação entre o vício da população nos jogos de azar e o seu desinteresse pelas eleições políticas. Em 25 de fevereiro de 1894, em semana que haveria eleição, o narrador diz: "Quem, por exemplo, comparar a eleição e a loteria terá achado uma idéia, posto que óbvia, interessante. O cotejo

---

[297] Era por carneiros que Machado se referia aos acionistas apenas interessados nos dividendos, nos juros, sem se preocupar com os rumos da empresa, com suas assembléias, etc.
[298] Crônica de 5 de janeiro de 1896.
[299] Crônica de 24 de julho de 1894.

da roda que anda com a urna que fala é o mais justo possível". Ele não sabia se nessa loteria (eleição) havia terminações premiadas, nem se se tiraria o mesmo dinheiro. Provavelmente os bilhetes em branco seriam muitos. "É o que faz da eleição e da loteria uma espécie de evangelho, onde também os chamados são muitos e os escolhidos poucos."

No entanto, neste ponto teremos que adiar a esperada análise das eleições políticas mais uma vez. Como as comparações entre eleições e loterias são críticas severas à falta de cidadania da população, não podemos analisá-las aqui levianamente, já que esse é o tema do próximo capítulo.

Dissemos no começo desse tópico que, até pelo trabalho de Machado de Assis como funcionário público, podemos perceber sua aversão às loterias e jogos de azar. Raimundo Magalhães Junior nos informa, na sua biografia sobre o escritor, que uma pesquisa de Plínio Doyle, divulgada por Thiers Martins Moreira mostrava o "exemplar" funcionário empenhado em evitar abusos durante os primeiros anos da República.[300] O caso pesquisado era o seguinte. No *Diário Oficial* de 30 de maio de 1892 publicou-se um "Relatório de Invenção", que dissimulava a criação de mais uma loteria. Dizia ele: "N.1440 – Relatório de invenção de um processo para a formação de capital necessário a qualquer empresa por meio da distribuição e sorteio de cartões numerados." Era assinado por um americano de nome George Boynton Boynton. Magalhães Junior cita extensamente o relatório e como se vê pelo número que inicia o documento, a patente já estava concedida. No mesmo dia Machado de Assis se manifesta através da via administrativa contra a concessão da patente. Diz ele:

> Este relatório foi retirado do invólucro sábado, nos termos da lei, entregando-se ao inventor a respectiva carta-patente. Pela sua leitura vê-se que se trata de uma espécie de loteria, o que é contrário à lei [...] Diga a Seção o que sobre este ponto lhe parecer. Creio que há tempos houve análoga concessão de patente, e que a fórmula privilegiada se converteu igualmente em loteria. Trata-se, creio eu, de bilhetes fiscais. Informe também a seção o que souber. A matéria pede brevidade. 30-5-92. – Machado de Assis.[301]

Não cabe aqui relatar todo o episódio, que teve reviravoltas, até a patente ser anulada como queria Machado. O importante é constatar que ele se empenhou tanto como funcionário público quanto como cronista contra as loterias e jogos de azar.

Vimos nesse capítulo o Encilhamento desde a sua origem até a crise que se seguiu. O tema é o mais freqüente nessas crônicas da série *A semana*. Podemos perceber, pelo que foi

---

[300] MAGALHÃES JÚNIOR. Raimundo. **Vida e obra de Machado de Assis**: Maturidade. V3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1981, p.209.
[301] Machado de Assis apud. Ibidem, p. 211.

demonstrado aqui, que a principal preocupação do cronista ao abordar esse tema, é com o bem público. Machado de Assis utiliza-se dessas crônicas para criticar aspectos da crise financeira que atingiam todos os cidadãos. A queda do câmbio alcançava além das finanças públicas, o indivíduo comum, que via o aumento vertiginoso dos preços dos produtos. As encampações, que preocuparam o cronista diversas vezes, era uma forma de dividir os prejuízos do desmazelo de empresas privadas e públicas com os cidadãos contribuintes, já que essas encampações significavam mais despesas para o Tesouro Nacional, que já tinha uma dívida imensa. Além disso, a expectativa de enriquecimento rápido e sem esforço, através de todos os tipos de jogos de azar, era considerada imoral pelo narrador. E também esse individualismo exacerbado, com os cincos sentidos no lucro, não contribuía para a formação de cidadãos preocupados com o bem público.

No próximo capítulo veremos a perspectiva de Machado de Assis sobre a cidadania política da população carioca.

Capítulo III. A cidadania nas crônicas

No primeiro capítulo, quando analisamos a crônica que tratava do aniversário da *Gazeta de Notícias*, dissemos que Machado de Assis a finalizava salientando a importância de se votar, escolher e discutir. Anunciamos também que esse assunto seria discutido em outro capítulo. Ei-lo aqui. Podemos adivinhar que o leitor também nos cobre a análise da relação entre eleições e loterias. Calma, leitor amigo, esse é o último capítulo e não adiaremos mais nada. No entanto...

No entanto, começaremos esse capítulo analisando a primeira crônica da série. Já dissemos, em outra oportunidade, que os cronistas habitualmente criavam um perfil próprio para cada uma. Isso podia ser feito de diversas maneiras: utilização de um pseudônimo, definição do campo temático, criação de uma linguagem própria e um ponto de vista narrativo. Esse perfil era apresentado, veladamente, no primeiro artigo de cada série e servia como chave interpretativa para o conjunto de textos.[302] O nosso objetivo ao analisarmos a primeira crônica, de 24 de abril de 1892, é descobrir essa (ou alguma dessas) chave interpretativa.

O narrador a começa contando que, na segunda-feira da semana que passou (as crônicas eram dominicais), ele havia acordado cedo, pouco depois das galinhas, e deu-se de propor um problema a si próprio. Na verdade era uma charada, mas o nome problema dava mais dignidade. Tudo pedia certa elevação. As atrizes não faziam mais benefício, mas festa artística. Ele conheceu dois velhos estimáveis, vizinhos. Um era cavaleiro da Ordem da Rosa, por serviços em relação à Guerra do Paraguai; o outro tinha o posto de tenente da guarda nacional da reserva. Jogavam xadrez e dormiam no intervalo das jogadas. Despertavam-se um ao outro desta maneira: "Caro major!" – "Pronto, comendador!". Tudo pedia certa elevação. "Para não ir mais longe, Tiradentes. Aqui está um exemplo. Tivemos esta semana o centenário do grande mártir." A prisão de heróico alferes devia ser comemorada por todos os filhos do país, se houvesse neles patriotismo, ou se esse patriotismo fosse outra coisa mais que um simples motivo de palavras grossas e rotundas.

---

[302] CHALHOUB, Sidney; NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs), ibidem, pp.12-13.

> A capital portou-se bem. Dos estados estão vindo boas notícias. O instinto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia ração de glória. Merecem, decerto, a nossa estima aqueles outros; eram patriotas. Mas o que se ofereceu a carregar com os pecados de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado, o decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos.[303]

Um dos oradores do dia 21 observou que, se a Inconfidência tem vencido, os cargos iam para os outros conjurados, não para o alferes. Para o narrador não era muito a história lhe dar a principal cadeira, já que a conjuração não havia vencido. Os outros tinham ainda um belo papel; formavam, em torno de Tiradentes, um coro igual o das Oceânides diante de Prometeu encadeado. "Relede Ésquilo, amigo leitor". Recomenda o cronista, "ouvi as palavras de Prometeu narrando os seus crimes às ninfas amadas: 'Dei o fogo aos homens; esse mestre lhes ensinará todas as artes'. Foi o que nos fez Tiradentes."

Para John Gledson, o motivo principal para Machado de Assis começar a sua série poucos dias depois do feriado de Tiradentes, e exaltando-o, seria que o escritor estava se posicionando e se defendendo, num momento de grande agitação política na capital federal. Para ele, o escritor procurava afirmar o seu patriotismo. Para nós também. No entanto, achamos que há algo mais nessa crônica.

Essa não foi a primeira vez que Machado de Assis escreveu sobre Tiradentes. Na crônica de 1º de abril de 1862 [304] ele diz: "Está inaugurada a estátua eqüestre". Não era de Tiradentes, mas sim de D. Pedro I. Segundo José Murilo de Carvalho[305] esse foi o primeiro conflito político em torno da figura do alferes. No lugar onde ele fora enforcado, o governo imperial erguia uma estátua ao neto da rainha que o condenou à morte. O acontecimento gerou bastante discussão à época. O liberal Teófilo Otoni chamou a estátua de "mentira de bronze". Na crônica, Machado diz que os que consideravam o monumento como um saldo de uma dívida nacional nadavam em júbilo e satisfação. Por outro lado, os que, inquirindo a história, negavam ao "bronze" o caráter de uma legítima memória, filha da vontade nacional e do dever da posteridade, esses se reconheciam vencidos. Dizia ainda que era mau agouro que a ereção do monumento gerasse tanta discussão renhida. "O historiador futuro que quiser tirar dos debates da imprensa os elementos do seu estudo da história do império, há de vacilar

---

[303] Crônica de 24 de abril de 1892.
[304] Série *Comentários da Semana* publicada originalmente no *Diário do Rio de Janeiro*.
[305] CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil, São Paulo: Companhia das Letras, 2001, p. 60.

sobre a expressão da memória que hoje domina a praça do Rocio." Ele ainda criticava o *Jornal do Comércio* (conservador) por querer arrematar para si toda a honestidade política, pois não consentia aos cidadãos a discussão de uma obra que se levantava em nome da nação.

Essa crônica saiu no *Diário do Rio de Janeiro* e, segundo Marco Cícero Cavallini os artigos desse jornal eram elaborados dentro de ideais e objetivos políticos muito bem definidos, de um grupo liberal coeso. Dessa forma, ele demonstra que Machado tinha uma relação orgânica com a orientação política da folha.[306] Antes de ser herói dos republicanos, Tiradentes já figurava no panteão liberal do grupo do jornal que Machado de Assis fazia parte. Ainda de acordo com Cavallini, a celebração de Tiradentes durante esse período se deu porque ele representava o princípio de liberdade, em oposição ao principio de autoridade simbolizado pelo primeiro Imperador do Brasil.[307]

Em 25 de abril de 1865 o cronista volta a reclamar do descaso pela figura do inconfidente.

> Os povos devem ter os seus santos. Aquele que os tem merece o respeito da história, e está armado para a batalha do futuro. Também o Brasil os tem e os venera; mas para que a gratidão nacional assuma um caráter justo e solene, é preciso que não esqueça uns em proveito de outro; é preciso que todo aquele que tiver direito à santificação da história não se perca nas sombras da memória do povo. [...] Quem se lembra do dia 21 de abril? Qual é a cerimônia, a manifestação pública? Entretanto foi nesse dia que por sentença acordada entre os da alçada, o carrasco enforcou no Rocio, junto à Rua dos Ciganos, o patriota Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes.[308]

A sentença que o condenou dizia que, uma vez enforcado, lhe fosse cortada a cabeça e enviada a Vila Rica onde seria pregada em poste alto, até que o tempo a consumisse. Ainda foi declarado infame até sua terceira geração e seus bens foram confiscados. Sua casa foi arrasada e salgada. "Ora, o crime de Tiradentes foi simplesmente o crime de Pedro I e José Bonifácio. Ele apenas queria apressar o relógio do tempo; queria que o século XVIII, data de tantas liberdades, não caísse nos abismos do nada, sem deixar de pé a liberdade brasileira." Para ele, entre os vencidos de 1792, e os vencedores de 1822, havia somente a diferença de resultados.

O diretor do jornal era Saldanha Marinho, futuro chefe do Partido Republicano no Rio de Janeiro. Não por coincidência, em 1866 quando foi presidente da província de Minas

---

[306] CAVALLINI, Marco Cícero, mestrado, p.1.

[307] CAVALLINI, M. C. . Monumento e Política: **Os 'Comentários da Semana' de Machado de Assis**. In: Sidney Chalhoub; Margarida de Souza Neves; Leonardo A. de M. Pereira.. (Org.). **História em Cousas Miúdas:** Capítulos de história social da crônica no Brasil.. 1ª ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2005, pp.

[308] Crônica de 25 de abril de 1865. Série *Comentários da Semana* publicada originalmente no *Diário do Rio de Janeiro.*

Gerais mandou erguer um monumento a Tiradentes em Ouro Preto. Mas a primeira celebração do 21 de abril somente ocorreu em 1881. E só em 1890 foi declarado como feriado nacional.

Como podemos perceber por essas crônicas, a admiração de Machado de Assis por Tiradentes era sincera e de longa data. Portanto, na crônica de 24 de abril de 1892 o elogio ao inconfidente não é apenas uma forma de se defender, mas de celebrar, finalmente, o reconhecimento dele como herói nacional. "Entretanto, o alferes Joaquim José tem ainda contra si uma coisa, a alcunha." Havia pessoas que apesar de o amarem, admirarem, não podiam tolerar o nome Tiradentes. O tempo traria a familiaridade do nome e a harmonia das sílabas, no entanto, o narrador pensava se pela imaginação, depois de um século ele não se despachava cirurgião-dentista. Continuava o mesmo herói e com o mesmo ofício, mas com outra dignidade. Com o tempo poderia até perder a segunda parte e quedar-se apenas cirurgião.

Para Sílvia Maria Azevedo[309], Machado de Assis ironiza a figura de Tiradentes nessa passagem e em outras. Seria uma estratégia retórica a encobrir as críticas do cronista às táticas empregadas pelos militares da República que usavam a figura de Tiradentes para se firmar no poder. Nossa análise da crônica difere da dela. Para nós a ironia se volta aos que, muito mais preocupados com a alcunha, esqueciam-se dos feitos do herói. Esta elevação que tudo pedia não passava de superficialidade. Charada ou problema, benefício ou festa artística eram a mesma coisa. Ironizados também são os dois "velhos estimáveis", que se tratavam de major e comendador, enquanto na realidade eram tenente e cavaleiro. Era a sede de nomeada, amor da glória, confessada por Brás Cubas. Essa busca configura-se como principal objetivo de muitas personagens do universo ficcional machadiano. Uma das razões para isso era a tentativa de construir uma imagem social vencedora, porque para elas, o que tem valor em suas existências são a fama, a admiração, o louvor.[310] Além disso, se, como lembra Silvia Maria Azevedo, a alcunha "Tiradentes" lembrava o fantasma do trabalho manual, já vimos no capítulo anterior que, para o cronista, o cavalo de trote, que puxa a carroça, o ônibus, e outros veículos úteis, é que era uma verdadeira instituição republicana. Também não vemos nenhuma crítica do narrador ao governo republicano por tornar a morte de Tiradentes feriado nacional.

---

[309] AZEVEDO, Silvia Maria. **Tiradentes ou a canonização de um herói.** Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.1, n.1, 2005.

[310]SOUZA, Valdira Meira Cardoso de**. "Sede de nomeada"**: O "amor da glória" na produção literária de Machado de Assis. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2007, p.11-12.

Ainda na opinião da autora, a disputa pelo papel principal na Inconfidência Mineira também seria ironizada por Machado de Assis. Para ela a imagem machadiana sugeria que essa disputa parecia uma espécie de campeonato para ver quem suportava a maior pena. Aqui também temos de discordar. Machado, muito mais do que ironizar essa disputa estava se posicionando a favor do alferes Joaquim José. Tanto que um mês após essa crônica, em 22 de maio de 1892, o autor critica um artigo que tentava minimizar o seu papel na Inconfidência. A pessoa, que o cronista diz ignorar o nome, dizia que era injustiça dar-se tanta importância a Tiradentes, porque morreu logo e não prestar a menor consideração aos que morreram de moléstias e misérias na costa da África. O narrador ironiza: "Este Tiradentes, se não toma cuidado em si, acaba inimigo público [...] Daqui a espião da polícia é um passo. Com outro passo chega-se à prova de que nem ele mesmo morreu". Ele ainda diz que o autor do artigo tentava ratificar a opinião que vingou, durante um longo século acerca do "grande mártir da Inconfidência".

Essa opinião sobre o papel secundário de Tiradentes teve como um de seus principais representantes Joaquim Norberto de Souza Silva, com a publicação em 1873 de sua obra *História da Conjuração Mineira*. É interessante perceber que para esse autor, Tiradentes teria sofrido uma mudança na personalidade e no comportamento por força do prolongado período de reclusão e da ação dos frades franciscanos. Ele criticava o alferes porque seu ardor patriótico teria sido substituído pelo fervor religioso. Em vez de morrer como os mártires pernambucanos de 1817 e 1824 com o brado de "Viva a liberdade", teria morrido com o credo nos lábios.[311] Na crônica do *Diário do Rio de Janeiro* de 25 de abril de 1865, Machado diz exatamente o contrário. "'Morro pela liberdade!' Disse Tiradentes do alto da forca: estas palavras, se o Brasil não reparar a falta de tantos anos, serão um açoite inexorável para os filhos do império."

Como podemos perceber pelas crônicas aqui analisadas, Tiradentes era um herói nacional admirado por Machado de Assis. Foi um exemplo de luta pela independência, pela liberdade da nação. E o quê isso significava? A transformação de súditos de Portugal em cidadãos brasileiros. Essa liberdade era também o direito de escolher os representantes políticos através do voto. É essa associação que o cronista faz no último parágrafo da primeira crônica da série. Diz ele:

---

[311] CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**, p. 63. O imaginário da Inconfidência também é analisado na tese de: SERELLE, Márcilo de Vasconsellos. **Os versos ou a história**: a formação da Inconfidência Mineira no imaginário do oitocentos. Tese de doutorado: Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: 2002.

> Daqui ao caso eleitoral é menos que um passo; mas, não entendendo eu de política, ignoro se a ausência de tão grande parte do eleitorado na eleição do dia 20 quer dizer descrença, como afirmam uns, ou abstenção como outros juram. A descrença é fenômeno alheio à vontade do eleitor; a abstenção é propósito. *Há quem não veja em tudo isto mais que ignorância do poder daquele fogo que Tiradentes legou aos seus patrícios*.[312] (grifo nosso)

O narrador exalta o patriotismo de Tiradentes para criticar a falta de civismo da população carioca. Esse civismo, na sua perspectiva, pode ser considerado como interesse pelo bem público, pelo bem da pátria. Dessa forma, a participação ínfima do eleitorado no momento de escolher um representante político dos cidadãos, independentemente de ser descrença ou abstenção, demonstrava uma ignorância dos direitos de cidadania política.

Contudo, a crítica estende-se à forma como eram organizadas as eleições. Diz o narrador: "O que sei, é que fui à minha seção para votar, mas achei a porta fechada e a urna na rua, com os livros e ofícios. Outra casa os acolheu compassiva; mas os mesários não tinham sido avisados e os eleitores eram cinco." Além de não comparecer quase ninguém, havia desorganização nas seções eleitorais. Os cinco que foram votar discutiram quem teria nascido primeiro, se o ovo ou a galinha. Era essa a charada, o problema que o autor diz ter se proposto no começo da crônica. Pelo contexto podemos traduzir assim a questão: Seria a desorganização das eleições que levaria o eleitor a descrer desse método de participação política? Por outro lado, se os responsáveis pela organização das eleições eram os próprios políticos eles não deveriam ser substituídos por outros mais competentes, justamente através das eleições? O que teria surgido primeiro o eleitor descrente, desinteressado ou o político incompetente e a desorganização das eleições?

Acreditamos que essa preocupação com a cidadania, como com o bem público, seja uma das chaves interpretativas para a análise da série *A semana*. Mais especificamente com o desinteresse da população pelas eleições, que era a forma institucional de participação política, e a desorganização, corrupção e violência delas. Tentaremos demonstrar, daqui em diante, como essas questões preocupavam o cronista e como ele se utilizou dessas crônicas para incentivar a população a participar das eleições.

3.1- Abstenção eleitoral e o apelo à cidadania

[312] Crônica de 24 de abril de 1892.

A ascensão do regime republicano trouxe algumas modificações para a ampliação da cidadania no Brasil.[313] Com a constituição de 1891 há uma mudança no tipo de eleitor, do alfabetizado com recursos, para o alfabetizado, apenas. No entanto, pouca coisa mudou em relação ao percentual de participação eleitoral da população brasileira. Apesar do fim do voto censitário, outras restrições continuaram como o voto dos analfabetos, instituído no fim do Império, das mulheres, dos mendigos, dos soldados e dos religiosos. Além disso, a constituição não garantia a instrução primária, que era essencial para a ampliação sufragista.

Para José Murilo de Carvalho a população do Rio de Janeiro, por ser a cidade mais urbanizada do país e razoavelmente alfabetizada, era de se esperar que fosse a mais independente de "chefetes políticos" e a mais preparada para o exercício da cidadania. [314]O autor faz um levantamento do eleitorado potencial da cidade tendo em vista as limitações legais. Dos mais de quinhentos mil habitantes, apenas cem mil pessoas estariam aptas a votar, mais ou menos vinte por cento da população total.

No entanto, mesmo já sendo reduzido o número de cidadãos aptos a votar, os que eram alistados e os que realmente votavam era menor ainda. Vejamos alguns dados. Para a eleição da Constituinte em 1890 foram alistados 28% do eleitorado potencial. Na eleição presidencial de 1894 votaram quase oito mil pessoas, 7% dos possíveis eleitores. Nas eleições para o Congresso Nacional de 1896 os alistados tinham sido 42.252, mas apenas 13.127 eleitores votaram.[315] A eleição de que trata a primeira crônica da série *A Semana* era pra preencher uma vaga para o Senado, para a qual foi eleito Aristides Lobo. Dos 25 mil eleitores só 3.112 compareceram.[316] "Se a exclusão legal do processo eleitoral é fácil de entender, a auto-exclusão exige maior esforço de interpretação. Aparentemente, grande parte dos adultos escolhia não ser cidadão ativo, para usar a expressão jurídica da constituição imperial."[317]

Como podemos perceber pela primeira crônica, Machado de Assis também tentava entender essa auto-exclusão. Uns diziam que era descrença e outros que era abstenção. Aquela seria fenômeno alheio à vontade do eleitor, esta seria propósito. Na crônica de 7 de agosto de 1892 ele volta a essa discussão. No dia 31 de julho houve eleição para preencher a vaga de Aristides Lobo na Câmara Federal porque ele havia sido eleito para o Senado. Ganhou Vicente de Sousa com 1073 votos. Diz o narrador que toda aquela semana foi empregada para

---

[313] QUIRINO, Célia G. e MONTES, Maria L. **Constituições Brasileiras e Cidadania**. São Paulo: Ática, 1987. Durante todo o período Imperial existiu o voto censitário. As eleições diretas e a proibição do voto dos analfabetos só ocorreram com o decreto nº. 3029 de 09 de janeiro de 1881.
[314] CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 84.
[315] Ibidem, p. 85.
[316] Machado de Assis. **A semana**. John Gledson, p.47, nota 3.
[317] CARVALHO, José Murilo de, op. cit., p. 86.

comentá-la. Era sabido que o eleitorado ficou em casa. Uma pequena minoria é que se tinha dado ao trabalho de enfiar as calças, pegar do título e da cédula e caminhar para as urnas.

> Muitas seções não viram mesários, nem eleitores; outras, esperando cem, duzentos, trezentos eleitores, contentaram-se com sete, dez, até quinze. Uma delas, uma escola pública, fez melhor, tirou a urna que a autoridade lhe mandara, e pôs este letreiro na porta: "A urna da 8ª seção está na padaria dos Srs. Alves Lopes & Teixeira, à Rua de S. Salvador n..." Alguns eleitores ainda foram à padaria; acharam a urna, mas não viram mesários. Melhor que isso sucedeu na eleição anterior, em que a urna da mesma escola nem chegou a ser transferida à padaria, foi simplesmente posta na rua, com o papel, tinta e penas. Como pequeno sintoma de anarquia, é valioso.[318]

Novamente os mesmos problemas. A lei eleitoral nº. 35 de 26 de janeiro 1892 estabelecia o processo para as eleições federais.[319] De acordo com ela as mesas eleitorais seriam nomeadas da mesma forma que as comissões seccionais de alistamento. Ambas seriam formadas por eleitores escolhidos pelos membros do governo municipal (Câmara, Intendência ou Conselho) e compostas por cinco membros efetivos e dois suplentes. Cada seção municipal não poderia ter mais de duzentos e cinqüenta eleitores. E depois de feita a divisão do município em seções convenientes, os edifícios onde se procederiam as eleições eram escolhidos, públicos ou particulares. Depois disso e da numeração das seções, um edital era publicado e não poderia haver mais alterações até as eleições. Em cada seção haveria uma mesa eleitoral encarregada do recebimento das cédulas, apuração dos votos e mais trabalhos inerentes ao processo eleitoral. Os seus membros deveriam reunir-se no dia da eleição às nove horas da manhã, no lugar designado. A eleição aconteceria se comparecessem pelo menos três membros da mesa, efetivos ou suplentes. Os outros dois deveriam ser convidados entre os eleitores presentes. Não se podendo realizar a organização da mesa eleitoral até às dez horas do dia, não haveria eleição.

Como podemos perceber havia muita diferença entre a lei e a prática dela. As urnas não poderiam ser mudadas de local sem autorização prévia de pelo menos oito dias em edital. A punição para os mesários que não compareciam, ou qualquer outro cidadão chamado a exercer as atribuições definidas pela lei, quer no serviço que lhe era exigido, quer no que diz respeito às garantias que devia dispensar aos eleitores, sem causa justificada, era de suspensão dos direitos políticos de dois a quatro anos. Os cidadãos não utilizavam os seus direitos e não cumpriam os seus deveres.

---

[318] Crônica de 7 de agosto de 1892.

[319] Essa lei só foi substituída em 15 de novembro de 1904 pela lei nº. 1.269, conhecida pelo nome de Lei Rosa e Silva.

A crônica continua. Diz o narrador que uns queriam ver nisto indiferença pública, outros descrença, outros abstenção. No que todos estavam de acordo é que era um mal, e grande mal. “Não digo que não; mas há um abismo entre mim e os comentadores; é que eles dizem o mal, sem acrescentar o remédio, e eu trago um remédio, que há de curar o doente. Tudo está em acertar com a causa da moléstia.” Começava por excluir abstenção; Que houvesse algumas ele acreditava, dezenas, até centenas, era possível, mas 28 mil abstenções solitárias, por inspiração própria, não. Descrença também não. Era explicação fácil, e nem sempre sincera. Ele conhecia um homem que despendeu outrora 20 anos de existência em falsificar atas, trocar cédulas, quebrar urnas, e que lhe dizia, quase com lágrimas, que o povo já não crê em eleições. Pessoa que estava com eles, “muito lida em ciências e meias-ciências”, vendo-o apatetado com a contradição do homem, disse-lhe que não havia verdadeira contradição ali, mas um simples caso de “alteração da personalidade”.

Indiferença também não era. Dizia pouco em relação à causa real, que era a inércia.

> Inércia, eis a causa! Estudai o eleitor; em vez de andardes a trocar as pernas entre três e seis da tarde, estudai o eleitor. Achá-lo-eis bom, honesto, desejoso da felicidade nacional. Ele enche os teatros, vai às paradas, às procissões, aos bailes, aonde quer que há pitoresco e verdadeiro gozo pessoal. Façam-me o favor de dizer que pitoresco e que espécie de gozo pessoal há em uma eleição? Sair de casa sem almoço (em domingo, note-se!), sem leitura de jornais, sem sofá ou rede, sem chambre, sem um ou dois pequerruchos, para ir votar em alguém que o represente no Congresso, não é o que vulgarmente se chama caceteação? Que tem o eleitor com isso? Pois não há governo? O cidadão, além dos impostos, há de ser perseguido com eleições?[320]

Essa poderia ser a desculpa de qualquer um dos cidadãos que não compareceram naquela e em tantas outras eleições daquele período. O gozo pessoal, somente ele, e não o interesse pelo bem público. Importante notar que mesmo descrevendo a desorganização das seções eleitorais, o cronista não deixa de criticar o eleitor.

O cronista continua: “Ouço daqui (e a voz é do leitor) que eleições se fizeram em que o eleitorado, todo, saía à rua, com ânimo, com ardor, com prazer, e o vencedor celebrava a vitória à força de foguete e música”. O motivo para essa diferença é que antes havia partidos políticos. Eles podiam e abalavam os eleitores, segundo a voz do leitor da crônica. Isso porque eram coisas palpáveis, agitavam-se, escreviam, distribuíam circulares e opiniões; os chefes locais respondiam aos centrais, e até no dia do voto todas as inércias estavam vencidas; “cada um vai movido por uma razão suficiente.”

---

[320] Crônica de 7 de agosto de 1892.

Segundo José Murilo de Carvalho a ausência de participação eleitoral achava sua contrapartida na ausência de partidos políticos. Segundo ele, o início da República foi marcado pelo esforço de criação de partidos, principalmente na área operária. Nem mesmo os partidos socialistas, que seriam de escopo mais amplo, liderados por intelectuais da classe média, tiveram êxito. Tentativas de organização de novos partidos também não deram certo, como o Partido Republicano Federal. Sobravam os partidos das bancadas estaduais do Congresso, Partido Republicano Mineiro, Partido Republicano Paulista, por exemplo. Em outra crônica[321] o narrador faz critica severa a essa situação partidária. Diz ele:

> Digo só que aos homens políticos da nossa terra ouvi sempre este axioma: que os partidos são necessários ao governo de uma nação. Partidos, isto é, duas ou mais correntes de opinião organizadas, que vão a todas as partes do país. Na nossa federação esta necessidade é uma condição de unidade. A câmara tem tantas bancadas quanto Estados; o próprio Rio de Janeiro, que por estar mais perto da capital cheira ainda a província, e o Distrito Federal, que constitucionalmente não é Estado, tem cada um a sua bancada particular. Ora, todas essas bancadas não só impedirão a formação dos partidos, mas podem chegar a destruir o único partido existente e fazer da câmara uma constelação de sentimentos locais, uma arena de rivalidades estaduais. Quando muito, os Estados pequenos mergulharão nos grandes, e ficaremos com seis ou sete reinos, ducados e principados, dos quais mais de um quererá ser a Prússia.[322]

As bancadas estaduais explicam-se pela situação política do país, após a proclamação da República. Se no império o poder local relacionava-se diretamente com o centro do poder nacional, na República, devido à constituição que implantava o federalismo, baseada no modelo norte-americano, os Estados detinham uma enorme soma de poder e autonomia. Os governadores ou presidentes estaduais controlavam a política na sua respectiva unidade federativa através de poderosas máquinas partidárias. E nesse processo os coronéis, nos municípios, eram peça-chave. Para Maria Efigênia Lage de Resende, o poder privado local é redefinido em função do federalismo.[323] Segunda ela, o coronelismo não se confunde com as práticas históricas de exercício de poder privado no Brasil, como as lutas de família e o mandonismo local. Essas práticas seriam tradicionais, que atravessaram a história do Brasil colonial e imperial. O coronelismo tem uma identidade específica, constituiu um sistema político e foi um fenômeno datado.

---

[321] Crônica de 16 de agosto de 1896.
[322] Idem.
[323] RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico**. In: O Brasil Republicano... p. 93-98. Sobre coronelismo Nuno leal.

Inaugurado com a República, sobreviveu até a Revolução de 1930, quando Getúlio Vargas substituiu os governadores eleitos por interventores nomeados por ele. Os coronéis que alcançavam a hegemonia nos seus estados passavam a integrar as oligarquias estaduais, cujo poder era estruturado a partir dos seus respectivos partidos. Esses defendiam os interesses locais no Congresso e no Senado federal. Daí a formação das bancadas estaduais. O que o narrador constata acertadamente é que esses partidos não se organizavam de acordo com correntes de opinião – como os partidos liberal e conservador no império – mas simplesmente por interesses locais. Essa disposição política impedia a centralidade de temas da nação e da cidadania e impossibilitava a criação de partidos com um escopo mais amplo. O medo do narrador de que essa situação transformasse a Câmara em um centro de rivalidades regionais se concretizou. Segundo Cláudia Viscardi, nem mesmo a aliança entre os estados de São Paulo e Minas Gerais, consagrada pela historiografia como "política do café com leite", era isenta de conflitos, pelo contrário. A instabilidade das alianças inter-estaduais é que possibilitava um relativo equilíbrio do jogo das oligarquias. Assim sendo, a cada eleição presidencial, por exemplo, as parcerias políticas entre as unidades federadas se compunham e descompunham de acordo com os interesses em pauta. Essa instabilidade impedia a hegemonia constante de uns e a perpétua exclusão de outros, o que proporcionava a continuidade do modelo político.[324]

Finalizemos a crônica anterior. Pergunta-se o narrador: "Mas o que fazer, se não há partidos?". Aqui entrava sua medicação soberana. Ele já tendo lido e visto declarações de eleitores do Estado do Rio de Janeiro afirmando que votavam em tal candidato, o remédio era sistematizar esses acordos prévios, que ficariam definitivos. Lembrava então algumas palavras de uma tragédia. "*Não quiseste ir, vim eu*. O eleitor não vai à urna, a urna vai ao eleitor." Uma lei curta e simples marcaria o prazo de sete dias para cada eleição.

> No dia 24, por exemplo, começariam as listas a ser levadas às casas dos eleitores. Eles, estendidos na *chaise-longue*[325], liam e assinavam. Algum mais esquecido poderia confundir as coisas.
> – Subscrição? Não assino.
> – Não, senhor...
> – O gás? Está pago.
> – Não, senhor, é a lista dos votos para uma vaga na Câmara dos Deputados; eu trago a lista do candidato Ramos...
> – Ah! Já sei... Mas eu assinei ainda há pouco a do candidato Ávila.

---

[324] VISCARDI, Cláudia Maria R. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/arte, 2001, introdução.
[325] Cadeira de braços, de abrir e fechar, em que se pode reclinar o corpo e estender as pernas.

> A alma do agente era, por dois minutos, teatro de um formidável conflito, cuja vitória tinha que caber ao Mal.
> – Pois, sim, senhor; mas V. S. pode assinar esta, e nós provaremos em tempo que a outra lista foi assinada amanhã, por distração de Vossa Senhoria.[326]

O eleitor, sem sair da inércia, apontava a porta ao agente. Essa passagem e a inércia apontam para uma interpretação. Uma reforma eleitoral não mudaria o quadro de corrupção, fraude e abstenção nas eleições. O problema estaria muito mais no eleitor preguiçoso, individualista e corruptível. Na primeira crônica da série o narrador diz que poderia terminá-la em prosa, mas preferia terminar em verso: "*Sara, belle d'indolence,/ Se Balance/ Dans un hamac...*"[327] É o eleitor: indolente, preguiçoso, apático e indiferente. Era preciso conscientizar os cidadãos. É esse o objetivo de Machado de Assis ao criticar os eleitores nessas crônicas, como tentamos demonstrar na nossa pesquisa. Continuemos então.

Na crônica de 30 de outubro de 1892 o cronista relembra os tempos do papa e dos cardeais. Não falava do papa católico, nem dos cardeais da igreja romana, mas do Senador Eusébio de Queirós, chefe dos saquaremas (conservadores) e do estado-maior do partido. "Um dia, um domingo, havia eleições, como hoje." Aqueles tinham o poder nas mãos, e, sendo as eleições de dois graus, entraram eles próprios nas chapas de eleitores, que eram escolhidos pelos votantes. Os liberais resolveram lutar com os conservadores, apresentaram chapas e os desbarataram. O pontífice, com todos os membros do consistório, mal puderam sair suplentes, segundo o cronista. Francisco Otaviano, jornalista e político liberal – quem primeiro designou os conservadores daquele jeito –, chamavam-lhes esquifes depois das eleições. Justiniano Rocha, jornalista conservador, ria causticamente do lencinho branco de Teófilo Otôni, um dos chefes liberais, "o célebre lenço com que este conduzia a multidão, de paróquia em paróquia, aclamando e aclamado." A multidão seguia alegre, tumultuosa, levada por sedução, por um instinto vago, por efeito da palavra. Não lembrava bem se havia alguma urna quebrada; era possível que sim. "Hoje mesmo as urnas não são de bronze."

Essas eleições realmente marcaram Machado de Assis. Em 2 de junho de 1895 o narrador comenta: "1860! Quem se não lembra da célebre eleição desse ano, em que Otaviano, Saldanha e Otôni derribaram as portas da câmara dos deputados à força de pena e de palavra?" Também no "debuxo"[328] *O Velho Senado*, originalmente publicado na Revista Brasileira em junho de 1898, ele relembra o ocorrido. Diz ele: "Elas [as eleições] trouxeram à

---

[326] Crônica de 7 de agosto de 1892.
[327] Versos iniciais de "Sara La baigneuse", das Orientales de Victor Hugo. Sara, bela indolente, se balança em uma rede.
[328] Assim que Machado se refere ao texto no prefácio de Páginas Recolhidas.

minha imaginação adolescente uma visão rara e especial do poder das urnas."[329] Como se sabe, no Império, o partido que estava no poder sempre ganhava as eleições. Era essa a importância da eleição desses liberais. Eles conseguiram vencer a máquina governamental que sempre manipulava as eleições. Podemos afirmar com alguma certeza que nessa crônica a opinião de Machado de Assis e a do seu narrador são bem próximas ou a mesma. É importante ressaltar isso para melhor se entender o apelo que vem a seguir na crônica. Após as reminiscências daquelas eleições marcantes, o narrador incentiva a população a participar da eleição que estava ocorrendo naquele dia para a intendência municipal.

> Hoje, domingo, não há a mesma multidão, o eleitorado é restrito; mas podia e devia haver mais calor. Trata-se não menos que de eleger o primeiro conselho municipal do Distrito Federal, que é ainda e será a capital verdadeira e histórica do Brasil. Não é eleição que apaixone, concordo; não há paixões puramente políticas. Nem paixões são coisas que se encomendem, como partidos não são coisas que se evoquem. Mas (permitam-me esta velha banalidade) há sempre a paixão do bem e do interesse público. Eia, animai-vos um pouco, se não é tarde; mas, se é tarde, guardai-vos para a primeira eleição que vier. Contanto que não quebreis urnas, nem as fecundeis – a conselho meu, – agitai-vos, meus caros eleitores, agitai-vos um tanto mais.
> Por hoje, leitor amigo, vai tranquilamente dar o teu voto. Vai, anda, vai escolher os intendentes que devem representar-nos e defender os interesses comuns da nossa cidade. [...] Vai votar; o teu futuro está nos joelhos dos deuses, e assim também o da tua cidade; mas por que não os ajudarás com as mãos?[...]
> Escolhe a tua intendência e ficarás com o direito de gritar contra ela. Adeus.[330]

Não poderíamos deixar de citar extensamente esse conselho aos eleitores. Machado despe-se de seus artifícios literários usuais nessa crônica, como o narrador putativo ególatra e desinteressado, a ironia, a sátira. O apelo é direto, sem críticas severas aos eleitores – contanto que esses não quebrem ou fecundem as urnas –, apesar de estar subtendido o seu desinteresse. No entanto, se em outras crônicas Machado ironiza o eleitor, critica-o por sua preguiça, pelo interesse apenas em assuntos privados, aqui é diferente. A crítica é implícita, secundária. O importante era a conscientização do eleitor. E também sua mobilização.

Na crônica de 18 de fevereiro de 1894 ele deixa isso claro. Diz ele que as eleições estavam chegando. Seriam em idos de março. Havia já candidatos, mas não se sabia ainda os recomendados pelos chefes. Os nomes saíam nos *a pedidos*, "à maneira da terra", mas o ato era tão solene e a ocasião tão grave que deveria ser outro o processo. "Que os chefes digam,

---

[329] ASSIS, Machado de. **O Velho Senado**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004, p33-34.
[330] Crônica de 30 de outubro de 1892.

que os jornais repitam o que disserem os chefes, para que os eleitores saibam o que devem fazer; sem o quê é provável que não façam nada... Deus de misericórdia!". Se os eleitores não se animavam, não se agitavam era preciso que os políticos, como Teófilo Otôni e seu lenço branco, os mobilizassem. E que os jornais, o principal veículo de comunicação do período, fizessem uso do seu papel de formador da opinião pública.

Na domingo seguinte, 25 de fevereiro de 1894, ele volta ao tema das eleições. Diz ele que a semana toda tinha sido de literatura eleitoral. Surgiram candidaturas novas e novíssimas, organizaram-se chapas e contra-chapas, e, desde a circular até à simples indicação de uma pessoa, feita por um grupo de eleitores, quase se não leu outra coisa. Ao fim, novamente um apelo ao eleitor.

> Venhamos à idéia direta e única. Trata-se de teu dia, povo soberano, rei sem coroa nem herdeiro, porque és continuamente rei, é o dia em que tens de escolher os teus ministros, a quem confias, não o princípio soberano, que esse fica sempre em ti, mas o exercício do teu poder. Vais dar o que por outras palavras, se chama *veredictum* da opinião ou sentença das urnas.[331]

No dia da eleição, o narrador diz ter chegado à seção onde tinha que votar e achou três mesários e cinco eleitores. Mas chegavam mais. Às nove e três quartos, tinham trinta e cinco eleitores. Alguns já almoçados. Estes interpretavam o regulamento eleitoral diferente dos que não tinham comido ainda. Achavam que devia começar às dez horas em ponto, os outros que antes. A eleição começou no horário definido pelo regulamento. A chamada prosseguia lentamente para não dar lugar a reclamações. Mas nove décimos dos eleitores não respondiam por isto ou por aquilo.

> – Antônio José Pereira, chamava o mesário.
> – Está na Europa, dizia um eleitor, explicando o silêncio.
> – Pôncio Pilatos!
> – Morreu, senhor; está no Credo.[332]

Um eleitor, francês de nascimento, brasileiro naturalizado, disse ao narrador que na França para cada eleição havia diplomas novos com o dia da eleição marcado, de maneira que só servia para esse. Se fizessem isso no Brasil não chamariam o Sr. Pereira, que desde 1889 morava em Paris, porque ele não tiraria o diploma oito dias antes. Assim também não haveria abstencionistas, pois eles também não tirariam o diploma. Além disso, não havia chamada por nome de acordo com o quarteirão habitado. Abria-se o escrutínio por certo número de horas e

[331] Crônica de 25 de fevereiro de 1894.
[332] Crônica de 4 de março de 1894.

os eleitores votavam por ordem de chegada. Assim também nos Estados Unidos, informa um norte-americano de nascimento.

Quando chegou o quarteirão do narrador ele respirou aliviado, mas respirou cedo porque a lista era composta quase toda de abstencionistas. "Mas Deus é grande! Chegou a minha vez. Votei e corri a almoçar." Ele termina com uma frase de Tartufo, da comédia homônima de Molière: "*Ah! Pour être électeur, je n'en suis pás moins homme*."[333] Era mais uma eleição com grande número de abstenções. E a forma como era organizada ainda prejudicava os poucos eleitores que iam votar. O narrador apresenta a solução com os exemplos da França e dos Estados Unidos, países com tradição em sufrágios. Além disso, nessa crônica não há relatos da violência habitual que ocorria nas eleições, como veremos em outras crônicas.

Machado alterna entre tentar conscientizar o eleitor através de um discurso ressaltando a importância do voto e da sua soberania no momento de escolher seus representantes e a crítica ao seu desinteresse pelas eleições, que resultava nas enormes abstenções nos sufrágios. Na crônica de 9 de dezembro de 1894 diz o narrado que tudo tende à vacina. Depois da varíola, a raiva; depois da raiva, a difteria; não tardaria a vez do cólera-mórbus. O bacilo vírgula que preocupava a todos no momento, em breve passaria a uma simples cultura científica, logo de amadores, até roçar pela banalidade. Mas a vacina não deveria limitar-se ao corpo, era preciso aplicá-la à alma e aos costumes, começando na palavra e acabando no governo dos homens. Conhecido o princípio, sabido que tudo deriva de um micróbio, inclusive o vício e a virtude, obtém-se pelo mesmo processo a eliminação de tantos males. A eleição era uma das mais terríveis enfermidades que podiam atacar o organismo social. No entanto, essas já tinham perdido a violência, e dentro em pouco perderiam a própria existência na cidade, graças à cultura do respectivo bacilo.

> Aposto que o leitor não sabe que tem de eleger no último domingo deste mês os seus representantes municipais? Não sabe. Se soubesse, já andaria no trabalho de escolha do candidato, em reuniões públicas, ouvindo pacientemente a todos que viessem dizer-lhe o que pensam e o que podem fazer. Quanto menos, estaria lendo as circulares dos candidatos, cujos nomes andariam de boca em boca, desde dois e três meses, ou apresentados por si mesmos, ou indicados por diretórios.[334]

O leitor também, se soubesse que haveria eleições, não julgaria somente as idéias e planos dos candidatos, conheceria igualmente seu estilo e sua linguagem. Não só pela circulares, que

[333] Tradução: Ah! Por ser eleitor, eu não sou menos homem.
[334] Crônica de 9 de dezembro de 1894.

poderiam ser escritas por um amigo, sabedor de gramática e retórica, mas também pelos discursos. Este mesmo que fosse alheio e decorado, poderia ser interrompido e debatido pelos ouvintes. "Deus meu! Não exijo raptos de eloqüência." Os discursos municipais podiam ser mal feitos, sem lógica. Importava apenas a fama dos autores.

Por outro lado, as leis deviam ser bem escritas. Após criticar uma lei que autorizava o prefeito a regularizar a direção dos veículos, por estar muito mal escrita, o narrador diz que não seria fora de propósito criar um ou dois lugares de redatores, nomeando-se para eles pessoas gramaticadas. "Aí está uma idéia que podia servir a algum candidato, em circular ou discurso, se não estivéssemos vacinados contra o vírus eleitoral. A capital não quer saber de si." O narrador expõe aqui o seu ideal de cidadão político. Seria aquele interessado, que procurava conhecer seus possíveis representantes, não só através dos jornais e das circulares, mas também indo aos *meentings* e ouvindo e debatendo com os candidatos. Concomitantemente critica a falta de domínio da língua por parte dos representantes públicos, que poderiam, inclusive, encomendar discursos.

Estes também eram criticados por não se mobilizarem nas eleições. Diz o narrador, ainda na mesma crônica, que na última semana apareceriam alguns candidatos obscuros, lembrados por cidadãos ainda mais obscuros. E os mais econômicos mandariam apontar seu nome, com duas linhas de impressão, entre o licor depurativo de taiuiá[335] e o xarope de alcatrão e jataí. O mais seria trabalho surdo, pedido particular e abstenção de costume, "achaques leves que não matam nem amofinam." Como já foi visto anteriormente, para o cronista, o eleitor deveria ser incentivado, estimulado pelos candidatos e pelos partidos, se esses fossem organizados, para que não houvesse tantas abstenções. Por outro lado, se não se elegessem com tão poucos votos, a mobilização dos candidatos seria maior também.

Na crônica subseqüente, de 23 de dezembro, o narrador dialoga com a anterior. Ela já foi citada no nosso primeiro capítulo. É aquela que seu criado, José Rodrigues, não sabe a diferença entre os dois anúncios, o de xarope de jaramacaru, para tosses rebeldes, e o de Calisto José de Paiva, para intendente municipal. O narrador explica-lhe que as moléstias eram duas, mas José Rodrigues não sabia que intendente era igual vereador. Ele representa o eleitor ignorante, que não sabia se havia eleições, nem quem eram os candidatos, e que necessitava ser instruído. Se não o era pelos próprios candidatos, já que esses não precisavam da mobilização dos eleitores, que fosse pelo cronista, ou mais amplamente, pelos jornais.

---

[335] Taiuiá é uma planta medicinal encontrada principalmente na Bahia, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais. Sua raiz é usada de diversas maneiras no tratamento de reumatismo e sífilis. Combate as impurezas do sangue.

Na crônica de 8 de novembro de 1896 o narrador comenta sobre a eleição de Willian McKinley Jr. para presidente dos Estados Unidos. Diz o cronista que se lá estivesse faria uma estatística eleitoral para figurar entre as maiores daquele país, que as tinham maiores que no resto do mundo. Sua estatística não contaria apenas com os discursos proferidos nos *meetings*, que excediam talvez, as orações de uma legislatura ordinária. Contaria também os auditores de todos os discursos, as aclamações, as bandeiras, as gravuras, os artigos biográficos e apologéticos, as edições dos programas, das folhas políticas ou simplesmente noticiosas. Além disso, as milhas andadas durante a campanha eleitoral. No Brasil também tinham *meetings*, mas eram ligeiros e não dispendiosos, numa praça estreita, um patamar de escada e um pedestal de estátua de tribuna.

> Em todo caso, um *meeting* não é uma campanha eleitoral e presidencial, que pede arte mais variada e perfeita, e não se faz só com palavras e um convite manuscrito colado nas esquinas. Lestes que a grande procissão de Nova York levou a passar na rua doze horas, desde dez da manhã até dez da noite. Não se refresca todo esse pessoal com promessas; há de haver algo mais que esperanças. Não todo, mas um basto número de cabos e subcabos, de agentes, de serviçais, precisa de entreter a natureza [...] Além do mais, há nessa procissão que passa na rua, durante doze horas, aclamando um candidato, tal soma de fôlego e resistência, não menos que nos espectadores que a vêem passar, a pé firme, que seria bom fosse imitado por outros povos.[336]

Nas eleições presidenciais de 1888, nos Estados Unidos, na qual foi eleito Benjamim Harrison VI, oitenta e oito por cento da população adulta masculina de Nova York votou.[337] Pelo critério de cidadania adotado pelo cronista, e que vamos aos poucos delimitando aqui, seria realmente bom que essas eleições fossem imitadas por outros povos, principalmente o brasileiro. Além de existirem os agentes eleitorais e toda a campanha descrita na crônica, havia também o interesse dos eleitores, o seu fôlego.

Quando se comparava a eleição americana com a dos cônsules romanos ficava-se pasmado da diferença. Os romanos consultavam os deuses e eles excluíam ou admitiam os candidatos previamente. O candidato que o presidente da assembléia eleitoral dissesse ter sido excluído pela divindade, não recebia votos para cônsul. Falavam também do poder dos nossos presidentes de mesa eleitoral; mas estes não tinham a faculdade legal de consultar os astros. "O que eles fazem é por abuso, mero abuso, detestável abuso". Não possuíam aquele poder moral e religioso, tanto quanto político, que dispensava a fraude, o bico de pena, troca de

---

[336] Crônica de 8 de novembro de 1896.
[337] CARVALHO, José Murilo de, op. cit., p.86.

cédulas, o aumento destas, os votos defuntos, e tantos outros recursos que um pouco de religião e astrologia tornariam inúteis. Se houvesse aqui um cidadão com essa capacidade, ele seria a própria eleição. Tudo sem discursos, nem procissões, nem manifestos, nem nada. Se a diferença entre as eleições americanas e as romanas era assustadora, entre aquelas e a nossa era ainda maior. Já que as nossas eram realizadas com diversas formas vício e de corrupção, enumeradas pelo cronista.

Na crônica de 18 de novembro o narrador comenta a posse do novo presidente da República, Prudente de Morais. No entanto, ele ressalva que a crônica não era lugar para grandes fatos públicos. No banquete dos acontecimentos, ela estava à mesa dos meninos. Servia talvez para uma anedota. E a anedota que ele conta era a chave de um enigma. Por que entre nomes conhecidos de candidatos à presidência havia inúmeros absolutamente desconhecidos indicados nos *a pedido* dos jornais? A explicação estava na própria eleição presidencial. Prudente de Morais havia sido eleito com trezentos mil votos, mais ou menos. Alguns nomes de significação republicana ou monárquica receberam algumas centenas. Outros receberam algumas dezenas e uma multidão com apenas um voto. A razão e a memória explicaram o caso. A memória o lembrou que há ano, um eleitor organizou uma lista de candidatos à deputação. Entre os nomes conhecidos da lista havia um desconhecido. Ele havia entrado na lista não por ser candidato, mas um companheiro do bairro, para quem queriam fazer uma manifestaçãozinha de amizade. “Concluí o que o leitor já percebeu, isto é, que a amizade é engenhosa, e a gratidão infinita, podendo ir do pudim ao voto.” Este era ainda mais nobre pela sua natureza política, e mais saboroso pelo fato de obrigar à impressão do nome votado. O agraciado guardaria a ata eleitoral, que não teria nunca outono. “Toda glória é primavera.” Mais uma vez o narrador critica a associação, a miscelânea feita entre público e privado, a personalização das relações políticas. A anedota demonstra como as eleições eram desvalorizadas pela sua real função, que era a de eleger um representante político, e tinham um valor mínimo, como um presente para um amigo, como um pudim.

Em 27 de dezembro de 1896 o narrador diz que só dois fôlegos vivos não eram candidatos ao governo da cidade, ele e o leitor. “E ainda assim não respondo por ti [...] Iremos votar, decerto, tu e eu, mas há de ser depois de me haveres lido e bebido a chávena de café”. O seu título de eleitor não era um dos que ficaram devolutos para que um cidadão anônimo pegasse dele e os oferecesse a outros. Esse indivíduo havia sido denunciado por desconhecidos seus, para quem ele entregou os títulos. O narrador zomba dele por não saber que tais distribuições se fazem apenas a pessoas seguras, já apalavradas. Não é que condenasse o ato. Um dos eleitores defraudados confessou que não votava há muitos anos.

"Pois se não vota, como é que se admira de que lhe tirem o título?" A verdadeira teoria política era que não havia eleitores, mas títulos. Um eleitor era um homem como qualquer outro, mesmos órgãos, mesma figura, mesmas necessidades. O que os fazia diferentes era aquele pedaço de papel que levava em si um pedaço de soberania. O homem podia ser banqueiro, agricultor, operário, podia ser tudo; eleitoralmente é como se não existisse: sem título, não era eleitor. Com abstenção, descuido, esquecimento ou ignorância da parte dos donos dos títulos, podiam estes papéis, estes direitos incorporados ficar como terrenos baldios, sem a cultura do voto? "É claro que não". Uma lei de desapropriação com processo sumário que tirasse o título ao eleitor remisso, três dias antes da votação, e o desse a quem mais desse, seria uma forma legal de restituir àquele papel os seus efeitos.

> Mas, porque não temos uma lei dessas, devemos tratar direitos políticos, direitos constitucionais, como se fossem o lixo das praias, o capim das calçadas ou o palmo de pó que enche todas essas ruas, e que o vento, a carroça, o pé da besta levantam, que entra pelos nossos pulmões, cega-nos, suja-nos, irrita-nos, faz-nos mandar ao diabo o município e o seu governo? Não; seria quase um crime.[338]

O narrador vai da ironia ao sarcasmo cáustico. A sua impaciência – provavelmente a de Machado também – novamente se dirige ao eleitor. Se havia corrupção, títulos devolutos entregue a pessoas alheias por indivíduos anônimos provavelmente a serviço de alguns candidatos, o culpado era ele que não se utilizava do seu direito soberano de escolher seus representantes. Comparada à atitude do corruptor, a sua era ainda pior, por tratar um direito político, constitucional, de maneira tão leviana. O narrador ainda informa que alguns queriam que o cidadão induzido a votar por outro estivesse a meio caminho de furtar um par de botas. Para ele era um erro. Se fosse assim os latrocínios seriam muito maiores.

Essa não era a única forma de desvirtuar as eleições, como já vimos. No domingo, dia 15 de julho de 1894 havia eleições para presidente de Estado. Diz o narrador que quando aquelas linhas aparecessem aos olhos dos leitores, era de crer que toda a população eleitoral do Rio de Janeiro caminhasse para as urnas, a fim de eleger o presidente. Contentava-se em que não houvesse morte de homem, nem outra arma além da cédula. Não se propunha a cantar a batalha do dia, era um simples Suetônio, "curioso, anedótico, desapaixonado." Já podemos perceber aqui a voz do narrador putativo. Da mesma forma, se ele propunha uma reforma eleitoral não era por ceder a interesses políticos, ou falar em nome de alguma facção, mas sim por obedecer a um nobre impulso.

---

[338] Crônica de 27 de dezembro de 1896.

Ninguém ignorava que naquelas batalhas costumavam roncar o pau. “Esta arma, força é dizê-lo, anda um tanto desusada, mas é tão útil, tão sugestiva, que dificilmente será abolida neste final do século e nos primeiros anos do outro.” Não era épica nem mística, estava longe de competir com a lança de Aquiles, ou com a espada do arcanjo. Mas a arma era como o estilo, a melhor era a que se adaptava ao assunto. O que viria a fazer a lança de Aquiles entre um capanga sem letras e um eleitor sem convicção? Menos, muito menos que o vulgar cacete. O bico de pena trazia vantagens relativas, não tirava sangue de ninguém, nem fazia vítimas, fazia atas e eleitos. “O vencido perde o lugar, mas não perde as costelas.” Era preciso forte vocação política para preferir o contrário.

> O grande mal das eleições não é o pau, nem talvez a pena, é a abstenção, que dá resultados muita vez ridículos. Urge combatê-la. Cumpre que os eleitores elejam, que se movam, que saiam de suas casas para correr às urnas, que se interessem, finalmente, pelo exercício do direito que a lei lhes deu, ou lhes reconheceu. Não creio, porém, que baste a exortação. A exortação está gasta. A indiferença não se deixa persuadir com palavras nem raciocínios; é preciso estímulo. Creio que uma boa reforma eleitoral, em que esta consideração domine, produzirá efeito certo. Tenho uma idéia que reputo eficacíssima.[339]

A idéia brilhante do narrador veio-lhe depois de ler uma carta de um cidadão ao *Jornal do Comércio* que dizia que a população esportiva da cidade era constituída por dois terços da população municipal. Ele sentiu-se humilhado com aquela notícia porque ele não era esportivo. E a princípio não pôde raciocinar. Ficou assombrado e estúpido. Depois de divagar sobre o “nobre exercício” das corridas de cavalo ele chega a sua proposta para uma reforma eleitoral. Esta para ser útil e fecunda deveria dar um aspecto acentuadamente esportivo às eleições. Em vez de esperar que o desejo de escolher representantes leve o eleitor às urnas, deveriam suprimir a ausência ou a frouxidão desse impulso pela atração das próprias urnas eleitorais. A lei deveria ordenar que os candidatos fossem objetos de apostas, ou com os próprios nomes, ou (para ajudar a inércia dos espíritos) com outros nomes convencionais, um por pessoa, e curto. O modo prático da idéia deveria ser achado pelo legislador. “A abstenção ficará vencida, e nascerá outro benefício da reforma.” Esse seria o aumento das naturalizações. Se entre os dois terços da população esportiva havia naturalmente certo número de estrangeiros, esses não desprezariam uma ocasião tão esportiva, pela única dificuldade de tirar carta de naturalização. A lei deveria até facilitar a operação, transformando o talão da aposta em título de nacionalidade. Como já argumentamos anteriormente, apesar dos males que rodeavam as eleições no Brasil, e que o cronista conhecia

[339] Crônica de 15 de julho de 1894.

muito bem, o grande mal eram as abstenções. Eram os eleitores egoístas, interessados somente no lucro e no dinheiro fácil e alheios aos seus direitos de cidadania política e ao bem comum.

Se a reforma não desse certo, poder-se-ia recorrer ao exemplo da Nova Zelândia, onde por uma lei recente as mulheres eram eleitoras. Em virtude dessa lei, cem mil mulheres qualificaram-se, e logo na primeira eleição, votaram noventa mil. "Elevemos a mulher ao eleitorado; é mais discreta que o homem, mais zelosa, mais desinteressada. Em vez de a conservarmos nessa injusta minoridade, convidemo-la a colaborar com o homem na oficina da política." Que perigo poderia vir daí? Que as mulheres, uma vez empossadas das urnas, conquistassem as câmaras e elegessem-se entre si, com exclusão dos homens? Melhor. As discussões seriam mais pacíficas. E as leis mais brandas e amáveis. Os homens nesse dia iriam completar o último terço que faltava para que a população inteira ficasse esportiva. "Seria a vitória última e definitiva da esportividade." Apesar da visão machista da mulher como o gênero frágil, contida e educada, e por ser uma crítica aos eleitores masculinos, essa defesa do voto feminino parecia ser sincera. Até porque as críticas à participação sufragista feminina eram muito mais severas.[340]

O narrador propõe em 24 de março de 1895 outra reforma constitucional. A idéia veio-lhe por causa do seu criado, que escovava-lhe o chapéu às avessas. Diz ele que se falava muito em eleições violentas e corruptas, a bico de pena, a bacamarte, a faca e a pau. Nenhuma dessas palavras era nova para ele e os seus ouvidos. Conhecia-as desde a infância. Na entrada do próximo século era preciso mudar de método ou de nomenclatura. "Ou o mesmo sistema com outros nomes, ou estes nomes com diversa aplicação." Como em todas as coisas, havia uma parte verdadeira na acusação e outra falsa, mas ele não sabia onde acabava uma e começava a outra. Ele não negava à fraude os seus méritos e proveitos, mas algumas vezes dava uma canseira desnecessária. Quanto à violência, ele não amava o sangue. E não amando-o, temendo as incertezas da fraude e julgando as eleições necessárias, como achar um modo

---

[340]A questão havia sido discutida na constituinte de 1890-1891, pois o artigo 70 do projeto que tratava dos cidadãos-eleitores não excluía explicitamente as mulheres. Várias emendas propostas sobre o assunto foram rejeitadas. A maioria, como a assinada por Lopes Trovão e Casimiro Junior, propunha como exceção ao conjunto das mulheres implicitamente excluídas as diplomadas com títulos científicos e de professora, que não estivessem sob poder marital ou paterno, bem como as que estivessem na posse de bens. Por outro lado, Almeida Nogueira, constituinte de São Paulo, defendia a idéia de que a não-explicitação da proibição através do gênero era reconhecer o direito como universal, claro, incluindo as mulheres. A votação sobre a emenda, em segunda discussão ocorreu em 11de fevereiro de 1891, e tomaram parte na votação 231 constituintes e destes mais de 30 foram favoráveis ao voto da mulher. Dessa forma, o direito de voto a uma parcela das mulheres não foi aprovado, mas também não foi proibido explicitamente. Para uma discussão mais ampla sobre o voto feminino na Constituinte de 1890-1891: CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania Republicana e Educação**: Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001, capítulo X.

de as fazer sem nenhum desses riscos? Ele então formulou um plano semelhante ao gesto do seu criado, quando escovava o chapéu às avessas. Suprimia as eleições. "Mas como farei eleições suprimindo-as? Faço-as conservando-as. A idéia não é clara, lede-me devagar." Ele explica os antigos pelouros. Eram umas bolas de cera, onde se guardavam, escritos em papel, os nomes dos candidatos à vereação; abriam-se as bolas no fim do prazo da lei, e os nomes que saíam eram os escolhidos para a magistratura municipal. Era esse o mecanismo capaz de substituir o atual. Precisava ser adequado ao número de eleitos. Um tribunal ficaria incumbido de escrever os nomes, mas só dos cidadãos que se declarassem candidatos três ou seis meses antes. Outro tribunal teria o cargo de abrir os pelouros, ler os nomes, escrevê-los, atestá-los, proclamá-los e publicá-los. Essa era metade da idéia. A outra era o seu natural complemento. Com a restauração dos pelouros, sem mais nada, o cidadão se desinteressaria da escolha dos magistrados e universalizaria a abstenção. Ninguém iria sair de casa para aquela cerimônia de leitura de nomes. O complemento seria o meneio das palavras, nem mais nem menos, o dos bichos do Jardim Zoológico. O cidadão em vez de votar, apostava. "Em vez de apostar no gato ou no leão, aposta no Alves ou no Azambuja." Nem havia razões para não amiudar as eleições, fazê-las algumas vezes semestrais, bimensais, mensais, quinzenais, até semanais.

> O espírito público ficará descolado; a opinião será regulada pelos lucros, e dir-se-á que os princípios de um partido nos últimos dois anos têm sido mais favorecidos pela Fortuna que os princípios adversos. Que mal há nisso? Os antigos não se regeram pela Fortuna? Gregos e romanos, homens que valeram alguma cousa, confiavam a essa deusa o governo da República.[341]

Não podendo eliminar a sorte, devia-se regulá-la. O interesse público seria enorme. Haveria palpites, far-se-ia até uma legião de adivinhos, incumbidos de segredar aos cidadãos os nomes prováveis ou certos. O argumento é o mesmo da outra crônica analisada e demonstra a coerência do campo temático e do ponto de vista narrativo. Temos os dois principais assuntos da série *A semana*, o Encilhamento e o desejo de enriquecimento rápido e sem esforço e as abstenções eleitorais e a apatia dos cidadãos, criticados concomitantemente. O vício da população carioca em jogos de azar, que vimos no capítulo anterior, é duramente censurado, e aqui é associado ao outro mal da cidade, a abstenção eleitoral. Somente se as eleições pudessem dar algum tipo de ganho pessoal aos cidadãos eles se interessariam por elas.

A questão de eleição ser decidida na sorte como ele propõe, sugere mais uma crítica. Em outra crônica[342] o narrador diz que a sorte é tudo. E que só ela decidiria a eleição do dia 6

[341] Crônica de 24 de março de 1895.
[342] Crônica de 30 de dezembro de 1894.

de janeiro. “Podem contar, somar e multiplicar os votos; a eleição há de ser o que ela quiser. A peça está pronta.” A sorte nesse caso parece ser a manipulação eleitoral que ocorria. Atas falsificadas, bico de pena, urnas que concebiam. Ou seja, como não havia eleitores, as eleições faziam-se de acordo com interesses dos políticos. Peça pronta. Deixava-se a escolha dos representantes à sorte, ou à mercê.

Além de todos os problemas nas eleições que já apresentamos aqui, ainda havia a demora nas apurações. Em outra crônica interessante de 3 de fevereiro de 1895, o narrador critica uma proposta para reforma constitucional. Andavam listas de assinaturas para a petição no Congresso Nacional. Com as assinaturas vindas dos estados esperava-se chegar a seis mil assinaturas. Os inventores da proposta diziam que não era uma reforma, mas um acréscimo. Para o narrador a medida alterava o direito de representação, estabelecendo um caso de hereditariedade, contrário ao princípio democrático. A petição queria que quando um político eleito deixasse de tomar assento por morte ou porque a apuração das atas eleitorais fosse tão demorada que primeiro se esgotasse o prazo do mandato, o diploma fosse passado ao legítimo herdeiro do eleito, na linha direta. O narrador diz entender o caso de morte, mas como se devia de entender o de demora na apuração dos votos? Se o prazo fosse menor, um ano ou dois, mas indo além do prazo do mandato era absurdo. “O que é então que o eleito transmite se o mandato acabou? Não desconheço que a apuração pode ultrapassar o prazo do mandato, mas para esse caso a medida há de ser outra.” O narrador não cria que tal reforma passasse, era contrária aos princípios democráticos e a boa razão. O que ele louvava na petição era o uso do direito por parte do povo para requerer o que lhe parecia necessário ao bem público. Só condenava a circulação clandestina. “Que mania é essa de tratar um direito como se fora um crime?” O narrador, que sempre critica os eleitores pela sua inatividade, inércia, não poderia deixar de elogiá-lo por fazer uso de um direito político, mesmo que fosse com uma proposta absurda como aquela. Outro fato a ressaltar é a possibilidade de uma apuração ser tão lenta que pudesse demorar mais do que o próprio mandato. Diante desse fato, o narrador sugere novamente que se trocasse o modo eleitoral, substituindo o voto pela sorte. “A sorte é fácil e expedita; escrevem-se os nomes dos candidatos, metem-se as cédulas dentro de um chapéu, e o nome escrito na cédula que sair é o eleito.” Esse processo reduziria a apuração há quinze dias. Não era menos democrático. Cidades antigas o tiveram, de parceria com o outro. Que fosse sujeito à fraude, acreditava; mas tudo corria o mesmo perigo.

Na crônica de 27 de janeiro de 1895 ele ironiza a demora nas apurações das eleições municipais. “O fim da apuração, se eu a vir algum dia, há de ser como Moisés viu a terra da promissão, de longe e do alto”. Que importava que em uma seção de distrito houvesse mais

cédulas que eleitores? Outra teria mais eleitores que cédulas e tudo se compensava. Na crônica de 7 de abril do mesmo ano ele volta ao assunto. O caso vinha da Bahia. Os dois partidos do Estado tratavam da apuração dos votos eleitorais, mas a situação era gravíssima e a paz era conveniente. Faziam então tentativas de conciliação, tendo já entrado nisso o arcebispo, que nada alcançou. Essa intervenção, e nenhum efeito dos seus esforços, demonstrava que era séria a crise. Uma das tentativas esteve quase a produzir fruto. Um dos partidos cedia o terço no Senado e na Câmara dos Deputados. Mas o outro partido recusou, exigindo 18 deputados, maioria e presidência do senado. "Esse ceder um terço, esse exigir dezoito deputados, no ato da apuração, juro por todos os santos do céu e por todas as santas da terra, não me entra na cabeça." Ele virou e revirou o telegrama, confrontou-o com autores antigos e modernos, estudou a República de Platão e outras concepções filosóficas, interrogou os princípios. Não achou um raio de luz que explicasse a cessão do terço e a exigência dos 18.

Menos difícil era o problema que outro telegrama apresentava. O número total de votos de um distrito era superior ao da respectiva população. Uma lei biológica que ele ouvia em pequeno explicava: as urnas concebiam. O caso da Bahia aponta primeiro para duas curiosidades: a divisão política das oligarquias do Estado da Bahia, que era muito maior do em São Paulo, por exemplo, e a influência ou intromissão da Igreja na política do Estado. A incoerência da situação era se querer manipular as eleições depois de realizadas, com tantos vícios e medidas para se corromper uma eleição, bico de pena (que era as urnas grávidas), a violência, a coerção, a distribuição ilegal de títulos de eleitores absenteístas, etc. Não havia eleitores, nem eleições limpas, nem apurações corretas. A incompreensão do caso pelo cronista ressalta o absurdo daquela situação. Como diz o narrador em outra crônica[343], a opinião havia de estar em algum lugar, desde que não esteja nos eleitores. Era provável que estivesse no corredor da Câmara, onde se planeariam as quedas e as subidas dos ministros, "e assim chegaremos a um bom governo oligárquico, sem excessos, nem afronta, e natural, como as verdadeiras pérolas."

O narrador apresenta várias propostas de reforma eleitoral para atrair o eleitor. Como vimos, todas visavam apenas ironizá-lo. Para se fazer eleições limpas era preciso educar os eleitores e os políticos. Em crônica de 8 de dezembro de 1895 ele comenta um projeto de lei apresentado pelo "Sr. Dr. Nilo Peçanha" para impedir a fraude e as violências nas eleições. "Não pode haver mais nobre intuito. Não há serviço mais relevante que este de restituir ao voto popular a liberdade e a sinceridade." O projeto propunha que onde, à hora marcada, não

[343] Crônica de 21 de agosto de 1892.

houvesse funcionários, o eleitor iria a um tabelião e registraria o seu voto. Assim, se os capangas tolhessem a reunião das mesas eleitorais, ou se os mesários corruptos não se reunissem de propósito, o eleitor abalava para o tabelião e o voto estava salvo. "Como tabelião, é que não sei se aprovaria a lei". Este era um ente modesto, amigo da obscuridade, metido consigo, com os seus escreventes, com as suas escrituras. "Trazê-lo ao tumulto dos partidos, à vista das idéias (outra suposição) é trocar o papel desse serventuário, que por índole e necessidade pública é e deve ser sempre imperturbável." O menos que se veria com isto seria a entrada do tabelião no telegrama. Talvez aceitasse voto de menores, de estrangeiros e de mulheres. Ou seria seqüestrado na véspera. Alguns adoeceriam no momento psicológico. O narrador imagina várias situações com os mesmos problemas que já aconteciam.

> Mas, que remédio dou então para fazer todas as eleições puras? Nenhum; não entendo de política. Sou homem que, por ler jornais e haver ido em criança às galerias das câmaras, tem visto muita reforma, muito esforço sincero para alcançar a verdade eleitoral, evitando a fraude e a violência , mas por não saber de política ficou sem conhecer as causas do malogro de tantas tentativas. Quando a lei das minorias apareceu, refleti que talvez fosse melhor trocar de método, começando por fazer uma lei da representação das maiorias. Um chefe político, varão hábil, pegou da pena e ensinou, por circular pública, o modo de cumprir e descumprir a lei, ou, mais catolicamente, de ir para o céu comendo carne à sexta-feira. Questão de algarismos. Vingou o plano; a lei desapareceu. Vi outras reformas, vi a eleição direta servir aos dois partidos, conforme a situação deles. Vi... Que não tenho eu visto com estes pobres olhos?[344]

Não importava reformar as eleições. Qualquer formato podia ser corrompido se houvesse esse interesse.

Em outra crônica[345] ele relembra aquela reforma que fez as eleições em um só grau. Diz ele que um dia apareceu a Lei Saraiva, destinada a fazer eleições sinceras e sossegadas. Ele ainda lembrava-se dos discursos que ouviu, e dos artigos que leu pedindo a eleição direta. Ela seria a salvação pública. Muitos explicavam: direta e censitária. Ele, pobre rapaz sem experiência, ficava embasbacado quando ouvia dizer que todo o mal das eleições estava no método; mas, não tendo outra escola, acreditava que sim, e esperava a lei. A lei chegou. Ele assistiu às suas estréias, e ainda lembrava que na sua seção ouviam-se voar as moscas. Um dos eleitores estava entusiasmado com a diferença entre aquele sossego e os tumultos do outro método. Eles iam na ponta dos pés até à urna, depositavam a sua cédula, depois assinavam

[344] Crônica de 8 de dezembro de 1895.
[345] Crônica de 17 de maio de 1896.

silenciosamente os nomes na relação dos eleitores, e saíam "com as cautelas usadas em quarto de moribundo. A convicção é que se tinha achado a panacéia universal." A lei Saraiva, como ficou conhecido o decreto nº. 3.029, de 9 de janeiro de 1881, estabelecia critérios de renda menos rigorosos, obrigatoriedade de se saber ler e escrever e votação em um grau. A lei reformava as eleições com a exclusão do eleitorado. A participação eleitoral que em 1872 era de cerca de 10% da população, caiu para menos de 1% em 1886.[346]

Em 20 de agosto de 1882, Machado de Assis publica na *Gazeta de Notícias*, o conto *A sereníssima República* (conferência do Cônego Vargas).[347] No mesmo ano o escritor publicou o livro *Papéis Avulsos*, com este conto incluído. Em nota, Machado diz ser este o único texto do livro (talvez de toda sua obra de contista) com um sentido restrito: "as nossas alternativas eleitorais". No conto o Cônego Vargas diz ter feito uma descoberta que reputava ser de algum lustre. Ele havia dado um regime social às aranhas. Aristóteles negaria esse feito, pois seria impossível crer que se chegasse a organizar socialmente esse articulado arisco, solitário, apenas disposto ao trabalho, e dificilmente ao amor. "Pois bem, esse impossível fi-lo eu." Ele descobriu uma espécie de araneida que dispunha do uso da fala. O primeiro exemplar dessa aranha maravilhosa apareceu-lhe no dia 15 de dezembro de 1876. "Era tão vasta, tão colorida, dorso rubro, com listras azuis, transversais, tão rápida nos movimentos, e às vezes tão alegre, que de todo me cativou a atenção." No dia seguinte vieram mais três, e as quatro tomaram posse de um recanto da sua chácara.

O idioma araneida era uma língua rica e variada, com estrutura sintáxica, verbos, conjugações, declinações, etc. Em março de 1877 já contava quatrocentas e noventa aranhas. Duas forças serviram para congregá-las, o emprego da língua delas, e o sentimento de terror que lhes infundia. Elas criam que ele era o deus das aranhas. Mas não bastava associá-las, era preciso, dar-lhes um governo idôneo. Hesitou na escolha do modelo, porque muito dos atuais, apesar de excelentes tinham contra si o existirem. Era preciso achar uma nova forma, ou restaurar alguma outra abandonada. Escolheu o segundo alvitre e nada pareceu mais adequado do que uma república, à maneira de Veneza. Um dos motivos dessa escolha foi que entre os diferentes modos eleitorais da antiga Veneza, figurava o do saco e bolas, iniciação dos filhos da nobreza no serviço do Estado. Metiam-se as bolas com os nomes dos candidatos no saco, e extraía-se anualmente um certo número, ficando os eleitos desde logo aptos para as carreiras

---

[346] O principal motivo para a redução do eleitorado foi a obrigatoriedade de alfabetização. Para uma discussão mais aprofundada da discussão em torno da lei e a relação de Machado de Assis com ela ver: CHALHOUB. Sidney. **Machado de Assis**: Historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003, pp. 281-291.

[347] ASSIS, Machado de. **A sereníssima República** (conferência do Cônego Vargas). 20 de agosto de 1882, *Gazeta de Notícias*, Rio de Janeiro.

públicas. “Este sistema fará rir aos doutores do sufrágio; a mim não. Ele exclui os desvarios da paixão, os desazos da inépcia, o congresso da corrupção e da cobiça.” As aranhas, desde que compreenderam que no ato eleitoral estava a base da vida pública, trataram de o exercer com a maior atenção.

> A eleição fez-se a princípio com muita regularidade; mas, logo depois, um dos legisladores declarou que ela fora viciada, por terem entrado no saco duas bolas com o nome do mesmo candidato. A assembléia verificou a exatidão da denúncia, e decretou que o saco, até ali de três polegadas de largura, tivesse agora duas; limitando-se a capacidade do saco, restringia-se o espaço à fraude, era o mesmo que suprimi-la. Aconteceu, porém, que na eleição seguinte, um candidato deixou de ser inscrito na competente bola, não se sabe se por descuido ou intenção do oficial público. Este declarou que não se lembrava de ter visto o ilustre candidato, mas acrescentou nobremente que não era impossível que ele lhe tivesse dado o nome; neste caso não houve exclusão, mas distração. A assembléia, diante de um fenômeno psicológico inelutável, como é a distração, não pôde castigar o oficial; mas, considerando que a estreiteza do saco podia dar lugar a exclusões odiosas, revogou a lei anterior e restaurou as três polegadas.[348]

Com novas corrupções e eleições polêmicas a lei ainda se reformou várias vezes. Mas sempre um candidato astuto conseguia burlar a lei. Mudaram o corte simultâneo de meia polegada na altura e outra meia na largura do saco. Esta emenda não evitou um pequeno abuso em uma das eleições. Restituíram então o saco às dimensões primitivas, dando-lhe a forma triangular. No entanto, com essa forma ficavam muitas bolas no fundo. Mudaram então para a forma cilíndrica, mais tarde deu-se-lhe o aspecto de uma ampulheta, depois adotou-se a forma de um crescente. “Muitos abusos, descuidos e lacunas tendem a desaparecer, e o restante terá igual destino, não inteiramente, decerto, pois a perfeição não é deste mundo”.

Erasmus, um dos mais circunspectos cidadãos da república, encarregado de notificar a última resolução legislativa às dez damas incumbidas de urdir o saco eleitoral, contou-lhes a fábula de Penélope, que fazia e desfazia a famosa teia, à espera do esposo Ulisses. “Refazei o saco, amigas minhas, refazei o saco, até que Ulisses, cansado de dar às pernas, venha tomar entre nós o lugar que lhe cabe. Ulisses é a Sapiência”.

O conto, óbvia e declaradamente, faz uma paródia das reformas e corrupções eleitorais do Brasil. As crônicas da série *A semana,* em que o narrador propõe, ironicamente, uma reforma eleitoral também se baseiam nas eleições por sorteio. Estas significavam uma maior neutralidade nas escolhas. Por outro lado, este modelo, que na teoria seria o mais justo,

---

[348] ASSIS, Machado de. **A sereníssima República** (conferência do Cônego Vargas). 20 de agosto de 1882, *Gazeta de Notícia*s, Rio de Janeiro.

eliminava o eleitor, ficando somente os cidadãos elegíveis com algum papel. Entretanto, o menos importante estava no modelo. Qualquer formato poderia ser corruptível. O mal eleitoral estava principalmente em quem tinha interesse em se eleger burlando a lei. O texto, escrito pouco tempo depois da tão esperada lei Saraiva, faz referência direta a ela. A sua aprovação baseou-se que com ela as eleições seriam mais sinceras. Eliminava-se então o eleitor, através da restrição censitária e pelo critério de alfabetização. Alterava-se o método eleitoral mais uma vez, na tentativa de se salvar as eleições. A lição do conto é que não adiantaria reformar as eleições, porque quem a corrompia eram os próprios legisladores, candidatos e cidadãos.

Em uma das últimas crônicas da série, de 3 de janeiro de 1897, o narrador escreve outra alegoria sobre as eleições do país. A crônica era uma carta fictícia que o Rev. M. Going escreveu para o narrador. Ele tinha estado na cidade em agosto de 1896, e partiu em setembro para a Ilha da Trindade. Ele suspeitava de alguma coisa, mas não podia dizer. Mas se acertasse, faria a maior descoberta marítima do século. A carta descrevia esta descoberta incrível. A ilha não era deserta como se afirmava. Ela tinha do lado oriental, uma pequena cidade, com algumas vilas e aldeias próximas. A língua do povo era uma mistura de latim, inglês e outro idioma, que talvez fosse púnico. Efetivamente, aquele povo dizia-se descendente de uma leva de cartagineses que saiu de Cartago antes da vitória completa dos romanos. Mas uma vez entrados na ilha, juravam que nenhuma relação mais teriam com povo algum da terra, e assim se conservaram.

Quando a sua população chegou a vinte e cinco mil almas, fizeram uma lei reguladora dos nascimentos, único modo de se conservarem segregados da cobiça e da inveja do universo. Não era essa a menor esquisitice desta pequena nação. Uma delas provava ao mesmo tempo a capacidade política deste povo e a grande observação dos seus legisladores. “Refiro-me ao processo eleitoral.” O reverendo havia visto uma eleição que lá se fez em fins de novembro. Como em toda a parte, aquele povo também andou em busca da verdade eleitoral. “Reformou muito e sempre; esbarrava-se, porém, diante de vícios e paixões, que as leis não podem eliminar.” Experimentaram vários processos, todos deixados ao cabo de alguns anos. Alguns deles coincidiam com os que tinham no novo e no velho mundo. Os males não eram gerais, mas eram grandes. Havia eleições boas e pacíficas, mas a violência, a corrupção e a fraude inutilizavam em algumas partes as leis e os esforços leais dos governos. Votos vendidos, votos inventados, votos destruídos, era difícil alcançar que todas as eleições fossem puras e seguras.

Para a violência havia uma classe de homens, felizmente extinta, que pela língua do país chamavam-se Kapangas ou Kapengas. Eram esbirros particulares, assalariados para amedrontar os eleitores e, quando fosse preciso, quebrar as urnas e as cabeças. Às vezes quebravam só as cabeças e metiam nas urnas maços de cédulas. Estas eram depois apuradas com as outras, pela razão especiosa de que mais valia atribuir a um candidato algum pequeno saldo de votos que tirar-lhe os que deveras lhe foram dados pela vontade soberana do país. A corrupção era menor que a fraude; mas a fraude tinha todas as urnas. Por tudo isso, muitos eleitores tomados de susto ou de descrença, não acudiam às urnas.

Então, cinqüenta anos (lunares) antes da carta do reverendo, apareceu um homem de Estado, autor da lei que ainda vigorava no país. Ele concebeu a lei mais estranha e mais adequada, "uma obra-prima de legislação experimental." Chamava-se Trumpbal e no início achou dificuldade porque a lei mudava justamente o princípio do governo. No entanto, ele não o fez por gostar de trocar as coisas. "Trumpbal observara que este povo confia menos em si que nos seus deuses; assim, em vez de colocar o direito de escolha na vontade popular, propôs atribuí-lo à fortuna." Fez da eleição uma consulta aos deuses. Lutou por dois anos e conseguiu a primeira vitória. Decretariam uma lei provisória segundo o plano dele, e por ela se fariam duas eleições, se não alcançasse o efeito esperado, buscariam outra coisa. Assim se fez, e a lei durava há 48 anos.

De acordo com ela, cada candidato era obrigado a fazer-se inscrever vinte dias antes da eleição, pelo menos, sem limitação alguma de número. Nos dez dias anteriores à eleição, os candidatos expunham na praça pública os seus méritos e examinavam os dos seus adversários, a quem poderiam acusar também, mas em termos comedidos. No entanto, para evitar quaisquer personalidades, o candidato não era designado pelo próprio nome, mas pelo de um bicho, que ele mesmo escolhia no ato da inscrição. Não escolhiam nomes de animais imundos, traiçoeiros, grotescos e outros, como sapo, cobra, macaco, mas a lei nada impunha a esse respeito. A eleição era feita engenhosamente por uma máquina, um tanto parecida com a que existia no Rio de Janeiro, para sortear bilhetes de loteria. Os próprios candidatos colocavam o nome na caixa interior da máquina. O magistrado, cujo dever era ler o nome sorteado, não chegava a ser ouvido, tão estrondosa era a aclamação do povo: "Ganhou o Pavão! Ganhou o Cavalo!". Este grito, repetido de rua em rua, chegava aos últimos limites da cidade, como incêndio. Os vencidos não gemiam, nem blasfemavam. Ai estava a prova da intuição política do reformador.

> Os cidadãos, levados pelo impulso que os faz não descrer jamais da Fortuna, lançam apostas, grandes e pequenas, sobre os nomes dos candidatos. Tais apostas parece que deviam agravar a dor dos vencidos, mas uma vez que perdiam candidato e dinheiro; mas, em verdade, não perdem as duas coisas. Os cidadãos fizeram disto uma espécie de perde-ganha; cada partidário aposta no adversário, de modo que quem perde o candidato ganha o dinheiro, e quem perde o dinheiro ganha o candidato. Assim, em vez de deixar ódios e vinganças, cada eleição estreita mais os vínculos políticos do povo.[349]

Pelo que vimos até aqui é óbvio que a crônica trata dos cidadãos do Rio de janeiro. O cronista novamente enumera os problemas eleitorais da cidade e do país. A violência propagada por homens pagos por particulares interessados nos resultados das eleições. A fraude, através de cédulas, trocadas, ou acrescentadas nas urnas. Que eram apuradas do mesmo modo que os votos dos outros cidadãos. A corrupção, a violência e a fraude levaram o povo a temer e a descrer das eleições, o que aumentou o número de abstenções. O povo não confiava em si, preferia confiar na sorte, ou nas eleições sendo fraudadas. A solução apresentada é, novamente, as eleições por sorteio, ou seja, eliminar o eleitor que já era diminuto e não fazia uso do direito sufragista. Se em *A Sereníssima República* essa forma também era fraudada, nessa crônica e em outras da série, temos a solução do problema: o sorteio era também motivo de apostas. O que como já vimos agradava aos eleitores da capital que se transformou na cidade dos jogos de azar, segundo o cronista. Os cidadãos cariocas não eram eleitores, eram jogadores.

Essa é a crítica dessas crônicas. Mostramos que em muitos textos, o cronista tenta alertar os leitores para a importância de se votar, fazer uso desse direito. A crítica e o deboche também foram um meio utilizado para esse fim. Se havia muitos problemas com o método das eleições, com a violência e a corrupção, o principal problema, para o cronista, eram as abstenções, o descaso pelo direito constitucional, que já abrangia pequena parcela da população. Se o eleitor não votava, talvez fosse melhor deixar a escolha à sorte, ou fortuna, do que aos conluios de políticos e legisladores desonestos.

No começo da série, na crônica de 5 de junho de 1892, o narrador elogia a idéia de alguns cidadãos de organizarem um Clube Cívico, destinado a desenvolver o patriotismo entre os brasileiros. “Não é só o inferno que está calçado de boas intenções. O céu emprega os mesmos paralelepípedos.” Poderia acontecer que o resultado valha menos que o esforço; nem por isso perdia de preço o impulso dos autores.

---

[349] Crônica de 3 de janeiro de 1897.

> Se cada um entender que seu negócio vale mais que o de todos, e que antes perder a pátria que as botas, nem por isso desmerece a intenção dos que se puserem à testa da propaganda contrária. Levem as botas os que se contentarem com elas; os que amam alguma coisa mais que a si mesmos, ainda que poucos, salvarão o futuro.[350]

O cronista elogia o clube porque seu objetivo também era esse. Sua preocupação não era somente com as eleições, essas eram talvez o principal momento para se demonstrar preocupação com o bem público, mas não o único.

Na mesma crônica ele diz que o patriotismo local, o das antigas circunscrições políticas, que passaram com a República com o nome de Estados não precisava ser desenvolvido. Desenvolvia-se por si mesmo, e poderia até prejudicar o patriotismo geral, se fosse excessivo, isto é, se a idéia de soberania e independência dominasse a de organismo e dependência recíproca; "mas é de crer que não". Segundo essa perspectiva, o patriotismo estadual seria natural, mas o patriotismo nacional precisava ser desenvolvido, incentivado. Segundo José Murilo de Carvalho os conceitos de cidadania e pátria referem-se a maneiras distintas de inserção em uma coletividade, trata-se de estilos diferentes de lealdade. A diferença principal seria a predominância em um pólo de elementos afetivos, familiares, comunitários, cooperativos, espontâneos, para o conceito de pátria, e do outro, os aspectos racionais, instrumentais, artificiais, individualistas, conflitivos, para o conceito de cidadania.

> A idéia de pátria coloca-se nitidamente no primeiro pólo, enquanto a de cidadania, em sua versão liberal, fica no segundo. Pátria – o próprio nome o diz – é família, é sentimento, é integração, é comunidade. Cidadania é cálculo, é pacto, é construção, é defesa de interesses.[351]

O cronista faz essa diferenciação, mas sem utilizar os mesmos termos. Porém, fica claro que sua noção de pátria nacional e regional abarca esse modelo. O patriotismo nacional seria a cidadania de acordo com o exposto acima, no entanto, essa distinção não é tão nítida como na teoria. O importante é ressaltar que essas duas concepções eram defendidas pelo autor. Como ressalta o próprio José Murilo de Carvalho, cidadania e pátria, ou comunidade, surgiram juntas. "O próprio nascimento do cidadão teve muito a ver com o aspecto comunitário." Além disso, o conceito de cidadania se generaliza com a Revolução Francesa concomitantemente à difusão de uma identidade nacional e de patriotismo.

---

[350] Crônica de 5 de junho de 1892.
[351] CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados**, p. 60.

O narrador se preocupava com a falta de identidade nacional, com a falta de civismo da população, não somente nos momentos de escolhas políticas, mas também nas comemorações cívicas da nação. Na crônica de 14 de maio de 1893 ele fala sobre as comemorações do 13 de maio de 1888, dia da abolição da escravatura. No dia anterior à crônica o narrador achou o jardim molhado, o céu feio e triste e o Corcovado de carapuça. Havia chovido à noite. Eram seis horas quando as fortalezas e os navios começaram a salvar pelo quinto aniversário do Treze de Maio. Naquele domingo de 1888 houve sol, e todos saíram à rua. "Sim, também eu saí à rua, eu o mais encolhido dos caramujos, também entrei no préstito, em carruagem aberta, se me fazem favor, hóspede de um gordo amigo ausente; todos respiravam felicidade, tudo era delírio." Aqui o narrador é o próprio Machado de Assis. Ele realmente ocupou o lugar do gordo amigo ausente, Ferreira de Araújo, dono da *Gazeta de Notícias*, que estava de viagem na Europa. Na *Gazeta* do dia anterior, os grandes batalhadores e vencedores da abolição haviam recebido a merecida glorificação. "No meio de tudo, porém, uma tristeza indefinível. A ausência do sol coincidia com a do povo? O espírito público tornaria à sanidade habitual?" O narrador diz que, segundo um provérbio, os italianos governavam-se pelo passado, os espanhóis pelo presente e os franceses pelo que havia de vir. "A nossa gente [...] governa-se pelo presente, tem o porvir em pouco e o passado em nada ou quase nada." Ele achava que os ingleses resumiam as outras três nações. Temia que o regozijo pela abolição estivesse morrendo e a lembrança do passado com ele e que tudo terminasse naquela frase estereotipada da imprensa dos seus dias de primeira juventude.

> Que eram afinal as festas da Independência? Uma parada, um cortejo, um espetáculo de gala. Tudo isso ocupava duas linhas, e mais estas duas: as fortalezas e os navios de guerra nacionais e estrangeiros surtos no porto deram as *salvas de estilo*. Com este pouco, e certo, estava comemorado o grande ato da nossa separação da metrópole.[352]

Após dizer que éramos um povo triste, ele diz que não, que ele que era o triste. Provavelmente má digestão. Comeu favas e as favas não se davam bem com ele. "Comerei rosas ou primaveras, e pedir-vos-ei uma estátua e uma festa que dure, pelo menos, dois aniversários. Já é demais para um homem modesto."[353]

Provável é que a estátua se referia à disputa que ocorria no momento para saber quem era o fundador da República. Na crônica de 28 de agosto de 1892, cinco dias após a morte de Deodoro da Fonseca, o narrador refere-se aos discursos dos dias 23 e 25 e ao art. 8º das

[352] Crônica de 14 de maio de 1893.
[353] Idem.

Disposições Transitórias da Constituição de 24 de fevereiro de 1891. Segundo esse, o fundador da República foi Benjamim Constant, mas, segundo os discursos parlamentares, foi o Marechal Deodoro. Adiante ele critica a disputa dizendo que não bastava, para que um edifício existisse, haver fundadores dele, era força que se levantassem paredes e escadas, se rasgassem portas e janelas, e finalmente se lhe pusessem cumeeira e telhado. O patriotismo (civismo) é que podia muito nesse sentido. Ou seja, a participação dos cidadãos na construção da nação.

Quase um ano após ele volta ao assunto.[354] Um deputado queixava-se de não ver em discussão um projeto que oferecera para um monumento a Deodoro, ao passo que caminhara o projeto de monumento a Benjamim Constant. A comissão explicou a demora e prometeu dar parecer. Outro deputado falou a respeito de Tiradentes, pedindo para ele, outro precursor da Independência, os louros da posteridade. "De resto, já alguém disse que os mortos governam os vivos". Uma notícia demonstrava que o passado governava o presente. Os jornais americanos traziam a notícia descrevendo a viagem do *sino da liberdade* até Chicago onde tomaria parte em uma exposição. O famoso sino repicou pela liberdade das colônias americanas, há mais de século, diz o narrador. Não tocava mais, era uma relíquia. Mas o ianque era uma singular mistura de dólar e pomba mística. Venerava aquele sino. Um *gentleman* saído da multidão, tirou uma rosa que trazia ao peito, e pediu a um dos condutores da grande relíquia que tocasse a rosa nela. Assim se fez, e o homem repôs a flor ao peito, tão cheio de si como se levasse o maior brilhante do mundo. Políticos fizeram discursos, meninas colegiais saíram a saudar o sino da liberdade; onde quer que ele passou, fez palpitar alguma coisa íntima e profunda. Contrastando as apagadas celebrações cívicas brasileiras com as eufóricas que ocorriam nos Estados Unidos, podemos perceber que o cronista não estava ironizando aqueles gestos. Já vimos, a respeito das eleições, que ele também fazia uma comparação favorável aos americanos.

O narrador queria as datas cívicas comemoradas pela população e não em um jantar de gala. Queria que os heróis nacionais fossem exaltados, como Tiradentes, e quem mais tivesse importância. Queria que o passado não fosse esquecido tão facilmente. Não só pelos brasileiros. Em crônica de 20 de agosto de 1893 ele começa a crônica com uma citação em francês :"*Ce pays féerique...*" Este país deslumbrante. Assim se exprimiu Sarah Bernhardt em relação ao Brasil em um telegrama. Aquelas palavras o matavam. Ele que a admirava não só pelo gênio, mas ainda pela originalidade. Uma das suas poucas convicções é que se Sarah

[354] Crônica de 18 de junho de 1893.

escrevesse sobre o país não empregaria aquela velha chapa de todos os viajantes que passavam por aqui. "Meu sentimento nativista, ou como quer que lhe chamem, – patriotismo é mais vasto, – sempre se doeu desta adoração pela natureza. Raros falam de nós mesmos: alguns mal, poucos bem [...] Pareceu-me sempre um modo de pisar o homem e as suas obras." Quando louvavam-lhe a casaca, louvavam-lhe antes a ele do que ao alfaiate. Ao menos, era o sentimento que lhe ficava, a casaca era dele, se não a fez, mandou fazer. Mas ele não fez, nem mandou fazer o céu e as montanhas, as matas e os rios. Já os achou prontos. Não negava que fossem admiráveis; mas havia outras coisas que ver. Por exemplo, havia morrido um bravo soldado, Marechal José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas, que comandou as tropas brasileiras na última batalha da Guerra do Paraguai. Nessa guerra morreram milhares de pessoas e um dos mais gloriosos sobreviventes, "o que lhe pôs remate com extraordinário denodo, é o que ora entrou definitivamente na história do seu país." Mas não havia só grandes finados e memórias gloriosas. Havia obras de outra casta, seja de arte, seja de política, seja de ciência, obras que podiam recomendar-nos.

O civismo, como devoção ao bem público, não era, para Machado, somente a participação política, eleitoral. Era também o culto da história do país, seus heróis, seus monumentos, seus grandes feitos. Da mesma forma, o cidadão ideal para o cronista deveria também fiscalizar os trabalhos dos representantes eleitos para governar o país. Claro, que para ter esse direito, de gritar contra o governo, ele teria que ter votado, pelo menos na opinião do cronista.[355] Assim sendo, e como o narrador era eleitor assíduo, os políticos eleitos também eram alvos das suas críticas. "Sou eleitor, voto, desejo saber o que fazem e dizem os meus representantes."[356]

Já em 29 de maio de 1892 o narrador critica a Câmara dos Deputados pelo atraso de três semanas para a abertura do Congresso. Diz ele que alguns jornais tinham notado as faltas de sessões, infligindo à Câmara uma censura, que a rigor não lhe cabia. Se bastassem as críticas, ele já tinha um carro, porque uma das tristezas dos seus amigos era o espetáculo que ele dava, todos os dias, a pé. Não podia estudar uma instituição, sem estudar o meio em que ela funcionava. "Ora, é certo que nós não damos para reuniões." Não lhe replicassem com teatros, nem bailes; aqui as pessoas podiam ir ou não, e se iam era porque queriam, e quando quisessem sair, saíam. Os ajuntamentos de rua aconteciam quando alguém aparecia com um frango de quatro cristas. Uma facada também reunia gente em torno do ferido. Tudo por quê? Porque eram atos voluntários, não havia calendário, nem relógio, nem ordem do dia; não

[355] Crônica de 30 de outubro de 1892.
[356] Crônica de 26 de maio de 1895.

havia regimentos. “O que não podemos tolerar é a obrigação.” Essa palavra era eufemismo de cativeiro; tanto que os antigos escravos diziam sempre que iam à sua obrigação, para significar que iam para casa de seus senhores.

> Nós fazemos tudo por vontade, por escolha, por gosto; e, de duas uma: ou isto é a perfeição final do homem, ou não passa das primeiras verduras. Não é preciso desenvolver a primeira hipótese; é clara de si mesma. A segunda é a nossa virgindade, e, quando menos em matéria de amofinações, políticas ou municipais, é preciso aceitar a teoria de Rousseau: o homem nasce puro. Para que corromper-nos?[357]

Não passavam das primeiras verduras os cidadãos brasileiros, principalmente os políticos, que deveriam ser mais preparados para as instituições como o Congresso. Não se reuniam se não fosse por alguma futilidade.

Na crônica de 12 de junho de 1892 o narrador diz que em outro dia fez-se um ano que o Congresso de um dos estados tinha se instalado. E para comemorar o fato fecharam-se a Câmara e as repartições públicas. Realmente o fato tinha importância local assim como, para os ingleses, o aniversário da Rainha. “Mas cada roca com seu fuso.” No parlamento inglês, quando a rainha fazia anos, o presidente levantava-se e proferia algumas palavras em honra da soberana; o líder do governo e o líder da oposição faziam a mesma coisa: “Ao todo, cem linhas impressas, e começam os trabalhos, até Deus sabe quando, meia-noite, uma, duas horas da madrugada.” O parlamento inglês era a referência para o narrador ao criticar sãs assembléias legislativas.

Na crônica de 21 de maio de 1893 deram-lhe duas versões para o que se passava na Câmara dos Deputados. Segundo uma, não se passava nada, segundo a outra, passava-se o diabo. Ele correu à Câmara. Discutia-se uma questão de votação, e a Câmara resolvia continuar no dia seguinte, em comissão-geral. Eram quatro horas e meia da tarde; a sessão começara ao meio-dia. Ele saiu murcho e contente. Murcho por não achar nada, e contente por não serem as comissões-gerais daqui semelhantes às da Câmara dos Comuns que eram medonhas. “Não há dúvida que a Câmara dos Comuns governa; mas governa a troco de quê? Governar assim e matar-se é a mesma coisa.” Ele dá o exemplo da sessão do dia 24 de março do mesmo ano. A comissão principiou pela sessão ordinária, às duas horas e cinco minutos da tarde. Interromperam a sessão às sete, jantaram ali mesmo e continuaram até às nove. Depois votaram o subsídio dos deputados, ouviram-se sete discursos até que caiu o projeto, votando 276 contra e 229 a favor. Era meia noite. “Parece que estava ganho o dia; oito horas de

[357] Crônica de 29 de maio de 1892.

trabalho (descontadas as do jantar) eram de sobra.” Mas pensar isso, era não conhecer a Câmara dos Comuns, que possuía o gênio do tédio.

> Era meia-noite; foi então que a Câmara se converteu em comissão-geral, para discutir o quê? O bil de forças de terra. À uma e meia da noite, rejeitava o art.2º, por 234 votos contra 110. Antes das duas rejeitava uma emenda; eram três horas, discutiam já o art. 7º; às quatro, o art. 8º; às quatro e meia estava discutido e votado o art. 9º. Seguiu-se o art. 10, depois o art. 11. Querendo um Sr. Bartley propor uma coisa fora de propósito, gritaram-lhe *obstrução*. Obstrução de madrugada! Votou-se o encerramento entre aplausos, por uma maioria de 154 votos. Eram cinco horas e um quarto da manhã.[358]

O narrador diz renegar tal governo. Ele havia passado a noite de 24 de março e todas as outras debaixo dos lençóis. A primeira coisa que iria propor se fosse inglês, era a reforma de tal câmara. Quando aqueles homens iam ao teatro lírico? Já utilizamos essa crônica no primeiro capítulo para demonstrar o narrador putativo da série. E pelo que já demonstramos, essa crítica ao parlamento inglês era uma forma de criticar a câmara brasileira. Como foi visto na crônica anterior, o cronista achava que os brasileiros não se reunirem a não ser por vontade própria e por diversão ou curiosidade, demonstrava que ainda estávamos na infância da cidadania. E um exemplo de cidadania, de preocupação com o bem público, era a Câmara dos Comuns que trabalhava até a hora que fosse necessária para se discutir os problemas de interesse comum da população.

Na crônica de 9 de abril de 1893, o cronista ironiza a intendência que queria reformar o serviço doméstico. O narrador putativo diz que ela tinha todo o seu apoio porque o novo regulamento era muito mais a seu favor do que ao seu criado. E na parte que o constrangia, ele não seria cumprido, porque ele não tinha vindo ao mundo para cumprir uma lei, só porque é lei. “Se é lei, traga um pau; se não traz um pau, não é nada.” Diz ele que o projeto tinha coisas excelentes, como o art. 18, que mandava tratar os criados com bondade e caridade. A caridade posta em regulamento podia ser de grande eficácia, não só doméstica, mas até pública. Outra disposição que merecia nota era a que dizia que os atestados passados pelo amo em favor dos criados deviam ser conscienciosos. “Na crise moral deste fim de século, a decretação da consciência é um grande ato político e filosófico.” Podia-se criar assim uma geração capaz de encarar os tremendos problemas do futuro e refazer o caráter humano. Também tinha defeitos, admita. Por exemplo, o art. 19 obrigava amo e criado a darem parte à polícia dos seus ajustes, sob pena de pagar o amo trinta mil-réis de multa e de sofrer o criado

[358] Crônica de 21 de maio de 1893.

cinco dias de prisão. “Ao amo tira-se o dinheiro, e ao criado ainda se lhe dá casa, cama e mesa. É irrisório; mas pode emendar-se.” É clara a crítica a intendência em dois sentidos: o primeiro sobre o seu despreparo para legislar, quando ele ironiza o uso de termos como a decretação da caridade e da consciência. E o segundo, ao conteúdo da lei, propriamente dito, que beneficiava muito mais os patrões do que os criados. Ela, em vez de legislar sobre os direitos e deveres de ambas as partes, decretava o uso de conceitos que supostamente seriam universais, por parte dos amos, que, como o narrador putativo, poderiam ser muito mais mesquinhos do que a lei sugeria.

Na crônica de 13 de maio de 1894 o narrador repreende o presidente do conselho municipal. “Releve o digno representante do nosso distrito que lhe diga: acho que, para presidente, faz amiudados discursos.” Ainda naquela semana havia deixado a cadeira presidencial para discutir um projeto. O presidente deveria presidir. Umas das qualidades do cargo era a impassibilidade, além da imparcialidade. “Não me retruque que não pode.” Quando um “digno” intendente, entrando em última discussão este último artigo de um projeto: “Ficam revogadas as disposições em contrário”, pediu a palavra para examinar todo o projeto, confessando “nobremente, lealmente”, que, quando se discutiram os outros artigos, estava distraído. Ora, o narrador não havia lido que o presidente redargüisse com afabilidade e oportunidade: “Mas, meu caro colega, nós não estamos aqui para nos distrairmos.” Salvo se o taquígrafo eliminou por sua conta o reparo; mas se eles passassem a governar os debates, melhor era que compusessem logo os discursos e os atribuíssem a quem quisessem. Os supostos oradores fariam apenas gestos. “Quem sabe? Será talvez a última perfeição dos corpos legislativos.” O narrador insinua a teatralização dos deputados. Ele sugere que os discursos dos políticos seriam vazios, apenas gestuais. Essa parece ser a crítica ao presidente do conselho municipal, que talvez estivesse apenas representando, ao fazer tantas intervenções, já que quando era necessário um posicionamento oportuno, ele abstraía-se. Também é criticado o intendente que não cumpriam o seu dever que era estar atento às votações legislativas.

Em 12 de agosto de 1894, o narrador, reunido com algumas pessoas, pergunta: “Haverá conselho municipal?” A legislação era pela afirmativa. A imprensa diária, superficialmente lida, não o era menos. Vários fenômenos, porém, faziam suspeitar que ele não existia. A linguagem atribuída ao seu presidente, na sessão de quarta-feira, era um desses fenômenos. Segundo os jornais ele havia dito que o conselho, convocado desde 3 do mês passado, rara vezes se reunira; assim, vendo que os membros não compareciam, ia oficiar-lhes pessoalmente chamando-os aos trabalhos. Havia aí contradição nos termos, porquanto, se o

conselho foi convocado desde mais de um mês, e não se reunia, é que não tinha membros, e se não tinha membros, não era conselho. Um dos presentes defendeu a probabilidade da existência. Havia motivos para crer nisso. A primeira era que a 28 do mês passado houve sessão, proferiram-se alguns discursos, resolvendo-se afinal que era preciso ler e meditar as matérias sujeitas a deliberação. A segunda razão que o fazia vacilar na negativa da existência é que, intimidados pessoalmente, no dia 7, o conselho fez sessão logo a 9. "Verdade é que já hoje, 10, não houve sessão. Enfim, tenho um indício veemente de que o conselho existe, é a resignação do cargo por dois de seus membros. Está nos jornais."

A maioria não aceitou aquele modo de ver. A publicação dos atos do conselho não era prova da existência deste, podiam ser variedades literárias. Podia também ser um processo engenhoso de mostrar a necessidade de terem um conselho municipal. Além disso, era necessidade da imprensa agradar aos leitores, dando-lhes matéria interessante, e principalmente nova. "Ora, se o conselho municipal não existe, nada mais novo que supô-lo trabalhando." A discussão entre os defensores da existência e do contrário ficou ríspida. Já ia começar a dança das bengalas, quando o narrador teve uma idéia excelente. "Meus amigos, disse eu, peço-vos um minuto de atenção." Eles estavam lá a discutir a existência do conselho municipal, mas no dia 10 de agosto foi aniversário do nascimento de Gonçalves Dias. Há 71 anos ele nascia e há 30 o mar o levava, mas seus versos de grande poeta perduravam, tão viçosos, coloridos e vibrantes como nasceram. "Viva a poesia meus amigos! [...] Não sei se existem intendentes, mas os *Timbiras* existem." Os membros do conselho municipal não cumpriam as suas obrigações. Não compareciam às sessões. A literatura era menos ficção do que a existência daquela instituição. E a imprensa descrita na crônica, sensacionalista, que só queria agradar os leitores com matérias novas, não cumpria o seu papel de informar a população sobre as relapsas faltas de sessão no conselho.

Nessa série de crônicas podemos perceber que o cronista valorizava a participação institucionalizada dos cidadãos, através das eleições. Além disso, valorizava a forma de governo representativa, com eleições diretas para os cargos políticos. Dessa forma, o oposto do que era prezado por ele era o anarquismo, que é duramente criticado. Na crônica de 1 de janeiro de 1894 ele diz que Heine, que veio ao mundo no próprio dia 1 de janeiro de 1800, bem podia ter vivido até 1899 e contar tudo o que se passou no século, com a sua pena mestra de *humour*. "Oh! Página imortal! Assistir à santa-aliança e à dinamite! Vir do legitismo ao anarquismo, parando aqui e ali na liberdade, eis aí uma viagem interessante de dizer e de ouvir." Heine notaria melhor que ninguém o advento do anarquismo, se é certo que esse governo inédito tem de sair à luz com o fim do século. Ninguém melhor que ele faria o

paralelo do legitismo do princípio com anarquismo do fim, Carlos X e Nada. A guerra, que é má em si mesma, segundo o cronista, comparada ao anarquismo era boa. “Se este vier, 1893, tu haverás sido uma das suas datas históricas, pelos golpes que deste, pelo princípio de sistematização do mal. Que será o mundo contigo?”

Na crônica de 18 de fevereiro de 1894 ele volta a criticá-lo. Ele (o anarquismo) poderia acabar sendo uma necessidade política e social, e o melhor dos governos humanos, aquele que dispensa os outros. Voltaríamos ao paraíso terrestre, sem a serpente, e com todas as frutas. Adão e Eva dormiriam as noites, passeariam as tardes, Caim e Abel escreveriam um jornal sem ortografia nem sintaxe, porque a anarquia social e política haveriam sido precedidas pela da língua. Antes do último ministério teria expirado o derradeiro gramático. Os adjetivos ganhariam o resto da liberdade que lhes faltava. É óbvia a ironia da passagem, ainda mais com a comparação entre o anarquismo sócio-político com o da língua, tão prezada e respeitada por Machado de Assis. Da mesma forma que seria impossível se entender, se comunicar e se socializar sem regras gramaticais compartilhadas por um grupo em comum, da mesma maneira seria impensável viver-se em comunidade sem leis que delimitassem os direitos e deveres das pessoas, que só poderiam existir e serem aplicadas através de um governo comum.

Na crônica de 22 de abril do mesmo ano (1894), o narrador diz haver morrido em Paris uma bailarina, que luziu nos últimos anos do império, e deixara não menos de três milhões de francos. “Três milhões! Abençoadas pernas!” Era aqui que ele pegava os anarquistas. E como já estavam em São Paulo, não era preciso levantar muito a voz para ser ouvido além do Atlântico. “Concordo com eles que a sociedade está mal organizada, mas para que destruí-la? Se a questão é econômica, a reforma deve ser econômica; abramos mão dos sonhos legislativos de Bebel, de Liebknecht, de Proudhon”. De todos os que procuravam, mais generosos do que prudentes, consertar as costelas deste mundo. O remédio estava achado. A repartição das riquezas fazia-se com pouco, três rabecas, um regente de orquestra, uma batuta e pernas. A arte da dança pode amparar todas as outras.

> A dinamite não edifica, apenas destrói e altera. Com ela, o anarquismo dispensa todas as artes, não se fazendo mais que ação violenta e arrasadora. Para que livros? Não se irão compor frases, mas descompô-las; não se tratará já de metáforas, mas de formas de linguagem diretas e positivas.
> Como disse, porém, o remédio está achado: é a pirueta. Quando toda a gente dançar, é claro que ninguém ganhará três milhões, mas cada pessoa pode ganhar dois, um que seja.[359]

[359] Crônica de 22 de abril de 1894.

O cronista considerava o anarquismo apenas destrutivo. Ou seja, para se melhorar a sociedade era necessário algum tipo de governo que regulasse e fiscalizasse os atos dos cidadãos e também de algum sentimento de pertencimento à nação. O anarquismo pregava um conceito radicalmente diferente de cidadania.[360]Eles negavam totalmente a idéia de pátria e de sistema político.[361]

Chegamos ao fim desse capítulo junto com as duas últimas crônicas da série *A semana*. Na penúltima, de 21 de fevereiro de 1897, diz o narrador: "Mas aí me embrulho eu, e estou quase a perder-me em filosofias grossas e banais. Oh! Banalíssimas!" No próximo domingo ele tentaria explicar essa confusão da sua alma. "Estou certo que me entenderás e aplaudirás." No dia 28 ele cumpre a sua promessa. Diz ele que a semana não era mais dele. Deus havia gasto seis dias em fazer este mundo e repousou no sétimo. Ele podia muito bem não ter repousado, mas quis deixar um exemplo aos homens. "Daí o nosso velho descanso de um dia, que os cristãos chamaram do Senhor." Ele não era Deus, não havia criado o mundo, tanto que lhes achava algumas imperfeições, como as uvas nascerem verdes. Ele as faria nascer maduras e talvez já engarrafadas. Mas criticar obra feita não custa; Deus não podia prever que os homens não se limitassem a falsificar eleições e fizessem o mesmo ao vinho. Se Deus havia descansado um dia, depois de seis de trabalho, força era que ele descansasse algum tempo depois de uma obra de anos. "Há cerca de cinco anos que vos digo aqui ao domingo o que me passa pela cabeça, a propósito da semana finda, e até sem nenhum propósito. Parece tempo de repousar o meu tanto." Se o repouso seria breve ou longo, ele não saberia dizer; iria estirar seus membros cansados e cochilar a sua sesta.

Antes de cochilar ele poderia fazer um exame de consciência e uma confissão pública. Mas não faria, nem do bem, nem do mal. "Que mal me saiu da pena ou do coração? Fui antes pio e eqüitativo que rigoroso e injusto." Chegou à elegia e à lágrima, e se não bebeu todos os Cambarás e Jataís deste mundo, é porque esperava encontrá-los no outro.

> Não tireis da última frase a conclusão de ceticismo. Não achareis linha cética nestas minhas conversações dominicais. Se destes com alguma que se possa dizer pessimista, adverte que nada há mais oposto ao ceticismo. Achar que uma cousa é ruim, não é duvidar dela, mas afirmá-la. [362]

[360] José Murilo, op. cit., p. 56.
[361] Ibidem, p. 60.
[362] Crônica de 28 de fevereiro de 1897.

Essa passagem resume o que argumentamos aqui a respeito das críticas aos eleitores e às eleições, e mais genericamente à cidadania. Diferente do que muitos autores argumentam, não acreditamos no ceticismo atribuído a Machado de Assis, muitas vezes tendo como base essa mesma série de crônicas. O argumento de que o escritor via a política apenas como teatro de atores mesquinhos não condiz com a sua defesa do exercício dos direitos políticos estabelecidos constitucionalmente e também dos deveres. Se ele, além de tentar exortar os eleitores no momento de escolha dos seus representantes, também os criticava pelo descaso com seus direitos, é porque acreditava ser a cidadania política o principal meio de soberania e participação da população. Da mesma forma valorizava o modelo representativo instituído. Ou seja, a importância da Câmara e do Senado Federal e das assembléias legislativas estaduais e municipais. É por esse mesmo motivo que ele critica o anarquismo, que seria a falta de um governo instituído, que regularizasse a vida em sociedade.

Considerações finais

Em sua dissertação de mestrado intitulada *A dança das cadeiras*[363], João Paulo Coelho de Souza Rodrigues contesta a perspectiva de Nicolau Sevcenko[364] e Jeffrey Needell[365] sobre os literatos brasileiros nas primeiras décadas da República. Após ressaltar o pioneirismo de Sevcenko entre os historiadores e sua percepção das implicações políticas e sociais da literatura no final do século XIX, ele informa-nos que o livro deste é mais um estudo sociológico e tipológico dos literatos do que qualquer outra coisa.[366] Assim, estes, agrupados pelo historiador como "Geração de 1870", são caracterizados como intelectuais engajados. Isso devido ao fluxo de idéias européias que chegavam ao Brasil, do cientificismo ao liberalismo. Eles veriam as letras como instrumento de ação política. No entanto, eles teriam abandonado a postura engajada desde a proclamação da República, pois se sentiam frustrados e excluídos. Destarte, eles ter-se-iam afastado do mundo da política e da idéia de que as letras pudessem ajudar no processo de civilização da nação. Dessa maneira, cooptada pela elite, a literatura passaria a ser um reflexo da sociedade, "voltada para suprir o gosto supérfluo burguês."[367]

Jeffrey Needell segue este tipo de visão, com a ressalva de que ele procura enxergar a relação dos literatos com a elite carioca. Segundo João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, Needell faz uma crônica da procura pela ascensão social de cunho adesista por parte dos escritores. Esses teriam aderido ao gosto afetado, decadente, ensimesmado, narcisista, escapista, etc. do público de elite, com o intuito de promover o sucesso de suas carreiras. Ainda segundo João Paulo Coelho de Souza Rodrigues, o esquema compartilhado pelos dois autores de submeter o universo literário aos ditames do gosto burguês, que era fruto da realidade social engendrada pela situação econômica e política da Primeira República, tem um forte traço determinista. "É essa a razão que leva os dois autores a interpretarem a literatura e

---

[363] RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A dança das cadeiras**: literatura e política na academia brasileira de letras (1896-1913). Dissertação de mestrado. Unicamp: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 1998.
[364] SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na Primeira República, São Paulo: Brasiliense, 1983.
[365] NEEDELL, Jeffrey D. **Belle Époque tropical**: sociedade e cultura de elite no Rio de Janeiro na virada do século, São Paulo, Companhia das Letras, 1993.
[366] RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza, p. 9.
[367] Ibidem, pp.10-11.

a política como dois campos totalmente separados e irredutíveis." [368] Além disso, Needell ainda ressalta, especificamente, que Machado de Assis era avesso às paixões políticas.

Cremos que quem nos leu até agora já percebeu que a nossa dissertação também contesta essa perspectiva sobre a relação da literatura com a política no período republicano. Procuramos, a todo instante, contestar a visão de um Machado de Assis alheio às questões políticas, principalmente após o 15 de novembro de 1889.

Tentamos demonstrar que desde a caracterização do narrador ficcional da série de crônicas *A semana*, passando pelo mais recorrente assunto tratado, ou seja, o Encilhamento e a crise que se lhe seguiu, até a crítica das eleições desorganizadas, fraudulentas, violentas e corruptas, e dos eleitores absenteístas que não faziam uso do seu direito de eleger seus representantes. A principal preocupação do cronista era com o bem público e a cidadania, com a admoestação dos cidadãos politicamente aptos a participar do governo do país, através do voto ou dos trabalhos legislativos, ou seja, sendo eleitores ou elegíveis.

O narrador ficcional, assim como Brás Cubas, por exemplo, é criado de forma a enganar o leitor coevo, pois lhe era muito parecido. Quase todas as críticas atribuídas aos leitores-eleitores podem ser atribuídas ao narrador putativo da série. Suas principais características, como tentamos delimitar, eram o egoísmo e a indiferença. Ele só se preocupa com seus interesses privados. E somente se interessa por alguma questão pública se esta lhe trouxer algum lucro ou gozo particular. Quando não há essa possibilidade, ele se posiciona de maneira imparcial, indiferente, desinteressada. Segundo ele próprio, sua única paixão é a arte e a estética. Portanto, de acordo com a definição que John Gledson emprega para qualificar o conselheiro Aires, dos romances *Esaú e Jacó* e *Memorial de Aires*, que também tinha o esteticismo como uma das suas principais características e que muito se assemelha ao narrador dessas crônicas, essa valorização absoluta da arte e de uma perspectiva artística da vida acontece devido a uma incapacidade de encontrar valores em outro lugar. Por outro lado, se em muitas crônicas o autor real se distancia do narrador ficcional, em outras tantas, eles se aproximam e se expressam pelo mesmo ponto de vista. É esse jogo de mascarar e desmascarar que tentamos perceber nos capítulos seguintes da dissertação.

O assunto mais abordado nessas crônicas é o Encilhamento e a crise financeira que seguiu ao arroubo financeiro do "*année terrible"* de 1890-1891. Se por um lado, a crítica, que se percebe claramente tenha conotação moralizante – principalmente em relação aos abusos e escândalos financeiros e com o vício em jogos de azar de todos os tipos, que segundo o

[368] Ibidem, pp. 12-13.

cronista, teriam aumentado exponencialmente com as loucuras do Encilhamento – por outro, podemos dizer que sua principal preocupação é com o bem público e com a cidadania. A crise cambial e financeira desses anos sempre teve como remédio possível a encampação das emissões feitas pelos principais bancos e o arrendamento de ativos do governo federal, como as ferrovias, para a aquisição de novos empréstimos. Ambas as soluções, tão temidas e criticadas pelo cronista, foram executadas. O que significava que os desvarios dos acionistas das sociedades anônimas e do próprio governo seriam divididos com todos os cidadãos contribuintes. Além disso, segundo a perspectiva do cronista, esses indivíduos viciados em jogos de azar, com todos os sentidos no lucro e em seus interesses particulares, dificilmente se tornariam cidadãos preocupados com o bem público e com as questões políticas da nação, como as eleições.

Dessa preocupação, surge nosso último capítulo. Nele tentamos demonstrar que nessas crônicas a participação eleitoral e o voto, propriamente dito, são valorizados pelo cronista como um direito importante, "soberano", mas que não é utilizado pelos eleitores. Assim sendo, ele tenta incentivar os eleitores absenteístas a participar das eleições. Ele sabe de todos os problemas que ocorrem nas eleições, como os capangas que intimidavam os eleitores, os bicos de pena, as fraudes, etc. No entanto, o principal alvo das críticas é o eleitor que não faz uso do seu voto. Se ele não votava não tinha o direito de reclamar da administração pública, nem dos políticos. O cronista, eleitor assíduo, faz uso do seu direito/dever e cobra os políticos principalmente pelo pouco tempo que eles dispensavam aos trabalhos para os quais haviam sido eleitos.

Machado de Assis encerra a sua série A semana em 1897, provavelmente para se dedicar a recém formada Academia Brasileira de Letras, da qual era presidente. Ele abandona uma atividade mais influente por uma mais reclusa. No entanto, da mesma forma que Machado não foi indiferente e imparcial em suas crônicas, ele também não o seria na direção da ABL. O mito dessa instituição isolada em sua torre de marfim é complementar ao antigo mito do Machado desafeito à política no período republicano do Brasil. Esperamos ter prestado uma contribuição para a revisão desses paradigmas.

ANEXOS

Anexo I

Crônica de 24 de abril de 1892

Na segunda-feira da semana que findou, acordei cedo, pouco depois das galinhas, e dei-me ao gosto de propor a mim mesmo um problema. Verdadeiramente era uma charada, mas o nome de problema dá dignidade, e excita para logo a atenção dos leitores austeros. Sou como as atrizes, que já não fazem benefício, mas festa artística. A cousa é a mesma, os bilhetes crescem de igual modo, seja em número, seja em preço; o resto, comédia, drama, opereta, uma polca entre dous atos, uma poesia, várias ramalhetes, lampiões fora, e os colegas em grande gala, oferecendo em cena o retrato à beneficiada.

Tudo pede certa elevação. Conheci dous velhos estimáveis, vizinhos, que esses tinham todos os dias a sua festa artística. Um era Cavaleiro da Ordem da Rosa, por serviços em relação à guerra do Paraguai; o outro tinha o posto de tenente da guarda nacional da reserva, a que prestava bons serviços. Jogavam xadrez, e dormiam no intervalo das jogadas. Despertavam-se um ao outro desta maneira: "Caro major!" -"Pronto, comendador!" — Variavam às vezes: — "Caro comendador!" -"Aí vou, Major" . Tudo pede certa elevação.

Para não ir mais longe. Tiradentes. Aqui está um exemplo. Tive-mos esta semana o centenário do grande mártir. A prisão do heróico alferes é das que devem ser comemoradas por todos os filhos deste país, se há nele patriotismo, ou se esse patriotismo é outra cousa mais que um simples motivo de palavras grossas e rotundas. A capital portou-se bem. Dos Estados estão vindo boas notícias. O instinto popular, de acordo com o exame da razão, fez da figura do alferes Xavier o principal dos Inconfidentes, e colocou os seus parceiros a meia ração da glória. Merecem, decerto, a nossa estimação aqueles outros; eram patriotas. Mas o que se ofereceu a carregar com os pecados de Israel, o que chorou de alegria quando viu comutada a pena de morte dos seus companheiros, pena que só ia ser executada nele, o enforcado, o esquartejado. O decapitado, esse tem de receber o prêmio na proporção do martírio, e ganhar por todos, visto que pagou por todos.

Um dos oradores do dia 21 observou que se a Inconfidência tem vencido, os cargos iam para os outros conjurados, não para o alferes. Pois não é muito que, não tendo vencido, a

história lhe dê a principa1 cadeira. A distribuição é justa. Os outros têm ainda um belo papel; formam, em torno de Tiradentes, um coro igual ao das Oceânides diante de Prometeu encadeado. Relede Ésquilo, amigo leitor. Escutai a linguagem compassiva das ninfas, escutai os gritos terríveis, quando o grande titão é envolvido na conflagração geral das cousas.
Mas, principalmente, ouvi as palavras de Prometeu narrando os seus crimes às ninfas amadas: "Dei o fogo aos homens; esse mestre lhes ensinará todas as artes". Foi o que nos fez Tiradentes.

Entretanto, o alferes Joaquim José tem ainda contra si uma cousa a alcunha. Há pessoas que o amam, que o admiram, patrióticas e humanas, mas que não podem tolerar esse nome de Tiradentes. Certamente que o tempo trará a familiaridade do nome e a harmonia das sílabas; imaginemos, porém, que o alferes tem podido galgar pela imaginação um século e despachar-se cirurgião — dentista. Era o mesmo herói, e o ofício era o mesmo; mas traria outra dignidade. Podia ser até que, com o tempo, viesse a perder a segunda parte, dentista, e quedar-se apenas cirurgião.

Há muitos anos, um rapaz— por sinal que bonito— estava para casar com uma linda moça— a aprazimento de todos, pais e mães, irmãos, tios e primos. Mas o noivo demorava o consórcio; adiava de um sábado para outro, depois quinta-feira, logo terça, mais tarde sábado; —dou meses de espera. Ao fim desse tempo, o futuro sogro comunicou à mulher os seus receios. Talvez o rapaz não quisesse casar. A sogra, que antes de o ser já era, pegou o pau moral, e foi ter com o esquisito genro. Que histórias eram aquelas de adiamento?

—Perdão, minha senhora, é uma nobre e alta razão; espero apenas . . .

—Apenas...?

—Apenas o meu título de agrimensor.

—De agrimensor? Mas quem lhe diz que minha filha precisa do seu ofício para comer? Case, que não morrerá de fome; o título virá depois.

—Perdão, mas não é pelo título de agrimensor, propriamente dito, que estou demorando o casamento. Lá na roça dá-se ao agrimensor, por cortesia, o título de doutor, e eu quisera casar já doutor . . .

Sogra, sogro, noiva, parentes, todos entenderam esta sutileza, e aprovaram o moco. Em boa hora o fizeram. Dali a três meses recebia o noivo os títulos de agrimensor, de doutor e de marido.

Daqui ao caso eleitoral é menos que um passo; mas, não entendendo eu de política, ignoro se a ausência de tão grande parte do eleitorado na eleição do dia 20 quer dizer descrença, como afirmam uns, ou abstenção como outros juram. A descrença é fenômeno

alheio à vontade do eleitor: a abstenção é propósito. Há quem não veja em tudo isto mais de ignorância do poder daquele fogo que Tiradentes legou aos seus patrícios. O que sei, é que fui à minha seção para votar, mas achei a porta fechada e a urna na rua, com os livros e ofícios. Outra casa os acolheu compassiva, mas os mesários não tinham sido avisados e os eleitores eram cinco. Discutimos a questão de saber o que é que nasceu primeiro, se a galinha, se o ovo. Era o problema, a charada, a adivinhação de segunda-feira. Dividiram-se as opiniões; uns foram pelo ovo outros pela galinha; o próprio galo teve um voto. Os candidatos é que não tiveram nem um, porque os mesários não vieram e bateram dez horas. Podia acabar em prosa, mas prefiro o verso:

Sara, belle d'indolence,
Se balance
Dans un hamac...

Anexo II

Crônica de 4 de setembro de 1892

"Nem sempre respondo por papéis velhos; mas aqui está um que parece autêntico; e, se o não é, vale pelo texto, que é substancial. É um pedaço do evangelho do Diabo, justamente um sermão da montanha, à maneira de S. Mateus. Não se apavorem as almas católicas. Já Santo Agostinho dizia que "a igreja do Diabo imita a igreja de Deus. Daí a semelhança entre os dois evangelhos. Lá vai o do Diabo.

"1.º E vendo o Diabo a grande multidão de povo, subiu a um monte por nome Corcovado, e, depois de se ter sentado, vieram a ele os seus discípulos.

"2.º E ele, abrindo a boca, ensinou dizendo as palavras seguintes.

"3.º Bem-aventurados aqueles que embaçam, porque eles não serão embaçados.

"4.º Bem-aventurados os afoitos, porque eles possuirão a terra.

"5.º Bem-aventurados os limpos das algibeiras, porque eles andarão mais leves.

"6.º Bem-aventurados os que nascem finos, porque eles morrerão grossos.

"7.º Bem-aventurados sois, quando vos injuriarem e disserem todo o mal, por meu respeito.

"8.º Folgai e exultai, porque o vosso galardão é copioso na terra.

“9.º Vós sois o sal do *money market*. E se o sal perder a força, com que outra coisa se há de salgar?

“10.º Vós sois a luz do mundo. Não se põe uma vela acesa debaixo de um chapéu, pois assim se perdem o chapéu e a vela.

“11.º Não julgueis que vim destruir as obras imperfeitas, mas refazer as desfeitas.

“12.º Não acrediteis em sociedades arrebentadas. Em verdade vos digo que todas se consertam, e se não for com remendo da mesma cor, será com remendo de outra cor.

“13.º Ouvistes que foi dito aos homens: Amai-vos uns aos outros. Pois eu digo-vos: Comei-vos uns aos outros; melhor é comer que ser comido; o lombo alheio é muito mais nutritivo que o próprio.

“14.º Também foi dito aos homens: Não matareis a vosso irmão, nem a vosso inimigo, para que não sejais castigados. Eu digo-vos que não é preciso matar a vosso irmão para ganhardes o reino da terra, basta arrancar-lhe a última camisa.

“15.ºAssim, se estiveres fazendo as tuas contas, e te lembrar que teu irmão anda meio desconfiado de ti, interrompe as contas, sai de casa, vai ao encontro do teu irmão na rua, restitui-lhe a confiança e tira-lhe o que ele ainda levar consigo.

“16.º Igualmente ouvistes que foi dito aos homens: Não jurareis falso, mas cumpri ao Senhor os teus juramentos.

“17.º Eu, porém, vos digo que não jureis nunca a verdade, porque a verdade nua e crua, além de indecentes, é dura de roer; mas jurai sempre e a propósito de tudo, porque os homens foram feitos para crer antes nos que juram falso, do que nos que não juram nada. Se disserdes que o sol acabou, todos acenderão velas.

“18.º Guardai-vos; não façais as vossas obras diante de pessoas que possam ir contá-lo à polícia.

“19.º Quando, pois, quiserdes tapar um buraco, entendei-vos com algum sujeito hábil, que faça treze de cinco e cinco.

“20.º Não queirais guardar para vós tesouros na terra, onde a ferrugem e a traça os consomem, e donde os ladrões os tiram e levam.

“21.º Mas remeteis os vossos tesouros para algum banco de Londres, onde a ferrugem, nem a traça os consomem, nem os ladrões os roubam, e onde ireis vê-los no dia do juízo.

“22.º Não vos fieis uns nos outros. Em verdade vos digo, que cada um de vós é capaz de comer o seu vizinho, e boa cara não quer dizer um bom negócio.

“23.º Vendei gato por lebre, e concessões ordinárias por excelentes, a fim de que a terra se não despovoe de lebres, nem as más concessões pereçam nas vossas mãos.

“24.º Não queirais julgar para que não sejais julgados; não examineis os papéis do próximo para que ele não examine os vossos, e não resulte irem os dois para a cadeia, quando é melhor não ir nenhum.

“25º. Não tenhais medo às assembléias de acionistas, e afagai-as de preferência às simples comissões, porque as comissões amam a vanglória e as assembléias as boas palavras.

“26.º As porcentagens são as primeiras flores do capital; cortai-as logo, para que as outras flores brotem mais viçosas e lindas.

“27.º Não deis conta das contas passadas, porque passadas são as contas contadas, e perpétuas as contas que se não contam.

“28.º Deixai falar os acionistas pronósticos; uma vez aliviados, assinam de boa vontade.

“29.º Podeis excepcionalmente amar a um homem que vos arranjou um bom negócio; mas não até o ponto de o não deixar com as cartas na mão, se jogardes juntos.

“30.º Todo aquele que ouve estas minhas palavras, e as observa, será comparado ao homem sábio, que edificou sobre a rocha e resistiu aos ventos; ao contrário do homem sem consideração, que edificou sobre a areia, e fica a ver navios…”

Aqui acaba o manuscrito que me foi trazido pelo próprio Diabo, ou alguém por ele; mas eu creio que era o próprio. Alto, magro, barbícula ao queixo, falava alemão, como Mefistófeles. Fiz-lhe uma cruz com os dedos e ele sumiu-se. Apesar de tudo, não respondo pelo papel, nem pelas doutrinas, nem pelos erros de cópia.

Já agora parece que estou em dia de fantasmas. Mal pingava o ponto final do outro parágrafo, quando me apareceu um senhor, que me disse ser defunto e haver-se chamado Barão Louis.

– Conheço muito, disse-lhe eu: tenho ouvido a sua célebre máxima: “Dai-me boa política e eu vos darei boas finanças.”

– Ah! meu caro senhor, acudiu o barão; essa máxima tem-me tirado o sono da eternidade. Já não a posso ouvir, sem tédio. Quer ajudar-me a publicar uma troca de palavras que fiz, mudando o sentido, a ver se pegam na segunda forma e deixa-me em descanso a primeira?

– Senhor barão…

– Escute-me. Em vez de “Dai-me boa política e eu vos darei boas finanças”, arranjei esta outra forma: “Dai-me boas finanças e eu vos darei boa política.” Promete-me?

– Pois não!

– Não esqueça: “Dai-me boas finanças e eu vos darei boa política.”

Anexo III

Crônica de 30 de outubro de 1892

Tempos do Papa! Tempos dos cardeais! Não falo do papa católico, nem dos cardeais da santa Igreja Romana, mas do nosso papa e dos nossos cardeais. F. Otaviano, então jornalista, foi quem achou aquelas designações para o Senador Eusébio e o estado-maior do Partido Conservador. Era eu pouco mais que menino...

Fica entendido que, quando eu falar de fatos ou pessoas antigas, estava sempre na infância, se é que seria nascido. Não me façam mais idoso do que sou. E depois, o que é idade? Há dias, um distinto nonagenário apertava-me a mão com força e contava-me as vivas impressões que lhe deixara a obra de Bryce acerca dos Estados Unidos; acabava de lê-la, — dous grossos volumes, como sabem. E despediu-se de mim, e lá se foi a andar seguro e lépido. Realmente, os anos nada valem por si mesmos. A questão é saber agüentá-los, escová-los bem, todos os dias, para tirar a poeira da estrada, trazê-los lavados com água de higiene e sabão de filosofia.

Repito, era pouco mais que um menino, mas já admirava aquele escritor fino e sóbrio, destro no seu ofício. A atual mocidade não conheceu Otaviano; viu apenas um homem avelhantado e enfraquecido pela doença, com um resto pálido daquele riso que Voltaire lhe mandou do outro mundo. Nem resto, uma sombra de resto, talvez uma simples reminiscência deixada no cérebro das pessoas que o conheceram entre trinta e quarenta anos.

Um dia, um domingo, havia eleições, como hoje. Papa e cardeais tinham o poder nas mãos, e, sendo o regímen de dous graus, entraram eles próprios nas chapas de eleitores, que eram escolhidos pelos votantes. Os liberais resolveram lutar com os conservadores, apresentaram chapas suas e os desbarataram. O pontífice, com todos os membros do consistório, mal puderam sair suplentes. E Otaviano, fértil em metáforas, chamou-lhes esquifes. Mais um esquife, dizia ele no Correio Mercantil, durante a apuração dos votos. Luta de energias, luta de motejos. Rocha, jornalista conservador, ria causticamente do lencinho branco de Teófilo Otôni, o célebre lenço com que este conduzia a multidão, de paróquia em paróquia, aclamando e aclamado. A multidão seguia, alegre, tumultuosa, levada por sedução, por um instinto vago, por efeito da palavra, — um pouquinho por ofício. Não me lembra bem se houve alguma urna quebrada; é possível que sim. Hoje mesmo as urnas não são de bronze.

Não vou ao ponto de afirmar que não as houve pejadas. Que é a política senão obra de homens? Crescei e multiplicai-vos.

Hoje, domingo não há a mesma multidão, o eleitorado é restrito; mas podia e devia haver mais calor. Trata-se não menos de que eleger o primeiro conselho municipal do Distrito Federal, que é ainda e será a capital verdadeira e histórica do Brasil. Não é eleição que apaixone, concordo; não há paixões puramente políticas. Nem paixões são cousas que se encomendem, como partidos não são cousas que se evoquem. Mas (permitam-me esta velha banalidade) há sempre a paixão do bem e do interesse público. Eia, animai-vos um pouco, se não é tarde; mas, se é tarde, guardai-vos para a primeira eleição que vier. Contanto que não quebreis urnas, nem as fecundeis — a conselho meu, — agitai-vos, meus caros eleitores, agitai-vos um tanto mais.

Por hoje, leitor amigo, vai tranqüilamente dar o teu voto. Vai anda, vai escolher os intendentes que devem representar-nos e defender os interesses comuns da nossa cidade. Eu, se não estiver meio adoentado, como estou, não deixarei de levar a minha cédula. Não leias mais ainda, porque é bem possível que eu nada mais escreva, ou pouco. Vai votar; o teu futuro está nos joelhos dos deuses, e assim também o da tua cidade; mas por que não os ajudarás com as mãos?

Outra cousa que está nos joelhos dos deuses é saber se a terceira prorrogação que o Congresso Nacional resolveu decretar, é a última e definitiva. Pode haver quarta e quinta. Daqui a censurar o Congresso é um passo, e passo curto; mas eu prefiro ir à Constituinte, que é o mesmo Congresso avant la lettre. Por que diabo fixou a Constituinte em quatro meses a sessão anual legislativa, isto é, o mesmo prazo da Constituição de 1824? Devia atender que outro é o tempo e outro o regímen.

Felizmente, li esta semana que vai haver uma revisão de Constituição no ano próximo. Boa ocasião para emendar esse ponto, e ainda outros, se os há, e creio que há. Nem faltará quem proponha o governo parlamentar. Dado que esta última idéia passe, é preciso ter já de encomenda uma casaca, um par de colarinhos, uma gravata branca, uma pequena mala com alocuções brilhantes e anódinas, para as grandes festas oficiais, — e um Carnot, mas um Carnot autêntico, que vista e profira todas aquelas cousas sem significação política. Salvo se arranjarmos um meio de combinar os presidentes e os ministros responsáveis, um Congresso que mande um ministério seu ao presidente, para cumprir e não cumprir as ordens opostas de ambos. Enfim, esperemos. O futuro está nos joelhos dos deuses.

Mas não me faças ir adiante, leitor amado. Adeus vai votar. Escolhe a tua intendência e ficarás com o direito de gritar contra ela. Adeus.

Anexo IV

Crônica de 28 de fevereiro de 1897

"DOMINGO próximo é possível que te explique esta confusão da minha alma. Estou certo que me entenderás e aplaudirás." Assim concluí eu a *Semana* passada. Venho cumprir aquela meia promessa.

É certo que a festa suntuosa de quarta-feira afrouxou em parte a sensação exposta naquelas palavras. A recepção do palácio do governo respondeu ao que se esperava do ato, e deixou impressão forte e profunda. Aquele edifício que eu vi, há trinta anos, logo depois de acabado, passou por várias mãos, viveu na obscuridade e na hipoteca, passou finalmente ao poder do governo, e o ilustre Sr. Vice-presidente da

República acaba de inaugurá-lo com raro esplendor. Foi o sucesso principal da semana; mas a semana já não é minha, como ides ver. Leitor. Deus gastou seis dias em fazer este mundo, e repousou no sétimo. Ora, Deus podia muito bem não repousar, mas quis deixar um exemplo aos homens. Daí o nosso velho descanso de um dia, que os cristãos chamaram do Senhor. Eu não sou Deus, leitor; não criei este mundo, tanto que lhe acho algumas imperfeições, como a de nascerem as uvas verdes, para engano das raposas. Eu as faria nascer maduras e talvez já engarrafadas. Mas criticar obra feita não custa; Deus não podia prever que os homens não se limitassem a falsificar eleições e fizessem o mesmo ao vinho.

Vamos ao que importa. Se Deus descansou um dia, depois de seis dias de trabalho, Força é que eu descanse algum tempo depois de uma obra de anos. Há cerca de cinco anos que vos digo aqui ao domingo o que me passa pela cabeça, a propósito da semana finda, e até sem nenhum propósito. Parece tempo de repousar o meu tanto. Que o repouso seja breve ou longo, é o que não sei dizer; vou estirar estes membros cansados e cochilar a minha sesta.

Antes de cochilar, podia fazer um exame de consciência e uma confissão pública, a maneira de Sarah Bernhardt ou de Santo Agostinho. Oh! perdoa-me, santo da minha devoção, perdoa esta união do teu nome com o da ilustre trágica; mas este século acabou por deitar todos os nomes no mesmo cesto, misturá-los, tirá-los sem ordem e cose-los sem escolha. É um século fatigado. As Forças que despendeu, desde princípio, em aplaudir e odiar, foram enormes. Junta a isso as revoluções, as anexações, as dissoluções e as invenções de toda casta, políticas e filosóficas, artísticas e literárias, até as acrobáticas e farmacêuticas, e compreenderás que é um século esfalfado. Vive unicamente para não desmentir os

almanaques. Todos os séculos tem cem anos; este não quer sair da velha regra, nem ser menos constante que o nosso robusto Barbacena, seu grande rival Em 1he batendo a hora, irá com facilidade para onde foram os séculos de Péricles e de Augusto.

O meu exame de consciência, se houvesse de faze-lo, não imitaria Agostinho nem Sarah. Nem tanta humildade, nem tanta glória. O grande santo dividiu, é verdade, as confissões humanas em duas ordens, uma que é um louvor, outra que é um gemido, definindo assim as suas e as da representante de Dona Sol.

Faz crer que não há terceira classe, em que a gente possa louvar-se com moderação e gemer baixinho; mas eu cuido que há de haver. A imitar uma das duas, acho que a mais difícil seria a de Sarah. Não li ainda as confissões desta senhora, mas pela nota que nos deu dela Eça de Queirós, com aquela graça viva e cintilante dos seus três últimos "Bilhetes Postais", não sei como é que uma criatura possa dizer tanta cousa de si mesma. Em particular, vá. Há pessoas que, não receando indiscretos, escancaram os corações, e os amigos reconhecem que, por mais que se pense bem de outro, pensa-se menos bem que ele próprio.

Mas. em público, em letra de forma, no *Fígaro,* que é o *Diário Oficial* do universo, custa crer, mas é verdade.

Antes gemer, com esta cláusula de gemer baixinho, e confessar os pecados, mas com discrição e cautela.

Pecados são ações, intenções ou omissões graves; não se devem contar todas. nem integralmente, mas só a parte que menos pesa a alma e não faz desmerecer uma pessoa no conceito dos homens. Não especifico, por não perder tempo, e quem se despede, mal pode dizer o essencial. O essencial aqui é dizer que não faço confissão alguma, nem do mal, nem do bem. Que mal me saiu da pena ou do coração? Fui antes pio e eqüitativo que rigoroso e injusto. Cheguei a elegia e a lágrima, e se não bebi todos os Cambarás e Jataís deste mundo, é porque espero encontrá-los no outro, onde já nos aguardam os xaropes do Bosque e de outras partes. Lá irá ter o grande Kneipp, e anos depois o kneippismo. pela regra de que primeiro morrem os autores que as invenções. Há mais de um exemplo na filosofia e na farmácia.

Não tireis da última frase a conclusão de cepticismo. Não achareis linha céptica nestas minhas conversações dominicais. Se destes com alguma que se possa dizer pessimista, adverte que nada há mais oposto ao cepticismo. Achar que uma cousa é ruim, não é duvidar deles, mas afirmá-la. O verdadeiro, céptico não crê, como o Dr. Pangloss. que os narizes se fizeram para os óculos, nem, como eu, que os óculos é que se fizeram para os narizes; o céptico verdadeiro descrê de uns e de outros. Que economia de vidros e de defluxos, se eu pudesse ter esta opinião!

Adeus, leitor. Força é deitar aqui o ponto final. A mim, se não fora a conveniência de ir para s rede, custar-me-ia muito pinear o dito ponto, pelas saudades que levo de ti. Não há nada como falar a uma pessoa que não interrompe. Diz-se-lhe tudo o que se auer, o ctue va1e e o que não vale, repetem-se-1he as cousas e os modos, as frases e as idéias, contradizem-se-lhe as opiniões, e a pessoa que lê, não interrompe. Pode lançar a folha para o lado ou acabar dormindo. Quem escreve não vê o gesto nem o sono, segue caminho e acaba. Verdade é que, neste momento, adivinho uma reflexão tua. Estás a pensar que o melhor modo de sair de uma obrigação destas não difere do de deixar um baile, que é descer ao vestiário, enfiar o sobretudo e sumir-se no carro ou na escuridão. Isto de empregar tanto discurso .faz crer que se presumem saudades nos outros, além de ser fora da etiqueta. Tens razão, leitor; e, se fosse tempo de rasgar esta papelada e escrever diversamente, crê que o faria; mas é tarde, muito tarde. Demais, a frase final da outra semana precisava de ser explicada e cumprida; daí todos estes suspiros e curvaturas. Falei então na confusão da minha alma, e devia dizer em que é que ela consistia e consiste, e cuja era a causa.

A causa está dita; é a natural melancolia da separação. Adeus, amigo, até a vista. Ou, se queres um jeito de falar mais nosso, até um dia. Creio que me entendeste, e creio também que me aplaudes, como te anunciei na semana passada. Adeus!

FONTES DOCUMENTAIS

ASSIS, Machado de. **A Semana, crônicas (1892-1893).** Edição, introdução e notas de John Gledson. São Paulo: Hucitec, 1996.

ASSIS, Machado de. **Obras completas de Machado de Assis.** A semana, 2º volume (1894-1895). Edição de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. São Paulo: Editora Mérito, 1959.

ASSIS, Machado de. **Obras completas de Machado de Assis.** A semana, 3º volume (1895-1900). Edição de Aurélio Buarque de Hollanda Ferreira. São Paulo: Editora Mérito, 1959.

ASSIS, Machado de. **O jornal e o livro**. Correio Mercantil, Rio de Janeiro, 10 e 12\01\1859.

ASSIS, Machado de. **O Velho Senado**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2004.

ASSIS, Machado de. **Comentários da semana**: crônica de 1º de abril de 1862 publicada originalmente no *Diário do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro.

ASSIS, Machado de. **Comentários da Semana**: Crônica de 25 de abril de 1865 publicada originalmente no *Diário do Rio de Janeiro,* Rio de Janeiro.

ASSIS, Machado de.

BRASIL. **Diário Oficial**. Ano XXXII — 5º da República — nº 283. Capital Federal. Sábado, 14 de outubro de 1893.

BRASIL. **Diário Oficial**. Ano XXIX — 2º da República — nº. 17. Rio de Janeiro. Sábado, 18 de janeiro de 1890. Decreto nº. 165 de 17 de janeiro de 1890, art. 1º.§ 1.

BRASIL. **Diário Oficial**. Ano XXIX — 2º da República — nº. 17, op. cit. Decreto nº. 164 art 2 § 2.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Artigos

ASPARTI, Clara Miguel, **A vida carioca nos jornais**: Gazeta de notícias e a defesa da crônica. In: Revista Contemporânea, nº 7, 2006.

AZEVEDO, Silvia Maria. **Tiradentes ou a canonização de um herói**. Patrimônio e Memória. UNESP – FCLAs – CEDAP, v.1, n.1, 2005.

CHALHOUB, Sidney. **John Gledson leitor de Machado de Assis**. In: *Art*Cultura, Uberlândia, v. 8, n. 13, p. 109-115, jul.-dez. 2006.

SILVA. José Luiz Werneck da. **Proclamação da República**: Teria o povo assistido bestializado? Intercambio, Rio de Janeiro, maio/agosto/ 1989.

Livros e Capítulos de livros

ALONSO, Angela. **Idéias em movimento**: a geração de 1870 na crise do Brasil - Império. São Paulo: Terra e Paz, 2002.

ARIAS NETO, José Miguel. **Primeira República**: economia cafeeira, urbanização e industrialização. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. **O tempo do liberalismo excludente:** da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 2006.

BASZCO, Bronislaw. **Imaginação Social**. Enciclopédia Einaudi. V. 5, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 1985.

BENDIX, Reinhard – **construção Nacional e Cidadania**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das Letras, 2007

BOBBIO, Norberto. **Liberalismo e democracia.** Editora Brasiliense. São Paulo. Primeira Ed. 1988. 6ª Ed. 1994, 2ª reimpressão, 1997.

BRAYNER, Sonia. **Machado de Assis**: um cronista de quatro décadas. In: A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CÂNDIDO, Antonio. **A vida ao rés-do-chão**. In: A crônica. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

CARONE, Edgard. **A república velha**: evolução política (1889-1930). 4ª ed. São Paulo: DIFEL, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2001. 11ª reimpressão.

_____. ***Os* Bestializados**: o Rio de Janeiro e a República que não foi. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

_____. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

CHALHOUB, Sidney. **Machado de Assis**: historiador. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

_____ & PEREIRA, Leonardo Affonso de M. (orgs.). **A história contada:** capítulos de história social da literatura no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

_____, NEVES, Margarida de Souza; PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (orgs.). **História em cousas miúdas**: capítulos de história social da crônica no Brasil. Campinas: Unicamp, 2005.

CORÇÃO, Gustavo. **Machado de Assis cronista**. In: Machado de Assis: obra completa, v. 4. Editora Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 2008.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia a república**: momentos decisivos. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COSTA NETO, Yttrio Corrêa da. **Bancos oficiais no Brasil:** origem e aspectos do seu desenvolvimento. Brasília: Banco Central do Brasil, 2004.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Cidadania Republicana e Educação**: Governo Provisório do Mal. Deodoro e Congresso Constituinte de 1890-1891. Rio de Janeiro: DP&A, 2001

FANTINI, Marli. **Crônicas da antiga corte**: Literatura e memória em Machado de Assis. Editora UFMG, Belo Horizonte, 2008.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. **O tempo do liberalismo excludente:** da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 2006.

FRANCO, Gustavo H. B. **A economia em Machado de Assis**: o olhar oblíquo do acionista. Organização, introdução e comentários de Gustavo H. B. Franco. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

FURTADO, Celso. **A formação econômica do Brasil.** 32ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2005. (primeira edição: 1959).

GLEDSON, John. **Machado de Assis**: impostura e realismo. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

_____. **Machado de Assis**: ficção e história. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

JANOTTI, Maria de Lourdes M. **Os subversivos da República**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

KUYJAWSKI, Gilberto de Mello. **Machado e o Rio de Janeiro**. Revista Brasileira, nº 62.

MAGALHÃES JUNIOR, Raymundo. **Vida e obra de Machado de Assis**. 4v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. Brasília, 1981.

NEVES, Margarida de Souza**. Uma escrita do tempo: memória, ordem e progresso nas crônicas cariocas**. O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

PEREIRA, Lúcia Miguel. **Machado de Assis**: Estudo Crítico-biográfico. 6ª Ed. Belo Horizonte, Editora Itatiaia\USP, 1888.

PRADO JR. Caio. **História econômica do Brasil**. 4ª ed. São Paulo. Editora Brasiliense, 1956.

QUEIROZ, Suely R. R. de. **Os radicais da república.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

QUIRINO, Célia G. e MONTES, Maria L. **Constituições Brasileiras e Cidadania**. São Paulo: Ática, 1987.

RESENDE, Beatriz. **Em caso de desespero, não trabalhem**: A política nas crônicas de Machado de Assis. In: O gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil. SP: Editora da Unicamp; Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 1992.

RESENDE, Maria Efigênia Lage de. **O processo político na Primeira República e o liberalismo oligárquico.** In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). **O Brasil Republicano**. **O tempo do liberalismo excludente:** da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, V. 1, 2006.

SCHWARZ, Roberto. **Um mestre na periferia do capitalismo.** São Paulo: Duas Cidades, 1991.

_____. **Ao vencedor as batatas**. São Paulo: Duas Cidades, 1992.

SEVCENKO, Nicolau. **Literatura como missão**: tensões sociais e criação cultural na primeira república. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VISCARDI, Cláudia Maria R. **O teatro das oligarquias**: uma revisão da "política do café com leite". Belo Horizonte: C/arte, 2001.

Teses, Dissertações e Monografias

CAMPOS, Francisco Aparecido Copanuchum de. **A Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro (1896-7) e *La Guerra Del fin Del Mundo* (1981) de Mario Vargas Llosa**: Uma análise comparativa entre o discurso republicano e a (re) criação literária. Dissertação de mestrado em Letras, Unesp – Assis, 2007.

CRUZ, Dilson Ferreira da. **Estratégias e máscaras de um fingidor**: a crônica de Machado de Assis. Dissertação de mestrado em Lingüística, FFLCH/ USP, 2001.

ESTEVES, Paulo Luiz Moreaux Lavigne. **Machado de Assis e o Self**: experimentos de si na corte de letras. Tese de doutorado em Ciência Política, Iuperj, 2003.

GUIMARÃES, Hélio Seixa. **Os leitores de Machado de Assis**: O romance machadiano e o público de literatura no século 19. Tese de doutorado em Teoria e História Literária, Unicamp, 2001.

ORAIR, Rodrigo O. **Dívida externa brasileira e financiamento ao "subdesenvolvimento" (1824-1914)**. Monografia (Graduação)–Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Faculdade de Ciências Econômicas, Belo Horizonte, 2002.

PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. **O carnaval das letras**: Os literatos e as histórias da folia carioca nas últimas décadas do século XIX. Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 1993.

RAMOS, Ana Flávia Cernic. **Política e humor nos últimos anos da monarquia**: A série "Balas de Estalo" (1883-1884). Dissertação de mestrado em História, Unicamp, 2005.

RODRIGUES, João Paulo Coelho de Souza. **A dança das cadeiras**: literatura e política na academia brasileira de letras (1896-1913). Dissertação de mestrado. Unicamp: Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP, 1998.

SERELLE, Márcilo de Vasconsellos. **Os versos ou a história**: a formação da Inconfidência Mineira no imaginário do oitocentos. Tese de doutorado: Unicamp, Instituto de Estudos da Linguagem. Campinas, SP: 2002.

SOUZA, Valdira Meira Cardoso de. **"Sede de nomeada":** O "amor da glória" na produção literária de Machado de Assis. Tese apresentada à Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, 2007.

Documentos eletrônicos

BOSI, Alfredo. **O teatro político nas crônicas de Machado de Assis**. Instituto de Estudos Avançados da Usp, p..1-2. Disponível em: http://www.iea.usp.br/artigos. (acesso em 23 de julho de 2009).

CARVALHO, José Murilo de. **Rui Barbosa e a Razão Clientelista**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0011-52582000000100003&script=sci_arttext . (acesso em 12 de março de 2010).

As Três Leopoldinas e sua malha densa. www.constrenge.com.br/historiaferrovia14.htm. (acesso em 5 de junho de 2010).

http://www2.camara.gov.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacao-1-pe.html (acesso em 10 de fevereiro de 2010).